

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi

Carlos Lacerda e as conexões em Portugal: trajetória política entre 1956 e 1977

Juiz de Fora
2025

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi

Carlos Lacerda e as conexões em Portugal: trajetória política entre 1956 e 1977

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História. Área de concentração: História Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Inácia Rezola

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mussi, Fernanda.

Carlos Lacerda e as conexões em Portugal : trajetória política entre 1956 e 1977 / Fernanda Mussi. -- 2025.
239 f.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

Coorientadora: Maria Inácia Rezola

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Carlos Lacerda. 2. história transnacional. 3. salazarismo. I. Gonçalves, Leandro Pereira , orient. II. Rezola, Maria Inácia , coorient. III. Título.

FERNANDA GALLINARI MACHADO SATHLER MUSSI

Carlos Lacerda e as conexões antidemocráticas em Portugal: trajetória política entre 1956 e 1977.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder

Aprovada em 30/01/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Maria Inácia Rezola - Coorientadora
Universidade Nova de Lisboa/Instituto Politécnico de Lisboa

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Flávia Salles Ferro
Instituto Educacional São João da Escócia/Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais

Prof. Dr. David Castaño

Universidade Nova de Lisboa

Juiz de Fora, 15/01/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pereira Goncalves, Professor(a)**, em 30/01/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Mourão Ferreira Castaño, Usuário Externo**, em 31/01/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Salles Ferro, Usuário Externo**, em 01/02/2025, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatyana de Amaral Maia, Usuário Externo**, em 01/02/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Inácia Rezola, Usuário Externo**, em 01/02/2025, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Carlos Palomanes Martinho, Usuário Externo**, em 04/02/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2194570** e o código CRC **3EA8383D**.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese de doutorado é mais do que um processo acadêmico, é a construção de um legado, um fruto de anos de dedicação, pesquisa e reflexão. Orgulho-me profundamente deste trabalho, que agora deixo como contribuição ao campo da História. Saber que este estudo poderá ser lido e utilizado por outros historiadores é gratificante e me enche de responsabilidade, pois ele representa um pedaço de minha trajetória e meu compromisso com a investigação histórica. Durante esse processo, pude contar com o apoio de muitas pessoas, às quais dedico esta seção.

Agradeço, primeiramente, a Deus, que foi minha força e luz em cada etapa desse percurso, guiando-me e sustentando-me nos momentos de dificuldade.

Ao meu orientador, prof. dr. Leandro Pereira Gonçalves, e à minha coorientadora prof. dra. Maria Inácia Rezola, fundamentais para a realização deste trabalho. Expresso meu mais profundo respeito e gratidão. Com uma generosidade inestimável, me guiaram no caminho certo, indicando fontes, lugares e estratégias essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Sua experiência e orientação iluminaram cada fase do projeto, tornando possível um trabalho sólido e significativo. Como diz o belo pensamento atribuído a Antoine de Saint-Exupéry: “Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”. A cada encontro e conselho, vocês deixaram uma marca em mim e levaram parte deste projeto, que agora também pertence a vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG/UFJF), que me acolheu de braços abertos. A UFJF tornou-se minha segunda casa, um espaço onde pude mergulhar em disciplinas que expandiram meu entendimento e fortaleceram este trabalho.

Aos colegas que conheci ao longo dessa trajetória – nos encontros, congressos e seminários –, pelo incentivo e pela troca de experiências que enriqueceram minha caminhada. Registro aqui meu reconhecimento e gratidão

Ao meu esposo, meu amor, Leandro, e aos meus companheiros de quatro patas, Sophie e Luca, que estiveram sempre ao meu lado. Nos momentos de cansaço e dúvida, foram eles que me deram o carinho e o incentivo necessários para continuar oferecendo apoio e alento em todas as horas. Sem vocês, essa jornada teria sido muito mais árdua.

À minha família – meu pai, minha mãe e meu irmão –, pela paciência, compreensão e pelo incentivo constantes. O apoio de vocês foi essencial para que eu me mantivesse firme nesta trajetória e nunca perdesse o foco.

Às instituições de ensino onde leciono e às minhas turmas de alunos, que entenderam e respeitaram a minha necessidade de dividir o tempo entre as aulas e a pesquisa. Conciliar a sala de aula com a escrita da tese não foi fácil, mas a confiança de vocês foi uma motivação constante.

Deixo, por fim, uma mensagem a todos que percorrem caminhos desafiadores em busca de seus sonhos: “Persistir é transformar desafios em vitórias. Cada passo, por mais difícil que pareça, é um avanço em direção a conquistas que, um dia, se tornarão um legado”. Ser professora é, sem dúvida, a profissão mais linda do mundo. É uma vocação que exige dedicação, paciência e o desejo constante de transformar vidas por meio do conhecimento. Concluir este doutorado não foi apenas uma realização pessoal, mas, sim, um passo importante para me tornar uma professora melhor e mais preparada, capaz de inspirar e instigar o pensamento crítico em meus alunos. A busca pela aprimoração que o doutorado me proporcionou renova diariamente minha paixão por ensinar. Saber que posso levar à sala de aula uma visão mais profunda e embasada me motiva a seguir em frente, a continuar aprendendo e a jamais perder de vista o poder transformador que a educação tem na vida das pessoas.

Concluir esta tese é apenas o início de um caminho que ainda tem muito a ser explorado.

Obrigada a todos(as)!

RESUMO

O presente estudo explora a relação política e pessoal de Carlos Lacerda com Portugal, examinando sua atuação política em paralelo aos contextos históricos de ambos os países. Analisa a trajetória de Lacerda desde sua oposição a Getúlio Vargas até suas relações com o regime salazarista e suas incursões diplomáticas em Portugal. A pesquisa se aprofunda nos fatores que aproximaram Lacerda do governo português, especialmente após o Golpe Civil-Militar de 1964, que o afastou da política nacional e o incentivou a estreitar laços com o regime de Salazar. Aborda-se o início das relações entre Brasil e Portugal, destacando Lacerda como um “português de alma”, construindo conexões baseadas em heranças culturais e interesses políticos. Após um exame detalhado de documentos históricos, inclusive do arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e de outros repositórios portugueses, são explorados eventos diplomáticos que moldaram a visão de Lacerda sobre Portugal, influenciada tanto por sua herança familiar quanto pelo contexto político da época. Analisam-se os interesses por trás da amizade de Lacerda com Portugal entre 1960 e 1965, revelando como ele buscava influenciar a política externa brasileira em favor da manutenção das colônias portuguesas na África, em um período marcado pela Guerra Colonial. Como governador da Guanabara, Lacerda procurava fortalecer esses laços, tanto para objetivos políticos imediatos quanto para suas ambições presidenciais. Além disso, apresenta-se Lacerda como um estrategista da dominação colonial, ressaltando seu envolvimento com a Frente Ampla e a defesa do colonialismo português, assim como suas relações com Salazar e Marcello Caetano. Essa fase da pesquisa expõe as estratégias de Lacerda para manter sua influência na política brasileira e portuguesa, mesmo após ter seu mandato cassado e ter sido preso pela ditadura brasileira em 1968. Finalmente, examinam-se os últimos anos de Lacerda na política, explorando seu apoio à Revolução dos Cravos em 1974 e sua colaboração com o general Spínola, com quem manteve uma relação próxima. O apoio de Lacerda à revolução reflete suas tentativas de influenciar os rumos de Portugal, mesmo em seus anos finais, evidenciando a complexidade de seu legado político. A pesquisa é fundamentada em uma vasta gama de fontes primárias, que incluem documentos diplomáticos, correspondências e registros da imprensa portuguesa, complementadas com entrevistas e depoimentos familiares, que oferecem uma visão íntima sobre as motivações pessoais de Lacerda. Esta tese contribui para a historiografia ao aprofundar o estudo das interseções entre a política brasileira e portuguesa no século XX, trazendo novas perspectivas sobre as conexões transnacionais e o papel de Carlos Lacerda nas relações luso-brasileiras.

Palavras-chave: Carlos Lacerda; história transnacional; salazarismo; ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This study explores the political and personal relationship of Carlos Lacerda with Portugal, examining his political actions in parallel with the historical contexts of both countries. It analyzes Lacerda's trajectory from his opposition to Getúlio Vargas to his relations with the Salazarist regime and his diplomatic endeavors in Portugal. The research delves into the factors that brought Lacerda closer to the Portuguese government, particularly after the 1964 Civil-Military Coup, which distanced him from national politics and encouraged him to strengthen ties with Salazar's regime. The early relations between Brazil and Portugal are addressed, emphasizing Lacerda as a "Portuguese at heart", building connections based on cultural heritage and political interests. Drawing on a detailed examination of historical documents, including records from the International and State Defense Police (PIDE) and other Portuguese repositories, the research explores diplomatic events that shaped Lacerda's perspective on Portugal, influenced both by his family heritage and the political context of the time. It investigates the interests behind Lacerda's friendship with Portugal between 1960 and 1965, revealing how he sought to influence Brazilian foreign policy to support the maintenance of Portuguese colonies in Africa during the Colonial War. As Governor of Guanabara, Lacerda aimed to strengthen these ties for immediate political objectives and his presidential ambitions. Moreover, the study presents Lacerda as a strategist of colonial domination, emphasizing his involvement with the Frente Ampla and his defense of Portuguese colonialism, as well as his relationships with Salazar and Marcello Caetano. This phase of the research highlights Lacerda's strategies to maintain his influence in Brazilian and Portuguese politics, even after losing his political mandate and being imprisoned by the Brazilian dictatorship in 1968. Finally, the thesis examines Lacerda's final years in politics, exploring his support for the Carnation Revolution in 1974 and his collaboration with General Spínola, with whom he maintained a close relationship. Lacerda's support for the revolution reflects his attempts to influence Portugal's future even in his later years, underscoring the complexity of his political legacy. The research is grounded in a wide range of primary sources, including diplomatic documents, correspondence, and records from the Portuguese press, complemented by interviews and family testimonies that provide intimate insights into Lacerda's personal motivations. This thesis contributes to historiography by deepening the study of intersections between Brazil and Portugal politics in the 20th century, offering new perspectives on transnational connections and Carlos Lacerda's role in Luso-Brazilian relations.

Keywords: Carlos Lacerda; Transnational History; Salazarism; Civil-Military Dictatorship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL: CARLOS LACERDA, UM “PORTUGUÊS DE ALMA” (1954-1960)	18
2.1 ORIGENS FAMILIARES E HERANÇA PORTUGUESA.....	18
2.2 CARLOS LACERDA: “UM PORTUGUÊS DE ALMA” (1954-1960).....	22
2.2.1 Estabelecendo a relação entre Lacerda e Portugal: o declínio do Governo Vargas	23
2.3 DOIS RIVAIS ESCOLHERAM FICAR AO LADO DE SALAZAR: KUBITSCHKEK E LACERDA.....	32
2.3.1 A preferência de Kubitschek pelo regime salazarista	46
2.4 A INFLUÊNCIA DE LACERDA NO “EPISÓDIO HUMBERTO DELGADO”: INTERSEÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS BRASILEIRA E PORTUGUESA.....	52
3 “A PRESENÇA DE PORTUGAL NO MUNDO É A DO PRÓPRIO BRASIL”: OS INTERESSES POR TRÁS DA AMIZADE DE LACERDA COM PORTUGAL (1960-1965)	61
3.1 JÂNIO QUADROS ERA UM APOIADOR DOS LAÇOS LUSO-BRASILEIROS?...	63
3.2 ADMINISTRAÇÃO DA GUANABARA: O CAMINHO FINAL PARA A PRESIDÊNCIA	68
3.3 LACERDA PARA 1965!	83
3.4 O IV CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO: A CIDADE MAIS PORTUGUESA DO BRASIL	106
4 LACERDA: UM ESTRATEGISTA DA DOMINAÇÃO COLONIAL.....	117
4.1 LACERDA: UM EXÍMIO COLONIALISTA	117
4.2 UM CORRESPONDENTE BRASILEIRO EM PORTUGAL	130
4.3 O SURGIMENTO DA FRENTE AMPLA LIDERADA POR CARLOS LACERDA	140
4.4 LACERDA E CAETANO: POLÍTICA LUSO-BRASILEIRA	146
4.5 LACERDA: O ENVIADO ESPECIAL PARA A “ÁFRICA NEGRA”	155
5 SPÍNOLA E A REVOLUÇÃO DE 1974: A ÚLTIMA VEZ DE LACERDA NA POLÍTICA (1974-1977).....	165
5.1 A ALIANÇA DE LACERDA E SPÍNOLA: O PAPEL DE LACERDA NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS.....	165
5.1.1 O despertar da Revolução de 1974.....	171

5.1.2 O percurso do general Spínola	174
5.1.3 Os esforços de Caetano e a solução inalcançada.....	176
5.2 A PUBLICAÇÃO BRASILEIRA DE <i>PORTUGAL E O FUTURO</i>	179
5.2.1 Razões para Lacerda publicar <i>Portugal e o futuro</i>	181
5.2.2 Reconhecendo o prefácio de <i>Portugal e o futuro</i>	185
5.2.3 <i>Portugal e o futuro</i> : uma obra que Lacerda poderia ter assinado	190
5.3 A ESTADIA DE SPÍNOLA NO BRASIL: A HOSPITALIDADE DE LACERDA EM PETRÓPOLIS.....	194
5.3.1 O exílio de Spínola: a hospitalidade de Lacerda em Petrópolis	197
5.3.2 O cenário financeiro e o retorno de Spínola	209
5.4 O FINAL DE UMA ERA: A MORTE DO MAIOR POLÍTICO DE OPOSIÇÃO DO SÉCULO XX.....	212
6 CONCLUSÃO.....	220
REFERÊNCIAS	223
ARQUIVOS BRASILEIROS E INTERNACIONAIS.....	223
OBRAS DE CARLOS LACERDA.....	223
PERIÓDICOS BRASILEIROS.....	224
PERIÓDICOS PORTUGUESES	224
PERIÓDICO DOS ESTADOS UNIDOS.....	225
ENTREVISTAS E CARTAS	225
FONTES AUDIOVISUAIS	225
DOCUMENTOS OFICIAIS.....	227
VERBETES	227
BIBLIOGRAFIA	228
ANEXO I – Carlos Lacerda e Salazar	236
ANEXO II – Lacerda e Cardeal Cerejeira.....	237
ANEXO III – Lacerda e Américo Tomás.....	238
ANEXO IV – Frente Ampla - Lacerda e JK em Portugal se reconciliando e formando a frente contra os militares	239

1 INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, investigar a trajetória e o pensamento político de Carlos Lacerda causava desconfiança. Ainda não havia um olhar especial para a História Política, além do fato de que não era muito comum estudar a direita brasileira, uma vez que o país havia passado por dois grandes momentos ditatoriais, sendo que o último ainda era muito recente, o Golpe Civil-Militar de 1964. Portanto, não se compreendia a relevância de estudar pensamentos voltados para a direita, como os estudos sobre o lacerdismo. Hoje, mesmo com o aumento de pesquisas acadêmicas nesse âmbito, ainda há lacunas que precisam ser preenchidas, sendo o caso do protagonista desta pesquisa, Carlos Lacerda.

A hipótese deste trabalho é que Carlos Lacerda manteve uma relação favorável com regimes autoritários e, por isso, esteve frequentemente alinhado a políticos antidemocráticos e ditadores. Ao mesmo tempo, sua trajetória política foi marcada pela constante posição oposicionista, independentemente do governo em questão. Até o momento, há importantes trabalhos sobre a figura de Lacerda, como o clássico *O demolidor de presidentes*¹, de Marina Gusmão, e a biografia *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*², escrita por John Dulles. Além disso, a coletânea *Depoimento*³, composta por textos e discursos deixados por Lacerda, oferece uma contribuição valiosa para entender sua visão sobre os temas abordados. Outros estudos, igualmente relevantes para esta pesquisa, incluem a tese de doutorado de Márcio de Paiva Delgado⁴, entre diversos artigos e produções acadêmicas⁵, além de contribuições familiares,

¹ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda – 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.

² DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2.

³ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1977.

⁴ DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

⁵ *Id.* **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal *Tribuna da Imprensa* na quebra da legalidade (1949-1964). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2006; MOTTA, Marly Silva da. Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro. **Locus: Revista de História**, v. 17, n. 2, p. 41-58, 2011; MUSSI, Fernanda Gallinari S. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1994-1977)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020; PEREZ, Maurício Domingues. **Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007; PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998. Há novos estudos em desenvolvimento, como os de Fabrício Ferreira de Medeiros (MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. As ideias políticas de Carlos Lacerda na transição de 1945: anticomunismo e reformismo. **Outros Tempos**, v. 21, p. 59-84, 2024. Doi: <https://doi.org/10.18817/ot.v21i37.1017>; *Id.* Liberalismo e democracia em Carlos Lacerda (1950-1955). **Revista Ágora**, v. 34, p. 1-20, 2023. Doi: <https://doi.org/10.47456/e-2023340204>), e a futura biografia de Mário Magalhães, com previsão de ser publicada após a conclusão da presente tese (CUNHA, José Antônio Vieira da. Uma biografia de Carlos Lacerda. **Matinal**, 29 jun. 2024. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/entrevista/uma-biografia-de-carlos-lacerda/>. Acesso em: 30 nov. 2024.)

como as de Rodrigo Lacerda⁶, seu neto. Há estudos de referência sobre a União Democrática Nacional (UDN) que destacam o papel político de Lacerda, mas sem detalhar o foco desta investigação.⁷ No entanto, nenhuma dessas obras aborda de forma específica a relação de Lacerda com Portugal, tema central deste estudo.

A presente pesquisa, intitulada *Carlos Lacerda e as conexões antidemocráticas em Portugal: trajetória política entre 1956 e 1977*, explora as complexas relações políticas e pessoais de Carlos Lacerda com Portugal, investigando sua atuação em diálogo com os contextos históricos de ambos os países. Este trabalho busca lançar luz sobre as conexões antidemocráticas que Lacerda estabeleceu ao longo de sua trajetória, contribuindo com novos olhares sobre as interações políticas entre Brasil e Portugal durante esse período crucial.

Para a execução da pesquisa, foi realizada uma entrevista com Sebastião Lacerda, filho de Carlos Lacerda, que oferece uma análise concisa do temperamento de um dos maiores políticos de oposição do século XX. Quando foi questionado sobre a principal característica negativa de seu pai, ele responde sem hesitar: “*O egocentrismo. Não no sentido de ser egoísta, mas na tendência de sempre ser o foco central*”.⁸

Lacerda, jornalista e político brasileiro, desempenhou um papel significativo na história política do país. A trajetória foi marcada por rivalidades intensas, como a que teve com Getúlio Vargas, e por mudanças ideológicas ao longo do tempo. Seu jornal, o *Tribuna da Imprensa*, tornou-se um símbolo do antigetulismo.

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil por 19 anos, entre 1930 e 1945 e depois de 1951 a 1954, atuando em diferentes momentos como ditador, revolucionário e democrata. Vargas é frequentemente referido como o “pai dos pobres” e o “salvador da pátria”, sendo sua imagem associada ao salário mínimo, à criação da carteira de trabalho, ao impulso na industrialização e ao nacionalismo. De modo oposto, Lacerda, uma das principais figuras de oposição política da

⁶ LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda**: a república das abelhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁷ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o udenismo**: a ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981; CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada**: a UDN e a República de 1946. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016; DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; PROED, 1986; FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – terceira República (1945-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, 3); FERRO, Flavia Salles. **Um liberal autoritário**: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020; GRINBERG, Lucia. O Estado Novo da UDN: memórias da vida política partidária na Coluna do Castello. **Acervo**, v. 27, n. 1, p. 121-136, 2014; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁸ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

época, não raro, tem sua trajetória relegada a notas de rodapé em livros didáticos ou a citações relacionadas ao suicídio de Vargas.

A investigação sobre a figura política de Lacerda iniciou-se a partir do interesse pela história política e, particularmente, pelas estratégias desenvolvidas pelos partidos políticos do século XX. Embora o estudo de Lacerda ainda seja pouco explorado academicamente, ele se insere em um contexto mais amplo de investigações acerca do populismo de direita no Brasil, como no varguismo e no janismo. Um projeto que privilegie a análise de Lacerda como protagonista tem potencial para contribuir, significativamente, com os estudos historiográficos.

Aprofundar a análise de sua trajetória política, de suas estratégias e de seu impacto na história do Brasil pode fornecer uma compreensão mais ampla desse período. Além disso, sua relação com Portugal, um aspecto ainda pouco destacado pela historiografia, foi relevante em sua trajetória política, enriquecendo as possibilidades de estudo da história transnacional entre Portugal e Brasil.

Lacerda não se limitou apenas a ser um jornalista e político. Sua trajetória abrangeu outras atividades que enriqueceram seu currículo: atuação como banqueiro, empresário, escritor, editor, revisor, tradutor e administrador. Essa diversidade de experiências contribuiu para o desenvolvimento de uma de suas habilidades notáveis: a oratória. Lacerda era reconhecido por sua capacidade de persuadir por meio da fala. Sebastião Lacerda cita como a principal característica negativa de seu pai o egocentrismo. Ele acredita que o pai não era egoísta, pelo contrário, nasceu para “*organizar a porcaria desse país*”, uma vez que “*Ele deixou um legado na Guanabara, fez tudo de bom grado, não se falava em fazer obras para ganhar voto. Meu pai fez exatamente o contrário, ele que era visto como o demolidor*”.^{9,10}

O objetivo desta tese, portanto, é compreender sua trajetória política a partir de 1956, no período pós-crise varguista, até a data de seu falecimento, em 1977, quando sofreu um ataque cardíaco. A delimitação temporal decorre da intensa ligação de seu nome ao suicídio de Getúlio Vargas e à necessidade de sua saída do país para sobreviver a essa crise. Para Lacerda, o suicídio frustrou suas expectativas. A reação popular à morte de Getúlio paralisou totalmente os golpistas, que perceberam rapidamente que ele não deixaria de ser, no imaginário popular, um mártir.¹¹

⁹ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

¹⁰ Essa observação final decorre do fato de que Lacerda teve de lidar com a expressão “demolidor de presidentes”, que o acompanhou por longos anos. Essa expressão surgiu no contexto midiático no século XX, sendo utilizada por jornalistas opositores da época, após Lacerda participar de sucessivas crises políticas, que tiveram início ainda no Governo Vargas e culminaram com a deposição de João Goulart.

¹¹ SÓ MORTO sairei do catete! **Última Hora**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1954.

Essa vertente da pesquisa não se limita apenas à adoção de novas abordagens, mas também à exploração de temas que anteriormente não eram o foco das análises políticas clássicas. Embora a análise da cultura política não seja mais uma novidade, esta tese não segue a abordagem política convencional. Em vez disso, concentra-se nos mecanismos de poder, nas intenções e nos interesses dos atores políticos e nas ações relacionadas à conquista e manutenção desse poder. Esses novos objetos de pesquisa direcionam o foco para os conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A ênfase aqui está em analisar a política não apenas no âmbito da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas também considerando o inconsciente, as representações, o comportamento e os valores.

Lacerda, como um dos principais políticos de oposição do século XX, desempenha um papel relevante nesse contexto. Seu posicionamento crítico em relação ao governo de Getúlio Vargas e sua influência na crise política de 1954 são aspectos que enriquecem este estudo, expandindo as fronteiras da análise política tradicional. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta¹²:

A outra vertente baseia-se não apenas na utilização de enfoques novos, mas também na exploração de novos objetos, desconhecidos pelas análises políticas clássicas. O enfoque tradicional da política – e não devemos considerar tradicional como sinônimo de ruim ou ultrapassado – é voltado para o estudo dos mecanismos de funcionamento do poder, as intenções e os interesses dos agentes políticos e as ações empreendidas para a conquista e a conservação do poder. Os novos objetos de pesquisa em questão se concentram em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A ênfase proposta é trabalhar a política não no nível da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores.

Compreender as transformações políticas do século XX por meio da análise de um político de extrema importância, estabelecendo paralelos com outra nação que também passou por mudanças em sua cultura política no período abordado, situa este trabalho no âmbito da história política transnacional. Essa dimensão é de relevância integral para o projeto, uma vez que todas as presidências e sequências políticas brasileiras são minuciosamente avaliadas com o contexto do salazarismo português.

A pesquisa sobre a relação entre Brasil e Portugal tem se tornado cada vez mais frequente no campo dos estudos acadêmicos de história política transnacional. Após a conquista da independência política por parte de Portugal, as conexões entre esses dois países continuam a merecer atenção minuciosa. Essa ligação histórica é especialmente relevante devido ao apoio político em um contexto pós-guerra. Mesmo durante períodos de independência, as relações

¹² MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH – Revista de História**, n. 6, p. 92-100, 1996. p. 93.

entre Brasil e Portugal desempenharam um papel crucial na diplomacia internacional. É importante ressaltar que, não obstante as nuances do período, o Brasil manteve alianças com os portugueses em momentos de conflito, apesar da desaprovação mundial do colonialismo, uma questão que gerou controvérsia global. Independentemente das circunstâncias históricas, essa ligação perdurou ao longo do tempo:

Segundo Simone Turchetti, Néstor Herran e Soraya Boudia, por exemplo, um grupo de historiadores estadunidenses se viu insatisfeito com os limites da abordagem nacional para dar conta de problemas surgidos com o fim da Guerra Fria, a exemplo da globalização econômica, cultural e militar, na ressurgência do nacionalismo e do fundamentalismo religioso como forças internacionais, da emergência e consolidação de organizações internacionais, da crescente influência de empresas multi- ou transnacionais e a onda ambientalista, ao mesmo tempo, em que o desenvolvimento da informática possibilitou a historiadores(as) novas ferramentas de trabalho. Nos EUA, especificamente, essa insatisfação teria levado à “reavaliação da noção de um excepcionalismo estadunidense e ajudou a trazer de volta à moda a história social de temas transnacionais como diásporas, migrações e escravidão.”¹³

É apropriado, portanto, combinar essas duas abordagens historiográficas e explorar a conexão entre Lacerda e Portugal. Ao fazer isso, mantemos o foco na análise detalhada e contextualizada dos eventos e atores envolvidos. Várias áreas dinâmicas de pesquisa transnacional serão articuladas nesta pesquisa. Espera-se que a esfera política e suas múltiplas vertentes sejam as mais detalhadas, porém há também uma significativa preocupação com as esferas social, econômica e cultural, visto que, em nosso entendimento, essas áreas estão interligadas.

Desse modo, para haver uma compreensão total do cenário proposto, serão feitas reflexões necessárias para a formação de uma nova percepção do objetivo sugerido. Essa forma de concepção harmoniza-se com a maneira de pensar de Akira Iriye¹⁴:

a história transnacional pode também ser diferenciada da história global naquilo em que ela lida com forças e temas que não necessariamente devem ser globais, mas ainda assim cruzam diferentes nações, como comunidades regionais, migrações inter-regionais, doenças e problemas ambientais.

Em resumo,

A história transnacional almeja, portanto, superar os estudos “monoscópicos” de modo a complexificar a historiografia voltada para a questão nacional. Torna-se, desse modo,

¹³ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018.

¹⁴ IRIYE, Akira. The transnational turn. **Diplomatic History**, v. 31, n. 3, p. 373-376, 2007. p. 376.

possível ir além da história macroestrutural que predominou nas décadas de 1960-70, enriquecer a micro-história das décadas de 1980-90 e repensar a novamente macro-história dos processos de globalização mais recente. A perspectiva transnacional possibilita justamente que os consensos e conflitos produzidos num conjunto finito de relações possam ser conectados concretamente ao problema mais amplo da construção de modernidades e da institucionalização desse ideal social no Estado.¹⁵

A análise de fontes históricas é um pilar fundamental para a pesquisa histórica. José D'Assunção Barros¹⁶ ressalta a diversidade e a riqueza das fontes que podem proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano. Além disso, a Escola dos Annales revolucionou a prática historiográfica ao ampliar a visão sobre as fontes históricas, permitindo uma compreensão mais abrangente da História.

Nesta pesquisa, um dossiê compilado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), inserido no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se destaca como uma fonte de grande valor. Esse dossiê contém documentos dos arquivos de António de Oliveira Salazar, Marcello Caetano, do Serviço Nacional de Informações (SNI), da PIDE e da Legião Portuguesa, essenciais para as seções 2 e 3 desta tese. Ademais, o material contribuiu para a historiografia sobre Carlos Lacerda e para a compreensão das relações luso-brasileiras. Os documentos permitiram uma análise mais detalhada das relações bilaterais, incluindo aspectos diplomáticos e influências políticas.

Outras fontes analisadas incluem documentos de várias instituições e repositórios em Portugal, como o Arquivo do Periódico *Diário de Notícias* de Lisboa, o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo Histórico da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), a Biblioteca Nacional de Portugal e a Hemeroteca Municipal de Lisboa. Essas fontes foram fundamentais para fornecer um contexto documental robusto e enriquecer a narrativa histórica.

No arquivo do *Diário de Notícias*, foi possível estabelecer cronologias sequenciais dos eventos relacionados à chegada e saída de Lacerda de Portugal, detalhando suas atividades, seus encontros, os locais visitados e as motivações de suas viagens ao país. Essas informações são cruciais para entender o contexto e o impacto de suas ações durante sua estadia em Portugal.

A investigação no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi particularmente relevante para as seções 4 e 5, oferecendo novas perspectivas sobre as políticas externas e estratégias diplomáticas de Portugal e Brasil. O Acervo de Obras

¹⁵ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. *Revista de Teoria da História*, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018. p. 240.

¹⁶ BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2º, Rio de Janeiro, 2019. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2019.

Raras Carlos Lacerda, na Universidade de Brasília (UnB), contém mais de 60 mil itens, incluindo correspondências, documentos, fotografias e gravações. Esse acervo foi uma fonte valiosa de informações para a análise e compreensão do papel de Lacerda e das relações entre Portugal e Brasil.

Além disso, os vídeos disponíveis no Arquivo Histórico da RTP possibilitaram uma análise mais profunda da relação de Lacerda com os portugueses. Com base nesses registros visuais, foi possível observar a admiração e estima que os portugueses tinham por Lacerda, o que contribuiu, significativamente, para a compreensão da sua reputação em Portugal. Os discursos de Lacerda transmitidos pelas emissoras portuguesas foram igualmente informativos, ajudando a elucidar suas posições partidárias e as crenças que sustentava até então.

A segunda seção desta tese, intitulada “As relações bilaterais entre Brasil e Portugal: Carlos Lacerda, um “português de alma” (1954-1960)”, concentra-se no período de 1954 a 1960, especialmente nas experiências vivenciadas por Lacerda durante esse intervalo. Em 1954, Lacerda foi obrigado a deixar o Brasil devido às inúmeras crises políticas em que desempenhou um papel fundamental, sendo o desfecho do governo Vargas o fator decisivo para essa decisão. Nesse contexto, busca-se compreender a razão de sua escolha por Portugal e o desenvolvimento inicial dessa relação. São abordadas as origens familiares de Lacerda e sua herança portuguesa, que desempenharam um papel significativo em sua conexão com o país.

Além disso, examina-se o salazarismo a partir da perspectiva da *Tribuna da Imprensa*, analisando as abordagens editoriais e políticas adotadas pelo jornal em relação a Portugal. Também são estabelecidas comparações entre a recepção de Lacerda em Portugal, durante sua morada temporária em 1956, e as circunstâncias de suas visitas subsequentes ao país. Ainda, analisam-se as semelhanças na abordagem política de dois rivais, Juscelino Kubitschek e Lacerda, que optaram por apoiar Salazar durante o período da Guerra Colonial¹⁷ (1961-1974). A seção se encerra com uma análise da participação de Lacerda no caso Humberto Delgado, um opositor de Salazar que, após contestar abertamente o regime em 1958, foi assassinado em 1965 por agentes da PIDE, o que gerou repercussões tanto em Portugal quanto internacionalmente.

A terceira seção, intitulada ““A presença de Portugal no mundo é a do próprio Brasil”: os interesses por trás da amizade de Lacerda com Portugal (1960-1965)”, procura compreender os

¹⁷A Guerra Colonial Portuguesa, desdobrada entre 1961 e 1974, representou um conflito de dimensões significativas, com repercussões que se estenderam para além das fronteiras de Portugal e suas províncias ultramarinas, afetando o contexto global e, em particular, o Brasil. As características distintas deste conflito incluíram a assimetria entre as forças em combate e as estratégias de guerrilha adotadas pelos movimentos de libertação, que buscavam a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (NUNES, António Lopes Pires. **Operações em Angola 1961/64**. Lisboa: Prefácio, 1998).

motivos de o Brasil manter uma relação com Portugal mesmo após o início da Guerra Colonial e a oposição de vários países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) à manutenção das colônias africanas. Essa relação era apoiada por políticos como Lacerda, que não apenas desejavam manter essa conexão como contribuíam para o crescimento dessa dependência.

Nessa seção, portanto, investigam-se os motivos que levaram Lacerda, como governador da Guanabara, a se aliar a Portugal. Seu relacionamento com os portugueses se tornou mais sólido nesse período, principalmente após o Golpe Civil-Militar de 1964, quando ele visitou Portugal como o legítimo representante do governo, escolhido pelos militares para esclarecer a situação do Brasil aos europeus. Nesse momento, pode-se concluir que suas decisões partiram de um interesse maior: a eleição para a Presidência da República em 1965, que não chegou a acontecer.

Na quarta seção, intitulada “Lacerda: um estrategista da dominação colonial”, visa-se compreender os motivos que levaram Lacerda a manter sua posição de exímio colonialista. Nesse contexto, examina-se o surgimento da Frente Ampla, liderada por Lacerda, e suas relações com figuras proeminentes da política luso-brasileira, como Salazar e Marcello Caetano. Além disso, investigam-se as atividades políticas de Lacerda tanto no Brasil quanto em Portugal durante esse período singular, marcado pela cassação de seu mandato em 1968, devido à sua oposição à ditadura civil-militar, bem como sua prisão política.

A pesquisa também se propõe a analisar os vínculos entre Lacerda e Marcello Caetano, incluindo a análise de correspondências entre os dois e os escritos de Lacerda sobre Caetano publicados na *Tribuna da Imprensa* e em outros jornais. Um estudo detalhado de todos os artigos escritos por ele nesse contexto foi considerado relevante porque, durante esse período, Lacerda foi para a África enviado pelo *Estado de S. Paulo*. Para finalizar essa seção, aborda-se a narrativa do fim do Estado Novo português.

Na quinta seção, intitulada “Spínola e a Revolução de 1974: a última vez de Lacerda na política (1974-1977)”, aborda-se a posição de Lacerda como apoiador do 25 de abril de 1974 em Portugal, isto é, a Revolução dos Cravos. Examina-se a participação de Lacerda nessa revolução, sua relação com Spínola e as razões que o levaram a publicar no Brasil, por meio de sua editora, a Nova Fronteira, o livro *Portugal e o futuro*, visto que a publicação desta obra em Portugal serviu como um estopim para a supracitada revolução. Nessa seção, portanto, investigam-se o início e a evolução da relação entre Lacerda e o general Spínola, explorando os motivos que fortaleceram esse vínculo, a ponto de Lacerda hospedar o general em sua casa em Petrópolis, em 1974.

É importante destacar que, embora Lacerda tenha mantido interações informais com amigos em Portugal que lhe eram queridos e que se preocupavam com seu bem-estar, não houve envolvimento formal dele com o país até o momento de seu falecimento, em 1977. Sua morte, no entanto, foi amplamente reconhecida e lamentada em Portugal, recebendo considerável atenção das mídias portuguesas, o que reflete a estima e o apreço que os portugueses tinham por ele. Por fim, analisam-se as últimas incursões políticas de Lacerda até seu falecimento, destacando a natureza e o impacto de suas ações políticas finais.

Diante do contexto apresentado, almeja-se construir uma análise abrangente, enriquecendo o estudo com uma multiplicidade de perspectivas e fontes documentais. Além do material documental, este trabalho incorpora depoimentos obtidos na exclusiva entrevista com Sebastião Lacerda, filho de Carlos Lacerda, concedida à autora desta pesquisa. A memória compartilhada pelo filho ecoa a afirmação de seu pai, que resume a complexa relação de Carlos Lacerda com Portugal de forma impactante: “sou um português de alma”. Essas palavras não apenas adicionam uma dimensão única à narrativa, mas também conferem uma significância profunda à pesquisa, elevando-a a um patamar de análise histórica essencial.

Com base nesse leque de recursos, esta tese procura lançar uma análise abrangente e aprofundada sobre a intrincada relação entre Carlos Lacerda e Portugal, desvendando os contextos políticos e os elementos que forjaram essa conexão ao longo das décadas do século XX.

2 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL: CARLOS LACERDA, UM “PORTUGUÊS DE ALMA” (1954-1960)

No final da década de 1950, tanto o Brasil quanto Portugal enfrentavam contextos políticos marcados por crises democráticas e regimes autoritários. Em Portugal, o salazarismo, regime ditatorial liderado por António de Oliveira Salazar, consolidou-se a partir de 1932 e permaneceu até 1968. Caracterizado por uma forte centralização do poder, repressão de movimentos oposicionistas e controle rigoroso sobre a sociedade e a economia, o salazarismo buscava manter a ordem interna enquanto sustentava sua política colonialista. A recusa em descolonizar resultou na deflagração da Guerra Colonial (1961-1974), um longo conflito em suas colônias africanas, exclusivamente Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que impactou diretamente as relações internacionais de Portugal.

Simultaneamente, o Brasil vivia um período de instabilidade política. O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, marcou profundamente o cenário político nacional, gerando uma crise que fragilizou o regime democrático. A partir de então, o país foi governado por lideranças que enfrentaram uma crescente polarização política e desafios econômicos significativos. Essas tensões culminaram no golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura no Brasil, caracterizada por forte repressão e censura.

Nesse contexto de instabilidade política e regimes autoritários, a presente seção analisa as relações bilaterais entre Brasil e Portugal no período de 1954 a 1960, com foco especial na figura de Carlos Lacerda. Um dos mais destacados políticos brasileiros da época, Lacerda teve suas interações com Portugal marcadas por seu exílio e por visitas subsequentes ao país. Esta seção examina essas experiências e a influência que elas exerceram sobre sua trajetória política. Além disso, são investigadas as redes de apoio que Lacerda estabeleceu nos dois países, bem como o impacto das relações bilaterais no desenvolvimento de sua carreira política.

2.1 ORIGENS FAMILIARES E HERANÇA PORTUGUESA

O Brasil sempre prezou em manter boas relações com Portugal, e Carlos Lacerda, que dizia ser “português de alma”, seguiu o mesmo caminho.¹⁸ A partir de 1968, Lacerda entrou na

¹⁸ Em diversos discursos, Carlos Lacerda confessou ser um “português de alma” e visou manter sua lealdade aos companheiros políticos do Estado Novo português.

“década da solidão”¹⁹, conforme citam seus amigos e familiares. Após ter seu mandato político cassado, conseqüentemente, afastou-se da vida política brasileira. Durante esse tempo, ele se dedicou a diversas atividades, incluindo a escrita de reflexões para a revista *Manchete*.²⁰ Esses textos seriam mais tarde compilados na obra memorialística *Rosas e pedras no meu caminho*.²¹

Uma das iniciativas de Lacerda incluiu uma investigação sobre suas raízes, que ele atribuía a uma herança luso-espanhola.²² Esse exercício de reflexão confirmou sua conexão com Portugal e reiterou a influência histórica e cultural que seus antepassados e familiares tiveram nas nações ibéricas, especialmente em Portugal. A perspectiva de Lacerda sobre o Brasil foi expressa em uma de suas últimas entrevistas, quando declarou: “Eu achava, e acho, que o Brasil é um homem que foi bêbado para a cama, dormiu pouco e mal, mas precisa acordar bem cedo pela manhã. Você tem de sacudi-lo, estapeá-lo. Se ficar fazendo festinha, ele não se levanta”.²³ Essa declaração evidencia a visão crítica e desiludida que ele mantinha em relação ao seu país natal, até mesmo durante os anos de isolamento político.

Lacerda emergiu como um nome influente na política brasileira, notável por sua oratória e um estilo de discurso frequentemente caracterizado como “controlador e polêmico”. Sua abordagem assertiva e combativa era uma resposta às falhas que identificava no sistema político do Brasil. A entrevista de 1977, na qual ele articulou a necessidade de “ação direta para o progresso”²⁴, reflete sua filosofia política e foi uma das últimas que concedeu após um período de cassação e suspensão de seus direitos políticos.

A trajetória política de Lacerda começou com seu engajamento em partidos de esquerda durante sua juventude, uma prática comum entre os políticos do século XX. No entanto, antes de se tornar uma figura central no Golpe Civil-Militar de 1964, Lacerda passou por uma transformação política significativa. Durante os anos que antecederam o golpe, ele se distanciou das políticas de esquerda e adotou uma postura mais conservadora, o que o levou a apoiar a intervenção militar.

¹⁹ A expressão “a década da solidão” é utilizada por pessoas próximas a Carlos Lacerda, incluindo seu sobrinho Gabriel Lacerda e seu amigo e biógrafo João Pinheiro Neto. Esse período de afastamento político foi marcado pela dedicação de Lacerda a diversas outras atividades, como a escrita, o cultivo de rosas e trabalhos como editor e tradutor.

²⁰ Fundada em 1952 por Adolpho Bloch, a revista *Manchete* tinha sede no Rio de Janeiro e circulou até o início dos anos 2000. Era conhecida por suas reportagens investigativas, artigos de opinião e extensa cobertura fotográfica. A revista abordava uma ampla gama de temas, incluindo política, cultura e eventos atuais. Muitas vezes, contou com contribuições de jornalistas e escritores proeminentes, como Carlos Lacerda.

²¹ Foi publicado em 2001 em comemoração aos 40 anos da Editora UnB. O livro é uma coletânea de artigos, textos e publicações de Carlos Lacerda.

²² Após receber uma cópia do suposto “brasão” da família Lacerda, foi capaz de rastrear suas raízes mais distantes.

²³ LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 37.

²⁴ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 360.

Após o golpe, Lacerda desempenhou um papel ativo na nova ordem política, mas a ditadura civil-militar subsequente decidiu excluir sua candidatura e a de outros políticos em 1965, levando à sua “exclusão política”. Isolado do cenário político nacional, Lacerda voltou sua atenção para a política externa, especialmente em relação a Portugal. Seu envolvimento com Portugal foi impulsionado tanto por laços familiares e históricos quanto por uma afinidade ideológica com as mudanças políticas que ocorriam no país europeu. Sua linhagem e origens o predestinavam para uma vida de influência e poder:

Tudo teria começado com São Fernando, rei de Espanha, pai do imperador Dom Afonso, o Sábio. Este foi pai do infante Dom Fernando de Lacerda, pretense rei de Castela, pai de Luís de Lacerda, cuja filha Isabel, da cidade do Porto, Portugal, casou-se com Dom Bernardo de Bearn. Do casal nasceu Dom Gaston, segundo Conde de Medicinaceli, pai do terceiro conde, Dom Luís de Lacerda, e do quarto, Dom Gaston, este por sua vez pai do quinto conde e primeiro Duque de Medinacelli, Dom Juan de Lacerda. O segundo Duque, Dom Juan, teve um filho, Dom Juan, quarto duque (e por onde andou o terceiro?). O quinto teve um filho, Juan Luís sexto. E deste veio o sétimo duque, também Juan Luís. O oitavo foi seu filho Juan Francisco, pai de Felícia, Marquesa de Priego, que se casou com Luís Maurício, pai de Dom Nicolis Maria Luís Fernandez de Córdoba, o novo Marquês de Priego, décimo Duque de Madinacelli, em 1736. O escudo desses Lacerdas espanhóis é aquartelado, primeiro a quarto como leão rampante, sobre partidos de prata, um castelo de outro sobre fundo rubro e três flores-de-lis.²⁵

O texto foi compilado e publicado em uma das revistas de maior circulação do país, indicando que Lacerda acreditava que sua origem seria de interesse para seus leitores, pois, caso contrário, ele não teria incluído tal tema em sua obra, considerando especialmente a densidade da leitura. Além disso, fez uma brincadeira com um dos “dons”, a quem chamava de “Dom Carlos de Lacerda”, que havia sido assassinado. Lacerda não queria ter um homônimo com um destino tão trágico. Ele mencionou que um pesquisador queria aprofundar os estudos do “brasão” da família, chegou a ser oferecido a seu avô, Sebastião Lacerda, mas foi considerado caro demais na época. Por essa razão, ele se contentou em ser, nas suas próprias palavras, um “bastardo”.

Naquele momento, esse é o máximo que ele conseguia saber sobre suas origens. Ele mencionou ter alguns primos em Portugal e citou Luís Forjaz Trigueiros como parente de seu bisavô português, João Augusto Pereira de Lacerda, que havia trabalhado como confeitiro em padarias portuguesas. Outras histórias familiares também foram abordadas nesse artigo, finalizando com a morte do seu avô.²⁶

Lacerda era filho de Maurício de Lacerda, um político, orador e escritor. Seu nome de nascimento, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, foi inspirado pelos pensadores políticos Karl

²⁵ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras no meu caminho**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. p. 35.

²⁶ *Ibid.*

Marx e Friedrich Engels, refletindo desde cedo a importância da política em sua vida. A relação de Lacerda com seu pai pode ser caracterizada por frequentes brigas e conflitos que permearam toda uma vida. De acordo com seu filho, Sebastião Lacerda²⁷, o político havia prometido nunca escrever uma biografia ou obra memorialística sobre si. No entanto, antes de seu falecimento, ele se dedicou à escrita de *A casa do meu avô*, em que narra a história de uma família inteira. Nessa obra, Lacerda escolheu homenagear seu avô, em vez de seu pai, devido aos intensos conflitos que marcaram sua vida.

Maurício de Lacerda era filho de Sebastião Lacerda, que serviu como ministro dos Transportes no governo de Prudente de Morais²⁸ e mais tarde como ministro do Supremo Tribunal Federal. Na linha materna, Lacerda era bisneto do botânico Joaquim Monteiro Caminhoá e trineto do Barão do Ribeirão. Essa família, de descendência alemã, tinha uma influência política e econômica considerável na região.

Os pais de Lacerda eram primos, ambos descendendo de Francisco Rodrigues Alves, o primeiro sesmeiro da cidade de Vassouras. A linhagem da família Lacerda remonta a João Augusto Pereira de Lacerda, bisavô de Carlos. Esse imigrante português era um confeitoiro de origens modestas que decidiu tentar a sorte no Brasil. Ao chegar, ele se casou com uma descendente de Francisco Rodrigues Alves, consolidando a união de duas famílias de destinos muito diferentes. Lacerda²⁹ relatou na obra *A casa do meu avô* a confirmação dessa árvore genealógica.

João Augusto não era um desconhecido em sua terra natal. Ele pertencia aos Lacerda do Faial, uma das principais famílias da nobreza açoriana, que eram descendentes das nobres famílias dos Pereira, senhores da Feira, e dos Lacerda, que tinham laços com as casas reais de Castela, Leão e França. De acordo com Rodrigo Lacerda³⁰:

Não sei dizer quando a primeira leva dessa família de portugueses com sobrenome alemão havia chegado ao Brasil. Há várias versões para a história. Um primo distante

²⁷ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

²⁸ Prudente José de Morais e Barros (1841-1902) foi o primeiro presidente civil do Brasil e governou de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898. Seu governo foi marcado pelo início da consolidação da República e pela pacificação interna, sobretudo em relação à Revolta Federalista e à Guerra de Canudos. Morais também enfrentou desafios econômicos significativos, como a queda dos preços do café, principal produto de exportação do Brasil na época. Ele destacou-se por seu compromisso com a estabilidade institucional e com a transição pacífica de poder, consolidando o regime republicano no país. Sobre sua importância, Moacyr Flores afirma que “Prudente de Morais foi fundamental para garantir a continuidade do regime republicano, além de ter estabelecido a prática do federalismo no Brasil” (FLORES, Moacyr. **Dicionário de história do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 58).

²⁹ LACERDA, Carlos. **A casa do meu avô**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. Esses registros estão documentados também no Arquivo Nacional Torre do Tombo, 21F, fls. 2.635.

³⁰ LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 16.

me procurou certa ocasião e, demonstrando muito mais talento para a genealogia do que eu, vendeu-me o peixe de que os Werneck descendiam de uma importante família judia, ligada ao comércio fluvial do Rio Wern, por sua vez um afluente do Reno. A partícula “eck”, para quem não sabe, e eu não sabia, quer dizer “curva” em alemão, e era, portanto, numa curva do Rio Wern que a família tinha seu castelo.

A busca pela origem da família Werneck, com suas possíveis raízes judaicas e sua ligação com o comércio fluvial, ilustra a complexidade das histórias que compõem as narrativas familiares. As diversas versões sobre a chegada desses antepassados ao Brasil refletem a riqueza da história familiar e sua conexão com diferentes culturas e regiões. A etimologia do sobrenome, com a significativa alusão à “curva” do Rio Wern, oferece uma metáfora para a jornada da família e sua trajetória ao longo do tempo. A história da família Werneck se entrelaça com reviravoltas e momentos marcantes, moldando sua identidade e trajetória ao longo das gerações.

Essa mesma trajetória familiar e as raízes que se estendem até Portugal fornecem um pano de fundo para compreender a postura de Lacerda em relação ao salazarismo. A herança cultural e as conexões genealógicas de Lacerda com Portugal influenciaram sua visão política e a maneira como ele abordava os acontecimentos no país europeu.

2.2 CARLOS LACERDA: “UM PORTUGUÊS DE ALMA” (1954-1960)

O Estado Novo português, ao longo de sua existência, empreendeu esforços consistentes para cultivar e manter relações diplomáticas robustas com o Brasil. Essa política externa era motivada por múltiplos interesses estratégicos, que iam desde a preservação de suas práticas coloniais até a garantia de direitos para os imigrantes portugueses radicados no Brasil. A ideia de estabelecer a comunidade luso-brasileira era uma expressão desses esforços, visando à oficialização dos direitos políticos dos portugueses residentes no Brasil por mais de cinco anos e reforçando os laços históricos e culturais entre as duas nações.

Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961, foi um proeminente defensor dessa relação bilateral. Apesar das divergências políticas com Carlos Lacerda, ambos compartilhavam a visão de que a aliança luso-brasileira era benéfica. Kubitschek, em um discurso proferido em janeiro de 1956, reafirmou seu compromisso em fortalecer os laços com Portugal³¹, uma postura que refletia uma conexão que transcendia o político, como evidenciado pela inclusão de uma fotografia de Salazar em um memorial em Brasília.³²

³¹ DIÁRIO de Notícias, Lisboa, 23 jan. 1956.

³² Memorial JK.

Apesar dos desafios e das reviravoltas, Lacerda alcançou posições de destaque na política brasileira. Eleito deputado federal com a maior votação do país e, mais tarde, governador da Guanabara, em 1961, sua influência política culminou em 1964 com o Golpe Civil-Militar que depôs João Goulart e instaurou a ditadura militar no Brasil. Nesse período, Lacerda emergiu como uma figura de renome tanto nacional quanto internacionalmente, sendo designado pelos militares como correspondente internacional na Europa e nas Américas. Sua habilidade oratória foi empregada para comunicar ao mundo a narrativa dos militares brasileiros, que buscavam apresentar o golpe como uma medida necessária para a salvaguarda da democracia no Brasil.

Manter Lacerda fora do país também se alinhava com os planos dos militares, que visavam perpetuar seu poder e evitar a candidatura de Lacerda à Presidência em 1965. Lacerda, que almejava concorrer às eleições presidenciais daquele ano, não conseguiu antecipar que os Atos Institucionais viriam a abolir as eleições democráticas por um extenso período.

2.2.1 Estabelecendo a relação entre Lacerda e Portugal: o declínio do Governo Vargas

Após o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, Lacerda iniciou um período de crescente influência na comunidade portuguesa. Essa fase de sua carreira foi marcada pela conquista da confiança de aliados estratégicos, que se mostraram fundamentais para o avanço de suas ambições políticas, jornalísticas e literárias. A imprensa portuguesa, particularmente o *Diário de Notícias* e o Arquivo Histórico da RTP, reflete esse desenvolvimento, passando a acolher Lacerda e sua família com crescente estima, reconhecendo-o como uma figura política de destaque e um jornalista de renome já em 1954. Nos anos que se seguiram, a eleição de Lacerda como governador do recém-estabelecido estado da Guanabara e sua aspiração à Presidência da República catalisaram uma clara mudança na percepção portuguesa em relação a ele, solidificando sua posição como um ator político influente e respeitado.

Após quinze anos no poder, Getúlio Vargas deixou a Presidência em 1945, retornando por meio de eleições diretas em 1951. O líder do Estado Novo português, António de Oliveira Salazar, temia que a relação entre os dois países pudesse se deteriorar devido ao aparente desinteresse de Vargas em manter os laços históricos.

Destaca-se que Vargas instaurou um governo ditatorial no Brasil em 1937, também chamado de Estado Novo, que compartilhava várias características com o Estado Novo português, como a proibição de partidos políticos, a repressão à dissidência e a governança por meio de uma burocracia autoritária centralizada. O Estado Novo brasileiro durou de 1937 a 1945, e a subsequente vitória de Vargas nas eleições de 1950 lhe concedeu mais três anos no poder,

até o suicídio em 1954. Durante esses períodos, Vargas se reinventou politicamente, alternando entre liberalismo reformista, corporativismo ditatorial e nacionalismo.

Apesar de Vargas defender uma posição anticolonialista, ele não enxergava meios de cortar essa relação, razão pela qual precisou garantir o apoio a Portugal durante seu mandato. Em 1953, antes da oficialização do Tratado de Amizade e Consulta³³, Vargas discursava a favor do fim do “imperialismo escravizador”, ou seja, contra as províncias ultramarinas mantidas por Portugal³⁴:

Vemos com simpatia os movimentos nacionalistas de povos que anseiam pela sua completa emancipação política e econômica, continuando em nossa orientação adversa ao imperialismo escravizador e ao colonialismo tentacular, que visam apenas locupletar-se com a miséria das Nações subdesenvolvidas [...]. Defendeu a Delegação do Brasil o princípio da autodeterminação dos povos, mantendo-se fiel à posição anticolonialista, que retrata a simpatia com que o governo considera o movimento nacionalista dos povos, política ou economicamente subordinado a outros Estados.³⁵

Estrategicamente, mesmo com as mudanças no sistema internacional na década de 1950, período pós-Segunda Guerra Mundial, coincidindo com o início da Guerra Fria, Portugal tentava preservar seu império ultramarino e seus aliados, dentre eles o Brasil. Após a Conferência de Bandung³⁶, vários países e a ONU começaram a repudiar o anticolonialismo e o imperialismo, pois viam neles os principais obstáculos à sua independência política e econômica. O antissemitismo também foi amplamente repudiado no pós-guerra, especialmente após as revelações do Holocausto cometidos pelo regime nazista na Alemanha. A ONU e a comunidade internacional se comprometeram a prevenir e combater o antissemitismo e todas as formas de discriminação racial e religiosa. Esses elementos indicam um período de importantes mudanças

³³ O Tratado de Amizade e Comércio entre Brasil e Portugal, mencionado no contexto das relações diplomáticas entre os dois países durante o governo de Getúlio Vargas, é um marco histórico que simboliza os laços estreitos entre as duas nações. Este tratado foi um dos vários acordos bilaterais que buscavam fortalecer a cooperação e a amizade luso-brasileira ao longo dos anos (BRASIL. **Decreto n. 36.776, de 13 de janeiro de 1955**. Promulga o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1955/D36776.html. Acesso em: 14 out. 2024).

³⁴ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

³⁵ VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

³⁶ Realizada em 1955 na cidade de Bandung, Indonésia, a Conferência de Bandung reuniu líderes de 29 países asiáticos e africanos. O encontro histórico teve como objetivo promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática. A conferência foi um marco no fortalecimento da solidariedade entre nações que haviam experimentado o colonialismo e buscavam uma frente unida contra o neocolonialismo das grandes potências. A conferência é notável por seu pioneirismo em tratar de questões como a influência negativa dos países ricos sobre os pobres e a prática de racismo como crime. Além disso, foi proposta a criação de um Tribunal da Descolonização e emergiu a concepção de Terceiro Mundo, além dos princípios básicos dos países não alinhados (CARVALHO, Bertran Oliveira de Alcântara. **Financiamento do BNDES à internacionalização de empresas brasileiras e a cooperação sul-sul no governo Lula: 2003 a 2010**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019).

na ordem mundial, com o surgimento de novos países independentes e a afirmação de princípios de igualdade e respeito entre as nações.

Embora a Conferência de Bandung tenha estabelecido um novo paradigma global, rejeitando o antissemitismo, o colonialismo e o imperialismo, nem todas as nações estavam prontas ou dispostas a aderir a esses ideais.³⁷ No processo de descolonização, certos países, como Portugal, adotaram novas estratégias de controle econômico e político que perpetuavam a influência das antigas potências coloniais.

Portugal, que se destacava como um país colonialista, precisou criar estratégias e contar com apoio de nações amigas para manter suas colônias africanas. O Brasil foi fundamental na Guerra Colonial devido ao apoio dado aos portugueses durante os conflitos. Lacerda era um dos políticos que acreditavam ser um erro a descolonização africana, razão pela qual apoiou fortemente a interação luso-brasileira. Para tanto, idealizou a criação de uma comunidade no Brasil, a comunidade luso-brasileira, que ajudaria a manter esses laços.

Esse apoio foi confirmado após a oficialização do Tratado de Amizade e Consulta, um importante instrumento jurídico, que deu forma às relações políticas luso-brasileiras a partir de 1953. O tratado foi ratificado por Café Filho, em 1954, e regulamentado, com direito a novos atos, no governo de Kubitschek, na década de 1960. A principal finalidade do tratado era

[...] harmonizar as políticas externas dos dois países pelo mecanismo das consultas mútuas, o tratado acabou por funcionar como um polo imanado ao redor do qual passaram a gravitar todas as correntes de opinião interessadas em ver prevalecer sobre os interesses nacionais brasileiros os interesses colonialistas portugueses.³⁸

O Tratado de Amizade e Consulta foi idealizado e criado pelo embaixador brasileiro em Lisboa, João Neves da Fontoura, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943. O embaixador “era um lusófono arrebatado, e ele pretendia conseguir uma negociação mais ampla entre os dois Estados, de modo a conciliar os interesses emigratórios portugueses com os interesses imigratórios brasileiros”.³⁹ Mesmo sendo de interesse dos portugueses a emigração para o Brasil com menos burocracia, o governo português manifestou sua preferência pela celebração de um acordo sobre a matéria, por entender que assim seus interesses ficariam mais bem assegurados

³⁷ CARVALHO, Bertran Oliveira de Alcântara. **Financiamento do BNDES à internacionalização de empresas brasileiras e a cooperação sul-sul no governo Lula: 2003 a 2010.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

³⁸ GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado.** Lisboa: Ciências Sociais, 2003. p. 99.

³⁹ *Ibid.*, p. 99.

caso eles firmassem mediante uma convenção, ao invés de ter a questão regulada apenas por um documento interno brasileiro.⁴⁰

Inicialmente, Neves da Fonseca e o governo português adiaram o projeto por não conseguirem entrar em um acordo. Quando a situação parecia se estabilizar, o primeiro-secretário da embaixada brasileira de Lisboa, Rui Ribeiro Couto, apresentou ao governo português um novo projeto de convenção assinado pelo presidente brasileiro. Esse novo projeto teve a participação do diplomata português Marcello Mathias, que ajudou na elaboração do tratado. Entretanto, com o afastamento de Vargas e o fim do Estado Novo brasileiro, houve novamente uma paralisação nas negociações.

Em 1951, com o retorno de Getúlio Vargas, os portugueses buscaram reinserir na pauta diplomática a concretização do Tratado de Amizade e Consulta.⁴¹ No entanto, o cenário estava bastante diferente do que era no início das negociações em 1943. O mundo havia enfrentado a Segunda Guerra Mundial e precisava sobreviver à Guerra Fria. Portugal buscava preservar seu império ultramarino, e o ditador Salazar contava com o generoso apoio do presidente Vargas para ter o Brasil junto de Portugal no contencioso com a Índia a propósito de Goa.

Surgiu, então, um novo projeto por parte da diplomacia brasileira apresentado pelo embaixador brasileiro em Lisboa Leão-Gracie.⁴² A única mudança foi no artigo 1º, em que ele sugeria “a promessa de consulta dos dois governos nas questões internacionais de interesse comum para os dois países, excluídas as questões ibéricas e americanas”.⁴³ No princípio, as negociações não seguiram adiante e só voltaram a evoluir após Heitor Lira, antigo embaixador do Brasil em Lisboa, defender a importância do tratado para as duas nações. O embaixador português António de Faria⁴⁴ apoiou a nova convenção e disse que os portugueses deveriam

⁴⁰ GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa: Ciências Sociais, 2003. p. 99.

⁴¹ Salazar tinha receio de reassumir a proposta, pois considerava o sistema político brasileiro muito instável, sujeito a crises periódicas, e temia que a reciprocidade de direitos abrisse uma porta para que os brasileiros imigrassem para Portugal, criando dificuldades para os portugueses no mercado de trabalho. Além disso, havia a concepção nacionalista de Vargas e seu discurso anticolonialista que revelavam a presunção de que lhe cabia dirigir, no plano internacional, os destinos do mundo de língua portuguesa. Desse modo, esse acordo não deveria envolver nenhuma questão colonial (*Ibid.*, p. 99).

⁴² Samuel de Sousa Leão Gracie (1891-1967) foi um diplomata brasileiro que tinha dificuldades em se relacionar com Vargas. Por ser considerado um grande amigo de Portugal, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal (GRACIE, Samuel de Sousa Leão. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gracie-samuel-de-sousa-leao?> Acesso em: 28 out. 2024.

⁴³ GONÇALVES, *op. cit.*, p. 103.

⁴⁴ O embaixador António Faria e Getúlio Vargas se encontraram no Brasil, sendo esse encontro favorável aos portugueses, uma vez que o presidente brasileiro concordava com a eliminação das dificuldades enfrentadas pelos emigrantes portugueses e nada mudou para a classe de emigrante brasileira (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

aceitá-la e assiná-la. Para ele, a política anticolonial de Vargas era “inoportuna” e “demagógica”.⁴⁵

A única obrigação presente no projeto de convenção de Amizade e Consulta era que os brasileiros ficassem afastados dos assuntos coloniais referentes à África, uma vez que, na concepção dos portugueses, as colônias africanas não seriam concorrentes de matéria-prima com o Brasil. Outro ponto importante seria a necessidade de uma revisão de textos, livros e publicações utilizados no ensino brasileiro, para evitar que as crianças tivessem contato com algo que as colocassem contra Portugal.⁴⁶

O processo acelerou com a nomeação de Vicente Ráo⁴⁷ para o Ministério das Relações Internacionais no lugar de Neves da Fontoura, em 1953. A preocupação portuguesa continuava sendo o posicionamento anticolonialista e nacionalista de Vargas:

A principal preocupação consistia em dar forma satisfatória à política de limitar todos os benefícios do tratado apenas ao território metropolitano. Tratava-se de excluir dele os territórios coloniais, sem chamar a atenção dos setores nacionalistas. Contudo, logo se verificou que a apreensão da diplomacia portuguesa era infundada. Do lado brasileiro também não havia interesse em que as colônias portuguesas fossem incluídas no instrumento jurídico.⁴⁸

Do lado brasileiro, também não havia o desejo de as colônias portuguesas serem mencionadas no instrumento jurídico devido às motivações raciais. Alguns dos governantes brasileiros temiam que a extensão dos benefícios portugueses aos emigrantes africanos atraísse negros e amarelos para o país. Com a compatibilização, as posições racistas das autoridades brasileiras e portuguesas chegaram a um acordo e assinaram o tratado no dia 16 de novembro de 1953.

Para o político e diplomata Vicente Raó, a assinatura representava a vitória brasileira, pois garantia que o Brasil participasse ativamente das relações políticas europeias. Vargas, por sua vez, manteve suas manifestações contra o colonialismo e discursava sobre a América não ficar “insensível aos anseios de emancipação política e libertação social que dominavam o

⁴⁵ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda:** as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 26; VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953. p. 29.

⁴⁶ GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal:** do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Ciências Sociais, 2003.

⁴⁷ Vicente Ráo era ligado a UDN. Como ministro, promoveu o reconhecimento da Organização dos Estados Americanos para a solução dos conflitos surgidos na América Latina. Deixou o ministério após a morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954 (RAO, Vicente. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vicente-paulo-francisco-rao>. Acesso em: 28 out. 2024).

⁴⁸ GONÇALVES, *op. cit.*, p. 105.

mundo moderno”.⁴⁹ Tratava-se de um discurso aliado à sua política nacionalista, demonstrando uma grande preocupação não apenas com as explorações consumadas nas sociedades africanas, mas também com as consequências dessas competitividades no mercado internacional com os brasileiros, visto que a mercadoria oriunda do baixo custo de produção afetava diretamente o Brasil e vários países da América.

O país estava mergulhado em crises políticas, econômicas e sociais, que pioraram devido à competitividade que o Tratado de Amizade e Consulta gerou. As crises políticas eram instruídas por políticos udenistas, sob liderança, na maioria das vezes, de Lacerda, que prestou oposição ao governo e contribuiu para travar a governabilidade. A partir de 1953, com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, os vínculos entre a UDN e os militares se fortaleceram no combate ao getulismo e ao comunismo.⁵⁰

Flávia Salles Ferro⁵¹ destaca a análise de Maria Victoria Benevides⁵² em um dos mais célebres estudos sobre a UDN, no qual a historiadora define o *udenismo* como o conjunto de práticas e ideias inaugurado pelo grupo que Eduardo Gomes e Lacerda pertenciam. Segundo Benevides⁵³, essa concepção ajuda a compreender a contradição entre a retórica e a prática dos udenistas. Para eles, a violação da democracia era justificada como uma necessidade para salvá-la: “violiar a democracia para melhor salvá-la”.⁵⁴ Não se tratava, portanto, de um ato espúrio, e sim de um golpe necessário para destruir um sistema considerado ilegítimo, “porque tolera (e até estimula) manifestações de grupos sociais incompatíveis com a ordem desejada”.⁵⁵

Nesse contexto, a desordem era representada por elementos como o comunismo, o getulismo e o trabalhismo. Assim, conforme Benevides⁵⁶ elucida, “a defesa da ordem e a defesa do golpe são, nesse contexto, faces da mesma moeda”. Dentro dessa lógica, Carlos Lacerda se encaixava perfeitamente no perfil político da UDN, refletindo suas contradições e seu discurso legitimador da intervenção autoritária. Contudo, Ferro⁵⁷ argumenta que o conceito de *udenismo* não é plenamente eficaz para abarcar as contradições entre o discurso liberal e a recorrência aos

⁴⁹ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 28; VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

⁵⁰ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o udenismo**: a ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

⁵¹ FERRO, Flavia Salles. **Um liberal autoritário**: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020. p. 89/90.

⁵² BENEVIDES, *op. cit.*

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ FERRO, *op. cit.*, p. 89-90.

militares e aos golpes praticados pelo grupo udenista, sugerindo que essas tensões demandam uma análise mais abrangente.

O ano de 1954 foi marcante na trajetória política de Carlos Lacerda, sendo ele um dos protagonistas de uma crise que culminaria em um dos eventos mais dramáticos da história brasileira. O atentado da Rua Toneleros, ocorrido em 5 de agosto, foi uma tentativa frustrada de assassinato contra Lacerda, que resultou na morte de seu guarda-costas, o major-aviador Rubens Vaz. Esse episódio agravou a crise política do governo federal, levando Getúlio Vargas ao suicídio em 24 de agosto. Após esses acontecimentos, em 2 de setembro de 1954, Lacerda partiu para Cuba, depois Estados Unidos e, por último, retornou a Portugal, em abril/maio de 1956⁵⁸, iniciando uma nova fase de suas relações internacionais.

A imprensa portuguesa, com destaque para o *Diário de Notícias*, noticiou a chegada de Lacerda a Lisboa, enfatizando sua influência na política brasileira e o papel que desempenhou na queda do regime de Vargas.⁵⁹ A cobertura jornalística incluiu uma minibiografia que delineava sua trajetória política e trechos de uma entrevista em que Lacerda defendia o fortalecimento das relações luso-brasileiras. Ele expressou admiração por Portugal e o desejo de aproximar seus filhos das raízes familiares, evidenciando a importância da herança cultural compartilhada.⁶⁰ Além disso, Lacerda esclareceu que não se candidataria à Presidência do Brasil nas eleições imediatas, uma declaração que refletia tanto sua estratégia política quanto suas intenções de fortalecer laços internacionais.

Nesse momento, a PIDE recebeu uma carta anônima alertando sobre a chegada de um “indivíduo perigoso e nefasto” ao país, cuja presença poderia acarretar graves consequências. A carta, de conteúdo extenso e detalhado, não continha assinatura, deixando a identidade do autor desconhecida. O envelope, no entanto, indicava claramente que o destinatário era o chefe da PIDE, sugerindo que a mensagem deveria ser levada a sério pelas autoridades competentes:

Este indivíduo, conseguiu, mercê de uma democracia liberal-suicida, conspirar abertamente contra o presidente Getúlio Vargas, culminando por sublevar as Forças Armadas, que jogou contra a pessoa do chefe da nação. Quando o governo do saudoso presidente desaparecido tentou reagir, era tarde demais. Com palácio cercado na noite do dia 23 para 24 de agosto do corrente ano, e com a intimação de se render pela renúncia, mandou dizer aos revoltosos que só encontrariam seu cadáver. E cumpriu a promessa. Carlos Lacerda usando técnicas de sua exclusiva autoria, conseguiria penetrar no seio da mocidade militar, do exército, da aeronáutica e marinha sublevando a revolta, não oferecendo nenhuma resistência [...]. Assim, Exa. Senhor, muito cuidado

⁵⁸ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1977. p. 175.

⁵⁹ CHEGOU hoje a Lisboa o jornalista brasileiro Carlos Lacerda, cuja ação esteve na base da queda do regime de Getúlio Vargas. **Diário de Notícias**, Lisboa, 27 out. 1954.

⁶⁰ *Ibid.*

com a nefasta personalidade que vai pisar no solo português. Ele declarou que vai descansar no interior... muito cuidado!⁶¹

Sebastião Lacerda, filho de Lacerda, recorda com detalhes a viagem que marcava sua primeira experiência na Europa:

“A bordo do Vera Cruz, o navio fazia escalas em diversos portos, prolongando a viagem por vários dias. Tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas que meu pai já havia encontrado em suas visitas anteriores à Europa. Partimos para Portugal logo após os tumultuados eventos de agosto, quando ocorreu o atentado da Rua Toneleros e, em seguida, o suicídio de Getúlio Vargas. Embarcamos por volta de dezembro daquele ano.”⁶²

Durante a estadia em Portugal (setembro de 1954 a novembro de 1956), Sebastião e sua família tiveram encontros memoráveis e visitaram locais significativos. Ele menciona, inclusive, a questão da censura imposta pelo Estado Novo português, destacando um episódio em que Salazar enviou um representante para recepcioná-los, reconhecendo a importância política de seu pai, então deputado.

“Lembro-me de uma conversa que meu pai teve com Nuno Simões, onde questionou sobre a persistente censura de imprensa. A resposta foi evasiva, prometendo uma futura legislação que, na prática, nunca se materializou, pois não era possível conceber uma lei que efetivamente silenciasse as vozes do povo. Após essa experiência enriquecedora, retornamos todos juntos ao Brasil.”⁶³

Quando questionado sobre a natureza das relações estabelecidas durante a viagem, Sebastião confirma que, por intermédio de seu pai, estiveram sempre em contato com indivíduos ligados à oposição ao regime de Salazar.

Considerando o telegrama anônimo, a PIDE passou a vigiar Lacerda durante sua estadia em Portugal. O setor de “Serviços Reservados” catalogava informações a seu respeito, como, por exemplo, os nomes dos lugares que ele escolhia para se hospedar – o Ritz Hotel era um dos mais conceituados hotéis de Lisboa e um dos seus preferidos. Ademais, monitorava seus encontros, principalmente com os políticos e outros intelectuais, com direito a horário de entrada e saída do hotel, além de pronunciamentos, textos publicados, aparições etc. Antes de sair do

⁶¹ Telegrama direcionado à PIDE. Lisboa, 22 out. 1954 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁶² LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁶³ *Ibid.*

Brasil, no dia 29 de agosto, Lacerda discursou na Rádio Globo⁶⁴ na tentativa de diminuir os ataques que ele e seus aliados vinham sofrendo:

[...] Amigos e convidados, boa noite. Volto à Rádio Globo, depois de alguns dias, durante os quais todos nós fomos surpreendidos com uma notícia brutal e trágica que a todos nos comoveu. Esses dias, voltaram nas ruas desordeiros e baderneiros, conduzidos e comandados por elementos comunistas para destruir a Imprensa e o Rádio Independente. Na porta da *Tribuna da Imprensa* acumularam esses baderneiros conduzidos por elementos comunistas notórios. E aqui na rádio O Globo, enquanto por telefone eu me entendia com Raul Brunini, tentando providenciar para um policiamento que não vinha, um policiamento que viesse a tempo tudo teria evitado naquelas horas de descontrole geral, da desistência total da autoridade, as pedras cantavam nos vidros da portaria desse prédio enquanto aqui dentro resistia bravamente os trabalhadores dessa rádio que aqui trabalham. Durante esses dias, dezenas se não centenas de boatos e de calúnias têm circulado nessa cidade, nesse país, contra nós, especialmente contra mim. [...]

A *Última Hora*⁶⁵, inconformada com a situação, continuava a lançar notas de repúdio à saída de Lacerda do país: “Lacerda continua escondido [...] a valentia de Lacerda, porém, sofreu um colapso no mesmo instante, pois, desde então, desapareceu misteriosamente”. No mesmo jornal, havia muita exaltação ao nome de Getúlio: “Vargas morreu para salvar a honra da pátria”.⁶⁶

Apesar da intensa vigilância e reprovação política, Lacerda não apenas conseguiu se eleger deputado, mas também retornou de Portugal para assumir seu mandato, demonstrando sua resiliência e habilidade política. O jornal *Diário do Norte*⁶⁷ destacou sua chegada ao Rio de Janeiro em “melhor forma”, ressaltando suas impressões positivas sobre Portugal. Lacerda elogiou o custo de vida mais acessível, a eficiência do turismo e a limpeza das cidades portuguesas, comparando-as favoravelmente com o Brasil. Sua gratidão pela acolhida calorosa refletia as boas relações diplomáticas entre os dois países, e ele aproveitou a oportunidade para enfatizar a importância do tratado bilateral, que facilitava o intercâmbio cultural e econômico entre as nações irmãs. Essas declarações não apenas fortaleciam os laços luso-brasileiros como também destacavam a necessidade de uma cooperação contínua para o benefício mútuo.⁶⁸

Após o suicídio de Vargas, Café Filho assumiu a Presidência e afirmou não ter intenção de interferir nas relações entre Brasil e Portugal. Raul Fernandes, o ministro das Relações

⁶⁴ OUÇA discursos de Carlos Lacerda antes e depois do suicídio de Vargas. EBC, 2014. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/todas-vozes/edicao/2014-08/no-radio-carlos-lacerda-muda-o-tom-antes-e-depois-do-suicidio-de-vargas>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁶⁵ ÚLTIMA hora, Rio de Janeiro, 27 ago. 1954, p. 7.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁶⁷ O JORNALISTA Carlos Lacerda exalta Portugal e os portugueses ao desembarcar no Rio de Janeiro. *Diário do Norte*, 9 jan. 1955.

⁶⁸ *Ibid.*

Exteriores, procurou intensificar as relações entre as duas nações. A prova desse estímulo foi o convite assentido pelo presidente Café Filho para ir a Portugal demonstrar seu apoio ao Estado Novo português.⁶⁹ Ele reafirmou todos os compromissos brasileiros para com a comunidade luso-brasileira, que era tão idealizada por Carlos Lacerda, enfatizando seu apoio a Salazar, principalmente quanto à questão colonial. Para Portugal, a viagem e todas as declarações do presidente representavam mais uma vitória diplomática.⁷⁰

A situação para Portugal era muito favorável em vários âmbitos, sobretudo no econômico-comercial. O país conseguia exportar produtos sem nenhuma dificuldade, visto que a maioria dos produtos tropicais comercializados por eles vinham das colônias africanas por baixos custos.

2.3 DOIS RIVAIS ESCOLHERAM FICAR AO LADO DE SALAZAR: KUBITSCHKE E LACERDA

Em uma carta datada de 17 de novembro de 1956, Lacerda expressou suas dúvidas e ponderações sobre o retorno ao Brasil. O exílio em Nova York havia proporcionado um distanciamento necessário para avaliar a situação política interna. Lacerda questionava a viabilidade de voltar e enfrentar as críticas, reticências e o isolamento impostos pelos “bem pensantes”. A afirmação de Lacerda⁷¹ de que “desta vez é para valer” sugere uma decisão firme, mas também revela a complexidade das circunstâncias:

Nova York, 17 de novembro de 1956:

Caro Fernando, para que voltar? Para ser alvo das ressalvas, das reticências, para ser isolado do povo pelos bem pensantes? Não meu caro, desta vez é para valer. Para começo de conversa não é possível tomar como fato consumado o golpe de novembro.⁷² Há de denunciá-lo todo dia e com a maior veemência. O próprio tom do manifesto da UDN é lastimável. [...] Não reconheço a legitimidade do governo Kubitschek. É necessário tudo e tudo ao meu alcance farei para derrubá-lo antes que

⁶⁹ De acordo com historiador Williams da Silva, o presidente Café Filho estava sendo pressionado pelos defensores da viagem, sendo seduzido também pela pompa das homenagens programadas. Sua viagem terminou em maio de 1955, acompanhado pelo chanceler Raul Fernandes e pelo ministro da Marinha Amorim do Vale. Ele cumpriu todos os rituais, correspondendo plenamente às expectativas do governo português. Williams da Silva (GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa: Ciências Sociais, 2003).

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ Carta, 17 nov. 1956 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁷² Referência ao “golpe” que levou o marechal Lott a ocupar com as tropas do Exército o Distrito Federal, de modo a garantir que Juscelino Kubitschek e João Goulart tomassem posse dos cargos da Presidência da República e Vice-Presidência da República, respectivamente. O movimento liderado por Lott no dia 2 de novembro de 1955 levou Lacerda, entre outros, a se abrigar no Ministério da Marinha e a embarcar no cruzador Tamandaré para Santos, em São Paulo (LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976: família, amigos, autores e livros, política**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 59).

produza maiores desgraças para o Brasil. [...] Não volto para ser guarda-noturno, enquanto os líderes dormem, às vezes embalados pelos próprios discursos. O que temos pela frente não são adversários, e sim inimigos [...].⁷³

O contexto do golpe de novembro, que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, estava presente nas reflexões de Lacerda. Ele via como imperativo denunciar o golpe diariamente, utilizando uma veemência característica. O manifesto da UDN, no entanto, não atendia às suas expectativas, e Lacerda não reconhecia a legitimidade do governo Kubitschek. Sua determinação em evitar “maiores desgraças para o Brasil” refletia sua visão crítica e seu compromisso com a política nacional.

O retorno de Lacerda, em novembro de 1956, não era para ser uma mera reentrada na vida política. Ele rejeitava a ideia de ser um “guarda-noturno”, alguém que apenas observa enquanto os líderes dormem. A distinção entre adversários e inimigos era clara em sua mente. Os desafios que se avizinhavam não eram meramente políticos, mas, sim, representavam uma luta contra forças que ele considerava hostis e prejudiciais ao país.

O intervalo de menos de um ano entre sua partida e retorno ao Brasil foi marcado por incertezas. Lacerda enfrentava a perspectiva de um cenário político em transformação, com a posse iminente de Kubitschek e Goulart. Sua decisão de voltar não era apenas uma questão pessoal, era uma escolha que poderia moldar o destino do Brasil.

A política de oposição de Lacerda era uma constante em sua trajetória política. Sua chegada ao Rio de Janeiro em 1954, após desembarcar do Vera Cruz, foi marcada por declarações contundentes contra Juscelino Kubitschek, acusando-o de violar a Constituição brasileira e, portanto, invalidando a legitimidade de sua vitória eleitoral. Lacerda alegava que as eleições haviam sido uma farsa e criticava Kubitschek por supostamente trair Cristiano Machado, candidato de seu partido, ao apoiar o PTB secretamente em 1950. Em sua visão, o Brasil necessitava de um “regime de emergência”⁷⁴, que, segundo ele, não configurava um golpe de Estado.⁷⁵

⁷³ O advogado Fernando Cícero da Franca Veloso era um dos amigos mais próximos de Lacerda e padrinho de seu filho Sebastião Lacerda (LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 59-60).

⁷⁴ BOJUNGA, Cláudio. **JK**: o artista do impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 354.

⁷⁵ “[...] conspirávamos para ver se forçávamos o Café Filho a adiar as eleições – a favor dessa tese havia uma minoria no Exército, mas uma minoria muito atuante; a Aeronáutica estava quase unanimemente, e a Marinha, menos politizada, não se manifestou. Nesse tempo, a Marinha era muito marcada, ainda um pouco aristocrática, um pouco monárquica [...], mas, em todo caso, havia alguns ‘mariscos’ – como eles se chamam entre si – que participaram da história também. Mas muito pouco” (LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 155).

Diante do caos político que se instaurava no país, o presidente Carlos Luz foi aconselhado a buscar refúgio no Ministério da Marinha, acompanhado por Lacerda e mais onze ministros e membros do governo. A bordo do cruzador Tamandaré⁷⁶, o grupo tinha como destino Santos, no estado de São Paulo, onde pretendiam estabelecer um governo provisório. Esse movimento estratégico visava ganhar tempo para a consolidação do golpe que se desenhava.⁷⁷

Os generais Henrique Teixeira Lott e Odílio Denys emergiram como figuras centrais na defesa da democracia brasileira. Eles foram responsáveis por um movimento que Carloni descreve como “a marcha do novo golpismo”⁷⁸, um paradoxal golpe preventivo que resultou na deposição do presidente em exercício, Carlos Luz, conhecido por seu antivarguismo.⁷⁹ Para os opositores, o dia 11 de novembro representou um golpe clássico, orquestrado pela UDN e por militares aliados a Lacerda, com o objetivo de impedir a posse de Kubitschek. No entanto, para o general Lott, essa suposta tentativa de golpe era apenas “wishful thinking”.⁸⁰

Lacerda precisou encontrar um local seguro para se abrigar até que os eventos caíssem no esquecimento. O jornal *Correio da Manhã*⁸¹ relatou que, pouco tempo depois, já não se falava mais em golpistas; a narrativa havia mudado, e todos pareciam defender o respeito à Constituição, à decisão das urnas e às liberdades democráticas. Em meio a essa reviravolta, Carlos Luz renunciou à Presidência da República e da Câmara, e Lacerda, ainda que contrariado, decidiu deixar o Brasil temporariamente, temendo ser alvo de outro atentado.

⁷⁶ “Quando o *Tamandaré* ultrapassou o Pão de Açúcar, na saída da Baía de Guanabara, começaram vários disparos. Queriam que os ministros e Carlos Luz desistisse do plano de efetivar o governo em São Paulo, para garantir a posse dos eleitos. Foi um verdadeiro desespero, e os moradores do Rio de Janeiro colocaram nas janelas dos prédios da orla lençóis e toalhas brancas: foi um momento realmente que até hoje me emociona muito, porque foi um momento decisivo, onde qualquer erro de decisão podia causar as piores consequências” (LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 164). “O *Tamandaré* não respondeu aos tiros: ‘vamos desembarcar em Santos’, disse o presidente Carlos Luz. ‘Não vamos atirar em uma cidade indefesa’” (BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 408). “Havia várias unidades solidárias ao general Lott, por exemplo, a guarnição militar de Santos que informou que receberia à bala o navio, caso chegasse ao porto. Ao ouvir esse grave comunicado, o presidente Carlos Luz reuniu todos para uma conversa franca. Lacerda relatou o momento e afirmou que ‘todos os ministros votaram pelo desembarque em Santos, houve praticamente unanimidade a favor de continuar a viagem, a qualquer custo, e a qualquer risco’ [...]. Porém, após um longo discurso do Coronel Memede, com receio de toda a situação, os ministros começaram a mudar os votos. Lacerda mencionou que ele mesmo não se sentia à vontade para votar, por não ser um ministro. Pela confiança do Presidente Luz que lhe foi concedido, concordava com posicionamento do Coronel, e que por mais que doía muito, era melhor voltar para o Rio de Janeiro para evitar uma grande tragédia, por fim, depois das argumentações, ficou decidido pela maioria que era melhor voltar para a cidade carioca” (LACERDA, *op. cit.*, p. 166).

⁷⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁷⁸ CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010. p. 95-99.

⁷⁹ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o udenismo: a ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 24 nov. 1955.

Com a ajuda de Adauto Lúcio Cardoso e Afonso Arinos, Lacerda pediu asilo para a embaixada do Peru, que foi negado, provavelmente, por questões políticas.⁸² Decidiram, então, procurar a embaixada cubana, onde Lacerda foi aceito, viajando para Cuba em setembro de 1954. Gabriel Landa, o embaixador⁸³, recebeu Lacerda em sua casa por alguns dias, conforme Lacerda⁸⁴ conta:

Pelo regulamento não podia receber visitas, a não ser minha família. Dali a pouco toca a campainha – era o ex-Chanceler Raul Fernandes que vinha me visitar. Diz o Landa: “Eu não posso barrar o ex-Ministro do Exterior do Brasil que vem visitar a minha casa, mas espero que vocês não conpirem juntos”. Aí entrou o Raul Fernandes e me visitou. Pouco depois chega o João Neves, outro ex-chanceler. Diz o Landa: “É outro Ministro do Exterior que não posso, absolutamente, barrar”.

Em setembro, movido por razões pessoais⁸⁵, Lacerda tomou a decisão de partir para os Estados Unidos. Contudo, enfrentou um obstáculo: a falta do visto americano necessário para adentrar o país. Graças à intervenção eficaz de Gabriel Landa, a autorização foi prontamente obtida, permitindo assim sua viagem.

Nos primeiros dias, ele ficou hospedado em um hotel na Broadway. Depois, Andrew Heiskell conseguiu uma moradia para ele, visto que na época era presidente do Board of Director do Time & Life. Lacerda pretendia ficar nos Estados Unidos cerca de seis meses, até que a situação política no Brasil se estabilizasse. Na véspera do Natal, sua família já estava com ele. Após alguns dias, Lacerda passou a trabalhar como correspondente internacional⁸⁶ para seu jornal, a *Tribuna Imprensa*, e outros periódicos, como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o

⁸² A *Última Hora* não deixou de ironizá-lo, como incessantemente fazia: “o corvo foge acovardado para conspirar em Cuba! O Peru não reconheceu o perigo alegado por Lacerda para asilá-lo em sua embaixada. De fuga em fuga onde parará o trêfego provocador?” (ÚLTIMA Hora, Rio de Janeiro, 15 nov. 1955).

⁸³ Sr. Sebastião, filho de Lacerda, mencionou que Gabriel Landa era o embaixador cubano aqui no nosso país há muito tempo, inclusive, ganhou em homenagem uma rua com seu nome em São Conrado, Rio de Janeiro (LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023).

⁸⁴ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 170.

⁸⁵ A esposa do embaixador Gabriel Landa era getulista. Lacerda relatou no *Depoimento* que percebeu o desconforto dela em recebê-lo em sua casa e preferiu ir embora o quanto antes. “Eu soube mais tarde, por um empregado da embaixada, que, quando o Landa entregou a bandeja à mulher – ela tinha sumido de casa, dizendo que não apareceria enquanto eu estivesse lá, depois é que eu soube –, ela pegou-a e varejou na parede. Ela não só tinha sido muito amiga do Getúlio, como era metida a esquerda festiva, e reunia em casa gente como Jorge Amado, a esquerda festiva da época. Ela tinha horror a mim, me achava o maior dos fascistas, apesar de ser embaixatriz do Batista! Aliás, era constrangedor para mim estar asilado na embaixada do Batista, embora o Landa não tivesse nada com isso. Ele era um político aposentado que aceitou ser embaixador o resto da vida. Mas, quando percebi o constrangimento na vida do casal, comuniquei à minha família que tinha de ir embora e disse ao Landa: ‘Olha, Embaixador, acho que o asilo já durou muito tempo, eu queria que o senhor obtivesse junto ao Itamarati a permissão para eu sair do Brasil’” (*Ibid.*).

⁸⁶ Usando o pseudônimo de Júlio Tavares, Lacerda assinou a coluna “Um brasileiro na terra do Tio Sam”, em *O Globo*, em que, aos olhos de um residente nos EUA, tratava de temas do cotidiano da sociedade norte-americana e da política internacional e brasileira.

Semanário Paulista Shopping News.⁸⁷ Seu sustento também era extraído de traduções de filmes e na elaboração de suas legendas. Eventualmente, realizava algumas palestras. Lacerda conseguiu manter seu mandato de deputado federal recebendo metade de seus honorários e ainda teve o apoio financeiro de amigos, seguidores (conhecidos como lacerdistas) e familiares durante todo o período.

A *Tribuna da Imprensa* estampou na primeira página, no fim de 1955, uma mensagem de esperança para o próximo ano que se iniciava: “aos que não se omitiram, um dia se fará justiça”, em seguida, fez saudações aos amigos e companheiros de luta e afirmou que: “no meio da vergonha e do tumulto, não desesperemos de ser brasileiro”.⁸⁸

Próximo da posse de Kubitschek e Goulart, Lacerda não reconhecia a vitória democrática dos políticos. De acordo com Leandro Pereira Gonçalves⁸⁹, se a vitória tivesse sido de Plínio Salgado, os conflitos internos também não teriam sido omitidos. Plínio afirmou que “certamente lutaria contra a tese do jornal do Sr. Carlos Lacerda”⁹⁰, evidenciando a oposição que existia entre as duas figuras. Lacerda, por sua vez, estava sempre à frente de ações e manobras políticas, ameaçando golpes atrás de golpes, o que refletia a intensidade e a instabilidade do cenário político da época.

Nesse momento, havia denúncias contra ele, certificando que, mesmo no exterior, ele continuava pregando o regime de exceção. Lacerda discursava nos Estados Unidos sobre a “desonra, a desmoralização e o descrédito”⁹¹ que se encontrava o Brasil. Entregou ao *The New York Times* uma carta que ele havia escrito no início do ano de 1956. O documento, publicado no dia 6 de janeiro de 1956, denunciava a ilegitimidade da vitória eleitoral:

Kubitschek foi eleito por uma coligação ilegal. A parte dos Comandantes do Exército que tenta empossá-lo, defronta-se com a Marinha e a Aeronáutica e com um número crescente de descontentes no próprio Exército [...]. Sua posse será consequência de uma insurreição que estabeleceu o estado de sítio e pesada censura à imprensa e à rádio. A maioria de Kubitschek no congresso é a mesma de Vargas e permanece, tanto quanto ele, apegada aos mesmos compromissos.^{92,93}

Além dessas declarações, afirmou que a eleição provocara uma cisão nas Forças Armadas, “abrindo caminho para uma ação expansiva do partido comunista, no sentido de

⁸⁷ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2.

⁸⁸ TRIBUNA da Imprensa, Rio de Janeiro, 27 dez. 1955, p. 1.

⁸⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 321.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 321.

⁹¹ ÚLTIMA Hora, Rio de Janeiro, 10 fev. 1956, p. 2.

⁹² A tradução de citações de fontes estrangeiras utilizadas nesta tese foram feitas pela autora.

⁹³ THE NEW York Times, Nova York, 6 jan. 1956.

assumir o controle das massas, graças à nova tática da Rússia de uma ampla frente unida”.⁹⁴ Em resposta à carta de Lacerda, Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio e que integrava a comitiva de Kubitschek nos Estados Unidos, publicou, na mesma seção do *The New York Times*, no dia 10 de janeiro, uma carta defendendo a legitimidade do governo de JK.⁹⁵

Nessa mesma época, Lacerda se envolveu em mais um escândalo. Dessa vez, com o bispo auxiliar da capital do país, Hélder Câmara, que passou a declarar seu apoio ao governo de Kubitschek. O bispo era “amigo e confidente de Lacerda e frequentador de sua casa”.⁹⁶ Insatisfeito com a declaração do bispo, ele solicitou a Francisco Duarte Ferreira Filho⁹⁷ para publicar uma carta direcionada ao antigo amigo, que deveria ser divulgada apenas se o religioso permitisse. Entretanto, por falha de comunicação, o documento acabou sendo publicado sem o consentimento de Dom Hélder.⁹⁸

Na carta, ele demonstrava toda sua decepção ao bispo por apoiar o governo e alegou que “a Igreja, como uma grande fonte de poder e controle das massas, deveria ajudar o país a conquistar a verdadeira democracia”. Lacerda publicou na *Tribuna da Imprensa* uma carta destinada a Kubitschek em que expunha todo seu desgosto com o governo: justificou que se tratava de uma oligarquia que dominava o país há mais de 25 anos. O bispo não concordou com o posicionamento de Lacerda e lhe enviou uma carta, repostada pelo *Correio da Manhã*, afirmando que o governo era legítimo e que, por isso, tinha seu apoio. Ainda criticou severamente a carta publicada na *Tribuna da Imprensa* ao presidente. O religioso se posicionou: “a carta não está à altura da sua inteligência e de sua classe jornalística. O Dr. Juscelino que perdoe Carlos, que tanto lhe causou decepção. Juscelino é o legítimo presidente do país”. E concluiu dizendo que “Carlos havia se revelado um indivíduo cheio de ódio e devia ficar calado sobre o Brasil enquanto estivesse no exterior”.⁹⁹

A resposta de Dom Hélder não agradou a Lacerda e sua família. Sua mãe, Olga Lacerda, respondeu à carta do bispo: “o Sr. aproveitou o exílio do meu filho para acusá-lo de homem cheio de ódio [...] o Sr. ia diariamente em nossas casas, levando comunhão, como o Sr. combina a comunhão que lhe dava com uma causação de que ele é um homem cheio de ódio?”¹⁰⁰

⁹⁴ THE NEW York Times, Nova York, 6 jan. 1956.

⁹⁵ *Id.*, 10 jan. 1956.

⁹⁶ BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 485.

⁹⁷ Duarte Ferreira Filho foi suplente de deputado federal pela UDN e participou da elaboração da Constituição brasileira de 1946. Disputou uma nova eleição em 1966, quando foi eleito senador pela ARENA (DUARTE FILHO, Francisco. *In: FGV CPDOC*. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/duarte-filho-francisco>. Acesso em: 28 out. 2024).

⁹⁸ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2.

⁹⁹ CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 3 abr. 1956, p. 3.

¹⁰⁰ DULLES, *op. cit.*, p. 245.

Durante seu período de exílio, Lacerda enfrentou desafios significativos, incluindo um desentendimento com um bispo que, até então, era considerado seu amigo.¹⁰¹ A situação foi particularmente decepcionante para Lacerda, dada a proximidade anterior entre eles. Lacerda expressou suas preocupações em uma correspondência extensa de 55 páginas, parte da qual foi publicada na *Tribuna da Imprensa*. Nessa correspondência, Lacerda abordou vários pontos, destacando especialmente o discurso de ódio enfatizado pelo bispo.¹⁰² No entanto, é fundamental analisar esses documentos com um olhar crítico, reconhecendo a possibilidade de viés na narrativa de Lacerda.

Em abril de 1956, o retorno de Lacerda ao Brasil ainda era inviável, levando-o a solicitar uma nova prorrogação de sua licença. Enquanto isso, Juscelino Kubitschek e João Goulart (Jango) continuavam buscando novos aliados para garantir o sucesso do Plano de Metas e a construção da nova capital brasileira, Brasília. Nesse contexto, a *Tribuna da Imprensa* noticiou um livro em elaboração por Lacerda, intitulado *A reforma no Brasil*. Segundo a imprensa, essa obra propunha uma visão crítica da política brasileira e delineava um futuro condicionado por reformas substanciais.¹⁰³ No entanto, não existem registros confirmados da existência ou publicação desse livro, o que nos leva a adotar uma abordagem cautelosa ao referenciá-lo.

Lacerda também expressou críticas ao governo dos Estados Unidos, o acusando de financiar a corrupção em nações em desenvolvimento e de manipular a opinião pública por meio de publicações, como a revista *Times*. Além disso, mencionou James Kemper, ex-embaixador americano, insinuando sua influência sobre Goulart para favorecer interesses empresariais.¹⁰⁴ Essas afirmações, embora façam parte do discurso de Lacerda, devem ser examinadas com rigor acadêmico, evitando endossar acusações sem a devida verificação documental.

Após manifestar críticas severas ao governo dos Estados Unidos, Lacerda decidiu estabelecer residência em Portugal, um movimento que ganhou destaque no jornal *Correio da Manhã*.¹⁰⁵ A escolha por Portugal como seu novo lar foi feita de forma ponderada, refletindo as preferências pessoais e as necessidades práticas de Lacerda. Nas declarações dadas ao *Correio da Manhã*¹⁰⁶, ele reafirmou sua determinação de voltar ao Brasil antes do fim do prazo de sua licença, sublinhando seu desejo de cumprir com suas obrigações políticas.

A motivação para a mudança de país foi fortemente influenciada por fatores econômicos:

¹⁰¹ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2.

¹⁰² TRIBUNA da Imprensa, Rio de Janeiro, 6 jun. 1956.

¹⁰³ *Id.*, 7-8 abr. 1956.

¹⁰⁴ DULLES, *op. cit.*

¹⁰⁵ CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 15 jun. 1956.

¹⁰⁶ *Id.*, 15 jun. 1956.

O dólar estava subindo muito. Fui ajudado por um amigo meu, José Famadas, que me arranhou alguns filmes para eu legendar em português. Pagavam 200 dólares por filme, mas cobravam até o papel em que a gente escrevia, descontavam impostos de renda e, líquido, recebia só 116 dólares. Traduzi *O Monstro da Lagoa*, depois *Cowboy...* No entanto, não dava mais para viver lá.¹⁰⁷

Embora Lacerda tenha justificado sua mudança para Portugal com base no alto custo de vida nos Estados Unidos, informações públicas sobre seus honorários como vereador, os ganhos com traduções e o suporte financeiro dos lacerdistas indicam que ele não estava em uma situação financeira precária. Esses rendimentos, embora não divulgados em detalhes, sugerem que Lacerda tinha meios suficientes para manter um padrão de vida confortável. Além disso, a mudança para Portugal, incluindo o transporte de sua família e a relocação para um novo país, inevitavelmente acarretaria custos adicionais. A escolha de Portugal, entre tantos destinos possíveis, levanta questões sobre outros fatores que podem ter influenciado sua decisão, além das razões econômicas apresentadas. Portugal era uma escolha segura para as lideranças conservadoras da época, servindo como um refúgio estratégico onde poderiam reconfigurar suas influências políticas. De acordo com Leandro Pereira Gonçalves¹⁰⁸, “percebe-se que, com o exílio em Portugal, buscou-se a criação e o controle de uma estrutura sólida”, o que se aplica claramente ao caso de Plínio Salgado, que usou o território português como base para suas atividades políticas e articulações. Para Carlos Lacerda, a situação não foi diferente. Também ele encontrou em Portugal um espaço seguro, onde pôde continuar a desenvolver sua agenda política, manter sua rede de contatos e dar continuidade à sua luta contra o regime brasileiro.

Lacerda arrendou uma casa em São João do Estoril, a 24 km de Lisboa. Maria Cristina, única filha que acompanhou os pais na mudança do destino do autoexílio, escreveu uma carta com a ajuda da mãe Letícia ao irmão mais velho, Sebastião Lacerda, contando que aprendeu a jogar golfe com Lacerda e que as praias eram próximas à sua residência. Letícia, esposa de Lacerda, estava com a saúde debilitada na época, e eles acreditavam que morar próximo ao mar poderia ajudá-la no tratamento. Em seu livro *Depoimento*¹⁰⁹, Lacerda frisou o quanto era mais barato morar em Portugal, querendo, desse modo, provar que essa mudança foi realmente

¹⁰⁷ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 174-175.

¹⁰⁸ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 172.

¹⁰⁹ “Arrendei uma casa por mil escudos que, mais o recheio, como eles chamam os móveis e o que mais havia lá dentro, ficava por três mil escudos. O escudo custava um cruzeiro e setenta centavos, infinitamente mais barato que o dólar, que já chegou à fabulosa quantia de 18 mil-réis. Fiquei em Lisboa uns três ou quatro meses, mas já estava há dez meses fora do Brasil” (LACERDA, *op. cit.*).

necessária, e não proposital, mesmo tendo trabalho, moradia e fazendo outras atividades nos EUA.

Ir para Portugal naquele momento era algo reconfortante. A escolha de Lacerda por Lisboa pode ser vista sob uma luz positiva, considerando o contexto político de Portugal na época. Durante o período do Estado Novo, que se estendeu de 1933 a 1974, Portugal era caracterizado por uma política conservadora e uma estrutura corporativa que enfatizava valores como a pátria e a família, elementos que também eram defendidas por Lacerda.¹¹⁰ No entanto, os últimos anos do regime salazarista foram marcados por sinais de crise, como a resistência interna e o crescente isolamento internacional, intensificado pela oposição à Guerra Colonial na África. A repressão aos movimentos de independência nas colônias e o controle rígido sobre a política interna demonstravam a tentativa desesperada de manter o império português intacto.

Apesar do colapso iminente, o regime de Marcello Caetano (27/09/1968 a 25/04/1974), que sucedeu a Salazar, persistia em seu discurso intransigente, justificando a Guerra Colonial como uma defesa da integridade territorial e dos interesses portugueses. A repressão violenta às manifestações em Portugal e nas colônias reforçava o caráter autoritário do governo, mas também acelerava a erosão da sua legitimidade. Como observado nos eventos que levaram ao golpe de 25 de abril de 1974, o mal-estar no país crescia, e as Forças Armadas estavam cada vez mais envolvidas em conspirações contra o regime. Essa conjuntura de crise interna e insatisfação externa tornava Portugal um terreno fértil para a revolução, ainda que Lacerda, em seu autoexílio, buscasse refúgio em um país cujo governo compartilhava de muitos de seus valores conservadores:

A história do dia a dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser –, e o que se acabou sendo de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade. É a história da sua redefinição e da sua reconstrução, que se impunham num processo que se estendeu ao longo das fases do exílio e que continuou para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil.¹¹¹

A experiência de autoexílio de Lacerda pode ser entendida como um processo ambíguo. Ao mesmo tempo que encontrou em Lisboa um ambiente politicamente compatível com suas

¹¹⁰ ROSAS, Fernando. **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.

¹¹¹ ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro. In: JORNADAS INTERESCUELAS, XI, San Miguel de Tucumán, Argentina, 2007. **Anais [...]**. San Miguel de Tucumán, Argentina, 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/758.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

convicções conservadoras, também vivenciou o desconforto causado pelas tensões internas e pelo iminente colapso do regime salazarista. Como muitos exilados, Lacerda enfrentou a dificuldade de manter sua identidade e suas convicções em um cenário onde a crise política, econômica e social tornava incerta a estabilidade que ele tanto almejava. Entretanto, ele continuou sendo um opositor ao governo.

No início de julho, ele publicou uma carta na *Tribuna da Imprensa* direcionada ao general Lott e seus companheiros de governo, propondo a todos eles que renunciassem urgentemente: “um regime de emergência seria o sonho da maioria dos brasileiros. Além disso, especuladores, administradores desonestos e negociastas seriam julgados e presos. Juízes venais e desqualificados seriam demitidos, e a influência comunista seria erradicada da administração pública”¹¹²:

A carta de Lacerda, escrita quando este ainda esperava completar o livro que havia começado a escrever em Norwalk, deu uma ideia do que ele pretendia para o Brasil. A reforma eleitoral estabeleceria a municipalidade como a fonte primeira do poder democrático, com a votação nele restrita para chefes de família, e com eleições indiretas para os escalões superiores. Lacerda escreveu que o sufrágio universal, tal qual vem sendo praticado no Brasil, importa, na prática, numa ditadura da ignorância e da irresponsabilidade.¹¹³

A proposta de reforma eleitoral atribuída a Lacerda, que visava revogar o direito de voto das mulheres, representaria um grave atentado contra os princípios democráticos do Brasil. Tal medida implicaria um retrocesso inaceitável, desconsiderando a luta histórica pelo sufrágio feminino – uma luta que culminou na conquista de um direito fundamental para a inclusão e representatividade das mulheres na esfera política. A crença infundada de que as mulheres não teriam capacidade para exercer o voto, relegando tal prerrogativa exclusivamente aos chefes de família de “escalões superiores”, reflete uma visão arcaica e antidemocrática.

Além disso, a proposta de retorno à votação indireta, com o intuito de manipular resultados eleitorais, contraria o espírito da democracia, que se baseia na expressão direta e livre da vontade popular. Portanto, é imprescindível que tais ideias sejam analisadas criticamente, considerando o impacto negativo que teriam sobre a integridade e a evolução democrática do país: “A reforma agrária, buscando a recuperação da terra e a sua melhor distribuição, iria formar uma classe média agrícola, acompanhada de uma imigração intensa de elementos identificados com as características brasileiras, sobretudo portuguesa”.¹¹⁴

¹¹² DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2. p. 248.

¹¹³ *Ibid.*, p. 249.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 249-250.

Portugal não foi escolhido aleatoriamente como destino por Lacerda. A análise de seus últimos discursos e da situação política do Brasil torna claro que Lacerda, provavelmente, se sentia mais confortável em Portugal, por haver um regime ditatorial de longa duração. Ademais, diversos fatores concorriam para obstaculizar seu regresso ao Brasil, impondo-lhe uma série de entraves que o desencorajavam de empreender tal retorno. Sua crítica contínua às políticas do governo de Juscelino Kubitschek, especialmente em relação às propostas do Fundo Monetário Internacional (FMI), colocava-o em oposição direta aos interesses do governo. Lacerda temia enfrentar represálias políticas ao regressar, uma vez que suas opiniões contrariavam os interesses governamentais vigentes.

Além disso, a controvérsia da Carta Brandi adicionava uma camada de incerteza e risco ao cenário político já volátil. A carta, que supostamente propunha a criação de uma república sindicalista na América Latina, foi divulgada pelo jornal *Tribuna de Imprensa*¹¹⁵, dirigido por Lacerda. As suspeitas de falsificação da carta e a subsequente queda de Juan Domingo Perón na Argentina adicionaram uma camada de incerteza e risco político, tornando o retorno de Lacerda potencialmente perigoso.

Por fim, o risco de prisão devido ao seu envolvimento na divulgação da Carta Brandi era uma ameaça palpável. Sendo acusado como um dos principais divulgadores do documento falsificado, Lacerda poderia ser responsabilizado judicialmente, o que incluía a possibilidade de ter que pagar uma indenização substancial, conforme estipulado pela Constituição brasileira. Essas circunstâncias criaram um ambiente hostil e inseguro para Lacerda, justificando sua hesitação em retornar ao país.¹¹⁶

Essa situação o levou a solicitar novamente a prorrogação de sua licença do cargo de deputado federal, que em meio a confusões e opiniões controversas foi providenciada por seu amigo e político Afonso Arinos. O novo afastamento foi concedido por tempo indeterminado, oportuno à situação em que ele se encontrava.¹¹⁷ Ele escreveu a Fernando Veloso contando detalhadamente o ocorrido:

[...] A carta, aliás, era datada de 14, minha secretária, cujos horários estão muito discutíveis, somente me entregou dia 16, para um prazo que ela achou fatal. Quanta displicência! Foi então que corri ao telégrafo e gastei mais de dois mil escudos de telegramas urgentes para ver se, ontem à noite, teria uma solução; pois, de outro modo, embarcaria hoje para o Rio a fim de tentar salvar o mandato e lutar por ele, já com uma

¹¹⁵ TRIBUNA da Imprensa, Rio de Janeiro, 17-18 set. 1955.

¹¹⁶ CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 21 jul. 1956.

¹¹⁷ *Id.*, 19 jul. 1956.

dificuldade à vista, pois a Panair está sem lugar vago. Acabo de receber, agora pela manhã, um telegrama de casa dizendo que está tudo bem.¹¹⁸

Na carta endereçada a Fernando Veloso, Lacerda expressou sua oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, que ainda estava em seu primeiro semestre de mandato. Lacerda ponderava sobre a possibilidade de retornar ao Brasil, questionando o propósito de tal retorno diante do que ele percebia como um cenário político dominado por “grandes figuras da inércia nacional”.¹¹⁹ Ele refletia sobre o isolamento que poderia enfrentar ao se opor a essas figuras e expressava ceticismo quanto ao otimismo que, segundo sua percepção, prevalecia entre alguns setores da sociedade brasileira.

Se o Lott der ao povo uma saída, encerrando o capítulo de Kubitschek como um erro que ele próprio emendou, conquistará popularidade, além de força política que já tem nas mãos e força militar, que se acrescentará. Então, nem em muitos anos se conseguirá tirá-lo. É importante responder-lhe não com insultos, mas com uma análise popular, objetiva, fria, de suas proposições e contradições da má-fé e de suas posições.¹²⁰

Lacerda pensava em soluções para o que ele acreditava ser o melhor para o Brasil:

É preciso criar um clima de resistência, de sublevação prévia, contra a lenta, mas crescente aceitação do “fato consumado” que ele prepara no seu gabinete. É preciso desmascarar os planos com coragem, para isto é preciso que os “grandes”, se querem justificar a sua liderança, se exponham um pouco, que raios! ponham o nariz de fora, pois só eles têm autoridade para ferir a fera no seu covil.¹²¹

Para Lacerda, a postura de Juscelino Kubitschek era caracterizada por uma espera calculada, uma hesitação que ele interpretava não como uma consequência da oposição política, mas como uma manifestação de cautela e astúcia. Contudo, historiadores como Lucas Berlanza¹²² propõem uma contextualização mais ampla da conduta de Kubitschek, inserindo-a em um cenário político complexo, marcado por desafios internos e pela manutenção da influência varguista por intermédio de uma aliança entre o PSD e o PTB.

A concepção de uma “revolução democrática brasileira”, defendida por Lacerda como imperativa para mobilizar a opinião pública e fomentar a democracia e o progresso, é matizada pela historiografia contemporânea. Esta sugere que a realidade política da época era

¹¹⁸ LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 149.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 149.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 154.

¹²¹ *Ibid.*, p. 154.

¹²² BERLANZA, Lucas. **Lacerda**: a virtude da polêmica. São Paulo: LVM Editora, 2019. p. 59.

intrinsecamente mais complexa, e a retórica revolucionária poderia ser interpretada sob múltiplas óticas, refletindo as diversas inclinações políticas e as distintas leituras históricas:

Era necessário, urgentemente, a preparação da opinião pública. O nome deveria ser “revolução democrática brasileira”. O propósito resumidamente declarado: o de criar condições para a democracia e o progresso do país. É preciso falar de uma força existente, para que o povo conte com ela, espere dela, alguma coisa, e não de Lott – que deve ser insistente e competentemente ligado aos erros de JK, pelos quais ele é responsável máximo, pois envolveu o Exército na aventura de um bando de politiquinhos e negociatas que estão pondo o Brasil em leilão.¹²³

O discurso de Lacerda não sofreu nenhuma interferência em relação às suas menções do início do ano de 1956. Em janeiro, ele enviou uma carta ao jornalista e escritor Carlos Alberto: “servi de bode expiatório e armazém de pancada durante dois anos, ou quase, na esperança de que com isso eram poupados pudessem ou quisessem ou soubessem agir”.¹²⁴ E continuou: “eu não aceito o que está acontecendo no Brasil. Ou o Brasil realiza a sua revolução agora, ou terá uma guerra civil em pouco tempo”.¹²⁵ Finalizou dizendo: “não quero ser o indesejável, o desagradável, o desmancha-prazeres que fui ao governo Café Filho, no meu partido e um pouco por toda parte”.¹²⁶

Em Portugal, Lacerda conquistava importantes aliados. Nuno Simões¹²⁷ foi um dos seus amigos que o acompanhou durante esse período e em outros anos em que ele esteve em Portugal. Sua amizade começou na década de 1950.¹²⁸ Em agosto de 1956, por ocasião das comemorações do segundo aniversário da morte de Vargas, Lacerda divulgou na *Tribuna da Imprensa* um “Manifesto ao povo brasileiro”, para defender-se da “pecha de falsário que lhe fora imputada, justificando sua ausência do país”¹²⁹ como uma necessidade, pois, segundo ele, teria provavelmente morrido se tivesse ficado. Aproveitou para qualificar Kubitschek como um “exibicionista delirante” e Jango como “traidor”.¹³⁰ Sua mágoa com a grande imprensa

¹²³ LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 59.

¹²⁴ BERLANZA, Lucas. **Lacerda**: a virtude da polêmica. São Paulo: LVM Editora, 2019. p. 146.

¹²⁵ LACERDA, *op. cit.*, p. 147.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 147.

¹²⁷ Nuno Simões nasceu em Candelária, Portugal, foi advogado, jornalista e notório antissalazarista. Tornou-se sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (*Ibid.*).

¹²⁸ “[...] Em 1961, Lacerda era o deputado mais votado do país. Ele escreveu-lhe expressando toda a vontade de voltar para Portugal e afirmando que estava muito preocupado com a situação: ‘ando muito preocupado com a situação aí [...] e refletir no quanto aqui se desconhece realmente a situação na África e o quanto para isso contribui um certo erro de Portugal’. E finalizou a correspondência alertando-o das futuras crises que a ditadura salazarista enfrentaria” (*Ibid.*).

¹²⁹ TRIBUNA da Imprensa, Rio de Janeiro, 24 ago. 1956, p. 1.

¹³⁰ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**: a trajetória política de Carlos Lacerda – 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002. p. 191.

internacional levou-o a dizer que, “com a versão comunista do golpe de Lott prevalecendo no mundo, pela primeira vez o *New York Time* e o *Pravda* concordaram”.¹³¹ Ele relatou a dificuldade que foi seguir caminho para conseguir ficar vivo e ainda ressaltou que se tivesse morrido não teria sido capaz de “provar suas acusações contra os que queriam eliminá-lo”.¹³²

Todos os exemplares da *Tribuna da Imprensa* foram retirados de circulação por ordem da polícia carioca. Além da *Tribuna*, a revista *Maquis*¹³³ foi retirada por estampar uma foto da primeira página daquela edição proibida do jornal. O *Correio da Manhã*, no dia seguinte, repudiou as atitudes de Lacerda em um longo texto, recriminando a disseminação de ódio que a carta refletiu. Foi divulgado ainda que Lacerda programava seu retorno para o Brasil¹³⁴, o que aconteceu apenas em outubro.¹³⁵

No final de setembro, Lacerda começou a se organizar para seu retorno ao Brasil. Precisava levar um automóvel que comprou em Nova York e estava em Lisboa. Esse episódio foi mais um dos escândalos que ele se envolveu, pois o fato de o carro ter sido retido na alfândega virou notícia em vários jornais do país.¹³⁶

No dia 11 de outubro de 1956, Lacerda retornou ao Brasil acompanhado de sua esposa, Letícia, e sua filha, Maria Cristina, em meio a muitas festas e comemorações de lideranças udenistas, principalmente membros do Clube da Lanterna, além de amigos e familiares. A *Tribuna da Imprensa* noticiou com entusiasmo o retorno do principal colaborador e dirigente do jornal e proprietário.

¹³¹ BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 498.

¹³² DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2. p. 249.

¹³³ “No contexto do movimento de 11 de novembro de 55, criou a revista *Maquis*, um periódico que, em consonância com o estilo político ao qual estava vinculado, tornou-se célebre pela veemência com que abordava os assuntos políticos e, conseqüentemente, pelas polêmicas que criava” (FERREIRA, Rodrigo Otávio Seixas. A imprensa como “arma de guerra”: a trajetória da revista *Maquis* (1956-1962). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, Florianópolis, 2015. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015).

¹³⁴ CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 26 ago. 1956.

¹³⁵ Na mesma época do retorno de Lacerda, Gregório de Matos confessou ser o mandante do crime do atentado da Rua Toneleros. O jornal *O Globo* divulgou em primeira mão relatórios do inquérito: “Gregório confessou que havia incumbido Climério a ‘dar um jeito’ no jornalista Carlos Lacerda” (O GLOBO, Rio de Janeiro, 11 out. 1956). A *Última Hora* lançou uma campanha em defesa ao Gregório de Matos e à memória de Getúlio Vargas: “Gregório foi levado ao erro, pelos erros que cometiam”. O jornal ainda repostou alguns trechos da carta do bispo do Rio de Janeiro, Dom Hélder, na tentativa de mostrar ainda mais credibilidade: “esta é uma carta insuspeita, de um soldado de Cristo”. O bispo não mantinha mais relações com Lacerda e sua família desde o ocorrido do ano anterior (ÚLTIMA Hora, Rio de Janeiro, 12 out. 1956).

¹³⁶ “Eu tinha um automóvel em Nova York, levei-o para Lisboa, ainda com a placa americana, e o trouxe para o Brasil com a autorização do ministro do Exterior, Macedo Soares. Tudo certo. Naquela época isso era permitido depois de dez meses de estada no exterior. O Alkimim, ainda ministro da Fazenda, retém o meu automóvel na alfândega, onde ficaram outros dez meses. Um belo dia ele vai à Câmara e quando eu o apartei, ele respondeu: ‘V. Exa., que faz contrabando de automóveis [...]’. Fiquei uma ‘bala’ com ele, mostrei toda a documentação e disse: ‘O que eu não sou é mentiroso como o senhor é’. Bom, aí nossas relações evidentemente se azedaram” (LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977).

Com receio, Kubitschek não estava disposto a assistir ao regresso de Lacerda¹³⁷, razão pela qual tomou providências para impedir que ele falasse no rádio e na televisão.¹³⁸ JK acreditava que se ele conseguisse limitar as aparições de Lacerda, facilitaria o controle do político e manteria o governo em ordem.¹³⁹

Em novembro, Lacerda compareceu à missa udenista pela “conduta exemplar e patriótica”¹⁴⁰ da oficialidade do Tamandaré, se reuniu com alguns udenistas na casa de Amorim do Vale, ex-ministro da Marinha de Café Filho, e terminou o dia na casa do general Castelo Branco, em um ato simbólico, em que cantaram o Hino Nacional. Kubitschek não se agradou da situação e, em resposta ao movimento, afirmou que: “naquele momento o país se encontrava em um regime legal, ensaiando seus primeiros passos na direção do desenvolvimento. E que o melhor a se fazer era virar página desprimorosa da vivência republicana e seguir”.¹⁴¹

2.3.1 A preferência de Kubitschek pelo regime salazarista

Juscelino Kubitschek, eleito presidente em um momento de grande efervescência política, destacou-se como “o homem público de ação”.¹⁴² Sua posse, em 31 de janeiro de 1956, ao lado do vice-presidente João Goulart, foi um marco que sucedeu um período prolongado de crise institucional, desencadeado pelo fim do Governo Vargas. Apesar de Vargas e Kubitschek compartilharem uma visão desenvolvimentista, havia diferenças significativas em suas abordagens políticas, especialmente em relação às políticas externas. Enquanto Vargas tinha uma postura mais nacionalista e estatizante, Kubitschek buscou uma abertura maior para o capital estrangeiro e promoveu uma política de desenvolvimento acelerado, marcada pela construção de Brasília e pela expansão industrial.¹⁴³

¹³⁷ BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹³⁸ De acordo com Lacerda, Kubitschek confirmou esse receio e justificou suas atitudes: “muitos anos depois, já em Lisboa (durante a Ditadura Militar), quando encontrei com o Juscelino, uma das perguntas que lhe fiz foi essa: ‘Presidente, como é que você caiu nessa armadilha? Por que você, que pediu anistia para Jacareacanga e para Aragarças, que fez, inegavelmente, um governo onde, tirando o fato de me proibir de ir à televisão...’ aí ele me interrompeu: ‘bom, mas eu também não era maluco, não ia deixar você ir à televisão para me derrubar!’” (LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977).

¹³⁹ “Não era um ato rigorosamente democrático, mas questão de sobrevivência, pois o próprio Lacerda recusava-se aceitar a legitimidade do governo e não se embaraçava com métodos. JK conhecia o magnetismo que Lacerda exercia sobre os exaltados e radicais. Como diz marechal Cordeiro de Faria em suas memórias, ‘os que o ouviram alguma vez sabiam que era muito difícil resistir à força de suas palavras. Era um gênio como tribuno, arrastava a audiência’” (BOJUNGA, *op. cit.*).

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 499.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 499.

¹⁴² GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa: Ciências Sociais, 2003. p. 115.

¹⁴³ SILVA, Daniel Neves. Juscelino Kubitschek. **Mundo Educação**, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/juscelino-kubitschek.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

Juscelino Kubitschek era um político sem visão própria e articulada das relações internacionais. Sua grande habilidade em se mover no labirinto político-partidário nacional, costurando apoios e formando alianças que proporcionaram estabilidades a seu governo, desaparecia completamente quando os problemas situavam-se na arena externa. Só o interessava politicamente o que rendesse votos. Por isso, não hesitava em seguir caminhos ora apontados pelos ocidentalistas, ora pelos nacionalistas.¹⁴⁴

Durante o governo de Kubitschek que as relações bilaterais se intensificaram. Esse fortalecimento dos laços diplomáticos e econômicos com os EUA é visto por alguns historiadores como uma continuidade das políticas varguistas, enquanto outros argumentam que representou uma nova orientação na política externa brasileira, alinhada com os interesses de um país em processo de modernização e industrialização.

Durante seu mandato, o Brasil teve a possibilidade de intensificar as relações comerciais com governos recém-independentes africanos, mas a tese preconceituosa de alguns povos, que os classificavam em “um grau civilizacional dito inferior”, não permitiu. Assim, foi reafirmado o Tratado de Amizade e Consulta. Pensava-se até na importação de carros fabricados em Portugal para o Brasil, em resumo, uma política completa de boa vizinhança.¹⁴⁵

Antes mesmo de tomar posse, no mês de janeiro de 1956, Kubitschek fez uma breve expedição ao exterior: visitou Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha e Portugal. O principal objetivo da viagem era ganhar apoio para pôr em prática seu programa de governo e confirmar algumas alianças, no caso, com os portugueses.

O que tinha em mente, ao realizar aquela excursão não era apenas afastar-me por algum tempo da cena nacional, para permitir que as paixões serenassem, mas, sobretudo, estabelecer contatos diretos com os chefes de governo e com os capitães de indústria e do comércio daqueles países, para apresentar-lhes, em termos concretos, a política de desenvolvimento econômico que instauraria no Brasil, para tentar interessá-los naquela arrancada.¹⁴⁶

As duas viagens realizadas por Kubitschek a Portugal em 1956 ocorreram no cenário da Guerra Fria. Esses encontros reforçaram os esforços para a construção de uma sólida comunidade luso-brasileira, objetivo compartilhado também por Lacerda. Kubitschek e sua

¹⁴⁴ GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal:** do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Ciências Sociais, 2003. p. 115.

¹⁴⁵ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda:** as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004; VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

¹⁴⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. **A escalada política:** meu caminho para Brasília. Rio de Janeiro: Bloch editores, 1976. v. II. p. 460.

comitiva foram calorosamente recebidos pelos portugueses, transmitindo confiança às autoridades governamentais. Durante sua visita, ele expressou o compromisso do Brasil em caminhar ao lado de Portugal, valorizando os conselhos recebidos de Salazar, o que acalmou os receios portugueses. Essa postura refletiu o alinhamento com o colonialismo vigente na época.¹⁴⁷

Os discursos de Kubitschek foram essenciais para a compreensão de sua política externa e de seus objetivos como presidente do Brasil. Ele demonstrava em cada ação que estava disposto a fazer tudo para alcançar seus objetivos, agindo de forma estratégica. Ele registrou que seu apoio ao colonialismo português vinha acompanhado da ajuda do Estado Novo português para o desenvolvimento industrial do Brasil.¹⁴⁸

JK não cedeu à reivindicação indiana de incorporar Goa, Damão e Diu até a véspera do fim de seu mandato, quando já havia muitas reivindicações anticolonialistas no país e no exterior. Em resumo, ele não descumpriu seus compromissos diplomáticos com Portugal, mesmo quando percebeu que a produção de café colonial africano e a constituição do Mercado Comum Europeu estavam provocando queda nas exportações de café do Brasil, ameaçando seu programa econômico.¹⁴⁹

O presidente Kubitschek precisava manter relações favoráveis com os países desenvolvidos do Ocidente para atrair investimentos cruciais para o cumprimento de suas promessas eleitorais, como o desenvolvimento industrial e a construção de Brasília. Para tanto, adotou uma política modernizadora, oferecendo incentivos fiscais e projetando uma postura anticomunista que transmitia segurança aos investidores estrangeiros. Em contrapartida, Lacerda, com sua influente política oposicionista, acusava o governo de ser comunista, desafiando a credibilidade de Kubitschek perante o capital estrangeiro. Era imperativo que Kubitschek contornasse as críticas de Lacerda, assegurando aos investidores que o Brasil seguia um caminho de progresso e estabilidade, alinhado aos interesses do bloco ocidental durante a Guerra Fria.¹⁵⁰

Kubitschek manteve o Tratado de Amizade e Consulta durante seu mandato. O tratado, assinado durante o governo Vargas em 1953, se tornou um argumento contra todas as iniciativas de corrente nacionalista que pudessem criar obstáculos para os interesses lusitanos. José Honório

¹⁴⁷ Kubitschek era identificado pela diplomacia portuguesa como “presidente capaz de garantir a continuidade das relações luso-brasileiras” (GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa: Ciências Sociais, 2003).

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ *Ibid.*

¹⁵⁰ *Ibid.*

Rodrigues¹⁵¹, partidário da política externa independente brasileira do início dos anos 1960, escreveu: “o tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para sua órbita [...] visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais”. Para ele, a política brasileira precisava ter uma maior aproximação com a África. Seus planos de governo estavam sendo divulgados por um dos mais importantes jornais portugueses do período, o *Diário de Notícias*.¹⁵²

O Tratado de Amizade e Consulta representou mais do que uma mera convenção diplomática. Para alguns analistas, como José Honório Rodrigues, esse tratado se configurou como uma vitória para Portugal. Ele via essa pactuação como um instrumento que conduzia o Brasil para a esfera de influência portuguesa, servindo aos interesses do governo português. Rodrigues ainda enfatizava que o tratado tinha um papel crucial na obtenção do apoio brasileiro nas questões internacionais enfrentadas por Portugal. Essa análise revela a complexidade dos interesses envolvidos nas relações entre Brasil e Portugal e a forma como tratados e acordos internacionais podem ser interpretados de maneiras distintas por diferentes atores políticos.¹⁵³

Luiz Cláudio Machado dos Santos¹⁵⁴ argumenta que o tratado de 1953 foi uma ferramenta estratégica para Portugal, buscando manter sua influência sobre o Brasil, enquanto o Brasil via no tratado uma oportunidade de fortalecer laços com a Europa sem comprometer sua política externa independente. Esse ponto de vista é corroborado pelo contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Tratado de Amizade e Consulta foi assinado entre Brasil e Portugal, refletindo a necessidade de estabilização política e crescimento econômico. O tratado reconheceu as “atitudes espirituais, morais, étnicas e linguísticas”¹⁵⁵ entre os dois países, estabelecendo uma “situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos”.¹⁵⁶ A assinatura desse documento não apenas simbolizava a continuidade de uma relação histórica, mas também representava uma estratégia diplomática para navegar no cenário internacional do pós-guerra.

Além disso, os planos de governo de Kubitschek foram divulgados pelo *Diário de Notícias*. Esse ponto sublinha a relevância do intercâmbio de ideias entre Brasil e Portugal,

¹⁵¹ GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal:** do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Ciências Sociais, 2003. p. 117.

¹⁵² DIÁRIO de Notícias, Lisboa, 18 nov. 1955, p. 1.

¹⁵³ RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África:** outro horizonte (relações e política brasileiro-africana). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. (Coleção Logos).

¹⁵⁴ SANTOS, Luís C. M. **As relações Brasil-Portugal:** do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975). 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ BRASIL. **Decreto n. 36.776, de 13 de janeiro de 1955.** Promulga o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1955/D36776.html. Acesso em: 14 out. 2024.

mostrando como a divulgação dos projetos de Kubitschek pela imprensa estrangeira pode refletir uma abordagem de transparência e cooperação entre as nações.

A menção da comunidade luso-brasileira no tratado cumpria com a função de vincular a diplomacia brasileira ao esforço português de manutenção de seu império colonial, o que deixava o Brasil em uma situação de vulnerabilidade, visto que a ONU havia repudiado a manutenção desse sistema colonialista exploratório. O tratado não pode ser considerado como uma afirmação gratuita de princípios, por isso deve-se ter a consciência de que ele impõe grandes responsabilidades aos dois países, tanto nas relações entre si quanto nas deles com o mundo, constituindo-se assim uma política internacional da comunidade luso-brasileira.¹⁵⁷

A segunda viagem de Kubitschek a Portugal aconteceu em agosto de 1960, quase no final do seu mandato, após um convite feito pelo governo português para que ele participasse como anfitrião das celebrações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Salazar cuidou pessoalmente de todos os detalhes da viagem, programou suas visitas, seus discursos, o doutoramento “honoris-causa” de JK pela Universidade de Coimbra, os desfiles em carros abertos etc.¹⁵⁸ Vários partidários nacionalistas se opuseram à decisão de Kubitschek, pois não aceitavam que o presidente fosse prestigiar o governo português, porém, o presidente aceitou o convite:

Visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar. A minha visita é a visita de um filho ao pai. É com emoção que mais uma vez vou contemplar os velhos monumentos que assinalam na História do mundo a hora solar do povo lusitano. Em nome do Brasil, saúdo a raça heroica que descobriu a minha pátria, abrindo para o mundo uma imensa forja de trabalho e civilização. E uma vez em Portugal, exalta o destino comum das duas nações, já que se dificulta saber onde termina a história de Portugal e começa a nossa vida, onde os nossos reis se separaram e depois são os mesmos.¹⁵⁹

Toda a estadia da comitiva presidencial brasileira foi marcada por várias homenagens portuguesas. Isso caracterizava a seriedade e a solidez das relações entre os dois países e, simultaneamente, a afetividade histórica que os unia por laços que pareciam indestrutíveis. Em um de seus discursos, JK afirmou: “não temos apenas relações diplomáticas ou cordiais, mas ligações de família. Somos um caso particular no mundo”.¹⁶⁰ Nessa mesma época, houve a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, que representava um “êxito da diplomacia

¹⁵⁷ RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte** (relações e política brasileiro-africana). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. (Coleção Logos).

¹⁵⁸ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

¹⁵⁹ *Apud ibid.*, p. 103.

¹⁶⁰ *Apud ibid.*, p. 45.

portuguesa”¹⁶¹, justamente, devido ao processo de descolonização, que atingia seu auge em decorrência da independência do Congo, uma região que havia sido submetida ao domínio francês e belga. É nesse contexto que Portugal, mais uma vez, consegue sancionar a aliança com o Brasil estabelecida, formalmente, em 1953.

Em comemoração ao fortalecimento da aliança entre as duas nações, foram acrescentados seis novos atos complementares que concediam aos emigrantes uma maior liberdade de exercício de atividades econômicas e comerciais e ainda a equivalência de estudos feitos em seus respectivos países. Os vistos para permanência de até seis meses passaram a ser gratuitos; isentava-se aos portugueses residentes no Brasil a obrigação de ter o passaporte e lhes possibilitava a carteira de identidade, documento mais comum no Brasil. Em resumo, os portugueses com as duas nacionalidades poderiam ter os mesmos privilégios que um brasileiro tinha e as mesmas obrigações como cidadãos, com exceção aos direitos políticos. Havia ainda outros benefícios adicionados nessa nova fase da ratificação do tratado.¹⁶²

O apoio brasileiro cogitou a possibilidade de Nossa Senhora de Fátima, padroeira dos portugueses, ser escolhida para ser a padroeira da comunidade luso-brasileira, elegendo algumas possíveis datas para a comemoração dessa união, como o dia da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta ou da chegada dos portugueses no Brasil. O apoio do Brasil a Portugal no caso Goa e a aceitação do Tratado de Amizade e Consulta foram ações, de certa forma ingênuas, pensadas individualmente por interesses não institucionais. A viagem de Café Filho a Lisboa e a de Kubitschek reforçaram esses estreitos laços políticos com Portugal, mas prejudicaram a economia brasileira.

Kubitschek, demonstrando sua estima pela Igreja Católica, convidou o mais alto representante da hierarquia católica portuguesa, o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, próximo de António de Oliveira Salazar no Seminário Diocesano de Viseu, para assumir a função de padrinho na cerimônia de concessão do título de doutor *honoris causa* na faculdade de Direito de Coimbra e para celebrar a missa inaugural de Brasília.¹⁶³

Cerejeira foi recebido como chefe de Estado por Kubitschek, com direito a desfile em carro aberto ao lado do presidente e badaladas de sinos no Rio de Janeiro, como sinal de máximo

¹⁶¹ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 117.

¹⁶² “[...] assistência jurídica gratuita, promoção do intercâmbio turístico, através da isenção em tarefas alfandegárias, compra de automóveis e entrada facilitada nos países [...]” (*Ibid.*).

¹⁶³ *Ibid.*

respeito.¹⁶⁴ As relações de Kubitschek com a Igreja Católica portuguesa demonstravam seu interesse em manter essa aliança estrutural entre Brasil e Portugal. Sua esposa, Sara Kubitschek, estimulava essa ligação, visitando Portugal inúmeras vezes e fazendo questão de ir em Fátima pagar uma promessa que fez em nome da saúde de sua filha. Em uma entrevista, a primeira-dama contou que “Salazar tem uma excepcional personalidade política, sou da mesma opinião que a do meu marido. Ele é um grande estadista”.¹⁶⁵ Kubitschek divulgava essas informações em todos os periódicos possíveis, para entrelaçar ainda mais os laços entre as duas nações e manterem vivos seus interesses políticos.

2.4 A INFLUÊNCIA DE LACERDA NO “EPISÓDIO HUMBERTO DELGADO”: INTERSEÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS BRASILEIRA E PORTUGUESA

Sobre o “Caso Humberto Delgado”, Sebastião Lacerda¹⁶⁶ explica:

“Uma eleição de ditadura a gente sabe como é! Meu pai não tinha uma grande opinião do Humberto Delgado. Meu pai achava que aquilo era um ‘arremedo’ de oposição, um ‘arremedo’ muito desesperado. Porque os caras já não aguentavam mais, não é possível. Salazar inventou um negócio, que eu nem sei se no final existia mais. Se você fumasse e acendesse seu cigarro com isqueiro, você tinha que pagar uma taxa para o governo. Os caras começaram a andar com uma ‘telhinha’ debaixo do braço, para não ser preso. Era uma coisa muito atrasada. Mas agora, se você atravessasse fora da faixa, você tinha que pagar uma multa em seguida. Já tinha um guarda do outro lado. Meu pai teve que pagar algumas vezes, contestou, brigava, mas não adiantava nada. Veja o grau de interferência da Ditadura na vida das pessoas. Era ditadura em tudo, a começar pelos costumes. Como a ditadura já vinha de muitos anos, ele conseguiu atrapalhar o fardo. Tal que a primeira ruptura do meu pai com o governo foi com o livro Portugal e o futuro, que meu pai publicou aqui no Rio.”

Em 1958, Lacerda participou ativamente do chamado “Caso Humberto Delgado”, que obteve grande repercussão em Portugal e no Brasil. Humberto Delgado foi um oficial português, membro das Forças Armadas, servidor e apoiador do Estado Novo, que regressou para Lisboa após um período como representante de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O político manifestava intenções de se apresentar, naquele ano, como candidato

¹⁶⁴ A notícia ainda replicou o discurso de JK: “este é que merecia ter as mãos beijadas”. Em uma espécie de retribuição aos mesmos elogios feitos algum tempo antes pelo cardeal Câmara a Salazar, quando de sua visita a Lisboa pela inauguração do monumento a Cristo-Rei (RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda:** as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 116; DIÁRIO de Notícias, Rio de Janeiro, 20 abr. 1960).

¹⁶⁵ *Apud* RAMPINELLI, *op. cit.*, p. 117.

¹⁶⁶ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

independente à Presidência da República, porém o convite para a candidatura partiu das oposições, causando a insatisfação do Estado Novo. A solicitação da sua saída poderia ter sido um dos poucos incidentes que afetaria a relação entre Brasil e Portugal, no entanto, toda a situação foi contornada, e a história terminou com o pedido de demissão de Álvaro Lins, embaixador em Lisboa.¹⁶⁷

As transformações que ocorreram em Portugal nos anos 1950 foram cruciais para entender o impacto da candidatura de Humberto Delgado. Esse período foi marcado por um processo de industrialização, urbanização e terciarização da economia, que gerou expectativas de modernização em vários segmentos da sociedade.¹⁶⁸ No entanto, essas expectativas eram impossíveis de se concretizar dentro do rígido controle imposto pela ditadura salazarista. O Estado Novo não tinha a flexibilidade necessária para adaptar-se às novas demandas sociais, especialmente entre as classes urbanas e médias, que começavam a exigir reformas políticas e econômicas.¹⁶⁹

Humberto Delgado, conhecido como o “General sem Medo”, tornou-se um símbolo de resistência ao salazarismo ao se candidatar à Presidência da República em 1958. Sua campanha, marcada por uma estratégia de comunicação inédita e inspirada em modelos democráticos, representou a maior ameaça ao Estado Novo em mais de quatro décadas. Delgado enfrentou diretamente o regime autoritário, mobilizando multidões e alimentando a esperança de mudanças políticas em Portugal. Sua abordagem inovadora de comunicação, influenciada pelos anos que passou nos Estados Unidos, destacou-se por aproximar-se da população e desafiar as estruturas do regime. Como apontado, “o General recorreu a formas de contacto com as populações pouco usadas em Portugal, aproximando-se delas, como nunca antes se tinha visto no país”.¹⁷⁰ Mesmo enfrentando repressão intensa da PIDE e censura sistemática, Delgado se tornou um catalisador de esperanças de mudança, simbolizando o anseio por liberdade e o desejo de romper com as estruturas opressivas do regime.

¹⁶⁷ Álvaro Lins fora nomeado embaixador do Brasil em Portugal em 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek. Jornalista e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ele era um defensor da democracia, por isso, um crítico da ditadura de Salazar. Mesmo discordando da política portuguesa, mantivera, como representante diplomático do Brasil, uma relação cordial com o Estado português até o dia 12 de janeiro de 1959 (LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre o Brasil e Portugal. *In*: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 405-420).

¹⁶⁸ ROSAS, Fernando. **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974).** Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ COUTINHO, Sandra Patrícia Gonçalves. **Humberto Delgado: a campanha eleitoral de 1958 como modelo de comunicação política em regime não democrático.** 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021. p. 20.

Em uma entrevista, ao ser questionado sobre o que desejava dizer ao país, respondeu: “Que o país deixe de ter medo. Que se lembre do Golias, fanfarrão e gigante [...] a quem o enfezado David aniquilou apenas com uma pedrada bem dirigida [...] O Golias é a Situação. Nós, Oposição, reservamo-nos o lugar de David”.¹⁷¹

Nas eleições presidenciais de 1958, essa dualidade sobre a manutenção da ordem e a mudança manifestava-se nos próprios candidatos: Américo Thomaz, Ministro da Marinha, foi escolhido por Salazar e apoiado pelo partido único do regime num “ato de justo apreço pelos seus elevados méritos”, mas sobretudo como “garantia de que Portugal prosseguirá, na Paz e no Trabalho, a rota traçada desde há 30 anos”; Humberto Delgado, candidato independente, acabou por conseguir reunir o apoio de toda a oposição, tendo assumido um tom acalorado e uma postura de crítica ao regime feita inclusivamente em locais públicos [...].¹⁷²

Esse momento expôs a fragilidade do sistema político sob Salazar, que, em vez de arriscar futuras derrotas eleitorais, optou por eliminar as eleições diretas para a Presidência, fortalecendo ainda mais o controle autoritário do regime. A mudança nas regras eleitorais, ao invés de uma abertura democrática, foi uma resposta do regime para conter ameaças futuras, evidenciando o temor de que uma figura com o apelo popular de Delgado pudesse desestabilizar a ordem estabelecida.

A oposição democrática, composta por socialistas, liberais, monárquicos e católicos, acreditava ter enfraquecido o Estado Novo, especialmente após a ampla repercussão da campanha presidencial de 1958 do general Humberto Delgado. No exílio, inicialmente no Brasil e depois em outros países como Argélia e Itália, ele persistiu em sua resistência ao regime. Sua ousadia e determinação inspiraram diversos setores, incluindo organizações estudantis e movimentos civis, que se mobilizaram em uma luta contínua contra as políticas repressivas do Estado Novo.¹⁷³

Além do impacto eleitoral de Humberto Delgado, outros eventos contribuíram para abalar o regime salazarista nos anos seguintes. Um exemplo notável foi o assalto ao Pacote Santa Maria, ocorrido em 1961, organizado por opositores do regime que buscavam chamar a

¹⁷¹ COUTINHO, Sandra Patrícia Gonçalves. **Humberto Delgado: a campanha eleitoral de 1958 como modelo de comunicação política em regime não democrático.** 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021. p. 267.

¹⁷² *Ibid.*, p. 101.

¹⁷³ Houve ainda duas tentativas de golpe antes desses eventos que deixaram marcas significativas. Em 1959, a Revolta da Sé foi uma tentativa de derrubar o regime, e em 1961, um golpe coordenado pelo ministro da Defesa, General Botelho Moniz, falhou em remover Salazar do poder. O fracasso dessas iniciativas adiou temporariamente qualquer tentativa efetiva de derrubar o governo salazarista. Para o Estado Novo, Delgado – um oficial da ativa que havia passado para a oposição – cometeu um crime de lesa-pátria ao desafiar o regime. No entanto, suas ações ganharam repercussão internacional, e qualquer medida mais severa contra ele poderia transformá-lo em mártir da causa opositorista. Assim, o regime optou por mantê-lo sob controle, sem agir de forma mais contundente (*Ibid.*).

atenção internacional para a repressão em Portugal. No mesmo ano, teve início a Guerra Colonial, que representava não apenas uma luta pela independência nas colônias africanas, mas também uma revolta contra o próprio regime. A ocupação de Goa, Damão e Diu, mencionada anteriormente, somada à explosão do movimento estudantil em Portugal, evidenciava o crescente descontentamento interno. Esses fatores, combinados, pressionavam cada vez mais o Estado Novo.¹⁷⁴

Em 1959, após ser alertado sobre a iminente ameaça de prisão pela PIDE, Humberto Delgado encontrou refúgio no Brasil, graças ao aviso de figuras proeminentes da oposição ao Estado Novo. No Brasil, encontrou apoio em Lacerda, governador do estado da Guanabara. Lacerda, reconhecendo a importância de manter relações políticas estáveis com Portugal, ofereceu assistência a Delgado.¹⁷⁵ Essa ajuda refletia não apenas a relevância política de Lacerda como governador.

Álvaro Lins¹⁷⁶, embaixador brasileiro em Portugal, desempenhou um papel crucial nas negociações do asilo político de Delgado. Lins expressou descontentamento com a ousadia da ditadura salazarista, que, segundo ele, havia ultrapassado limites ao estender suas influências repressivas ao Brasil, com o apoio de certos políticos e jornalistas locais.¹⁷⁷ Após uma conversa reveladora com Delgado, Lins decidiu agir, solicitando imediatamente uma reunião urgente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português Marcelo Mathias¹⁷⁸ após consultar o governo brasileiro no Rio de Janeiro:

Então, Ministro, cumpre-me comunicar ao Governo português, por seu intermédio, que eu concedo o asilo solicitado pelo General Humberto Delgado. E o asilo será mantido, exceto caso a minha decisão, o que não acredito, seja desaprovada pelo Governo brasileiro, hipótese em que voltarei à sua presença apenas para apresentar-lhe as minhas despedidas. [...] A despeito do natural constrangimento produzido por um assunto

¹⁷⁴ COUTINHO, Sandra Patrícia Gonçalves. **Humberto Delgado: a campanha eleitoral de 1958 como modelo de comunicação política em regime não democrático**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021.

¹⁷⁵ A fuga de Delgado para o Brasil foi um movimento estratégico em meio ao cerco constante imposto pelo regime salazarista, que continuava a pressionar o general, mesmo com ele em exílio. A rede de aliados no exterior foi essencial para sua sobrevivência política naquele momento.

¹⁷⁶ O embaixador brasileiro Álvaro Lins, que se encontrava fora da embaixada, em almoço com o embaixador do Brasil em Londres, Assis Chateaubriand, foi avisado por telefone do ocorrido, tomando de pronto a atitude de permitir a permanência de Delgado na Embaixada, antes mesmo de pedir orientações ao governo brasileiro (LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre o Brasil e Portugal. *In*: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 405-420).

¹⁷⁷ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 26; VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

¹⁷⁸ ARRANJA, Álvaro. Álvaro Lins – O embaixador brasileiro que enfrentou Salazar. **Esquerda.net**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/alvaro-lins-o-embaixador-brasileiro-que-enfrentou-salazar/73184>. Acesso em: 19 out. 2024.

dessa natureza, a entrevista terminou em termos de perfeita cordialidade pessoal e diplomática.¹⁷⁹

Em fevereiro de 1959, Lacerda, então uma figura influente na política brasileira, fez uso de sua posição para defender a permanência de Humberto Delgado no Brasil, por meio de um apelo publicado no jornal *Portugal Democrático*. Esse periódico, editado em São Paulo por exilados portugueses, era um veículo de resistência ao regime salazarista e contava com a colaboração de jornalistas e intelectuais brasileiros.¹⁸⁰ De acordo com Matos e Gonçalves¹⁸¹, os portugueses emigravam por vários motivos, e o exílio, como é o caso de Delgado, trazia dificuldades econômicas, sociais, políticas e familiares, poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, dentre outros problemas. Lacerda, em sua coluna, enfatizou a hospitalidade brasileira, declarando que “a casa brasileira, há de ser sempre portuguesa”¹⁸², uma expressão de solidariedade que refletia a complexa dinâmica entre as nações luso-brasileiras da época.

A carta¹⁸³ que formalizou o apelo de Lacerda ganhou ampla repercussão nos principais jornais da época, como a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, evidenciando a importância do assunto. Curiosamente, apesar de Lacerda defender Delgado, que era uma figura de oposição ao Estado Novo, ele não estabeleceu uma frente de oposição direta a Salazar em seus escritos. Isso pode ser interpretado como uma manobra política de Lacerda, que buscava equilibrar o apoio a Delgado com a manutenção de relações diplomáticas com Portugal, um aliado estratégico durante a Guerra Fria: “Sr. Presidente, não desejo entrar no mérito da luta que neste momento, dividindo ainda mais os portugueses das duas facções, nos aproxima por esse sentimento de dever de irmão em que a luta entre irmãos não interessa, mas comove”.

O apelo era claro:

Sr. Presidente, desta Tribuna ousou fazer um apelo ao governo português, governo de uma terra em que a mim encontrei asilo não oficial, pois o não solicitei, nunca oficial,

¹⁷⁹ CUNHA, Adrião Pereira. Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série IV, v. 4, p. 93-109, 2014.

¹⁸⁰ Numa das salas do centro Republicano Português de São Paulo (Rua Conselheiro Furtado n. 191) funcionou o jornal *Portugal Democrático*, editado entre 1956 e 1977. Sua periodicidade foi ininterrupta e mensal (depois de 1958), com tiragens de cerca de 3.000 exemplares. A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas (MATOS, Maria Izilda Santos de; GONÇALVES, Leandro Pereira. Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O jornal *Portugal Democrático*: questões e debates (1958-1977). **Projeto História**, v. 50, p. 224-246, 2014. p. 233-234).

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 227.

¹⁸² OS DEVERES de um hospedeiro. **Portugal Democrático**, São Paulo, 24 maio 1959.

¹⁸³ Carta direcionada a António Salazar (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

pois não solicitaria naquela emergência quando nessa terra também a minha vida foi ameaçada e, ainda mais do que ela, a minha honra de homem público [...]. Com autoridade de amor fraterno e com a autoridade da compreensão, mas com a veemência de quem espera preiteia justiça elementar à nação brasileira, que eu apelo ao governo de Portugal, para que, uma penada, com simples visto no passaporte, pois isso basta [...] permite o trânsito ao aeroporto para o avião brasileiro do Sr. General Humberto Delgado, nosso hóspede e nosso irmão.¹⁸⁴

Durante o período de tensões diplomáticas entre Brasil e Portugal, o governo português se mostrava inflexível, enquanto o Brasil, buscando evitar atritos, optava por uma postura mais cautelosa, visando preservar as relações amistosas com o país lusitano. Essa dinâmica complexa foi particularmente evidenciada pela atuação de Lacerda, que, apesar de suas inclinações autoritárias, apoiou publicamente Humberto Delgado no jornal *Portugal Democrático*.¹⁸⁵

Em meio a essas tensões, Lacerda expressou sua visão de uma comunidade luso-brasileira unida, sublinhando a política de boa vizinhança, apesar das divergências políticas evidentes. Ele via a comunidade luso-brasileira não apenas como uma expressão de laços históricos e culturais, mas também como um pilar estratégico para a política externa brasileira. Sua visão era de que, apesar das diferenças ideológicas e políticas, Brasil e Portugal deveriam encontrar terreno comum para colaboração, especialmente em um contexto de Guerra Fria em que alianças eram cruciais para a segurança e o desenvolvimento nacional.

O apoio de Lacerda a Humberto Delgado, em meio às tensões diplomáticas entre Brasil e Portugal, não deve ser interpretado como uma oposição direta ao regime de Salazar. Lacerda, conhecido por suas posturas políticas complexas, apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil e realizou uma turnê pela Europa para justificar o golpe, incluindo uma visita a Portugal. Sua defesa da integração luso-brasileira, portanto, refletia mais uma estratégia de fortalecimento das relações bilaterais do que uma posição ideológica contra o Estado Novo português.

A relação entre Lacerda e as dinâmicas políticas internacionais da época ilustra a interconexão entre a política doméstica brasileira, a prática diplomática e os interesses estratégicos nacionais em um contexto de tensões ideológicas globais. Durante esse período, o Brasil se esforçava para manter uma posição equilibrada, alinhando-se com as potências ocidentais enquanto procurava preservar e fortalecer suas relações bilaterais com Portugal, um aliado tradicional:

Quero crer, Sr. Presidente, que as inspirações das amizades, resguardadas pelo respeito que se deve às questões internas de uma Nação com a qual há tantos laços, tantos

¹⁸⁴ OS DEVERES de um hospedeiro. *Portugal Democrático*, São Paulo, 24 maio 1959.

¹⁸⁵ SILVA, Douglas Mansur. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro – 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

motivos nos aproximam para um crescente entendimento, que se não limitam aos discursos, mas que passam aos atos de formação de uma comunidade luso-brasileira de carne e osso, de espírito e de trabalho, quero crer que essas inspirações não fiquem no ar, sob a indiferença.¹⁸⁶

Documentos da época revelam que Lacerda, acompanhado por Luís Gonzaga Prado Ferreira da Gama, secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, viajou para Portugal em 1960. A viagem ocorreu em um contexto de apoio brasileiro à posição portuguesa nas questões coloniais, particularmente em relação aos territórios de Diu e Goa. Registros da PIDE indicam que Lacerda e Gama estiveram em Lisboa como “observadores do caso Humberto Delgado”, um opositor notório do regime de Salazar. A viagem foi realizada pela companhia aérea Panair do Brasil, e entre as personalidades que se despediram dos políticos no retorno ao Brasil estavam Nuno Simões, amigo de Lacerda, e o presidente do Supremo Tribunal Trigo de Negreiros.

Em maio de 1959, Lacerda contribuiu com um artigo intitulado “Os deveres de um hospedeiro” para o jornal *Portugal Democrático*¹⁸⁷, em resposta às críticas dirigidas a Humberto Delgado pelo jornal *O Globo*. No artigo, Lacerda argumentava contra a noção de que os deveres de um hóspede incluíam a abstenção de críticas ao governo português. Ele defendia o direito inalienável de Delgado de expressar suas opiniões e ideais, mesmo em solo estrangeiro. Lacerda reconhecia que não era um dos mais fervorosos admiradores de Delgado, mas expressava o desejo de que o general pudesse evitar complicações políticas desnecessárias. Ao concluir, Lacerda reiterava sua admiração pelo povo português e enfatizava a importância de fortalecer a amizade luso-brasileira.¹⁸⁸

O general deixou o país apenas em maio de 1963 com destino a Argélia, para organizar um movimento contra o Estado Novo português. Nos anos que esteve no Brasil, ele denunciou ativamente a ditadura salazarista: “realizou viagens, entrevistas, conferências, artigos e reuniões, chegaram-se a criar, inclusive, associações com o seu nome”.¹⁸⁹ Chegou ainda a ser acusado de dividir a então tranquila colônia lusitana. A PIDE conseguiu se atentar a todos os seus passos, o que possibilitou a armadilha que resultou em seu assassinato e de sua secretária.¹⁹⁰

Em resumo, a atuação de Lacerda no episódio Humberto Delgado representa um ponto crucial na interseção entre as políticas brasileira e portuguesa durante o período em questão. Sua

¹⁸⁶ Documento assinado pelo chefe do posto, Fernando Alves, em 21 de abril de 1959 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

¹⁸⁷ OS DEVERES de um hospedeiro. **Portugal Democrático**, São Paulo, 24 maio 1959.

¹⁸⁸ *Ibid.*

¹⁸⁹ RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 26; VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

¹⁹⁰ *Ibid.*

intervenção ativa nesse caso transcendeu fronteiras e teve repercussões significativas tanto em Portugal quanto no Brasil. A figura de Humberto Delgado, um oficial português que desafiou o regime de Salazar, ilustra um momento de ousadia política incomum para a época, sendo essa ousadia refletida em sua campanha eleitoral e postura crítica em relação ao regime vigente.

A campanha de Delgado representou uma quebra de paradigma, com discursos ousados e uma postura franca desafiadora. A promessa de demitir Salazar caso fosse eleito demonstra a coragem e determinação desse político, o que gerou grande comoção e mobilização popular em Portugal. Embora as eleições presidenciais de 1958 em Portugal fossem realizadas sob um regime não democrático, a dualidade representada por Delgado e Thomaz espelhava uma luta simbólica entre a manutenção do colonialismo e a busca por mudanças, mas, acima de tudo, a preservação do próprio regime autoritário. A candidatura de Thomaz representava a continuidade do Estado Novo, enquanto Delgado simbolizava uma esperança de ruptura com a ditadura salazarista.

A oferta de asilo político a Humberto Delgado pelo governo brasileiro destaca a complexidade das relações internacionais durante aquele período. A iniciativa, que contou com a mediação de Lacerda, refletiu o compromisso do Brasil em apoiar figuras da oposição, como Delgado, ao mesmo tempo em que procurava preservar as relações diplomáticas com Portugal. Esse gesto diplomático ilustrou o equilíbrio que o Brasil buscava entre o desejo de fortalecer a comunidade luso-brasileira e a importância de manter laços amigáveis com o governo português.

A acolhida de Humberto Delgado pelo Brasil, sob o regime de Juscelino Kubitschek, e a subsequente defesa articulada por Lacerda representam um episódio significativo nas relações luso-brasileiras durante a Guerra Fria. A decisão do governo brasileiro de oferecer asilo político a Delgado, um dissidente do regime de Salazar, reflete uma política externa que valoriza os direitos humanos e a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que busca preservar os laços diplomáticos com a nação portuguesa. A postura de Lacerda, apesar de sua complexa trajetória política, demonstra um esforço para manter a estabilidade nas relações bilaterais, ao passo que promove uma agenda de integração cultural e política entre os dois países, evidenciando a diplomacia brasileira como um ator ativo e estratégico no cenário internacional da época.

A campanha eleitoral de Delgado foi marcada por sua ousadia e seu tom crítico, apresentando uma alternativa à ordem estabelecida. Embora as eleições ocorressem em um contexto não democrático em Portugal, a dualidade representada pelos candidatos refletia a divisão entre manutenção e mudança. Esse desafio levou a uma mobilização popular e, mesmo após a derrota nas eleições, fortaleceu a oposição ao Estado Novo.

O envolvimento de Lacerda no caso Humberto Delgado não passou despercebido e criou uma tensão diplomática entre o Brasil e Portugal. Seu apoio a Delgado, incluindo a oferta de asilo político, demonstrou sua postura em relação ao regime português, apesar de ainda buscar manter uma relação amistosa entre os países. Essa atuação revela as complexidades das relações internacionais naquele período, em que aspirações políticas e diplomáticas se entrelaçaram com os interesses nacionais e políticos de maneira delicada.

Esses eventos destacam a intrincada interação dos atores políticos e suas influências na dinâmica entre as nações. A participação de Lacerda no caso Humberto Delgado é um exemplo de como figuras políticas podem desempenhar um papel significativo em eventos que transcendem as fronteiras nacionais. Além disso, ressalta a importância de compreender as nuances históricas e políticas que moldaram as relações entre países em um momento crucial de transformações políticas e sociais.

3 “A PRESENÇA DE PORTUGAL NO MUNDO É A DO PRÓPRIO BRASIL”: OS INTERESSES POR TRÁS DA AMIZADE DE LACERDA COM PORTUGAL (1960-1965)

“Sentimos na ressurreição que ora se opera a alegria de que o Brasil comparece, novamente, a cumprir o seu dever para com Portugal – disse o governador do estado de Guanabara, Carlos Lacerda”.¹⁹¹ Esse trecho foi retirado da primeira página do periódico *Diário da Manhã*, publicado no dia 16 de junho de 1964. Lacerda se encontrou pessoalmente com a principal liderança política de Portugal, António Oliveira Salazar, no dia 16 de junho. Lacerda era um dos possíveis candidatos à Presidência da República do Brasil de 1965 e era visto como um grande aliado dos portugueses, pois defendia a manutenção das práticas colonialistas no continente africano.

De acordo com Tatyana de Amaral Maia¹⁹², o Golpe Civil-Militar de 1964 promoveu uma drástica mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil. Com a exclusão de qualquer iniciativa política, os movimentos políticos e sociais, que há muito se organizavam, foram submetidos a constantes censuras, perseguições e ao desaparecimento arbitrário de seus integrantes, atos promovidos pelo Estado brasileiro. Além disso, os Atos Institucionais – sendo o mais emblemático o AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968 – sufocaram os movimentos sociais, especialmente aqueles que reivindicavam reformas de base, consolidando um ambiente de repressão e autoritarismo.

A ausência das eleições de 1965¹⁹³ foi uma consequência direta do golpe, que visava à continuidade do poder militar e à eliminação de qualquer oposição política significativa. O Ato Institucional n. 2, editado em outubro de 1965, consolidou essa realidade ao prorrogar o mandato do governo Castelo Branco e definir que o próximo presidente seria escolhido indiretamente pelo Congresso Nacional, com um número limitado de candidatos. Assim, o encontro entre Lacerda e Salazar pode ser interpretado como um reflexo das tensões e alianças que moldaram o cenário político brasileiro e internacional naquele período crítico.

As duas horas de conversa fizeram com que Lacerda se tornasse um admirador do ditador Salazar, reacendendo a esperança de que a aliança entre Brasil e Portugal e a formação de uma

¹⁹¹ Demorou mais de duas horas o encontro de Carlos Lacerda com o professor Oliveira Salazar (DIÁRIO da Manhã, Rio de Janeiro, 16 jun. 1964).

¹⁹² MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 99.

¹⁹³ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

comunidade luso-brasileira fossem ainda mais prósperas. Segundo Lacerda¹⁹⁴, “foi uma excelente conversa. Fico com as melhores recordações desse encontro, que, como político, jamais poderei esquecer”.

Diante do contexto supra-apresentado, esta seção tem como principal objetivo compreender a transnacionalidade¹⁹⁵ entre Brasil e Portugal no período de 1960 a 1965. Consideradas “nações irmãs”, mantinham proeminentes relações, justificadas por políticos como Lacerda, que idolatravam esses laços e contribuía para esse contínuo crescimento. Além disso, busca analisar os motivos que levaram Lacerda, governador do recém-criado estado da Guanabara, entre os anos de 1960 e 1965, a aliançar-se a Portugal. Seus laços com os portugueses passaram a ser mais sólido nesse período, principalmente após o Golpe Civil-Militar de 1964, quando ele passou uns dias no país como o legítimo representante do governo, ou seja, o escolhido pelos militares para justificar a situação do Brasil. Portanto, valida-se a teoria de que suas decisões partiram de um interesse maior: a eleição para a Presidência da República brasileira em 1965, que não aconteceu, pois a ditadura civil-militar se estendeu por mais 15 anos.

Enfatiza-se neste estudo os processos de transnacionalização que estabeleceram estratégias com o intuito de maximizar os lucros para todas as partes envolvidas. Entretanto, o que se observa é um desequilíbrio na balança de benefícios. Portugal, ao que parece, se beneficiou desproporcionalmente dessas movimentações, resultando em prejuízos consideráveis para o Brasil. As relações transnacionais, em vez de promover uma vantagem mútua, tenderam a favorecer excessivamente Portugal, criando uma dinâmica que se revelou prejudicial para o Brasil. Para compreendermos a intensificação da transnacionalização e as bases que levaram ao Estado Novo português, é necessário primeiro analisar o cenário de Portugal, que à época vivia sob o regime da Ditadura Militar, precursor do salazarismo.

O Estado Novo, instaurado oficialmente em 1933, foi um regime autoritário, corporativo, colonialista, conservador, anticomunista e antiparlamentar. A organização corporativa foi uma das diretrizes fundamentais do Estado Novo, visando à criação de um Estado Social e corporativo alinhado com a “constituição natural da sociedade”.

¹⁹⁴ *Apud* REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁹⁵ A história transnacional é definida a partir dos “movimentos de pessoas, ideias, tecnologias e instituições por entre fronteiras nacionais” (LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018. p. 232). “Ela é o estudo dos meios pelos quais vidas e eventos passados foram moldados por processos e relações que transcenderam os limites dos Estados-nações. A história transnacional busca compreender ideias, coisas, pessoas e práticas que cruzaram fronteiras nacionais” (CURTHOYS, Ann; LAKE, Marilyn (ed.). **Connected Worlds. History in Transnational Perspective**. Canberra: ANU E Press, 2005. p. 17-18). A análise transnacional não é, “a priori, nem micro nem macroscópica, mas, mais corretamente, ‘multiscópica’. As próprias escalas se cruzam” (LOWANDE, *op. cit.*, p. 237).

Vários fatores replicaram o sucesso do Estado Novo, e a manutenção das colônias africanas tiveram grande relevância. O Estado Novo português contou com o apoio do Brasil por muitos anos: Brasil e Portugal mantinham relações diplomáticas fortes por causa dos laços históricos e culturais, mas o apoio do Brasil ao regime salazarista e à manutenção das colônias africanas foi, muitas vezes, pragmático e de interesse próprio. Não havia coerência ou justificativa plausível em relação a esse posicionamento, que era contrário à visão da ONU.

Essa visão colonialista foi revista apenas após o Golpe Civil-Militar de 1964, com os militares, que contrariando o esperado escolheram se distanciar de Portugal. Na visão estratégica dos militares, Portugal se encontrava fragilizado naquele momento, portanto, não conseguiria contribuir com os planos da Ditadura, apesar da experiência do Estado Novo português.

3.1 JÂNIO QUADROS ERA UM APOIADOR DOS LAÇOS LUSO-BRASILEIROS?

Jânio Quadros democratizou efetivamente o diálogo sobre as relações internacionais e assuntos externos, elevando esses tópicos a uma discussão pública abrangente. Essa transformação teve um impacto significativo no cenário nacional, especialmente considerando que temas de relações internacionais eram tradicionalmente mantidos discretos e raramente geravam grande alvoroço público.¹⁹⁶ A revista *Foreign Affairs* refletiu essa mudança ao publicar o artigo “Nova política externa do Brasil”, que delineava os fundamentos da Política Externa Independente (PEI), uma diretriz estratégica dirigida pelo presidente. A PEI buscava posicionar o Brasil como uma nação soberana e influente no cenário internacional, capaz de estabelecer relações diplomáticas baseadas em interesses e respeito mútuos, independentemente de alinhamentos ideológicos ou pressões de blocos de poder. A intenção era clara: proporcionar ao Brasil a posição de destaque a que fazia jus no concerto das nações, garantindo que o país ganhasse novas forças e alianças nesse atual cenário.¹⁹⁷

Em 1961, o discurso de Jânio Quadros apoiando as colônias africanas na Guerra Colonial não se ajustava com as políticas adotadas até aquele momento pelo Brasil, que mantinha a aliança e o apoio aos interesses portugueses. Lacerda, como primeiro governador do recém-criado estado da Guanabara, tinha muita visibilidade. Nesse momento, afirmou seu favoritismo: “as relações entre brasileiros e portugueses, e entre a nação brasileira e a nação portuguesa,

¹⁹⁶ VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Política externa independente: fundamentos e reflexos nas relações internacionais do Brasil. (1961-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV, Fortaleza, 2009. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009.

¹⁹⁷ FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1.

constituem para mim assunto de primeira ordem [...] o mundo luso-brasileiro precisa de, cada vez mais, tomar conhecimento de sua importância”.¹⁹⁸

O presidente Jânio Quadros foi taxativo em seu discurso: era preciso rever nosso posicionamento no que diz respeito à descolonização africana e abandonar de uma vez por todas o apoio que vinha sendo dado a Portugal:

Por muitos anos o Brasil fez o erro de apoiar o colonialismo europeu nas Nações Unidas. Essa atitude – que começa somente agora a desaparecer – deu lugar a uma justificada desconfiança quanto à política brasileira. Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto. Portanto, tudo conduz a uma necessária mudança de posição com respeito ao colonialismo, que, sob todos os seus disfarces – mesmo os mais transparentes – enfrentará de agora em diante a oposição determinada do Brasil.¹⁹⁹

Entretanto, esse discurso nem sempre foi o mesmo. Quando ainda era candidato à Presidência da República, por exemplo, o jornal *Comércio do Porto*²⁰⁰ repercutiu uma entrevista do candidato que aconteceu no Hotel Infante de Sagres, em Portugal. Quadros apareceu na foto sentado ao lado de Lacerda, na época ainda candidato a governador de Guanabara, e Aloísio Alves, secretário-geral da UDN. Quadros fez importantes considerações sobre a relação luso-brasileira.

Percebe-se uma nítida continuidade do que Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek iniciaram em relação aos portugueses. Apesar disso, havia um determinado receio, pois a conjuntura não era mais a mesma. No início da entrevista, ele afirmou que “cabe ao Brasil voltar os olhos para o novo mundo afro-asiático que nasce”²⁰¹, portanto era preciso reconhecer esses países e estabelecer com eles relações diplomáticas e econômicas. Todavia, sobre as relações com Portugal, ele também concordava com a política de boa vizinhança constituída pelos presidentes antecessores:

O mundo luso-brasileiro não é apenas um patrimônio cultural, mas econômico, que temos a obrigação de expandir. O Tratado de Amizade e Consulta ainda não deu resultados práticos, e torna-se indispensável firmar um contrato de comércio e de estreitar as nossas relações em bases firmes, por uma cooperação técnica e científica, que interessa Angola, Moçambique e todas as outras províncias portuguesas de além-mar. Para isso, é necessário estabelecer interpostos brasileiros nessas províncias, tantos

¹⁹⁸ CARLOS de Lacerda: somos uma vanguarda portuguesa no mundo de amanhã. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13 nov. 1960.

¹⁹⁹ *Apud* VIANA, *op. cit.*, p. 7.

²⁰⁰ CHEGADO, ontem, a esta cidade, o Dr. Jânio Quadros, candidato à Presidência da República brasileira, fez importantes considerações sobre as relações luso-brasileiras durante uma entrevista concedida à imprensa. *O Comércio do Porto*, 28 ago. 1959.

²⁰¹ *Ibid.*

mais que o Brasil, nesta altura, vai procurar mercados novos em face da sua crescente industrialização.²⁰²

Jânio Quadros ainda defendeu a comunidade luso-brasileira, que também era defendida por Lacerda:

O fato de sermos irmãos de raça exige uma conjugação de esforço dos dois países de tal modo que a presença brasileira no mundo seja também a presença portuguesa, e vice-versa. Gostaria que o Brasil e Portugal adotassem uma fórmula política integral, de modo a transformarem-se em uma verdadeira Comunidade.²⁰³

Caminhando para o final da entrevista, o político falou em nome dos companheiros que estavam presentes com ele, Lacerda e Aloísio, sobre a felicidade imensa que eles sentiam de estar em Portugal compartilhando seus ideais políticos e seus desejos. Afirmou que: “Portugal é um prolongamento do nosso país. Sentimo-nos aqui como em terras brasileiras e é nosso interesse estreitar, em bases práticas, as magníficas relações que já existem entre nós”.²⁰⁴ Ainda demonstrou grande interesse em misturar as duas nações, como, por exemplo, dividindo grandes profissionais ou facilitando o comércio; além disso, compartilhando da mesma opinião de Lacerda, ele acreditava que passava da hora da “concessão de tratamento especial aos portugueses que vivem no país, outorgando-lhes os seus direitos políticos”.²⁰⁵ Lacerda acreditava que se os portugueses tivessem direitos políticos no Brasil, ele teria uma votação aumentada: “pois, acredito, que a maioria da colônia levaria às urnas os sentimentos que me tem demonstrado, de afeto, compreensão e de solidariedade”.²⁰⁶

Lacerda não concordava com a política externa do presidente – para ele, era “pretensiosa”, e Jânio estava mentindo²⁰⁷ –, mas não deixava de ser “criadora e inovadora”.²⁰⁸ Para Lacerda, Jânio pretendia criar relações com países do leste, “era uma política afro-asiática”. Ele não entendia seu jogo, pois dizia não haver possíveis relações comerciais entre o Brasil e os países afro-asiáticos.²⁰⁹ Lacerda contou que, na ocasião em que estavam juntos em Portugal,

²⁰² CHEGADO, ontem, a esta cidade, o Dr. Jânio Quadros, candidato à Presidência da República brasileira, fez importantes considerações sobre as relações luso-brasileiras durante uma entrevista concedida à imprensa. **O Comércio do Porto**, 28 ago. 1959.

²⁰³ *Ibid.*

²⁰⁴ *Ibid.*

²⁰⁵ *Ibid.*

²⁰⁶ CARLOS de Lacerda: somos uma vanguarda portuguesa no mundo de amanhã. **Diário de Lisboa**, Lisboa, Portugal, 13 nov. 1960.

²⁰⁷ De acordo com Lacerda, Jânio Quadros havia mentido para o filho do fundador do *Diário de Notícias*, João Ribeiro Dantas, e que isso o preocupava bastante (LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977).

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 240.

²⁰⁹ *Ibid.*

Jânio estava fazendo “malcriações” com as autoridades portuguesas, uma total “falta de educação” e “desprezo” em que acabou se traduzindo no voto brasileiro contra Portugal na ONU.²¹⁰

Contrariamente às críticas de Lacerda, que considerava a política externa de Quadros “pretensiosa” e acusava o presidente de mentir para os portugueses, existiam relações comerciais entre o Brasil e os países afro-asiáticos, especialmente no que se refere à exportação de produtos brasileiros e à cooperação técnica.²¹¹ A postura de Jânio Quadros em relação a Portugal, culminando no voto do Brasil contra esse país na ONU, pode ser vista como uma manifestação dessa política de não alinhamento automático e busca por uma maior autonomia no cenário internacional.

Essa nova orientação na política externa brasileira, que buscava um maior equilíbrio e mais independência nas relações internacionais, refletia o desejo de Quadros de posicionar o Brasil como uma nação soberana e influente, capaz de dialogar em pé de igualdade com todas as nações e contribuir ativamente para o *concerto das nações*. A PEI foi, portanto, um marco na história da diplomacia brasileira, representando uma tentativa de diversificar as parcerias internacionais e buscar um desenvolvimento econômico mais autônomo e alinhado com os interesses nacionais.²¹²

Houve outro episódio que acabou virando crônica nos jornais portugueses produzidos por Lacerda e que está no livro *Depoimento* de forma “equivocada”. De acordo com Lacerda, é algo que parece não ter importância, mas que o representava inteiramente²¹³, ou seja, “representava Jânio inteiramente”:

Jânio se hospedou na quinta do João Carlos de Almeida Braga, hoje diretor do Bradesco. Para começo, pediu feijão. Não é muito fácil comer feijão em Portugal, mas arranjaram um feijão-vermelho. Como ele não saía de casa, um dia me ofereci para levar a mãe dele, a mulher e a filha para conhecerem Viana do Castelo, a cidade mais próxima, mas ele não deixou: as minhas mulheres não saem sem mim. Uma vez, estava passeando na quinta e viu preso em uma espécie de galinheiro, uma espécie de canil, um cachorro, o cachorro caseiro. O cachorro não estava nem bem, nem maltratado, estava tratado! Mas Jânio reclamou: isso é uma barbaridade! Como deixam um pobre cão preso dessa forma? Preferia que me dessem – com aquela linguagem preciosa dele – para levá-lo ao Brasil e tratar deste cachorro! [...] Quando chegamos ao Porto, houve uma entrevista coletiva no Hotel Príncipe e de repente ele conta a história do cachorro da casa em que ele estava hospedado, dizendo: encontrei na quinta um pobre cão maltratado. E disse horrores do cão! O João Braga tomou raiva do Jânio por causa

²¹⁰ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

²¹¹ SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300006>.

²¹² MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 93, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>.

²¹³ LACERDA, *op. cit.*

disso! Acabaram dando o cão a ele. E mandaram o cão para ele [...] mandem para a embaixada de Lisboa que eu vou receber, disse Jânio. Mas nunca mais ele falou do cão! Ele usou o cão para falar mal da casa que ele estava hospedado.²¹⁴

Na crônica²¹⁵, Lacerda contou todo o acontecimento elogiando o posicionamento do futuro presidente do Brasil. Disse que Jânio tinha o plano de enviar o cachorro para a chácara de seu sogro e que assim foi feito:

Um cão, porém, um enorme cão lanzudo pastor da Serra, perdido à beira do rio, aflito e preso num aramado, ansioso de liberdade, atormentado pelas moscas na chaga da sua orelha, subitamente nos revela, sob o político, sob o astucioso, o hábil, o homem simples, o homem bom, o homem generoso, em suma, o verdadeiro Jânio, esse que o povo adivinhou e descobriu para fazê-lo presidente.²¹⁶

No *Depoimento*, anos depois, Lacerda tem outra visão do episódio: “o episódio mostra o Jânio na sua verdadeira face, a tantos, inclusive a mim, desfiguradas pelas mil deformações do homem político”.²¹⁷ Ele ainda recrimina a PEI, proposta por Jânio em seu curto período na Presidência da República brasileira.

Durante a curta e tumultuada gestão de Jânio Quadros (sete meses incompletos), as relações internacionais do Brasil sofreram uma alteração importante com a formulação da Política Externa Independente (PEI). Esta não representava uma inovação completa, enquanto se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. Porém, a PEI ia além e ultrapassava vacilações dos governos anteriores: apresentava um conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional, abria perspectivas mundiais e dava à política externa um lugar de destaque na vida nacional.²¹⁸

De fato, essa nova política não era totalmente inédita, “já que trazia em seu bojo certo caráter de continuidade em relação às políticas nacionalistas e desenvolvimentistas implementadas em algumas das gestões anteriores”²¹⁹, que, por sua vez, foram essenciais no lançamento das bases que levariam à PEI. Sua verdadeira inovação e relevância foi ter estabelecido “os princípios e diretrizes que iriam orientar a política externa brasileira a partir dos anos 1960, dentre eles a universalização e a autonomia”.²²⁰

²¹⁴ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 246.

²¹⁵ *Ibid.*

²¹⁶ *Ibid.*, p. 246.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 246.

²¹⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): O nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 123.

²¹⁹ VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Política externa independente: fundamentos e reflexos nas relações internacionais do Brasil. (1961-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV, Fortaleza, 2009. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009. p. 2.

²²⁰ *Ibid.*, p. 2.

A movimentações políticas imaginadas por Jânio não obtiveram os resultados esperados, como ele confessou anos depois ao afirmar que não conhecia a “verdadeira situação político-econômica do país”.²²¹ A renúncia era para ser uma articulação, uma estratégia política que não funcionou. Essa “tentativa de governabilidade”, resume Jânio Quadros, “foi o maior fracasso político da história republicana do país e foi o maior erro que já cometi”.²²²

Os últimos dias do governo Jânio Quadros foram marcados por uma série de eventos que desafiaram a estabilidade democrática do Brasil. Em meio a esses acontecimentos, o vice-presidente João Goulart encontrava-se em uma visita oficial à China, uma decisão orquestrada pelo próprio presidente Jânio Quadros. Essa viagem foi parte de um “plano de governabilidade” que visava fortalecer a posição do governo diante das diversas ofensivas políticas, incluindo as críticas do governador Lacerda.²²³

Contrariamente às expectativas de Quadros, o apoio dos governadores não se concretizou, e as manifestações populares não ocorreram. Os discursos políticos da época foram distorcidos, e a narrativa do ex-presidente Quadros sobre esses eventos reflete sua perspectiva pessoal.²²⁴ Ricardo Arnt²²⁵, ao analisar a sequência de eventos, destaca a “imprudência de Jânio” e como ele subestimou o poder e a influência do Congresso Nacional. A dificuldade em compreender a verdadeira situação política de Quadros é evidenciada pela falta de rejeição de sua versão dos fatos por parte de vários intelectuais da época.

3.2 ADMINISTRAÇÃO DA GUANABARA: O CAMINHO FINAL PARA A PRESIDÊNCIA

A transição do Rio de Janeiro de capital do Brasil para estado da Guanabara em 1960 marcou um ponto de inflexão na história urbana e política da cidade. Ainda que tenha perdido o *status* de capital federal, a cidade manteve uma forte conexão com o governo federal, preservando sua relevância política e histórica. A transformação urbana do Rio de Janeiro durante esse período foi notável, com um aumento significativo na população, impulsionado principalmente pela imigração. A expansão demográfica trouxe consigo desafios sociais e

²²¹ *Apud* GUALAZZI, Eduardo L. B.; QUADROS NETO, Jânio. **Jânio Quadros**: memorial a história do Brasil. São Paulo: Rideel, 1996. p. 45.

²²² *Apud ibid.*, p. 45.

²²³ VISITA à China de João Goulart 1961. **Eduardo C. de Oliveira**, 21 fev. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJdopHYmmnk>. Acesso em: 19 out. 2024.

²²⁴ GUALAZZI, Eduardo L. B.; QUADROS NETO, Jânio. **Jânio Quadros**: memorial a história do Brasil. São Paulo: Rideel, 1996.

²²⁵ ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros**: o prometeu de Vila Maria. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

econômicos, refletidos na formação de favelas, que se tornaram parte integrante da paisagem urbana.²²⁶

Apesar dos desafios, o Rio de Janeiro destacou-se em vários aspectos socioeconômicos, como a educação, em que apresentava índices de alfabetização superiores à média nacional, evidenciando o investimento em capital humano. Além disso, a cidade se consolidou como um importante polo industrial, contribuindo significativamente para a economia do país. Esses fatores, juntamente com a rica herança cultural e a vibrante vida social, continuaram definindo o Rio de Janeiro como uma das cidades mais dinâmicas e influentes do Brasil.

Eleger Lacerda como o primeiro governador²²⁷ do estado da Guanabara gerou muitas expectativas para os lacerdistas, e muito receio para os que não eram. O estado passava por problemas graves, como a falta de água, alimentos inflacionados e os problemas de circulação na cidade. Os prefeitos Mendes de Moraes e Negrão de Lima já haviam alertado que o Rio de Janeiro entraria em falência. Seria necessário investimentos internos e externos e um programa de governo coerente e aplicável. Lacerda enxergou na aliança com Portugal e na norte-americana a oportunidade para conseguir gerenciar a Guanabara, além de se reestruturar para as eleições de 1965.

A gestão da Guanabara representava um degrau essencial para Lacerda, que compreendia que seu desempenho como governador teria impacto direto em sua aspiração à Presidência da República. Com um planejamento meticuloso, Lacerda angariou credibilidade no âmbito nacional e internacional. Durante sua administração, sua aliança com Portugal foi consistentemente reforçada, demonstrando sua persistente afinidade com os portugueses.

O Rio no seu vertiginoso crescimento é a cidade mais portuguesa no Brasil. Sem dúvida no Norte e no Nordeste, cidades como Salvador, São Luís, Belém, a própria Recife, guardam a marca da civilização portuguesa que a formou, visível nas suas fachadas e nos seus costumes, mas o Rio... é bem Portugal em marcha! Portugal sempre renovado, Portugal em ritmo de América! Somos como uma vanguarda portuguesa no mundo de amanhã.²²⁸

Sua montagem de uma estrutura considerada ágil e técnica no estado da Guanabara e seu programa de construção de escolas, hospitais, adutoras, viadutos e túneis “são reconhecidos por

²²⁶ PEREZ, Maurício Dominguez. **Estado da Guanabara: gestão e estrutura administrativa do governo Carlos Lacerda**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

²²⁷ Em 5 de dezembro de 1960, Carlos Lacerda tomava posse no governo do estado da Guanabara. Ganhara uma eleição apertada, com apenas 35,7% dos votos, a 2,3% do segundo colocado, Sérgio Magalhães.

²²⁸ CARLOS de Lacerda: somos uma vanguarda portuguesa no mundo de amanhã. **Diário de Lisboa**, Lisboa, 13 de nov. 1960.

admiradores e rivais como indicativos de um governo competente”.²²⁹ Sua campanha pode ser resumida em três frentes: estadualização da Guanabara²³⁰ e as preocupações futuras que a recente criação do estado poderia passar; a visão de Lacerda sobre o potencial do Rio de Janeiro para continuar sendo a “cabeça” do país²³¹ – razão pela qual as alianças deveriam ser preservadas com outras nações, como a norte-americana e a portuguesa –; e a exigência de uma constante ligação entre o governo da Guanabara com o governo federal, para que as duas primeiras frentes de sua campanha fossem possíveis.

Lacerda procurou pavimentar sua imagem de realizador, expondo as dificuldades que atingiam o Rio de Janeiro e propondo soluções técnicas que dessem conta dessas demandas.²³² Os serviços públicos da cidade possuíam muitas deficiências e exigiam reestruturações, como “abastecimento de água, saneamento básico, telefonia, transportes e mobilidade, energia elétrica, educação e saúde”.²³³ Em resumo:

O Novo Rio ou a Belacap de Lacerda foi planejado e executado sob dois alicerces básicos: a) aproveitamento máximo das próprias receitas da Guanabara, combinando-se ligeiro aumento tributário, cuja estrutura foi herdada do Distrito Federal, à eficiência arrecadadora no combate à sonegação fiscal, de modo que o expediente do empréstimo e da doação de organismos estrangeiros foi marginal no cômputo do orçamento oficial e direcionado prioritariamente à obra mais cara da gestão, a Adutora do Guandu; b) a realização de uma reforma administrativa nos anos iniciais do governo, visando à descentralização, à desburocratização e à agilidade no funcionamento da máquina da Guanabara, em conjunto com a reestruturação do serviço público, que evitou fortemente as indicações pessoais e as redes de clientela política e valorizou a competência técnica e a admissão por concurso público.²³⁴

²²⁹ MOTTA, Marly Silva da. A estratégia da ameaça: as relações entre o governo Cederal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65). **Textos do CPDOC**, n. 25, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6596>. Acesso em: 18 out. 2024. p. 3.

²³⁰ “[...] apesar do investimento inicial na estadualização da Guanabara, quando buscou montar a máquina estadual e implementar as metas prometidas durante a campanha, o governador Lacerda acabou por reafirmar a antiga capitalidade da cidade-estado, relegando ao segundo plano o processo de transformá-la em um estado de fato. Elemento fundamental em seu projeto de chegar à Presidência da República, a Guanabara deveria ser o estado-capital e, tal como o Rio de Janeiro no passado, a ‘vitrine’ na qual poderia expor os feitos de sua administração” (FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; SARMENTO, Carlos Eduardo. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 14).

²³¹ Ele defendeu sua vontade de tornar Guanabara uma federação autônoma: “O Sr. Armando Falcão, político cearense, está coordenando o Sr. João Goulart, político gaúcho, para se entender com o Sr. Kubitschek, político mineiro, na aliança com o Sr. Ademar de Barros, político paulista, sobre um candidato ao governo da Guanabara, estado autônomo da Federação brasileira” (LACERDA, Carlos. A final: quando a Guanabara será autônoma? **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1960).

²³² SANTOS, Giordano Bruno Reis. Lacerda por Lacerda: a construção de uma imagem política no governo da Guanabara. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, Natal, 2013. **Anais [...]**. Natal, 2013.

²³³ *Ibid.*, p. 10.

²³⁴ *Ibid.*, p. 11.

Um dos principais destaques do governo de Lacerda foi a ênfase e as realizações significativas no setor da educação: “foi uma época áurea na educação”.²³⁵ Até mesmo os getulistas não puderam deixar de reconhecer os progressos notáveis na educação durante o governo Lacerda. Maria Angélica Coutinho²³⁶ ilustra que o reconhecimento e respeito que Lacerda, enquanto governador da Guanabara, conferiu ao magistério primário resultou em uma valorização expressiva das professoras. Estrategicamente, Lacerda elevou a educação à posição de um dos eixos centrais para garantir o avanço do estado. Como a Guanabara era uma unidade federativa recém-instituída, cabia a Lacerda a tarefa de estruturá-la, elegendo a educação como um dos pilares principais dessa construção.

Durante a campanha eleitoral, Lacerda fez questão de enfatizar que o Rio de Janeiro deveria retomar sua posição como capital do país. Para disseminar essa mensagem a um público mais amplo, utilizava a *Tribuna da Imprensa* como uma plataforma de divulgação. Lacerda defendia vigorosamente a ideia de que o governo federal devia compensações ao recém-formado estado da Guanabara. Ele insistia na necessidade de se reconhecer que a União tinha uma dívida com o Rio de Janeiro, devido à administração inadequada dos negócios internos da cidade, que ele descrevia como sórdida.²³⁷

A relação de Lacerda com o governo de Jânio Quadros e sua subsequente atuação política como governador do estado da Guanabara foram marcadas por uma série de eventos e decisões que culminaram em uma notável campanha de oposição. Lacerda, inicialmente esperançoso com a gestão de Quadros, viu suas expectativas serem frustradas pelas ações do presidente, o que o levou a adotar uma postura crítica e oposicionista. Essa fase de sua carreira política foi intensificada por suas viagens internacionais, nas quais buscava apoio e parcerias para projetos significativos para o Rio de Janeiro, como a construção do metrô.

Em novembro de 1960, após retornar de Paris, onde havia iniciado contatos para o projeto do metrô, Lacerda escolheu visitar Portugal, um país com o qual havia estabelecido laços de amizade e cooperação. Sua chegada em território português foi registrada pela PIDE, a polícia política do Estado Novo português, que notou sua presença na seção reservada e mencionou a possibilidade de prorrogação de sua estadia. Durante sua visita, Lacerda reiterou a importância do projeto do metrô, que ele descreveu como parte de um sistema mais amplo de trens suburbanos destinados a melhorar a mobilidade urbana dos cariocas. O *Diário de Notícias*²³⁸, ao

²³⁵ COUTINHO, Maria A. G. Cabral. A Escola da Guanabara na memória carioca. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, São Leopoldo, RS, 2007. *Anais [...]*. São Leopoldo, RS, 2007. p. 5.

²³⁶ *Ibid.*

²³⁷ TRIBUNA da Imprensa, Rio de Janeiro, 5 de jul. de 1960.

²³⁸ NOTA: à secção reservada, assinado pelo inspetor-adjunto. *Diário de Notícias*, Lisboa, 29 nov. 1960.

reportar sua visita, destacou a estima de Lacerda por Portugal, relembrando sua primeira declaração oficial como governador dirigida ao povo português, reafirmando os laços entre as duas nações.²³⁹

Lacerda foi homenageado com um almoço no Palácio das Necessidades pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português Marcello Mathias. O *Diário de Notícias* publicou uma fotografia em que apareceu todos os apoiadores do Estado Novo envolvidos.²⁴⁰ Ainda há o registro que, no final do almoço, foram trocados brindes entre Lacerda e o ministro Marcello Mathias, com “expressões de exaltações à amizade entre os dois países irmãos”.²⁴¹ O *Diário de Notícias* também noticiou a chegada do vice-presidente brasileiro João Goulart em Lisboa, onde foi recebido pelo embaixador Negrão de Lima, o ministro côsul-geral Souza Gomes e o vice-cônsul José Monelli. Goulart fez elogios a Portugal e disse estar muito feliz em estar ali ao lado de seu grande amigo Negrão de Lima.²⁴²

Alguns dias depois, a *Última Hora* também noticiou o almoço em homenagem a Lacerda. Replicou algumas falas, como o comentário de Lacerda sobre o motivo de estar em Portugal: “observar diferentes indústrias e o serviço público português”.²⁴³ E ainda a fala sobre a viagem de João Goulart à China: “Estou preocupado em relação à visita de João Goulart, vice-presidente da república, à China. Goulart estava pagando sua dívida com Chiang Kai Shek”.²⁴⁴

João Goulart havia viajado também para o Japão. Em entrevista a outro periódico, Lacerda afirmou não entender o que levou Goulart a visitar um país que se encontrava em guerra civil, sugerindo que o desejo de Goulart era dividir o Brasil em dois: Brasil democrático ocidental e Brasil satélite comunista. Para Lacerda, essa visita causava ao vice-presidente do Brasil uma total perda de autoridade com seus eleitores, o que desmoralizaria o Brasil e seria benéfico apenas aos comunistas.²⁴⁵

Em seguida, os jornais iniciaram a repercussão do retorno de Lacerda ao Rio de Janeiro. Em entrevista, relatou que toda vez que fosse à Europa iria a “Portugal matar a saudade”, que sua viagem fora produtiva e que aprendeu sobre atividades industriais que poderiam ajudar no crescimento econômico da Guanabara.²⁴⁶ Diante disso, o periódico *Luta Democrática*²⁴⁷ fez algumas críticas ao governador: “desejava manter acesa a chama que o impulsiona

²³⁹ NOTA: à secção reservada, assinado pelo inspetor-adjunto. **Diário de Notícias**, Lisboa, 29 nov. 1960.

²⁴⁰ *Ibid.*

²⁴¹ *Ibid.*

²⁴² *Ibid.*

²⁴³ LACERDA homenageado pelos salazaristas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1960.

²⁴⁴ *Ibid.*

²⁴⁵ CARLOS Lacerda e a visita de Jânio a China. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1960.

²⁴⁶ LACERDA retorna ao Rio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1960.

²⁴⁷ SÓ o amor constrói. **Luta democrática**, Rio de Janeiro, 1º dez 1960.

politicamente: o ódio. O Sr. Carlos Lacerda precisa pôr de lado seus recalques e deixar de encenações”. Nesse momento, Lacerda não conseguia manter boas relações com Jânio e fazia muitas críticas a Goulart. O jornal ainda citou as ameaças feitas ao ministro Negrão de Lima.²⁴⁸

Depois de muito conflito, o ministro Negrão de Lima resolveu se defender de Lacerda. O ex-prefeito escreveu-lhe uma carta, que foi replicada no jornal português. Na correspondência, o ministro chegou a insultá-lo, chamando-o de “cafajeste, mentiroso, caluniador descarado, covarde e pobre diabo”. O ministro ainda continuou: “seu destino, pobre diabo, é esse mesmo de atassalhar, denegrir, mentir, injuriar e difamar o próximo; a ponto de não escaparem de seu furor os seus próprios correlegionários. Para isso você foi feito. Esse é seu triste e doloroso fado”. Ele lembrou alguns episódios que marcaram a história política de Lacerda, como a “falsária Carta Brandi”, a morte de Getúlio Vargas e a tentativa de impedir a posse de Kubitschek e Goulart em 1955.²⁴⁹

O *Correio da Manhã*²⁵⁰ colocou em suas manchetes que “Lacerda chegou sendo carregado” e publicou uma fotografia²⁵¹ que representa esse momento. Em entrevista, Lacerda falou sobre o projeto do metrô e aproveitou o momento para contar mais de sua viagem para a China: “durante a minha viagem, vi de perto a Guerra Fria. Vi como a China de Formosa resiste àqueles que, em nome da liberdade, traem a própria liberdade”.²⁵² Lacerda expressou sua admiração pelos países que foram atingidos diretamente pelas guerras e que, com muita determinação, conseguiram se recuperar.

Essas reflexões internacionais encontraram eco em seu compromisso com o desenvolvimento local, particularmente com o projeto do metrô. Assim, ele acreditava ter arrumado uma solução, que atraía alguns investidores estrangeiros, razão pela qual “deveria falar menos possível, pois chegou a hora de trabalhar”.²⁵³ Ele foi recebido pela sua família e

²⁴⁸ Negrão de Lima foi ministro das Relações Exteriores de Juscelino Kubitschek. “Nomeado pelo presidente da República embaixador do Brasil em Portugal, assumiu o posto em dezembro do mesmo ano. Quando Jânio Quadros se tornou presidente da República, em janeiro de 1961, foi o único amigo de Juscelino mantido à frente de uma embaixada brasileira. Serviu igualmente sob o governo de João Goulart, deixando voluntariamente a embaixada em Lisboa nos últimos dias de 1963, a fim de chefiar o comitê nacional da candidatura de Kubitschek à Presidência nas eleições que deveriam se realizar em outubro de 1965”. Lacerda, em uma tentativa frustrada de depô-lo antes do início de seu mandato, criou uma rivalidade com o político (LIMA, Negrão de. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-negrao-de-lima>. Acesso em: 28 out. 2024).

²⁴⁹ NEGRÃO de Lima disse ao Lacerda o que uma meretriz acha nojento! **Correio Independente**, Lisboa, 1960.

²⁵⁰ LACERDA chegou sendo carregado “Brasil goza de prestígio que não podemos desperdiçar”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1º dez. 1960.

²⁵¹ *Ibid.*

²⁵² *Ibid.*

²⁵³ LACERDA voltou dizendo que solucionou “o metrô”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 1º dez. 1960.

amigos políticos, como Frota Aguiar, Hélio Beltrão, Hélio Valcácer, Domingos D'Ângelo, Amaral Neto, entre outros.²⁵⁴

Nos dias seguintes, as notícias passaram a atualizar o que Lacerda havia feito em sua viagem. A *Última Hora* lembrou o almoço oferecido pelo ministro salazarista Marcello Mathias a Lacerda e disse que Lacerda defendeu o colonialismo luso. Segundo Lacerda²⁵⁵:

[...] a missão civilizadora que Portugal levou aos cinco cantos do mundo era algo relevante. Ignorá-la seria ignorar o Brasil. Negá-la, seria negar a história, seria negar a própria evidência. Esquecê-la seria esquecermos de nós próprios, que somos filhos diletos dessa civilização.

Suas falas eram resumidas em críticas ao posicionamento de Jânio à guerra de libertação da Argélia, colônia francesa. A preocupação dele foi relatada no jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa:

é aprovar os caminhos de Fidel Castro: quaisquer que sejam essas preferências, e como não pretendemos ter uma solução a propor a maneira de Fidel Castro nem para a importação, nem para a exportação, embora permanecendo fiéis a essas preferências e desejando uma solução equitativa para ambas as partes no doloroso conflito argelino”. E finaliza, afirmando que, nada temos a fazer com um problema interno da França.²⁵⁶

No início de 1961, um jornal destacou a intervenção direta de Lacerda em auxílio a uma cidadã portuguesa que residia no Brasil. Na matéria, Lacerda foi retratado como um herói. A mulher, identificada como Rosa Branca, enfrentou obstáculos decorrentes da inexistência de uma comunidade luso-brasileira atuante, algo que Lacerda advogava. Rosa Branca, após concluir sua formação inicial, manifestou a aspiração de prosseguir com os estudos com o intuito de se qualificar como professora. No entanto, ao tentar se matricular na Escola Normal Heitor Lyra²⁵⁷, Rosa Branca, por ser estrangeira, foi impedida. Lacerda, então governador da Guanabara, havia implementado um sistema de governo em que dedicava um dia da semana para audiências públicas com os habitantes da Guanabara. Rosa Branca foi uma das pessoas atendidas e conseguiu expor sua situação.

Segundo a reportagem, a jovem portuguesa, emocionada e com lágrimas nos olhos, explicou a Lacerda seu dilema e seus anseios. O político, sensibilizado com a história, prontamente escreveu um bilhete ao secretário de Educação da Guanabara, solicitando que a

²⁵⁴ LACERDA voltou dizendo que solucionou “o metrô”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 1º dez. 1960.

²⁵⁵ LACERDA elogia o colonialismo luso. *Última hora*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1960.

²⁵⁶ CARLOS Lacerda ficará alguns dias em Lisboa. *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 nov. 1960.

²⁵⁷ A escola, localizada no bairro Penha, na cidade do Rio de Janeiro, disponibilizava, na época, o curso de Magistério.

situação fosse retificada imediatamente. Assim, Rosa poderia prestar o concurso em igualdade de condições com os demais candidatos. Lacerda salientou que, aos 18 anos, Rosa estaria “naturalizada”.²⁵⁸

A conexão de Rosa com a comunidade luso-brasileira é um ponto crucial da narrativa. Sua história é um reflexo das dificuldades enfrentadas por muitos imigrantes que buscavam se integrar plenamente na sociedade brasileira. A falta de uma comunidade de apoio efetiva deixou Rosa vulnerável e isolada, uma situação que Lacerda procurou remediar. Ao intervir em seu favor, Lacerda não apenas ajudou Rosa individualmente, mas também chamou a atenção para a necessidade de uma estrutura de suporte mais robusta para imigrantes como ela. A naturalização de Rosa aos 18 anos simboliza sua transição de uma estrangeira à margem da sociedade para uma cidadã plenamente engajada, com direitos e oportunidades iguais aos de seus colegas brasileiros. Esse caso ilustra a importância da inclusão e do reconhecimento da diversidade cultural como elementos fundamentais para o fortalecimento da comunidade luso-brasileira.

A postura de Lacerda, ao interceder em favor de uma cidadã portuguesa, gerou controvérsias entre os cariocas. Alguns defendiam veementemente que os direitos e as responsabilidades dos cidadãos brasileiros não deveriam ser equiparados aos dos portugueses residentes no país, independentemente da situação. O jornal *A Voz* abordou essas divergências, destacando a frequente presença de Portugal nas discussões da imprensa brasileira. A publicação foi crítica em relação à comunidade luso-brasileira, referindo-se a ela como uma “mera ficção”.²⁵⁹ Além disso, o periódico observou que a aproximação de Lacerda com Portugal era calculada e estratégica, uma perspectiva que surgiu no contexto das críticas de Lacerda ao governo de Cuba e a Fidel Castro, bem como do seu notório apoio às políticas dos Estados Unidos.

Ao encerrar a matéria, o jornalista expressou uma visão sobre a relação luso-brasileira, afirmando que “desejar felicidade ao Brasil é o mesmo que desejar a Portugal”.²⁶⁰ O comentário serviu como um alerta à aparente amizade entre os dois países, que poderia ser prejudicial, uma vez que Portugal parecia obter mais benefícios dessa relação do que o Brasil.

A questão de Cuba e Fidel Castro foi assunto de uma entrevista cedida por Lacerda nos EUA, em que defendeu uma “intervenção militar em Cuba”. A entrevista repercutiu na maior rede de rádios e TVs do país, Columbia Broadcasting System (CBS). Lacerda, abertamente,

²⁵⁸ CARLOS Lacerda resolve praticamente o problema de uma jovem portuguesa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 10 jan. 1961.

²⁵⁹ A PROPÓSITO de uma entrevista de Carlos Lacerda. **A Voz**, Lisboa, 9 maio 1961.

²⁶⁰ *Ibid.*

declarou seu apoio aos americanos, defendendo uma intervenção militar em Cuba conforme os protocolos americanos.²⁶¹ Além desse pronunciamento, Lacerda falou da atual situação do Brasil:

Trata-se de um país onde foi resolvido o problema de integração de todas as raças e credos religiosos e que, tendo uma cultura própria e tão interligada às civilizações americanas como às europeias, deve ter uma posição um pouco diferente das de simples membros da comunidade latino-americana, mas sim um país com características próprias.²⁶²

Lacerda discorreu sobre o desenvolvimento industrial do Brasil e a importância dos investimentos americanos. Fez um breve comentário sobre os imigrantes japoneses, contabilizando que eram aproximadamente 200 mil, e disse que o país ainda se encontrava mais próximo de Portugal do que das nações latino-americanas. Falou brevemente acerca das decisões de Jânio de se aproximar de países africanos, ressaltando que no momento estava mais interessado em resolver os problemas do estado da Guanabara.²⁶³

A entrevista repercutiu no jornal dirigido por Lacerda, a *Tribuna da Imprensa*²⁶⁴, porém sem a questão problemática da defesa de uma intervenção militar em Cuba, visto que Lacerda afirmou ser falsa essa declaração:

Essa intriga visa enfraquecer a crítica que faço e mantenho sobre a posição do Ministro do Exterior em faces dos deveres do Brasil para consigo mesmo e para com mundo livre. É inútil procurar apresentar-me como reacionário direitista. Defendo o cumprimento dos compromissos do Brasil. Sustento a necessidade de falar claro. A fala do ministro do exterior talvez tenha sido entendida pelo Presidente da República, que o felicitou, mas por nenhum de seus amigos, de seus companheiros, que estão tomados da mais justa inquietação, diante de uma política de evasivas, subterfúgios e sofismas. Tenho o direito de saber se o Brasil apoia ou não uma ditadura totalitária. Se isso significa prejuízos ao governo da Guanabara, estou pronto a ceder meu posto a quem possa defender melhor este estado, mesmo com prejuízo para o Brasil. Entendo que não é possível silenciar, a posição do Brasil é dúbia.²⁶⁵

Lacerda ainda defendeu ser melhor entregar o Brasil para os EUA do que para a Rússia: “Rejeito a tese de que a política exterior do Brasil é monopólio de um homem. Temos de discutí-la sobretudo quando ela parece mais guiada por razões de ordem interna do que de ordem internacional”.²⁶⁶

²⁶¹ A PROPÓSITO de uma entrevista de Carlos Lacerda. *A Voz*, Lisboa, 9 maio 1961.

²⁶² *Ibid.*

²⁶³ *Ibid.*

²⁶⁴ LACERDA à CBS: Jânio é líder e Brasil quer ser estrela do “show”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 maio 1961.

²⁶⁵ A POSIÇÃO do Brasil é Dúbia, declara Lacerda. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 maio 1961.

²⁶⁶ *Ibid.*

Em meio à repercussão da entrevista de Lacerda, as declarações do ministro Afonso Arinos sobre a posição do Brasil em relação ao problema cubano desagradaram a Lacerda. Ele explicou na entrevista os motivos que o levaram a ficar chateado com o ministro, que era seu amigo. Em um dos momentos mais delicados da sua carreira política, em 1955, Afonso Arinos ajudou Lacerda a deixar o país de maneira segura, organizando seu acolhimento por uma embaixada amigável:

A declaração do ministro Afonso Arinos foi uma decepção. E o país está mergulhado na confusão e em uma inevitável desconfiança, por falta de clareza e sinceridade. [...] O Sr. Afonso Arinos que é um homem de ideias claras, tornou-se obscuro. A intriga cresce, nessa atmosfera de meias-palavras e de silêncios táticos. O Brasil é contra o comunismo. Cuba caiu nas mãos do comunismo. O resto, são evasivas e pretextos.²⁶⁷

No dia seguinte, os jornais noticiaram o fim da amizade entre Afonso Arinos e Lacerda. Arinos declarou estar “satisfeito com a repercussão causada pela sua exposição sobre a política do governo em relação ao regime de Fidel Castro”.²⁶⁸ Jânio se pronunciou afirmando estar satisfeito com as declarações feitas pelo ministro: “Permita-me vossa exa. apresentar as minhas felicitações pela firmeza e fidelidade com as quais traçou, na Câmara Federal, as diretrizes da política externa da nossa pátria. Sinto-me envaidecido em ter v. exa. como companheiro de governo”.²⁶⁹

Lacerda intensificou as críticas de oposição ao governo. Chegou a acusá-lo de “proteger a minoria comunista brasileira”.²⁷⁰ O governador disse abominar essa “complacência do governo federal quanto à ditadura imunda de Cuba”²⁷¹, porém, não poderia deixar de apoiar o presidente em “matéria de política interna”.²⁷² Lacerda ainda denunciou “agentes de traição favoráveis ao comunismo, afinal estamos em guerra contra eles”.²⁷³ Em uma tentativa de amenizar a situação, o presidente resolveu suspender as emissões de rádio do *Jornal do Brasil* por três dias. No início de junho de 1961, em pronunciamento na TV Tupi, Lacerda disse que cogitou renunciar em protesto contra a política externa brasileira de aproximação com os países socialistas.²⁷⁴

²⁶⁷ A POSIÇÃO do Brasil é Dúbia, declara Lacerda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 maio 1961.

²⁶⁸ LACERDA repete crítica a Arinos, assessores do presidente acusado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 maio de 1961.

²⁶⁹ LACERDA reconhece liderança de Jânio. **Diário de Notícias**, Lisboa, 19 maio 1961.

²⁷⁰ LACERDA acusa o presidente Jânio quadros de proteger a minoria comunista brasileiro. **Diário de Notícias**, Lisboa, 8 jun. 1961.

²⁷¹ *Ibid.*

²⁷² *Ibid.*

²⁷³ *Ibid.*

²⁷⁴ MOTTA, Marly Silva da. A estratégia da ameaça: as relações entre o governo Cederal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65). **Textos do CPDOC**, n. 25, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6596>. Acesso em: 18 out. 2024. p. 12.

O político continuava defendendo a tese de que Portugal não era uma potência imperialista e que o país deveria manter seus direitos sobre Angola, o que ia de encontro ao pensamento do governo brasileiro:

Embora haja algumas críticas. Mas, não se podemos apontá-las, não podem o Itamarati nem muito menos o Presidente Jânio Quadros que protegem passiva e ativamente a ditadura comunista de Fidel Castro em nome de uma suposta autodeterminação. [...] Devemos preocupar com a agressão comunista em Angola e a inqualificável cumplicidade por omissão do governo brasileiro. Angola, parte integrante de Portugal, está sendo invadida por brancos e pretos treinados na Checoslováquia russa, equipados ideológica e militarmente pelo imperialismo russo.²⁷⁵

Lacerda se justificava dizendo que “a presença de Portugal no mundo é a do próprio Brasil”²⁷⁶ e que “a posição do Brasil perante a invasão de Angola pelos comunistas equivale a uma traição ao Brasil e a Portugal”²⁷⁷:

Qualquer que seja a opinião de qualquer brasileiro sobre o regime português, acreditamos que não haja afora os comunistas e classes anexas, quem duvida de que Portugal e Brasil devem andar juntos, apoiando-se um no outro. Até, eventualmente, corrigindo-se um ao outro, mas entendendo-se e complementando-se.²⁷⁸

Na *Tribuna da Imprensa*, ele foi mais incisivo:

O Brasil deve apoiar Portugal porque este é o imperativo histórico, porque é uma exigência nacional, da nossa comunidade em formação, porque é um ato político de elementar sabedoria: porque é um dever de consciência e um apelo do sentimento nacional. O Brasil não tem, nesta hora, de discutir se [deve] estar ou não de acordo com o regime português. Tem de estar ao lado de Portugal como povo, de Portugal como nação, de Portugal como parte da comunidade a que queremos e devemos pertencer e a que, mesmo que não quiséssemos, pertenceríamos, pois, só violentamente poderíamos renegá-lo. [...] O lugar do Brasil é ao lado de Portugal, até porque da sobrevivência de Portugal depende em parte o futuro do Brasil. A posição atual do Brasil perante a invasão de Angola pelos comunistas equivale a uma traição do Brasil.²⁷⁹

Em uma correspondência com Nuno Simões, Lacerda revelou uma faceta diferente daquela apresentada em seus discursos públicos. Simões, uma personalidade influente na resistência ao regime de Salazar, foi um pilar na luta pela democracia em Portugal. Na carta, Lacerda expressou visões que contrastavam com sua retórica pública, demonstrando uma

²⁷⁵ CARLOS Lacerda: Portugal não é uma potência imperialista. **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1961.

²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ POSIÇÃO do Brasil perante a invasão de Angola pelos comunistas equivale a uma traição ao Brasil e a Portugal. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1961.

²⁷⁸ *Ibid.*

²⁷⁹ *Ibid.*

postura mais reflexiva e crítica quanto aos assuntos políticos e sociais do país. Ele compartilhou sua preocupação acerca da situação em Portugal e a experiência reveladora de conhecer uma jovem professora angolana, levando-o a questionar o desconhecimento geral em relação à situação na África e como Portugal contribuiu para essa falta de compreensão. Ele destacou que a existência de uma escola normal para a formação de professoras em si representava um sério escândalo e perigo. Essa correspondência mostra que Lacerda estava atento ao agravamento da crise.²⁸⁰

Na imprensa, Lacerda continuava não poupando críticas ao governo brasileiro no que diz respeito ao posicionamento do país sobre a Guerra Colonial que acontecia em Angola. Voltou a acusar Afonso Arinos de traição ao país e a defender Salazar publicamente. Ele declarou que o ditador português era um dos mais respeitáveis homens de Estado de seu tempo.²⁸¹ Explicou os motivos do seu apoio a Portugal em outro periódico, o *Diário de Notícias*:

Sou defensor da autodeterminação dos povos, mas, no caso de Angola, acho que o problema pertence exclusivamente ao povo português, pois não se pode conciliar a autodeterminação com a intervenção indevida nos assuntos internos de uma nação independente, declarou o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, durante a audiência que concedeu aos presidentes dos municípios do Minho, aos jornalistas. [...] Parece que vai sendo anacronismo. Falar-se de ideias e princípios, que muitos interpretam como atitude reacionária, quando não obsoleta. Em meu firme entender, julgo ser por realismo o Brasil não pode deixar Portugal sozinho. Portugal deu-lhe o berço, o idioma, os sentimentos e o espaço geográfico que fizeram uma grande nação desse país. Que país, que povo suicida, esquecido dos seus interesses permanentes, poderia desprezar o patrimônio geográfico, moral e político, que neste caso nada lhe custou, por que o recebeu das mãos portuguesas? Os EUA, que se apresentam como *leaders* de todas as liberdades, nunca se separaram dos anglo-saxões, mantendo todas as antigas alianças, sem nunca se afastarem da Inglaterra. Compreendo que os portugueses venham apresentar uma fórmula capaz de ajudar os povos que formaram, baseada em princípios essenciais e pacífico. Nunca, porém, devem transigir com forma de canibalismo e violência. [...] A facilidade dada aos comunistas em nome da liberdade será preparar mais crimes contra ela [...]. Não escondo que, como amigo constante e honesto, desejo para Portugal tudo quanto desejo para esta terra em que nasci.²⁸²

A censura imposta por Lacerda à imprensa carioca após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 teve como justificativa oficial a presença de comunistas nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Lacerda argumentou que a ausência de figuras influentes, como Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*, e Paulo Bittencourt, proprietário do jornal *Correio da Manhã*, que

²⁸⁰ LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 179.

²⁸¹ POSIÇÃO do Brasil perante a invasão de Angola pelos comunistas equivale a uma traição ao Brasil e a Portugal. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1961.

²⁸² A PROPÓSITO de Angola: não se pode conciliar a autodeterminação com a intervenção indevida nos assuntos internos duma nação independente – proclama Carlos Lacerda, governador da Guanabara. **Diário de Notícias**, Lisboa, 3 out. 1961.

estavam fora do país, afetou negativamente a direção dos periódicos.²⁸³ No entanto, o contexto mais amplo revela que, durante a crise política subsequente à renúncia de Quadros, houve uma luta pelo poder, e as forças conservadoras, incluindo Lacerda, buscaram restringir o debate público e a influência das mobilizações populares que apoiavam a posse de João Goulart.

As autoridades federais e estaduais contrárias à posse de Goulart adotaram medidas repressivas, incluindo a censura à imprensa, sob a alegação de que panfletos subversivos, boatos alarmantes e notícias falsas estavam circulando e comprometendo as autoridades constituídas. A censura foi uma das ferramentas utilizadas para intimidar o crescente movimento de opinião pública que se opunha ao golpe de Estado desencadeado pelos ministros militares.

Lacerda, então governador da Guanabara, era conhecido por sua liderança expressiva sobre os partidários da UDN e por suas campanhas anticomunistas e antinacionalistas. Ele se articulou com os comandos das Forças Armadas durante a crise e defendeu medidas de emergência para reestruturar o Estado.

As acusações de que Lacerda teria recebido propina americana para promover um regime anticomunista no Brasil vieram do general Osmar Osório, que o acusou de pretender instituir tal regime. Lacerda defendeu-se dessas acusações, alegando que eram calúnias e que os jornais comunistas estavam tentando confrontá-lo.²⁸⁴ Essa defesa, no entanto, não conseguiu dissipar completamente as suspeitas e as críticas ao seu governo, mantendo-se como um ponto controverso na história política brasileira.

Lacerda seguiu fazendo campanha para que Portugal continuasse tendo “janela para o mundo”, pois, “enquanto houver a África Portuguesa, sabe que lá sempre seremos recebidos como irmãos”.²⁸⁵ Lacerda desfrutou de sua visibilidade para colaborar com a dominação portuguesa na África, ponderando que haveria benefícios também para o Brasil, por isso sua disposição em defender a nação amiga,

Tudo no Brasil é como se fosse a vossa própria terra. Nada, porém, como a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, onde se juntaram velhos e novos para repelir o invasor, tem mais profunda a marca da civilização portuguesa. Aqui, os filhos de S. Paulo de Luanda devem sentir-se como em sua própria casa e verificar a maravilha da fusão de duas raças numa só nacionalidade. Aqui podem ver como fraternizam raças que são obra da alma portuguesa e quanto a raça negra contribui para a civilização brasileira e a fraternidade cristã. [...] Sabemos que a fraternidade portuguesa se mantém no mundo, quaisquer que sejam as circunstâncias de ordem política, havendo entre todas a identidade permanente baseada num destino único. Como desejamos para nós, fazemos

²⁸³ “OS JORNAIS do Rio de Janeiro e de São Paulo estão cheios de comunistas”, afirma Carlos Lacerda. **Diário de Notícias**, Lisboa, 15 out. 1961.

²⁸⁴ *Ibid.*

²⁸⁵ “FAZEMOS votos: Portugal continue tendo janela para o mundo. Pois, enquanto houver a África Portuguesa, lá seremos recebidos como irmãos”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 nov. 1961.

votos para que Portugal continue a ter janelas abertas para o mundo, pois, enquanto houver a África Portuguesa, sabe que lá sempre seremos recebidos como irmãos.²⁸⁶

Nas vésperas do Natal de 1961, Lacerda enxergava a situação de Portugal amenizada. Ele disse no *Diário de Notícias* que “o mundo começava a compreender o que Portugal defendia na Índia”.²⁸⁷ O governador havia viajado para a Alemanha e, conforme a notícia, procurava apoio para o estado da Guanabara no ramo siderúrgico.²⁸⁸ Antes de voltar para o Brasil, foi a Portugal, ainda em dezembro. Sua chegada foi marcada por “calorosas e demoradas salvas de palmas”.²⁸⁹ No Aeroporto de Lisboa, fez declarações à emissora de rádio portuguesa²⁹⁰ sobre a invasão de Goa pela União Indiana, e essa entrevista repercutiu em alguns periódicos:

Para nós, o episódio de Goa representa, por parte da União Indiana, uma luta de raças, e o Brasil, que viveu sempre da fraternidade entre elas, não pode admitir a supremacia do branco, ou do amarelo, ou do negro. Para Lacerda não há mais do que um entrechoque destruindo séculos de civilização, forjada pelos homens da Bíblia, pelos homens do fórum romano, pelos homens da Cruz de Cristo. Esta civilização não pode ser destruída em vão.²⁹¹

Além de acreditar que aquela sociedade não viveria sem as intervenções portuguesa, também se solidarizou com Portugal: “a nossa amizade não é só das horas de alegria, é também das horas de dor, das horas de provação. [...] estamos levando longe demais a brincadeira romântica de promover a independência de alguns países”.²⁹² A entrevista se prolongou e abordou outros assuntos:

Em Angola não há irredentismo como há em outras regiões da África, mas apenas um intervencionismo vindo do exterior, e vai ao ponto de não hesitar no massacre de mulheres e crianças. O Brasil não pode errar na apreciação do caso de Angola. É do interesse do Brasil que Portugal não se despedace e que Angola não se converta num baluarte de oposição aos próprios interesses espirituais, políticos e econômicos do Brasil [...] a nossa aliança não é ou não deve ser igual à dos ingleses, que funciona às vezes.²⁹³

²⁸⁶ “FAZEMOS votos: Portugal continue tendo janela para o mundo. Pois, enquanto houver a África Portuguesa, lá seremos recebidos como irmãos”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 nov. 1961.

²⁸⁷ “O MUNDO começava a compreender o que Portugal defendia na Índia”, declarou o Dr. Carlos Lacerda à sua passagem por Portugal. **Diário de Notícias**, Lisboa, 25 dez. 1961.

²⁸⁸ De acordo com jornal *O Estado de S. Paulo*, Lacerda firmou contrato com um grupo de financista da França, Alemanha e Bélgica para a instalação de uma usina siderúrgica na Guanabara. Lacerda afirmou que não teve apoio do governo federal, que ainda tentou prejudicar sua iniciativa (LACERDA regressa da Europa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 dez. 1961).

²⁸⁹ *Ibid.*

²⁹⁰ DECLARAÇÕES de Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 22 dez. 1961. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/declaracoes-de-carlos-lacerda/>. Acesso em: 28 out. 2024.

²⁹¹ “O MUNDO começava a compreender o que Portugal defendia na Índia”, declarou o Dr. Carlos Lacerda à sua passagem por Portugal. **Diário de Notícias**, Lisboa, 25 dez. 1961.

²⁹² *Ibid.*

²⁹³ DECLARAÇÕES de Carlos Lacerda, *op. cit.*

Lacerda revelava sua preocupação com os rumos políticos do país. A Campanha da Legalidade, um movimento liderado por Leonel Brizola em 1961, visava assegurar a posse de João Goulart como presidente após a renúncia de Jânio Quadros. Esse movimento foi uma resposta direta às tentativas de setores militares e políticos de impedir a posse de Goulart, alegando que sua orientação política representava uma ameaça à democracia. A Campanha da Legalidade foi um marco na história política brasileira, pois demonstrou a capacidade de mobilização civil em defesa da Constituição e da ordem democrática.²⁹⁴

Lacerda estava insatisfeito com a possibilidade de o vice-presidente João Goulart assumir a Presidência e não confiava no primeiro-ministro Tancredo Neves. A posse de Goulart na Presidência da República restabeleceu a legalidade do país. Ele utilizava a *Tribuna da Imprensa* como instrumento de oposição ao governo. As notícias repercutiam em Portugal diariamente. Os periódicos portugueses *Diário de Notícias* e *Diário Popular* defendiam as teorias criadas por Lacerda de que o Brasil vivia “em um regime de impostura ao serviço da corrupção e do comunismo”.²⁹⁵ Assim, para resolver esse problema, “apenas uma ditadura poderá conduzir o Brasil a uma democracia autêntica”²⁹⁶, afirmavam eles. Lacerda acabou sendo processado por difamar o presidente da República e o primeiro-ministro²⁹⁷, mas as acusações não foram autenticadas.

Em, 1962²⁹⁸, Lacerda intensificou sua campanha contra o governo federal. Escreveu uma correspondência ao Sr. Joe H. González²⁹⁹, agradecendo os elogios à sua atuação no governo da Guanabara e reforçando que “proibia qualquer aproximação com Cuba, pois significava ser solícito à ditadura comunista que lá havia se instalado”.³⁰⁰ Para Lacerda³⁰¹, o que lhe confortava era que a maioria do povo da Guanabara aprovava “calorosamente a sua decisão”, conforme as pesquisas apontavam.

²⁹⁴ PAVIOTTI, Joel. A Campanha da Legalidade: como Brizola e seus aliados enfrentaram golpistas e atrasaram o golpe Militar de 1964. **Iconografia da História**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://iconografiadahistoria.com.br/2021/03/30/a-campanha-da-legalidade-como-brizola-e-seus-aliados-enfrentaram-golpistas-e-atrasaram-o-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: 28 out. 2024.

²⁹⁵ CARLOS Lacerda na Tribuna da imprensa: o Brasil vivia “em um regime de impostura ao serviço da corrupção e do comunismo”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 21 jan. 1961.

²⁹⁶ *Ibid.*

²⁹⁷ LACERDA é processado por difamar o presidente da república e o chefe de governo. **Diário de Lisboa**, Lisboa, 27 jan. 1961.

²⁹⁸ Há apenas 2 recortes de jornais do ano de 1962 no Arquivo da Torre do Tombo, arquivo da PIDE. A PIDE praticamente não fez registros de Lacerda nesses dois anos, 1962 e 1963, retornando apenas em 1964.

²⁹⁹ Não identificado (LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976: família, amigos, autores e livros, política**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014).

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 188.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 189.

Lacerda não escondia sua reprovação ao governo Goulart. Chegou-lhe a enviar uma extensa carta afirmando sua indiferença com o governo, porém, como governador da Guanabara, precisava tratar com ele de alguns assuntos, como o problema dos telefones no estado. Explicou-lhe, pela correspondência, como funcionava o sistema telefônico dos cariocas e quais os principais problemas que precisavam ser solucionados rapidamente. Disse não querer brigar nem culpar ninguém, apenas solucionar o problema. Lacerda, naquele momento, já possuía o orçamento e sua defesa construída para garantir o sucesso de seu governo.³⁰²

Goulart havia aceitado o regime do gabinete desde a crise de sua posse, entretanto, a contragosto:

Como se viu, a adoção do parlamentarismo foi uma solução de circunstâncias política, embora houvesse parlamentaristas entre os políticos brasileiros e existisse, de fato, uma emenda com essa proposta no Congresso. Considerando-se o momento de sua adoção, pode-se dizer que o novo regime angariava muito mais descontentes do que defensores. Todos os presidenciais ao pleito de 1965, como JK, do PSD, Lacerda e Magalhães Pinto, da UDN, desejavam seu fim. Mas o maior opositor do parlamentarismo, por razões óbvias, sempre foi João Goulart.³⁰³

Jango precisava se concentrar para governar o país e evitar as possíveis medidas antidemocráticas que poderiam acontecer. A situação do país era alarmante. Em meados de 1962, a inflação girava em torno de 50% em algumas regiões do país, como na Guanabara (49,4%). Em 1960, ela havia sido de 29,5%, em dois anos ela acelerou muito e não havia correção monetária. Havia iniciativas do governo, como a fundação da Eletrobras e a aprovação do 13º salário, mas elas não foram suficientes para estabilizar a crise institucional que se instalava no país.³⁰⁴

3.3 LACERDA PARA 1965!

No início de 1964, Lacerda começou a se preparar para a campanha eleitoral à Presidência da República de 1965. Ele visualizou na aliança com Portugal uma “peça-chave” para o sucesso de sua campanha eleitoral. A comunidade luso-brasileira era um assunto repetitivo nas suas entrevistas e em seus textos publicados em seu jornal. No *Diário da Manhã*,

³⁰² LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014.

³⁰³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 103.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 110.

ele disse: “não posso conformar-me com essa luso-brasilidade que em discurso se gasta de tal modo que não tem tempo nem ocasião para se concretizar em atos de governo”.³⁰⁵

Lacerda, além de defender Portugal e sua permanência na África, prometeu: “o Brasil votará na ONU a favor de Portugal se eu for eleito presidente”.³⁰⁶ Para o governador, toda vez que “Portugal diminui, diminui com ele o Brasil”.³⁰⁷ Assim, prometeu ao povo português que, se fosse eleito, os portugueses que estivessem no Brasil há mais de 5 anos obteriam o direito ao voto. A entrevista repercutiu em Portugal, sendo replicada em sua íntegra no *Diário de Notícias*:

Não há nada que dê ao nosso país melhor consciência da sua presença no restante do mundo do que a certeza de que em todos os continentes onde um brasileiro desembarcar há algum ponto onde se fala a mesma língua, há algum ponto onde se abraça a mesma fé, em que os feitos remotos são os mesmos e os objetivos futuros idênticos. Quero dizê-lo a Portugal inteiro. Quero que ouçam a palavra de um brasileiro que nada lhes pede, que nada espera, senão a amizade desinteressada, um brasileiro que se reserva o direito de ter opiniões próprias sobre regimes ou governos e que não precise de apoiar governos alheios ou o próprio para ter, sobre as constantes das duas pátrias, os mesmos sentimentos que os governos que partem, porque não partem os povos que tais governos representam.³⁰⁸

Lacerda justificou o discurso “onde estiver Portugal também estará o Brasil” alegando semelhanças na língua, cultura, religião e nas histórias em comuns:

Outro motivo é a respeito da propaganda separatista que se está a fazer contra Portugal, é, também, uma propaganda desagregadora para a nação brasileira, pois o fundamento ideológico do separatismo não é senão o racismo que a civilização portuguesa aboliu do mundo, o racismo que a nação portuguesa negou ao mundo ao criar esta nação mestiça que é o Brasil.³⁰⁹

Defendia a tese de que os portugueses “cuidavam de suas colônias” e ainda as comparou com uma região importante do Brasil:

Muito menos esquecida, muito menos deserta do que a Amazônia, estão as províncias portuguesas de Angola e Moçambique, e quem quiser saber, pergunte aos portugueses de Goa, de Damão e de Dio se lucraram alguma coisa em que esses territórios passassem de províncias portuguesas a colônias da Índia. [...] Reafirmo, pela minha mão, o governo brasileiro votará na ONU contra a demagogia e a favor da unidade da nação portuguesa.³¹⁰

³⁰⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

³⁰⁶ *Ibid.*

³⁰⁷ *Ibid.*

³⁰⁸ CARLOS Lacerda assegura: “se eu for eleito, o Brasil votará na ONU a favor de Portugal se eu for eleito presidente”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 5 jan. 1964.

³⁰⁹ *Ibid.*

³¹⁰ *Ibid.*

A entrevista concedida pelo governador repercutiu em alguns periódicos brasileiro, como no *Diário da Manhã*³¹¹ e *A Voz*³¹², que publicaram o texto na íntegra. Seu posicionamento ao lado dos portugueses gerou uma comoção na Associação de Portugueses no Brasil. Seus membros enviaram uma carta de agradecimento, entregue pelo comendador Alfredo Monteiro Guimarães.³¹³

Nos dias seguintes, Lacerda se posicionou novamente na imprensa. Perguntou ao entrevistador: “o que faria o povo brasileiro se, por decisões de outras nações, a ONU resolvesse separar a Amazônia?”³¹⁴ Lacerda continuou defendendo Portugal:

Nós, do Brasil, podemos falar, neste particular, como ninguém. Quando chegou o momento, tivemos um príncipe português, os conselhos do pai, um rei português e a ação redentora de seus próprios impulsos e convicções para nós proclamar a independência. Não precisamos de agentes estrangeiros, pois foram a metrópole e o Brasil reino que, de comum acordo, com esta ou aquela dissensão que o tempo há muito apagou, que formamos uma nação à parte para melhor nos unirmos e nos entendermos e sermos hoje como a uma só carne, pois somos povos nascidos da mesma origem, nações criadas nas mesmas raízes, determinadas e decididas a seguir os mesmos objetivos, a base de ideias em comuns de interesses recíprocos e permanentes.³¹⁵

Lacerda tinha alguns objetivos traçados que o levariam à sua principal meta: a Presidência. Uma dessas articulações era o desejo de fazer uma grande comemoração do aniversário do IV Centenário do Rio de Janeiro.³¹⁶ Para ele: “o Rio era a cidade mais portuguesa que existia no país”.³¹⁷ Por isso, os portugueses precisavam participar da celebração: “Portugal conta conosco todos os dias, sem preconceitos quanto a governos e regimes. Os nossos ideais e

³¹¹ CARLOS Lacerda: em todos os continentes onde estiver Portugal está também a presença do Brasil. **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1964.

³¹² EM MINHAS mãos o governo brasileiro votará na ONU contra a demagogia e a favor da unidade da nação portuguesa – afirma Carlos Lacerda. **A Voz**, Lisboa, 6 jan. 1964.

³¹³ A COLÔNIA portuguesa do Brasil agradecida ao governador Carlos Lacerda. **Diário de Notícias**, Lisboa, 7 jan. 1964.

³¹⁴ DAS DECLARAÇÕES de Carlos Lacerda na casa dos poveiros do Rio. A posição do Brasil deve ser realista e estar, por isso, ao Lado de Portugal. **Diário de Notícias**, Lisboa, 9 jan. 1964.

³¹⁵ *Ibid.*

³¹⁶ Esse momento foi lembrado em uma de suas obras literárias: “no ano do IV centenário do Rio de Janeiro, o seu governo entrega ao povo que o elegeu uma cidade reconstruída e libertada. Fomos, certamente, abandonados e sitiados. Mas resistimos até o fim. Não é desse governo, entretanto, a vitória. Ela pertence ao povo, que sustentou, ao lado de seus governantes, a dura batalha. É por isso que dedico esta saudação a todos os cariocas. O IV centenário é deles, como a sua cidade. Os que daqui saíram com saudades sabem que o Rio é uma cidade insubstituível, uma cidade adorável, uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje, sempre, estão em sua casa” (LACERDA, Carlos. **Uma rosa é uma rosa, é uma rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1965).

³¹⁷ *Ibid.*, p. 137.

os nossos interesses são comuns, são recíprocos, enquanto houver Portugal, enquanto houver Brasil”.³¹⁸ A notícia foi divulgada também no *Diário da Manhã*.³¹⁹

O governador deu ordens para a criação de um projeto que visava à construção de uma estátua do rei Dom João VI para a comemoração. Esse gesto constituiu um dos momentos mais reveladores da vontade de preservação de uma narrativa específica da história luso-brasileira. O periódico *Correio da Manhã* divulgou o projeto reconhecido em Portugal:

Ao inaugurar, ontem, a estátua de Dom João VI, na Praça 15 de novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Alberto Franco Nogueira, declarou que o Príncipe e Rei, que “tanto amou esta cidade, teria de ser considerado o construtor da comunidade luso-brasileira. Agradecendo a homenagem, o governador Carlos Lacerda disse que a anedota o vulgarizou, a sua obra o consagrou. Nestas pedras brancas de granito; neste bronze antigo em que se encontram fundidos velhos canhões do Exército Português; nesta obra de arte, em suma, presta-se homenagem e perpetua-se a memória de um Príncipe e Rei que muito amou o Rio de Janeiro, que lhe devotou muito do seu labor, que lhe dedicou muito do seu esforço”, disse em seu discurso o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dando início à solenidade de inauguração da estátua de D. João VI no Cais Pharoux (Praça 15), presenteada ao povo carioca pelo governo de Portugal pela passagem do IV Centenário da cidade.³²⁰

Em abril de 1964, após um golpe de Estado planejado por civis e militares, a imprensa informou que Lacerda planejava visitar vários países europeus, incluindo Portugal, permanecendo no exterior por aproximadamente dois meses.³²¹ Ele foi escolhido pelo novo governo para representá-lo na Europa e em outros países da América. Para os militares, Lacerda era o político conveniente para esclarecer a situação do Brasil e evitar qualquer desgaste futuro: “a designação de Lacerda como representante oficial na Europa foi estratégica para assegurar o apoio internacional e mostrar uma face mais aceitável do regime militar, dada sua reconhecida capacidade política e diplomática”.³²² Portanto, a nomeação de Lacerda como representante oficial dos militares na Europa simbolizava a busca por legitimação internacional do novo regime e a tentativa de suavizar a imagem da ditadura perante a comunidade europeia³²³: “Lacerda vai presidir a delegação do Brasil na ONU”.³²⁴

³¹⁸ OS NOSSOS ideais e os nossos interesses são comuns e recíprocos enquanto houver Portugal, enquanto houver Brasil, afirma Carlos Lacerda. **Novidades**, Lisboa, 9 jan. 1964.

³¹⁹ SÃO COMUNS os nossos ideais e os nossos interesses são comuns e recíprocos enquanto houver Portugal, palavra de Carlos Lacerda. **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1964.

³²⁰ PORTUGAL inaugura estátua ao rei que tanto amou o Rio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1965.

³²¹ CARLOS Lacerda parte na quarta-feira para a Europa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 19 abr. 1964.

³²² ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. p. 267.

³²³ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. p. 312.

³²⁴ LACERDA vai presidir a delegação do Brasil na ONU. **Diário de Notícias**, Lisboa, 21 abr. 1964.

O pedido fora feito pelo presidente militar Castelo Branco, que assumiu a Presidência do Brasil após o golpe. Ele pretendia ficar mais tempo em Portugal, de acordo com o *Diário de Lisboa*: entre os países que Lacerda pretende visitar, conta Portugal, onde ele possui numerosos amigos e onde deseja permanecer mais tempo.³²⁵

Em uma entrevista na televisão portuguesa³²⁶, que repercutiu no *Diário de Notícias*³²⁷ e no *Diário da Manhã*³²⁸, Lacerda destacou alguns pontos importantes sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 e a relação com Portugal, que seria de contínua relevância para os desdobramentos políticos no país: “[...] eu gostaria de lhes dizer que foi feita uma revolução no Brasil, para melhorar a democracia brasileira”.³²⁹ De acordo com Lacerda³³⁰, “Foi feita por democratas, contra o comunismo e o nazismo”. Entretanto, na realidade, o movimento militar de 1964 não foi uma revolução, mas, sim, um golpe de Estado planejado e executado para interromper a ordem democrática e instaurar um regime autoritário.

As Forças Armadas atuaram como agentes diretos desse processo, contando com o apoio das elites econômicas e dos setores da imprensa. O golpe de 1964 representou uma quebra abrupta na ordem democrática brasileira, com a deposição do presidente João Goulart. Foi um golpe militar com amplo apoio civil, especialmente de setores conservadores que temiam as reformas de base propostas pelo governo.³³¹

Lacerda afirmou que eles “Não eram reacionários, nem conservadores no sentido de egoístas. Somos conservadores no sentido de fiéis a tudo aquilo que constitui o patrimônio dos povos brasileiros e português até a liberdade, a honra, a confiança no valor do trabalho, do esforço de cada um”.³³² E continuou: “temos em relação a Portugal, creio eu, uma relação estritamente definida. Entendo que não há por que o Brasil tomar as dores de províncias portuguesas que não estão sentindo dores”.³³³

Acerca da Guerra Colonial, que era um tema de relevância no momento, Lacerda discorria:

³²⁵ CARLOS Lacerda visita em breve nosso país. **Diário de Lisboa**, Lisboa, 21 abr. 1964.

³²⁶ MENSAGEM do governador Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 23 abr. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mensagem-do-governador-carlos-lacerda-a-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³²⁷ CARLOS Lacerda fala aos portugueses: que interesse nos temos em desvalorizar Portugal? Se fizermos, estamos desvalorizando o próprio Brasil. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 abr. 1964.

³²⁸ QUE INTERESSE nós temos em desvalorizar Portugal? Se fizermos, estamos desvalorizando o próprio Brasil? **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1964.

³²⁹ MENSAGEM *op. cit.*

³³⁰ *Ibid.*

³³¹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

³³² MENSAGEM *op. cit.*

³³³ *Ibid.*

Não há por que o Brasil se pronunciar pela autodeterminação de Angola e Moçambique quando não temos em Angola e Moçambique partido ou forças populares suficientemente prestigiosas e importantes a exigir essa autodeterminação. [...] Não podemos falar de autodeterminação de Angola e Moçambique só porque as nações vizinhas recém-criadas pretendem que Angola e Moçambique sejam independentes para formarem um melhor sistema de domínio dos novos imperialistas do mundo, às frentes dos quais se encontram o imperialismo russo.³³⁴

O impacto da Guerra Colonial em Portugal foi profundo. O conflito não só consumiu consideráveis recursos financeiros, exacerbando a dívida externa e pressionando uma economia já fragilizada, como também gerou divisões significativas na sociedade. O descontentamento popular aumentou à medida que o regime ditatorial do Estado Novo se mostrava incapaz de lidar com as demandas econômicas e sociais do pós-guerra. Esse crescente descontentamento se alastrou também pelas Forças Armadas, que se sentiram cada vez mais pressionadas pelo fardo da guerra prolongada em África. Esses fatores contribuíram decisivamente para o colapso do regime e para o sucesso da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura em 1974.

Durante a Guerra Colonial, a posição de Portugal enfrentou crescente isolamento internacional. A recusa em aceitar as resoluções da ONU sobre o direito à autodeterminação das colônias africanas foi fundamental para essa situação. De acordo com Aurora Santos, a guerra em Angola e em outras colônias provocou uma fragilização da posição internacional do regime do Estado Novo, exacerbada pelos eventos de 1961, como a candidatura de Humberto Delgado e o ataque ao Pacote Santa Maria, que trouxeram a questão colonial para o cenário internacional. Esses acontecimentos marcaram a incapacidade de Portugal em angariar apoio ativo da comunidade internacional, especialmente dos Estados Unidos, que se mostraram dispostos a pressionar Portugal para adotar políticas mais favoráveis à descolonização.³³⁵

Embora alguns países ocidentais, como a França e o Reino Unido, ainda mantivessem certas alianças bilaterais com Portugal, a pressão internacional se intensificava, especialmente no âmbito da ONU. As iniciativas do Comitê de Descolonização das Nações Unidas, juntamente com as campanhas diplomáticas de movimentos nacionalistas, foram decisivas para isolar progressivamente o governo português.³³⁶ As tentativas de Portugal de justificar sua presença nas colônias como uma missão civilizadora foram rejeitadas pela maioria dos membros da ONU, e a continuação da guerra minava ainda mais a posição diplomática do país, que era visto como um dos últimos bastiões do colonialismo em um mundo que caminhava para a descolonização.

³³⁴ MENSAGEM do governador Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 23 abr. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mensagem-do-governador-carlos-lacerda-a-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³³⁵ SANTOS, Aurora Almada e. **A Organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa: 1961-1970**. 2014. Tese (Doutorado História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

³³⁶ *Ibid.*

No Brasil, o apoio de alguns políticos à manutenção das colônias foi visto como um equívoco, visto que as colônias aspiravam à independência, e a continuidade do colonialismo era insustentável. Lacerda era um desses políticos apoiadores: “é necessário respeitar a autodeterminação dos povos, respeitar os direitos com o povo português, e pelo povo português entendendo também os negros, os mestiços e os brancos de Angola e Moçambique decidir pelo seu próprio destino”.³³⁷ No entanto, para ele, isso não se aplicava no Brasil:

Isto no caso do Brasil é ainda mais sério e importante do que no caso das demais nações. Por ser verdade para todas as nações, esta verdade para o Brasil é muito mais. [...] Nós não podemos desvalorizar a Portugal, desvalorizando, estamos desvalorizando também o próprio Brasil.³³⁸

Para Lacerda, ter sido colônia portuguesa nos proporcionou muitas heranças culturais, sociais e históricas:

Haverá como um país como o nosso, benefício maior, mais barato e mais fácil, que já assegurado sem nenhum esforço nosso do que ter em cada continente um pedaço de terra que possa chamar também do ponto de vista cultural, sentimental, histórico e, porque não, econômico, também seu, adoráveis visões do mundo que não pagasse até muito milhares de vida dos seus filhos, para ter nações assemelhadas, representadas em todos os cantos, em todos os mares, em todos os continentes, pois o Brasil recebeu isso como o dom da história. Recebeu isto como um legado da nossa origem lusitana. Por que renegar isso? Por que jogar fora isso?³³⁹

Lacerda afirmou que apoiava a luta de nações por independência, porém “não de províncias, municípios ou condados”.³⁴⁰ Usando os EUA como exemplo, explicou:

[...] nunca se viu os EUA proclamarem a necessidade da antiga liga das nações ou da atual libertarem a Irlanda, ou a Escócia, ou o país de Gales, ou as nações associadas à comunidade britânica; mas ao contrário, compreenderam os estadistas norte-americanos que uma comunidade de língua inglesa, de cultura anglo-saxônica, na Ásia, na África e na Oceania, na América, é conveniente à própria projeção e permanência da cultura e da civilização americana no mundo inglês.³⁴¹

Assim, defende Portugal como um exímio colonizador:

[...] Por que isso é bom para eles? E não há de ser bom para nós? Que somos ainda por cima mais pobres e não podemos nos dar ao luxo nem de comprar ou conquistar o Império além do mar. Nós que somos um subcontinente, temos a presença de outros

³³⁷ MENSAGEM do governador Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 23 abr. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mensagem-do-governador-carlos-lacerda-a-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ *Ibid.*

³⁴⁰ *Ibid.*

³⁴¹ *Ibid.*

continentes graças à presença de Portugal e vamos contribuir com a retaliação de Portugal? Vamos nocautear Portugal na ONU? Só pelo prazer de sermos agradáveis a alguns senhores que trabalham para Moscou? Fingindo que trabalham para o Brasil. [...] O nosso dever de respeitadores da alta determinação dos povos é apoiar Portugal e não o combater. Na maneira que nossa posição não é apenas sentimental, é também lógica.³⁴²

Por fim, explicou o Golpe de 1964:

[...] nós acabamos de fazer uma guerra, sem sangue, mas uma guerra na qual defendemos também Portugal. Pois, Portugal foi defendido aqui, no dia em que ganhamos essa Revolução. É isto, e não palavras apenas, o que eu tenho que apresentar aos portugueses. [...] Tenho atos concretos, de luta! Nós derrubamos os brasileiros que traíram o Brasil, e a Portugal também. Nós afirmamos uma posição de lealdade, de autonomia, sem dúvida, por isso mesmo, de cooperação com Portugal. Fizemos a tanto tempo nossa independência que nem precisamos falar nela! Precisamos agora falar na nossa interdependência.³⁴³

Em sua fala, ainda abordou sobre a comunidade luso-brasileira:

Nessa comunidade luso-brasileira que tem sido discursos a sobremesa e de brindes com champanhe que foi matéria de uma assinatura de um tratado que até hoje não teve aplicação. É preciso dar consistência e vida a esse tratado. É preciso que os portugueses e brasileiros circulem entre os dois países com a tal desenvoltura, uma tal familiaridade, que se sintam realmente membros de uma grande irmanação. De uma grande comunidade de língua, de interesses, sentimentos e de comunidades. Nós não temos nenhum esforço para fazer quanto a isso, basta remontarmos nossas forças. Basta não as renegar, para dar a Portugal também como retribuição, a que dele recebemos. [...] o Brasil hoje tem muito o que dar a Portugal. Tem uma cultura nova, uma afirmação própria, que vai da palavra, que o brasileiro enriqueceu o português vindo de Portugal, até sentimentos, reações, modo de ser e proceder tão íntimos. [...] É isso que nós temos a dizê-los. E espero renovarmos em junho a nossa velha convivência.³⁴⁴

Durante o período da Guerra Colonial portuguesa, a posição de alguns líderes políticos brasileiros contrastava fortemente com o apoio à manutenção das colônias defendido abertamente por Lacerda. João Goulart, presidente do Brasil até 1964, destacou-se por sua política externa independente e seu apoio aos movimentos de descolonização. Segundo Skidmore³⁴⁵, “João Goulart, presidente do Brasil até o Golpe de 1964, era conhecido por sua política externa independente, que incluía o apoio aos movimentos de descolonização na África”.

A política externa do governo de Goulart, conhecida como “política externa independente”, e sua administração mostravam simpatia pelos movimentos de independência

³⁴² MENSAGEM do governador Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 23 abr. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mensagem-do-governador-carlos-lacerda-a-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³⁴³ *Ibid.*

³⁴⁴ *Ibid.*

³⁴⁵ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 315.

nas colônias portuguesas, particularmente em Angola e Moçambique. Além disso, Goulart apoiou os movimentos de libertação na África e defendia a necessidade de uma política externa que respeitasse a autodeterminação dos povos.³⁴⁶

Portanto, a relação entre Brasil e Portugal durante a Guerra Colonial foi marcada por ambivalência. Enquanto alguns políticos brasileiros apoiavam a manutenção das colônias portuguesas, outros criticavam fortemente essa postura, argumentando que o colonialismo era um anacronismo no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial.

O primeiro destino de Lacerda para explicar a “revolução” foi a França, em abril de 1964. O *Diário de Notícias*³⁴⁷ anunciou a chegada dele em Paris. Na Europa, Lacerda contou que não existia crise no Brasil, pelo contrário, e que a França havia sido mal-informada pelos correspondentes comunistas. Depois ele desmentiu algumas situações em que se refere ao ex-presidente João Goulart, como a questão da reforma agrária. Lacerda deixou claro aos franceses que não houve nenhuma reforma e João Goulart estava no Uruguai. O ex-presidente tinha o desejo de transformar o Brasil em uma colônia da União Soviética, por isso toda a movimentação e a necessidade dessa “revolução”. Lacerda confirmou a presença de comunistas no Brasil, mas tranquilizou os franceses ao dizer que a maioria estava presa.

Em uma coletiva de imprensa marcada por questionamentos incisivos, Lacerda defendeu veementemente a posição do Brasil no cenário mundial. Contrariando a visão de subdesenvolvimento frequentemente atribuída ao país, Lacerda argumentou que as diferenças de classe no Brasil eram menos acentuadas do que aquelas observadas na União Soviética: “Não há depurações no Brasil [...], apenas algumas prisões e cassações de mandato a deputados traidores”.³⁴⁸ Essa declaração de Lacerda buscava refutar as críticas sobre a estabilidade política do Brasil, apresentando uma imagem de uma nação que, apesar de seus desafios, mantinha um compromisso com a ordem e a democracia.

Olhando para o futuro, Lacerda delineou suas aspirações para a candidatura presidencial de 1965, prometendo levar ao país as reformas democráticas que havia implementado no estado da Guanabara durante seu mandato como governador. A etiqueta “democrata”³⁴⁹ não era apenas um rótulo para Lacerda, e sim um manifesto de suas intenções de promover mudanças significativas e progressistas no Brasil.

³⁴⁶ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

³⁴⁷ CARLOS Lacerda chega hoje em Paris. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 abr. 1964.

³⁴⁸ *Ibid.*

³⁴⁹ CARLOS Lacerda chega hoje em Paris. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 abr. 1964.

A interação com os jornalistas revelou o caráter contundente de Lacerda, especialmente quando confrontado com a alcunha de “tomba-presidentes”.³⁵⁰ Com uma resposta astuta, ele desviou a responsabilidade das quedas políticas, comparando-as a “frutas maduras que caem por si só”. A discussão então se voltou para a influência estrangeira na política brasileira, em que Lacerda negou qualquer apoio dos Estados Unidos à “revolução brasileira”, citando a ausência de benefícios como os proporcionados pelo Plano Marshall, o que sugere uma autonomia política do Brasil em relação às superpotências da época.³⁵¹

A conversa então se voltou para o cenário internacional, com Lacerda confirmando a visita iminente de Adhemar de Barros e Magalhães Pinto à Europa. Esse anúncio não apenas sinalizava um fortalecimento das relações diplomáticas, mas também antecipava eventos significativos, como a comemoração do IV Centenário do Rio de Janeiro. A presença confirmada do general França Borges, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nas celebrações era um testemunho da crescente aproximação entre as comunidades portuguesa e brasileira, refletindo uma era de cooperação e entendimento mútuo.³⁵²

O jornal *Diário de Lisboa*³⁵³ noticiou a chegada de Lacerda na Europa e resumiu sua primeira coletiva em Paris. Disse que a fama de “tomba-presidentes” de Lacerda havia aumentado e que a escolha do presidente Castello Branco em o enviar para a Europa ocorreu por ele ser considerado o melhor intérprete da “revolução”. As apostas do *Diário de Lisboa* eram de que Lacerda, provavelmente, conseguiria se eleger à Presidência da República no próximo ano.³⁵⁴

Há uma petição assinada por dezenas de pessoas solicitando um maior esforço daquela entidade para a “vinda a esta cidade de Portugal do doutor Carlos Lacerda, aquando da sua próxima passagem a Portugal”.³⁵⁵

Sendo feliz realidade a visita a Portugal do governador do estado da Guanabara, doutor Carlos Lacerda, os abaixo-assinados, unidos pela mesma fé nas ideias – mestras do acervo cultural do grande estadista, que, em luta firme e inabalável, tem erguido bem alto o brado vitorioso dos grandes ideais que são a própria essência da alma Lusíada – regam a vossa ex. se digne envidar todos os esforços no sentido de que, na sua digressão, Doutor Carlos Lacerda trace caminho por esta cidade de Portalegre para que

³⁵⁰ CARLOS Lacerda com os jornais franceses: um bate-papo sensacional – a França foi mal-informada, não há crise no Brasil. **Diário de Notícias**, Lisboa, 24 abr. 1964.

³⁵¹ *Ibid.*

³⁵² *Ibid.*

³⁵³ *Ibid.*

³⁵⁴ *Ibid.*

³⁵⁵ DIRECIONADO a polícia internacional e de defesa do estado, em caráter confidencial. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 maio 1964.

a nossa homenagem e aclamação sejam demonstrações vibrantes do nosso carinho, do nosso respeito e da nossa gratidão.³⁵⁶

No dia 10 de junho, o periódico *O Século*³⁵⁷ forneceu detalhes sobre sua chegada no país. O principal intuito da viagem era explicar a situação do Brasil naquele momento. O jornal afirmou que ele seria “hóspede do governo” e ganharia diversas homenagens. Lacerda aproveitou para fazer campanha. Contou alguns dos seus planos como governador, como a visita à construção da ponte sobre o Tejo, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Ele afirmou que havia feito vários estudos sobre essas obras, pois pretendia implantar em Guanabara.³⁵⁸ O jornal também afirmou que ele falaria na televisão e no rádio no sábado dia 13 de junho, às 22h30.

Lacerda foi estrategicamente utilizado pelos militares após o Golpe de 1964 para alcançar objetivos diplomáticos específicos. Ele acreditava que sua missão era restabelecer a imagem do Brasil na Europa. No entanto, a decisão de enviá-lo para o exterior logo após o golpe tinha um objetivo claramente diplomático. O regime militar buscava validar sua legitimidade no cenário internacional, confiando na capacidade de Lacerda para articular apoio e neutralizar críticas externas.³⁵⁹ Sua reputação como um ardente opositor de Vargas e crítico do comunismo era vista como um ativo para ganhar a simpatia das potências ocidentais. Uma vez alcançados esses objetivos, Lacerda foi rapidamente marginalizado, evidenciando que os militares não tinham a intenção de dividir o poder com antigos aliados civis.

O jornal *A Voz*³⁶⁰ e o *Diário de Notícias*³⁶¹ falavam sempre sobre o político. As notícias estavam parecidas com a do jornal *O Século*, porém o jornal *A Voz* fez uma minibiografia de sua trajetória política, principalmente ressaltando seus planos como governador.³⁶² Lacerda encontraria também Salazar, por isso esse volume de manifestações e controle de sua presença no país.

No mesmo dia da sua chegada, havia expectativas em relação ao encontro de Lacerda com Salazar. Esse momento gerou notícias não apenas em Portugal e no Brasil, mas também em

³⁵⁶ DIRECIONADO a polícia internacional e de defesa do estado, em caráter confidencial. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 maio 1964.

³⁵⁷ CARLOS Lacerda, governador do estado da Guanabara, chega a Lisboa depois de amanhã vindo de Paris sendo hóspede do governo. **O Século**, Lisboa, 10 jun. 1964.

³⁵⁸ Atualmente, faz parte do Aterro e da Avenida do Infante de Henrique, que se estende aos percursos das praias do Flamengo e de Botafogo.

³⁵⁹ FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

³⁶⁰ CARLOS Lacerda chega a Portugal no dia 12. **A Voz**, Lisboa, 10 jun. 1964.

³⁶¹ CARLOS Lacerda, governador do estado da Guanabara, chega a Lisboa depois de amanhã vindo de Paris sendo hóspede do governo. **O Século**, Lisboa, 10 jun. 1964.

³⁶² CARLOS Lacerda chega a Portugal no dia 12, *op. cit.*

outros países, como na França, por exemplo. Lacerda havia visitado primeiramente a França a pedido de Castello Branco após o Golpe de Estado. O político foi chamado pelo jornal francês *L'Humanité* de “governador fascista”. Esse documento foi traduzido na época para o português de Portugal.³⁶³

No dia 12 de junho de 1964, o Aeroporto de Lisboa foi palco de uma calorosa recepção a Lacerda³⁶⁴, que chegou acompanhado de sua esposa, Leticia Abruzzini, e de sua filha, Maria Cristina Lacerda. A família foi recebida com uma efusiva demonstração de carinho, simbolizada por muitos abraços e um prestígio visível. Leticia e Maria Cristina, carregando as muitas flores e os presentes que lhes foram entregues, refletiam a admiração e o respeito que os portugueses nutriam pelo político brasileiro. Ministros e admiradores se reuniram no aeroporto, aplaudindo e saudando Lacerda, que não apenas representava a política brasileira como também a estima entre as nações.

Após a recepção, Lacerda participou de uma entrevista coletiva organizada pela televisão portuguesa. Durante o evento, ele expressou sua gratidão pela acolhida calorosa e pelo apoio demonstrado a ele, sua família e ao Brasil.³⁶⁵ A entrevista foi uma oportunidade para Lacerda reforçar os laços culturais e políticos entre Brasil e Portugal, destacando a importância da colaboração e do entendimento mútuo entre os dois países.

No mesmo dia, o jornal *Diário Popular*³⁶⁶ produziu uma extensa entrevista com Lacerda sobre as expectativas dele em relação ao Brasil pós-revolução e suas intenções em relação a Portugal. Alguns comentários demonstram a admiração pelo político: “Carlos Lacerda está de regresso ao lar: encontra-se em Portugal. Em nenhuma outra parte, ele será acolhido e aclamado com maior amizade, carinho e intenso calor humano”.³⁶⁷ Lacerda se posicionou a respeito da Guerra Colonial:

No meio da tempestade, em pleno domínio da equipe janguista, negadora dos valores espirituais da raça e – desgraçadamente – acumpliciada com os inimigos de Portugal nas assembleias internacionais, o governador da Guanabara não hesitou em proclamar sua total fidelidade aos imperativos históricos da comunidade, traduzindo-a em dois compromissos solenes: o de lutar pela integridade de Portugal na África e na Ásia e o de, em suas mãos, o do governo brasileiro votar na ONU contra a demagogia e a favor da unidade da nação portuguesa. Essas foram as palavras de fé e de esperança de um homem brasileiro [que], em plenos exercícios de governo e malgrado às

³⁶³ *L'HUMANITÉ* – 11 de junho de 1964. Quem se parece... Lacerda em vista a Salazar. Tradução de M. Cristina. Dact. de A. Naia. **Gabinete de Estudos**, Lisboa, 22 jun. 1964.

³⁶⁴ CHEGADA de Carlos Lacerda a Lisboa. **RTP Arquivos**, 12 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-carlos-lacerda-a-lisboa-2/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³⁶⁵ CARLOS Lacerda. **Diário Popular**, 12 jun. 1964.

³⁶⁶ *Ibid.*

³⁶⁷ CHEGADA de Carlos Lacerda [...], *op. cit.*

responsabilidades oficiais do cargo, ousara pronunciar na hora negra da tormenta e das provações a dois passos da derrocada final e irrevogável.³⁶⁸

Percebe-se que esse posicionamento de Lacerda, essa intensificação do seu apoio aos portugueses, confluía com sua campanha eleitoral prevista para a Presidência de 1965. As coisas estavam se desenvolvendo conforme o planejado, e houve uma excelente resposta ao seu governo no estado da Guanabara, com exceção de algumas acusações que não foram adiante, como o caso do desaparecimento de mendigos. Ele desempenhou um papel ativo no Golpe de 1964, que depôs o governo democrático liderado por João Goulart e estabeleceu um regime militar. Segundo a perspectiva de Lacerda, esse regime militar contribuiria significativamente para a reforma democrática que o país precisava passar. O *Diário de Lisboa*³⁶⁹ escreveu uma nota sobre a amizade entre Lacerda com Portugal. Conclui-se, com a leitura na íntegra do texto, que essa relação era de interesse. A título de exemplo, o jornalista ressaltou que o político “não perdeu nenhuma oportunidade de confirmar sua amizade com a nação amiga”.³⁷⁰ Ainda ironizou dizendo que se realmente Lacerda fosse eleito, que ele cumprisse todas as promessas que fez na oposição.³⁷¹

Nesse momento, a apresentação de Lacerda era como possível candidato à Presidência, e essa sua nova posição diferença no tratamento que ele recebeu em Portugal. O país tinha interesse em manter sua aliança firme com o Brasil e reafirmar o Tratado de Amizade e Consulta, em que a comunidade luso-brasileira teria, dessa forma, possibilidade de ganhar um estatuto jurídico.³⁷² Esse estatuto jurídico era esperado pelos portugueses, e as notícias simulavam os próximos acontecimentos entre eles.

O encontro entre Lacerda e Salazar aconteceu no dia 16. Na reunião, Lacerda atualizou o líder português sobre a situação do Brasil após a “revolução” que derrubou Jango da Presidência e quais seriam os próximos passos de Castello Branco. A reportagem detalhou os programas de Lacerda para os próximos dias: almoços e jantares com lideranças políticas importantes, como o ministro do exterior, Franco Nogueira, visita ao santuário de Fátima, entrevistas para a imprensa, sessão solene no Conselho Municipal de Lisboa, homenagens, entre outros.³⁷³

³⁶⁸ CARLOS Lacerda. *Diário Popular*, 12 jun. 1964.

³⁶⁹ NOTA do dia – amizade confirmada. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12 jun. 1964.

³⁷⁰ *Ibid.*

³⁷¹ *Ibid.*

³⁷² *Ibid.*

³⁷³ SALAZAR escolheu dia do Santo Antônio para ter seu encontro com Lacerda. *Jornal do Brasil*, 12 maio 1964.

Sebastião Lacerda³⁷⁴ tem vívida lembrança desse encontro, que deixou uma marca profunda na vida de seu pai:

“Eu lembro dele contar que Salazar deu uns conselhos: ‘esse negócio do dólar, não deixe cair muito não, porque não era verdade ser bom’. Porque aqui no Brasil, a inflação estava altíssima. Salazar disse: ‘não presta muito atenção nisso não, leva ao país adiante’. Em suma, teve uma conversa supercordial com ele. Meu pai nunca foi um inimigo do governo, mas também nunca foi partidário. Tinha até uma fotografia do encontro dos dois lá no antigo escritório. Se algum partido via, era na oposição, com os amigos que não era poucos.”

O *Diário da Manhã* escreveu duas longas reportagens sobre Lacerda. Em uma delas, vale evidenciar alguns trechos em que há a percepção de uma profunda admiração pelo político e como essa relação é importante para ambos os lados. Foram destacados elogios ao político sobre a coragem e a determinação dele de ser o escolhido para esclarecer as dúvidas relacionadas à “Revolução” que acontecia no Brasil. Afirmaram que, “para Lacerda estar em Lisboa era como estar no Rio de Janeiro: a casa lusitana não o recebeu como estrangeiro, mas, sim, como família. Família portuguesa é também sua. Ele é um hóspede de honra”.³⁷⁵ A outra reportagem³⁷⁶ apontou o posicionamento de Lacerda em relação à Guerra Colonial.

A primeira notícia também abordou o momento da chegada dele e de sua família em Lisboa: “Lacerda foi vencido pela comoção”, encontrou-se com centenas de amigos, “abraços e saudações sem fim”³⁷⁷:

Os portugueses que ali acorreu em grande número para saudar um verdadeiro amigo, um irmão desejado que mais uma vez pisava à terra da Pátria-mãe da sua Pátria. Lacerda é um lutador, habituado a muitas e grandes manifestações, estava comovido com o que os portugueses promoveram e nos seus olhos velam-se lágrimas.³⁷⁸

Outro assunto comentado foi o convite feito pelo político para que Portugal pudesse participar das comemorações do IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. As autoridades portuguesas estavam estudando um jeito para isso ser possível.³⁷⁹ Houve ainda a descrição dos detalhes dos planos de Lacerda em Portugal nos próximos dias.

³⁷⁴ A fotografia mencionada por ele em várias ocasiões durante a entrevista encontra-se no Anexo I deste trabalho.

³⁷⁵ CARLOS Lacerda: trago não só a amizade, mas a palavra do presidente do Brasil que deseja transmitir ao vosso governo leal fraternidade e constante identificação. **Diário da Manhã**, Lisboa, 13 jun. 1964.

³⁷⁶ *Ibid.*

³⁷⁷ *Ibid.*

³⁷⁸ *Ibid.*

³⁷⁹ *Ibid.*

A respeito da segunda reportagem, nomeada “Um discurso de Carlos Lacerda: é traição ao Brasil trair Portugal”³⁸⁰, trouxe na íntegra o discurso do governador Lacerda dias após o Golpe de 1964 quando ele soube que seria o representante do governo na Europa. Lacerda reafirmou que a posição do Brasil é ao lado de Portugal, que ele não via em Angola autodeterminação e não visualizava Moçambique tomando armas para se tornarem independentes. Ele ainda defendeu o neocolonialismo português, afirmando que as nações que estavam contrárias a Portugal queriam acabar com “neocolonialismo político e econômico que pretende esfalecer o gênio português que criou o mundo, para pôr em seu lugar uma civilização racista, cheia de ódio, em guerra, com luta armada dizendo ser em nome da fraternidade”.³⁸¹

Por esses motivos, por concordar que o melhor para essas nações africanas era a presença dos portugueses em seu território, Lacerda propôs seu apoio incondicional e sua solidariedade em respeito a tudo que eles estivessem passando. Ademais, garantiu que se chegasse à Presidência em 1965, seu voto na ONU seria a favor da nação irmã, pois “não é a favor das políticas racistas e neoimperialistas de certas potências”.³⁸² E conclui assim:

Meus caros amigos, a verdadeira independência do homem não consiste em declamar guerra a outros homens, mas amá-los fraternalmente. Por igual, a verdadeira independência de uma nação cristã, livre e democrática, só se exprime, só realmente existe enquanto esta nação usa o conceito de independência para consolidar a interdependência das nações.³⁸³

Lacerda havia lançado uma das suas obras literárias de cunho político³⁸⁴, *O poder das ideias*, que estava em sua terceira edição, divulgada por ele, em Portugal. O jornal *A Voz*³⁸⁵ falou sobre a obra:

Livro em que guardou palavras que foram ditas e em que se encontra o seu pensamento sobre numerosos problemas no Brasil e do mundo moderno. Sem dúvida, o grande orador ama estas páginas, porque as dedicou a sua mãe. [...] Em pouco tempo o livro se esgotou no Brasil e no estrangeiro. [...] “O poder das ideias, generosas, vibrantes e valentes, vinham na hora própria. Estamos no Brasil a caminho de uma ditadura. Os programas foram substituídos por uns ‘slogans’” – escreveu na porta da segunda edição

³⁸⁰ UM DISCURSO de Carlos Lacerda: é traição ao Brasil trair Portugal. **Diário da Manhã**, Lisboa, 13 jun. 1964.

³⁸¹ *Ibid.*

³⁸² *Ibid.*

³⁸³ *Ibid.*

³⁸⁴ A finalidade de Lacerda nas produções literárias publicadas a partir de 1964 giravam em torno da defesa da sua candidatura ou do seu apoio ao Golpe Civil-Militar dado em 1964, fazendo crer, portanto, que a literatura lacerdista era um veículo de exposição política e de memórias pessoais (MUSSI, Fernanda. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1994-1977)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020).

³⁸⁵ O PODER da palavra. **A Voz**, Lisboa, 13 jun. 1964.

– “o país está sendo traído abertamente. O povo, iludido, é tanguido pelo nacional-comunista”.³⁸⁶

A obra escrita por Lacerda possui algumas falas sobre o que é democracia para ele. Lacerda acreditava que a “democracia do Brasil” precisava ser reformulada, por isso participou da “revolução”, que tinha como principal objetivo essa reformulação democrática. O jornal *A Voz*³⁸⁷ destacou uma delas: “quem disse que a democracia é fácil? Quem disse que a luta e a vitória dependem de um só homem, de uma só campanha? Essas palavras, pois, não são finais”.³⁸⁸ Na RTP arquivos³⁸⁹, há um vídeo que revelou detalhes sobre o encontro entre Lacerda e o Almirante Américo Tomás, presidente da República³⁹⁰, em que foi condecorado com as insígnias da Grã-Cruz da Ordem de Cristo durante sua visita a Portugal. Essa honraria foi confirmada pelo seu filho, Sebastião Lacerda.³⁹¹ Nas imagens, Lacerda apareceu acompanhado de sua esposa, Leticia Abruzzini, e de sua filha, Maria Cristina Lacerda. No início do vídeo, ele recebe uma faixa em sua homenagem.³⁹²

Nos dias seguintes, Lacerda continuou com sua agenda política. Ele se encontrou com o ministro dos negócios estrangeiros, Franco Nogueira.³⁹³ O *Diário da Manhã* detalhou esse encontro, em que um dos principais objetivos era “estudar a participação portuguesa na cerimônia do IV Centenário do Rio de Janeiro”.³⁹⁴ Depois, Lacerda foi a um almoço oferecido pelo almirante Henrique Tenreiro, em que estavam presentes: Coronel Luz Cunha, ministro do Exército; almirante Quintanilha Mendonça Dias, ministro da Marinha; Paulo Rodrigues,

³⁸⁶ O PODER da palavra. *A Voz*, Lisboa, 13 jun. 1964.

³⁸⁷ *Ibid.*

³⁸⁸ *Ibid.*

³⁸⁹ CARLOS Lacerda recebido por Américo Tomás. *RTP Arquivos*, 12 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-recebido-por-americo-tomas>. Acesso em: 19 out. 2024.

³⁹⁰ No Estado Novo (1933-1974), o Presidente da República, como Américo Tomás (1958-1974), era a mais alta autoridade formal do país, mas sua função era amplamente cerimonial. O poder real estava nas mãos do presidente do Conselho de Ministros, cargo ocupado por António de Oliveira Salazar (1932-1968) e depois por Marcelo Caetano (1968-1974), que controlavam a administração do Estado, a censura e a repressão política. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, o cargo de presidente do Conselho foi extinto, e Portugal adotou um regime semipresidencialista, em que o presidente da República e o primeiro-ministro compartilham o poder executivo.

³⁹¹ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

³⁹² Por ser uma gravação sem áudio, há uma certa dificuldade em identificar o motivo da homenagem, feita pelo presidente Américo Tomás. Provavelmente, tem a ver com o golpe de 1964 e sua participação, porque Lacerda estava em Portugal como um legítimo representante do governo. Há um recorte de jornal com uma fotografia em que Lacerda está em um momento íntimo com Américo Tomás: eles estão de frente para o outro, com as testas encostadas. Américo Tomás pareceu estar mais idoso do que na gravação de 1964, por isso, há a hipótese de que a foto é em outra ocasião. Não há data no registro.

³⁹³ CARLOS Lacerda recebido por Alberto Franco Nogueira. *RTP Arquivos*, 13 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-recebido-por-alberto-franco-nogueira/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³⁹⁴ CARLOS Lacerda: Portugal é nos necessários, pois nos significa uma presença em África e na Europa. *Diário da Manhã*, Lisboa, 17 jun. 1964.

subsecretário de Estado da Presidência do Conselho; César Moreira Batista, secretário Nacional da Informação; Ramirão Valadão, diretor do SNI; Jorge Feiner da Costa, diretor do Centro de Informação e Turismo; embaixador Augusto de Castro; Azeredo Perdigão; deputado Soares da Fonseca; engenheiro Sebastião Ramires; Cupertino Miranda; Abreu Moreira; Simões Raposo; e a comitiva de Lacerda, que estava em viagem com ele.³⁹⁵

À noite, Lacerda foi à sede do *Diário de Notícias*, em que o diretor Augusto de Castro ofereceu uma recepção em sua honra. Outras personalidades se encontravam presentes, como o diretor do jornal *A Voz*, Pedro Correia Marques, e o diretor do jornal *Diário da Manhã*, Barradas de Oliveira. Após a recepção, Lacerda foi convidado a visitar a residência do embaixador Heitor Lyra e seguiu para o estúdio de radiotelevisão portuguesa.³⁹⁶ Na gravação, Lacerda apareceu usando um quadro de giz que o conduziu nas explicações. O quadro aparece com alguns números e palavras; no final, ele assinou uma parede para deixar um registro de sua presença na emissora. O político dirigiu algumas palavras para os portugueses e falou sobre seu governo no estado da Guanabara e a revolução de 1964:

em 48 horas, numa revolução feita pela lei, pela ordem, uma revolução para devolução ao Brasil do sentimento de segurança que ele havia perdido, uma revolução pela tranquilidade do povo. [...] houve a derrota do comunismo para que o Brasil, em breve, vire uma das grandes potências mundiais.³⁹⁷

Lacerda, mais uma vez, informou que o Brasil estaria sempre ao lado de Portugal. Para ele, “Salazar, concordando com ele ou não, discordando dele, é para nos unirmos; é para nós permanente, íntegro, porque o amamos, porque o estimamos, mas ainda mais do que isto, não só por idealismo e afetividade, mas também por realismo e objetividade”.³⁹⁸ A presença de Portugal é necessária:

Portugal é nos necessários, enquanto lhe sejamos necessários. Portugal é nos necessários porque significa para nós uma presença na Europa, significa para nós uma presença na África, significa para nós uma presença na Ásia e na Oceania. Portugal, para nós, é necessário porque significa permanência de um tronco de cultura, de um tronco de civilização que uma nação precisa.³⁹⁹

³⁹⁵ CARLOS Lacerda: Portugal é nos necessários, pois nos significa uma presença em África e na Europa. **Diário da Manhã**, Lisboa, 17 jun. 1964.

³⁹⁶ CARLOS Lacerda grava declaração no estúdio da RTP. **RTP Arquivos**, 14 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-grava-declaracao-no-estudio-da-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

³⁹⁷ CARLOS Lacerda: Portugal [...], *op. cit.*

³⁹⁸ *Ibid.*

³⁹⁹ *Ibid.*

Após ter proferido a sua mensagem dirigida aos portugueses, Lacerda foi visitar Alfama, onde aconteciam festas religiosas populares no país. Ele foi carinhosamente recebido pelos portugueses que estavam aproveitando a ocasião. A notícia foi finalizada com o próximo destino do político: assistir a uma missa em Fátima.⁴⁰⁰

O assunto mais explorado por Lacerda na rádio e televisão portuguesa foi seu posicionamento a favor de Portugal na Guerra Colonial e sua solidariedade por tudo que os portugueses vinham passando. De acordo com ele, “a necessidade de defesa da cultura que nos é em comum, daí a conclusão natural: aprovo tudo o que signifique manter a íntegra à nação portuguesa”.⁴⁰¹ Ele afirmou:

A nação portuguesa é, na verdade, acima de tudo, criadora e depositária, com o Brasil, de uma expressão cultural, com valores únicos, alguns dos quais de ordem ética, são a chave de dificuldades angustiosas da nossa época. Bastara citar entre eles a nossa concepção de fraternidade racial – de democracia étnica, para usar a expressão de um sociólogo brasileiro – para logo se entender como estamos para além dos racismos duros em que se debatem hoje no Mundo tantas massas de homens. O fundamental da questão, na concernente consciência que os homens da comunidade lusitana – portugueses e brasileiros – possam ter do que está situado para além dos condicionalismos temporais, num plano histórico.⁴⁰²

Gilberto Freyre, destacado sociólogo brasileiro mencionado por Lacerda, é reconhecido como um dos mais influentes intelectuais do Brasil. Segundo Jerry Dávila⁴⁰³, Freyre foi o principal articulador da identidade nacional brasileira, não apenas recorrendo a ideias preexistentes, mas também refinando-as e popularizando-as. De acordo com Freyre, o Brasil representava uma “democracia racial”, em que a harmonia prevalecia entre as raças. Ele enfatizava que a sociedade brasileira estava profundamente impregnada pela cultura africana e via a miscigenação como uma virtude nacional distintiva. Para Freyre, a sociedade brasileira havia sido moldada por uma inclinação especial dos portugueses para a mistura sexual e cultural, o que resultou em uma rica tapeçaria de interações humanas.⁴⁰⁴

É evidente que mesmo aqueles que discordavam de Gilberto Freyre, devido à sua filiação e defesa do colonialismo português, reconheciam a lógica intrínseca às suas argumentações.⁴⁰⁵ Ele foi o primeiro autor a “popularizar e a legitimar a noção de que os africanos deram um

⁴⁰⁰ CARLOS Lacerda: Portugal é nos necessários, pois nos significa uma presença em África e na Europa. **Diário da Manhã**, Lisboa, 17 jun. 1964.

⁴⁰¹ A UNIDADE portuguesa, necessidade do Brasil. **Diário da Manhã**, Lisboa, 14 jun. 1964.

⁴⁰² *Ibid.*

⁴⁰³ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

⁴⁰⁴ *Ibid.*

⁴⁰⁵ *Ibid.*

contributo positivo na formação da sociedade brasileira”⁴⁰⁶, introduzindo novos métodos nas ciências sociais, praticando a interdisciplinaridade e adaptando novos conhecimentos.

A relação de Gilberto Freyre com Portugal teve início antes de 1951, quando foi convidado pelo ministro do ultramar português, Sarmento Rodrigues, a visitar Portugal e as colônias portuguesas, devido ao seu prestígio como sociólogo e sua influência intelectual. A visita, que começou em agosto de 1951 e se estendeu até fevereiro de 1952, proporcionou a Freyre a oportunidade de conhecer figuras políticas de grande relevância, incluindo o próprio Salazar. Em abril de 1952, após retornar de sua viagem, Freyre começou a colaborar com o jornal *Diário Popular de Lisboa*⁴⁰⁷, o que ampliou sua influência e visibilidade.

No ano seguinte, publicou duas obras, *Mundo português: aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, que contavam suas experiências e eram importantes para os portugueses, pois Freyre se comprometeu com o salazarismo, legitimando a política colonial portuguesa por meio da criação do conceito de luso-tropicalismo. Esse conceito justificava a presença dos portugueses no continente africano, argumentando que os portugueses tinham uma capacidade especial para se adaptar aos trópicos e para a miscigenação, o que levava a uma forma mais humanitária de colonialismo.

Salazar, em meio a muita pressão internacional sobre a escolha da manutenção do sistema colonial africano, modificou a Constituição portuguesa com o intuito de amenizar a situação que não estava favorável aos portugueses. Passou a afirmar que as colônias eram agora “províncias ultramarinas”, ou seja, todos fariam parte de uma nação unificada “multirracial” e “pluricontinental”. A tentativa do governo era evitar a descolonização, visto que o sistema continuava beneficiando Portugal. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o regime de Salazar “dependia da ideologia da Guerra Fria e do imaginário das Cruzadas, o ditador português usava também as ideias de Freyre sobre as relações raciais para justificar o colonialismo”.⁴⁰⁸

Gilberto Freyre, com sua visão pioneira sobre as relações culturais e raciais no Brasil, proporcionou uma “credibilidade intelectual” significativa ao Estado Novo de Portugal. Com base no conceito de luso-tropicalismo, ele defendeu a ideia de que os portugueses possuíam uma habilidade única para a fraternidade e a miscigenação, o que teria contribuído para uma forma mais humanitária de colonialismo. Freyre chegou a exaltar a influência portuguesa no mundo, afirmando que “depois de Cristo ninguém contribuiu mais que o português para a fraternidade

⁴⁰⁶ CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 18.

⁴⁰⁷ *Ibid.*

⁴⁰⁸ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 30.

dos homens”.⁴⁰⁹ Essa perspectiva não apenas reforçou a política colonial portuguesa como também encontrou eco em outros intelectuais brasileiros da época. No final desse espectro, Lacerda se alinhou com essas ideias, apoiando a manutenção do sistema colonial africano e reiterando a posição de Freyre sobre a importância do papel de Portugal na promoção da fraternidade entre os povos.

Lacerda permanecia como um “declarado amigo fiel do governo português”.⁴¹⁰ Alguns assuntos eram repetitivos, como a necessidade de rever as questões sobre a política de imigração – Brasil e Portugal –, além de reformulações no Tratado de Amizade e Consulta que havia sido assinado por Getúlio Vargas na década de 1950.⁴¹¹ Uma das reportagens informou que Lacerda estava sendo bem recebido pelos portugueses, havia ganhado várias cartas, presentes, telegramas, recados e que o político estava sendo disputado pela mídia para ser entrevistado.⁴¹² O mesmo jornal fez um apanhado de todas as suas aparições até aquele momento. Replicou os periódicos portugueses *O Século*, *A Voz* e o *Diário da Manhã*.

O jornal *O Globo* noticiou sobre a viagem de Lacerda, destacando em suas reportagens o apoio à permanência das “províncias ultramarinas” portuguesas. Essa posição, embora consistente com o pensamento político de Lacerda, não deve ser interpretada como uma adesão direta do jornal ao lacerdismo. O lacerdismo é uma corrente política que reflete o carisma e a administração de Lacerda, marcada por uma gestão eficiente e desenvolvimento urbano.⁴¹³ O jornal, ao replicar frases e trechos de entrevistas de Lacerda à mídia portuguesa, como, por exemplo, “o Brasil deseja a Portugal que encontre no tempo as soluções que lhe compete encontrar para os problemas do seu território ultramarino, mas isso dentro da vontade e soberania portuguesa”; e “não vim aqui defender Portugal, pois Portugal eu o defendo foro daqui, eu vim aqui para justificar a posição nova do Brasil”⁴¹⁴, reflete uma visão que valoriza a autonomia nacional e a soberania, alinhada com o pensamento lacerdista de respeito à autodeterminação dos povos e à soberania nacional em um contexto internacional complexo.

No dia 14 de junho, Lacerda, em companhia de sua família, foi a Fátima para uma peregrinação. Ao lado do secretário da Presidência do governo, Paulo Rodrigues, ele aproveitou

⁴⁰⁹ FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: É Realizações, 2010. (Coleção Gilberto Freyre). p. 58.

⁴¹⁰ LACERDA debate em Lisboa política de imigração e Tratado Luso-brasileiro. **Diário do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1964.

⁴¹¹ *Ibid.*

⁴¹² *Ibid.*

⁴¹³ ANTONIO, Mariana Dias; CHAVES, Renan Ramos. Lacerdismo: uma breve exploração do conceito. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 15, n. 30, p. 134-151, 2021. Doi: <https://doi.org/10.30612/rehr.v15i30.12974>.

⁴¹⁴ LACERDA debate [...], *op. cit.*

o dia em uma das cidades mais antigas de Portugal. Ao terminar a missa, Lacerda e sua esposa receberam do bispo “medalhas comemorativas” pela presença. “Sensibilizado”, ele escreveu seus votos no livro de honra do santuário de Fátima: “que a divina senhora conserve sob a sua proteção, unidos em paz, os filhos de Portugal e Brasil”.⁴¹⁵ Ele ainda visitou um convento na cidade de Tomar, em que eram considerados sagrados os “Cavaleiros de Cristo”. Quando Lacerda entrou, foi tocar a “baleia”, o maior sino do convento, que só era disparado quando um “Cavaleiro de Cristo” chegava naquele lugar.⁴¹⁶ Tratava-se de mais uma das homenagens prestadas pelos portugueses.

No mesmo dia, Lacerda foi em um coquetel organizado pela administração do jornal *Diário de Notícias*, que contou com a presença de jornalistas, escritores e artistas. Conversou com várias personalidades, destacando-se: Augusto de Castro, diretor do *Diário de Notícias*, Eduardo Freitas da Costa, administrador da RTP, e Ramiro Machado Valadão.⁴¹⁷

No dia seguinte, o governador Lacerda visitou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, motivado por seus planos inovadores para o Rio de Janeiro e seu interesse em conhecer novas tecnologias e avanços científicos. Após a visita, participou de um almoço em sua homenagem no Palácio das Necessidades, oferecido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Entre suas reuniões, a mais aguardada foi a com o líder do Estado Novo português, Salazar, realizada no dia 16. Além disso, encontrou-se com o Cardeal Patriarcal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, um apoiador do regime e amigo universitário de Salazar.⁴¹⁸

Lacerda continuou sua programação e, no dia 17 de junho, participou de uma conferência de imprensa no Ritz Hotel.⁴¹⁹ A conferência contou com a presença de jornalistas locais e internacionais, onde Lacerda explicou a atual situação do Brasil e o objetivo principal de sua viagem. Ele respondeu inúmeras questões levantadas na conferência e deixou claro que a “revolução não era uma impostora”.⁴²⁰ Em sua percepção, o comunismo estava “apeado”, mas destacou que “a tarefa não parava por aqui”.⁴²¹ É importante notar que Lacerda foi enviado a Portugal pelos militares, que desejavam afastá-lo do Brasil para articular a manutenção do poder e evitar eleições em 1965. Há duas gravações na RTP arquivos: uma de 48 segundos e outra de

⁴¹⁵ O GOVERNADOR da Guanabara que ontem visitou Fátima, Tomar e Santarém é hoje recebido pelo sr. Presidente do Conselho. **O Século**, Lisboa, 15 jun. 1964.

⁴¹⁶ CARLOS Lacerda visitou o santuário de Fátima. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1964.

⁴¹⁷ DIÁRIO de Notícias homenageia Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 14 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/diario-de-noticias-homenageia-carlos-lacerda/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁴¹⁸ No Anexo II, encontra-se uma fotografia desse encontro.

⁴¹⁹ Há uma foto nos jornais da conferência e do almoço.

⁴²⁰ AS MEDIDAS contra o pai da inflação são um ato de coragem política e provam que a Revolução brasileira não é uma impostora, palavras de Carlos Lacerda na conferência de imprensa de hoje. **Diário Popular**, Lisboa, 17 jun. 1964.

⁴²¹ *Ibid.*

mais de 30 minutos. A primeira é uma fala curta que revela seu posicionamento a respeito do Golpe de 1964:

Lacerda: o maior problema do Brasil neste momento é realizar a “obra da revolução”. Uma revolução é um fato anormal, como diria o aconselho Acácio, de saudosa memória, que só se justifica se ela conseguir atingir seus objetivos. Esses objetivos não são como alguns pensam unicamente anticomunista. O comunismo é apenas uma parte do quadro geral da crise brasileira. O comunismo existe em vários países sem que isto justifique uma revolução contra ele.⁴²²

A segunda gravação, com pouco mais de 30 minutos, foi divulgada pelo *Diário de Notícias* e contém momentos importantes da conferência. Durante esse evento, Lacerda respondeu a perguntas sobre sua candidatura à Presidência da República do Brasil. Ele ressaltou a importância de esclarecer todas as dúvidas, buscando o apoio dos portugueses. Aproveitou a oportunidade para criticar seu principal adversário, Juscelino Kubitschek, que seria candidato nas eleições de 1965. JK era considerado um forte candidato devido à sua popularidade, conquistada durante seu mandato presidencial de 1956 a 1961, e pelas realizações desse período, como a construção de Brasília. Os militares também temiam que JK voltasse ao poder e revertesse as mudanças implementadas pelo regime instaurado após o Golpe de 1964, por isso tinham interesse em evitar essas eleições. Lacerda chamou JK de “pai da inflação” e afirmou que seria “uma grande alegria poder batê-lo nas urnas”, lembrando o “empobrecimento” que, segundo ele, JK causou ao país. Declarou ainda que Juscelino Kubitschek era “a prova de que a revolução não é uma impostora”.⁴²³

A conferência terminou ainda pela manhã com um discurso sobre a Guerra Colonial. Uma fala de Lacerda marcou os portugueses que estavam presentes: “trago-vos a certeza de uma solidariedade ativa em defesa de um patrimônio que por ser português é também brasileiro”.⁴²⁴ O *Diário de Notícias*⁴²⁵ replicou alguns trechos, como: “as suas denúncias de heresias de países que querem agradar ao grupo afro-asiático das nações unidas e por decorrência a União Soviética e a China Continental, sacrificando uma velha amizade não só de coração, mas de sangue e de

⁴²² CONFERÊNCIA de imprensa de Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 17 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-de-carlos-lacerda-2>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁴²³ *Ibid.*

⁴²⁴ Carlos Lacerda: “trago-vos a certeza de uma solidariedade ativa em defesa de um patrimônio que por ser português é também brasileiro” (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 17 jun. 1964, arquivo da PIDE).

⁴²⁵ COMENTÁRIO internacional: o governador Carlos Lacerda e a política externa do Brasil. **Diário de Notícias**, Lisboa, 17 jun. 1964.

língua”.⁴²⁶ Ele volta a recriminar as atitudes de Jânio, afirma que “os produtos africanos dispõem dos produtos que o Brasil mais precisa exportar”.⁴²⁷

Por fim, o jornal defendeu-o dizendo: “a voz de Lacerda se ergueu, desde o primeiro minuto, para desmascarar uma obra de subversão que, estando na razão inversa da política externa tradicional brasileira e dos sentimentos dos brasileiros, só poderia cair por terra. Obrigada, governador!”⁴²⁸ Lacerda foi convidado para mais um almoço em sua homenagem, dessa vez oferecido pelo ministro do Exército Joaquim Luz Cunha, ocorrido no Forte de S. Julião da Barra⁴²⁹, e após o almoço, deixou Portugal para viajar a Nova York em um voo PAA, 155⁴³⁰, tudo conforme a programação pensada por ele.

Lacerda visitou a Casa do Artista José Leitão de Barros. Na gravação, ele está observando a maquete da nau “São Vicente” que estava sendo construída nos estaleiros da Gafanha da Nazaré para participar das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro. Ele conversou com José Leitão de Barros, ao mesmo tempo que segura uma peça em forma de chave; e dialogou com várias personalidades.⁴³¹ No dia 22 de julho de 1964, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal.

Toda essa programação, elaborada pelo SNI e pelos Serviços Respectivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁴³², foi registrada com hora, dia, local, nomes e até reajustes, caso algum dos planos não saísse como planejado, e enviada ao ministro do Interior. Há também um relatório minuciando os ocorridos durante a permanência de Lacerda em Portugal, como os nomes das pessoas que o procuraram no Hotel Ritz e quem lhe deixou cartões de visitas, envelopes fechados etc.⁴³³ A reunião com Salazar e o encontro com o patriarca Cerejeira foram registrados como “particular”.⁴³⁴

⁴²⁶ COMENTÁRIO internacional: o governador Carlos Lacerda e a política externa do Brasil. **Diário de Notícias**, Lisboa, 17 jun. 1964.

⁴²⁷ *Ibid.*

⁴²⁸ *Ibid.*

⁴²⁹ O GOVERNADOR do estado da Guanabara homenageado em Portugal. **Diário de Notícias**, Lisboa, 17 jun. 1964.

⁴³⁰ PROGRAMAÇÃO da recepção do governador Carlos Lacerda (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 17 jun. 1964, arquivo da PIDE).

⁴³¹ CARLOS Lacerda visita José Leitão de Barros. **RTP Arquivos**, 17 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-visita-jose-leitao-de-barros/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴³² CORRESPONDÊNCIA ao Exam. senhor chefe do gabinete Excelência, o Ministro do Interior (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 17 jun. 1964, arquivo da PIDE).

⁴³³ RELATÓRIO Dr. Carlos Lacerda hospedado no Ritz (16/06/1964) assinado pelo chefe de brigada (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 17 jun. 1964, arquivo da PIDE).

⁴³⁴ PROGRAMAÇÃO da recepção [...], *op. cit.*

No dia seguinte, as notícias eram positivas a respeito da relação entre as nações irmãs: “o Brasil retomará a linha tradicional da sua postura externa”.⁴³⁵ A esperança do Estado Novo era a vitória de Lacerda nas urnas brasileiras, nas eleições de 1965. Essa aliança era essencial para a manutenção das colônias africanas. Na visão de Lacerda, o Brasil “não podia perder a oportunidade que Portugal lhe oferece de estar presente, pela língua e pelos costumes em todos os continentes”.⁴³⁶

3.4 O IV CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO: A CIDADE MAIS PORTUGUESA DO BRASIL

Os cariocas se dedicaram às comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro durante todo o ano. A programação estava sendo planejada há bastante tempo sob a liderança de Lacerda, que retornou de Portugal em agosto de 1964. Lacerda via nessas festividades uma oportunidade de fazer campanha eleitoral a seu favor. Ele não economizou nos festejos e preparou tudo minuciosamente, visando cativar o apoio popular e fortalecer sua posição política.

Na RTP arquivos, há uma sequência de gravações do dia 15 de janeiro de 1965, data escolhida para a abertura oficial dessas comemorações. No primeiro vídeo, as imagens revelam lideranças políticas e representantes da Igreja Católica assistindo à reprodução da mensagem de rádio enviada pelo Papa Paulo VI, transmitida pela Emissora Nacional. Essa mensagem marcou a inauguração das comemorações do IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Na gravação, Lacerda e o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, além de personalidades civis e militares, assistem à conferência. Após ouvir a mensagem, Lacerda e o Cardeal discursaram para todos os convidados.⁴³⁷

Em seguida, as comemorações contaram com a presença de vários ministros: Raimundo de Moura Britto, ministro da Saúde, Vasco Leitão da Cunha, ministro das Relações Exteriores, Juarez Távora, ministro de Viação e Obras Públicas, Almirante Ernesto de Mello Baptista, ministro da Marinha, e convidados no local. Estava presente também o general Castello Branco, recebido por oficiais. Lacerda recebeu honras militares e fez reverência às tropas que estavam

⁴³⁵ CARLOS Lacerda: o Brasil retomará a linha tradicional da sua postura externa. **Diário da Manhã**, Lisboa, 18 jun. 1964.

⁴³⁶ *Ibid.*

⁴³⁷ COMEMORAÇÕES do 4º Centenário do Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 15 jan. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comemoracoes-do-4o-centenario-do-rio-de-janeiro-3>. Acesso em: 19 out. 2024.

presentes. Lacerda e Castello Branco discursaram para todos os convidados, na maioria militares, e depois se cumprimentaram.⁴³⁸

Após esse momento, a próxima apresentação envolveu diretamente o povo. A exibição foi preparada pelos *Ranchos Folclóricos das Associações Portuguesas no Brasil*. Participaram de um desfile integrado na inauguração das comemorações, com direito a banda, danças, recitais e discursos. Lacerda assistiu aos preparativos e ao desfile na tribuna, construída especialmente para aquele momento na Avenida Rio Branco, além do discurso de um cidadão português. Ele recebeu um pergaminho ilustrado e, por fim, novamente discursou. Havia uma aglomeração de pessoas que queriam assistir às homenagens.⁴³⁹

Em abril de 1965, Lacerda retornou a Portugal por conta própria, sem ser oficialmente convidado. Antes de sua viagem, ele participou das comemorações do 1º aniversário do Golpe Civil-Militar de 1964. Na gravação da RTP arquivos⁴⁴⁰, Lacerda aparece discursando da varanda do Palácio do Guanabara e, em seguida, assistindo ao desfile militar das forças de Guanabara perante os convidados e populares. Diferentemente das outras vezes em que viajou para Portugal, Lacerda não avisou sobre sua chegada, resultando na ausência de uma recepção calorosa e de uma programação formal, que era o habitual.⁴⁴¹ Devido a essa falta de formalidade, foram feitos registros informais, escritos à mão, para catalogar seus passos durante os dias no país. Além disso, fotografias revelam os motivos que o levaram a Portugal nas vésperas do início de sua campanha eleitoral. Logo ao chegar no aeroporto, Lacerda informou que sua visita era de caráter particular. Nas imagens do vídeo⁴⁴² disponibilizado pela RTP arquivos, ele aparece cumprimentando e conversando com várias pessoas no interior do aeroporto.⁴⁴³

O político foi recebido por Gaspar de Oliveira, comandante do navio-escola brasileiro “Custódio de Melo”, que promoveu um coquetel a bordo do navio com a presença de várias personalidades portuguesas e brasileiras. Lacerda conversou com políticos portugueses, como Américo Tomás e Donatello Grieco.⁴⁴⁴

Lacerda não passava despercebido em Portugal, e a imprensa portuguesa noticiava cada passo seu. O *Diário de Notícias* e o *Diário Popular* tiveram a oportunidade de enviar jornalistas

⁴³⁸ COMEMORAÇÕES do 4º Centenário do Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 15 jan. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comemoracoes-do-4o-centenario-do-rio-de-janeiro-3/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴³⁹ INESPERADAMENTE, Carlos Lacerda chegou esta manhã a Lisboa. **Diário Popular**, Lisboa, 11 abr. 1965.

⁴⁴⁰ *Ibid.*

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² Alguns vídeos do acervo não possuem áudio.

⁴⁴³ CHEGADA de Carlos Lacerda a Lisboa. **RTP Arquivos**, 11 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-carlos-lacerda-a-lisboa-3/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴⁴⁴ COCKTAIL a bordo do “Custódio de Melo”. **RTP Arquivos**, 13 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cocktail-a-bordo-do-custodio-de-melo/>. Acesso em: 19 out. 2024.

para entrevistá-lo, registrando em fotografias esse momento. Um dos jornalistas estava anotando tudo o que o político dizia, era um repórter novato do jornal *Diário Popular*, seu nome não foi revelado. O outro profissional que o acompanhava atentamente era o representante do *Diário de Notícias*, que optou em enviar Negrão, filho de Albário Negrão. O *Diário de Notícias* escreveu: “um ar do abril e Portugal – alguns dias de repouso antes das grandes lides políticas”.⁴⁴⁵ Revelou que Lacerda estava a passeio antes de intensificar sua campanha para a Presidência da República brasileira e anunciou: “já sou candidato! [...] É possível, o povo decidirá!”⁴⁴⁶ Também mencionou que ele estava acompanhado pelo secretário e pelo banqueiro António Carlos de Almeida Braga.

Naquele período, Lacerda estava em um momento de grande destaque em sua carreira política, pois era candidato à Presidência da República. Sua viagem ao exterior não pode ser interpretada apenas como um período de férias. Ele buscava claramente o apoio de diferentes grupos, incluindo a comunidade portuguesa, para fortalecer sua candidatura. O jornalista afirmou que ficou evidente que Lacerda evitou falar muito nessa primeira entrevista, preferindo mudar de assunto e até mencionar o Benfica, um time de futebol português.⁴⁴⁷ Isso contrastou com o perfil habitual de Lacerda, que, em outras ocasiões, costumava se posicionar e defender firmemente seus ideais políticos.

O *Diário Popular* escreveu várias páginas sobre o político. A manchete dizia: “Lacerda: um homem só a caminho do poder”.⁴⁴⁸ Além de responder perguntas pessoais, como com quem ele pretendia encontrar em Portugal, ele disse que até tentou ligar para Nuno Simões, mas ele não atendeu. Lacerda falou mais sobre o Golpe de 1964, defendendo os militares:

Os militares sempre participaram nas revoluções brasileiras, desde que o povo exigisse essa intervenção. Em 1930 na revolta liberal, em 1932 na constitucionalista, em 1945 na derrubada da ditadura, em 1954 na limpeza do lamaçal, seja no afastamento de Getúlio e, em 1964, na queda dos comunistas. Sempre quiseram defender a democracia, no que ela tem de característica.⁴⁴⁹

O jornalista o questionou sobre a filosofia da “revolução”:

Uma pergunta inteligente merece uma resposta inteligente. Todavia, prefiro dar-lhe uma resposta exata. A tradicional democracia brasileira é, por excelência, antirreacionária. Hoje, por complexos do mundo em que vivemos, podemos pôr essas

⁴⁴⁵ CARLOS Lacerda: “um ar do abril e Portugal – alguns dias de repouso antes das grandes lides políticas”. **Diário Notícias**, Lisboa, 12 abr. 1965.

⁴⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁴⁸ LACERDA: um homem só a caminho do poder. **Diário Popular**, Lisboa, 12 abr. 1965.

⁴⁴⁹ *Ibid.*

coisas em termos de “direitas” e “esquerdas”? Veja, o governo de Gaulle é da “direita” ou da “esquerda”? E a administração soviética? Não é verdade que um governo esquerdista tem que dar o direito à greve?⁴⁵⁰

Lacerda continuou:

Neste momento o Brasil está a caminho do aperfeiçoamento do processo democrático. Não queremos prejudicar a liberdade dos cidadãos. Ora bem, esse aperfeiçoamento determina a urgência do progresso econômico. No estado da Guanabara, por exemplo, o ensino já é obrigatório até aos 14 anos, isto é, quanto a mim, uma conquista fundamental para o desenvolvimento das instituições democráticas brasileiras [...] o cidadão de amanhã estará mais apto a fazer suas decisões, a escolher sem estar submetido às espetaculares tiradas demagógicas.⁴⁵¹

O jornalista perguntou: “o governador Lacerda não é um demagogo?” Ao que ele respondeu: “Não, sou um político que quer nesse momento repousar”.⁴⁵² Houve também perguntas sobre a venda da *Tribuna da Imprensa* e se ele tinha se desentendido com Hélio Fernandes, novo proprietário do jornal. Ele não quis falar sobre o assunto, disse que não compraria mais nenhum jornal (havia boatos de que ele estava em negociações com o *Diário Carioca*, o que negou). Ao ser questionado sobre como se defenderia a partir de agora, sem a *Tribuna da Imprensa*, Lacerda se exaltou, dizendo que um político não precisa de ter jornais para se defender⁴⁵³, e voltou a falar acerca da democracia.

No que diz respeito à reforma agrária, afirmou ser um assunto resolvido:

A “reforma agrária” está já resolvida com uma lei especial. Aliás, é um problema que parece preocupar ótima gente, inclusive gente advertida, e nomeadamente aqui em Portugal. Pessoalmente, creio que a reforma agrária não é um problema, é um lugar-comum convertido num lema de propaganda de vida, que são, afinal, as determinadas pelo aparecimento de mais povo. No Paraná, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte não há latifúndios porque são grandes regiões povoadas, porque são grandes zonas onde o trabalho se realiza.⁴⁵⁴

A conversa caminhava para o final, e Lacerda aproveitou para falar sobre sua campanha eleitoral para a Presidência da República do Brasil. Afirmou que, depois que seu mandato como governador da Guanabara acabar, ele iria viajar durante um ano pelo Brasil para conhecer a

⁴⁵⁰ LACERDA: um homem só a caminho do poder. *Diário Popular*, Lisboa, 12 abr. 1965.

⁴⁵¹ *Ibid.*

⁴⁵² *Ibid.*

⁴⁵³ *Ibid.*

⁴⁵⁴ *Ibid.*

fundo “o povo mais longínquo”.⁴⁵⁵ Disse que tinha a palavra do povo brasileiro com ele. Lacerda não quis revelar mais nada a respeito dos seus planos em Portugal.⁴⁵⁶

Em 1965, Lacerda lançou sua candidatura à Presidência, apostando em seu histórico de oposição ao governo anterior e em seu apoio ao Golpe de 1964. No entanto, os militares, que haviam consolidado o poder, não viam com bons olhos a possibilidade de uma liderança civil forte e carismática como a de Lacerda.

O *Diário de Notícias* redigiu trechos da entrevista de Lacerda a João Coito, que aconteceu no dia 14 de abril de 1965. Nesse bate-papo, o político reafirmou sua aliança com os portugueses. A manchete era objetiva, uma fala do Lacerda: “vejo com muita apreensão a diminuição da corrente da migratória portuguesa... as velhas raízes precisam de novos enxertos... confio nos portugueses e no seu extinto de conservação”.⁴⁵⁷ A notícia lhe fez grandes elogios e afirmou que a maior fraqueza do político era o “o excesso da fidelidade com a coerência”.⁴⁵⁸

Lacerda criou um discurso, comparável à obra de Maquiavel, *O príncipe*: “não deve adular o povo. Só adula o povo quem o despreza. É preciso menos declaração de amor febril pelo povo e mais provas de sincero respeito pelo povo”.⁴⁵⁹ Em seguida, ele disse que não queria a popularidade, e sim “o respeito pela firmeza e segurança que pretende orientá-los”.⁴⁶⁰ Foi questionado sobre os comunistas que existiam no Brasil e se o governo de Castello Branco havia salvado a liberdade. Em relação aos comunistas, ele disse que “não precisa matar, nem esfolar. Basta isolá-los”.⁴⁶¹ Já sobre o mandato de Castello Branco, acreditava “que a autoridade era legítima e a liberdade responsável”⁴⁶², que não precisava concordar com tudo que Castello Branco fazia, mas que ele seguia “sério, firme e lúcido”.⁴⁶³

Ao ser questionado sobre o motivo de sua candidatura e quais eram suas ambições, respondeu que entrou para o meio político devido à indignação e que sua ambição era tentar realizar no Brasil o que fez em Guanabara: “provar que só é possível fazer progredir uma nação em ordem; realizar, enfim, a nossa bandeira: ordem e progresso”.⁴⁶⁴ Em relação a Brasília, Lacerda a considerava uma “criança” que ainda daria trabalho, afirmando ser favorável à

⁴⁵⁵ LACERDA: um homem só a caminho do poder. *Diário Popular*, Lisboa, 12 abr. 1965.

⁴⁵⁶ *Ibid.*

⁴⁵⁷ EM LISBOA, com mira no palácio da Alvorada: advertência de um amigo e um brando de alerta – “vejo com muita apreensão a diminuição da corrente da migratória portuguesa... as velhas raízes precisam de novos enxertos... confio nos portugueses e no seu extinto de conservação”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 abr. 1965.

⁴⁵⁸ *Ibid.*

⁴⁵⁹ *Ibid.*

⁴⁶⁰ *Ibid.*

⁴⁶¹ *Ibid.*

⁴⁶² *Ibid.*

⁴⁶³ *Ibid.*

⁴⁶⁴ *Ibid.*

“descentralização”, pois a “centralização” era sufocante.⁴⁶⁵ Lacerda destacou que sua visão sobre descentralização foi influenciada pelos portugueses, mencionando a época da colonização e as capitâneas hereditárias como exemplo de que uma administração descentralizada pode ser mais eficiente. Ele comentou que os portugueses lidavam melhor com a diversidade regional por meio das capitâneas.⁴⁶⁶

Em relação às questões ideológicas, Lacerda zombou da ideia de ser “da direita ou da esquerda”, afirmando que isso não fazia sentido. Para ele, o que realmente importava era ser progressista ou conservador, pois, levados ao exagero, esses extremos resultam em subversão ou reacionarismo. Segundo Lacerda, o essencial na política é ter o espírito aberto ao progresso social e ao debate de ideias, sem medo da discussão, e ter a coragem de aceitar e vencer desafios. Seu filho, Sebastião Lacerda, afirmou que o pai “*tinha horror a Brasília*”.⁴⁶⁷

Um dos últimos assuntos abordados na entrevista foi a cultura luso-brasileira. Para o político, esse laço estava ameaçado. Quando confrontado pelo entrevistador sobre se existia algum problema insolúvel entre o Brasil e Portugal, ele respondeu:

Há um duro de resolver: mover a inércia. A nossa comunidade, que tem carne e osso, está ficando cartilaginosa. Enquanto nós não formos capazes de pensar em termos de luso-brasileiros e não apenas em termos lusos ou em termos brasileiros, não só caminhamos devagar, mas talvez para trás. O Brasil é um país de raízes exclusivamente portuguesas. Vejo com muita apreensão a diminuição da vossa corrente migratória para o Brasil. Acho que é tempo de dar um grande brado de alerta. [...] O clamor de Gilberto Freyre ao dizer que a cultura luso-brasileira está ameaçada tem razão de ser, enquanto outras correntes migratórias vêm prejudicar a sua influência. A advertência que faço é de um amigo, convinha que Portugal pensasse bem nisso. Ou encaramos com seriedade o problema, ou haverá uma rotura, independente das relações Brasil e Portugal, independente da vontade dos homens. As velhas raízes precisam de enxerto. As novas gerações precisam renovar os seus contatos com o espírito português, com a cultura portuguesa.⁴⁶⁸

Lacerda declarou ter propostas concretas e “*um sentido muito dinâmico*”⁴⁶⁹ para a comunidade luso-brasileira, afirmando que contava com o apoio do governo português para concretizá-las. Ele também expressou confiança no povo português para a realização desses projetos. Por fim, o jornalista pediu-lhe algumas palavras para o prefácio de sua campanha, que, segundo Lacerda, contaria com o apoio dos portugueses:

⁴⁶⁵ EM LISBOA, com mira no palácio da Alvorada: advertência de um amigo e um brando de alerta – “vejo com muita apreensão a diminuição da corrente da migratória portuguesa... as velhas raízes precisam de novos enxertos... confio nos portugueses e no seu extinto de conservação”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 abr. 1965.

⁴⁶⁶ *Ibid.*

⁴⁶⁷ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁴⁶⁸ EM LISBOA, com mira [...], *op. cit.*

⁴⁶⁹ LACERDA, *op. cit.*

Chego a candidato aos 50 anos de vida, dos quais 30 de vida pública e 26 de oposição. Pretendo, mediante uma insatisfação permanente, fazer alguma coisa de útil. Guanabara foi para mim o exame vestibular. Terei aproximadamente 1 ano para percorrer todo o subcontinente descoberto por Cabral. Doravante, farei poucos comícios, mas farei muitos amigos. A importância da juventude é, até numericamente, decisiva. Penso num estilo capaz de ser entendido e estimado por ela. Pretendo arquivar a retórica e impor a lógica, até como tática eleitoral. Já comecei na realidade: de imprevistos, sem os banquetes clássicos, a *mayonnaise* cívica, a charanga e os foguetões. Tenho desde já a certeza de que todo eleitorado de inspiração portuguesa virá para a minha candidatura, menos por méritos pessoais do que por afinidades culturais muito claras. Para terminar e para documentar que o povo está bem atento as realidades, eu conto-lhe apenas duas anedotas que correm no Brasil: uma diz que um comunista queria matar-me, mas logo outro aconselhou: deixe-o lá fazer as escolas, mata-se depois. O outro conta o diálogo entre dois indivíduos, dizia um que eu falo de tudo, de todos e contra todos. Logo o outro replicou: pois sim... fala, mas faz! É já um progresso considerável.⁴⁷⁰

Ainda em Lisboa, no Palácio de Belém, Lacerda foi convidado por Américo de Deus Rodrigues Tomás⁴⁷¹, presidente da República, para uma audiência privada com os membros da Comissão Provincial de Moçambique da União Nacional. Além disso, a delegação da Marinha brasileira participou da homenagem ao navegador Pedro Álvares Cabral (1467-1520), colocando uma coroa de flores na base do monumento da autoria do escultor brasileiro Rodolfo Bernardelli. Lacerda teve a oportunidade de conversar com alguns amigos no hotel onde estava hospedado.⁴⁷²

No Aeroporto de Lisboa, antes da sua partida para o Rio de Janeiro, Lacerda despediu-se e agradeceu pela acolhida em Portugal. Em seu discurso, afirmou que voltava ao Brasil com segurança, pois “o museu da imagem e do som da cidade do Rio de Janeiro será também – e muito – um museu representativo da profunda vocação civilizadora de Portugal”. O museu fazia parte das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro: “a história do Rio de Janeiro coincide largamente com a história de Portugal, de 1565 a 1822, para que se verifique a importância essencial dos arquivos históricos portugueses na constituição do acervo do museu que ora instalamos”.⁴⁷³ Ele assinou exemplares do livro *Museu da Imagem e do Som* do Rio de Janeiro, confirmou que preparava microfilmagem da documentação relativa à cidade do Rio de Janeiro que estava guardada nos Arquivos Públicos Portugueses, visando criar o Museu da Imagem e do Som, cuja inauguração era prevista para junho de 1965, e apelou à inter-relação

⁴⁷⁰ EM LISBOA, com mira no palácio da Alvorada: advertência de um amigo e um brande de alerta – “vejo com muita apreensão a diminuição da corrente da migratória portuguesa... as velhas raízes precisam de novos enxertos... confio nos portugueses e no seu extinto de conservação”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 14 abr. 1965.

⁴⁷¹ O registro desse encontro encontra-se no Anexo III.

⁴⁷² TV 7. **RTP Arquivos**, 18 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tv-7-2/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴⁷³ CARLOS Lacerda ao embarcar para o Rio de Janeiro: “o museu da imagem e do som da cidade do Rio de Janeiro será também – e muito – um museu representativo da profunda vocação civilizadora de Portugal”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 16 abr. 1965.

luso-brasileira durante conferência de imprensa. Ele se despediu de várias pessoas e se dirigiu para a pista de decolagem.⁴⁷⁴

A gravação disponível na RTP arquivos mostra Lacerda descendo as escadas do avião no Rio de Janeiro e, em seguida, sendo recebido por várias pessoas, entre as quais: Danilo Nunes, presidente da Câmara, e Coronel Gustavo Borges, secretário de segurança pública. Moradores do Edifício Sônia mostraram faixa de agradecimento dirigida ao governador.⁴⁷⁵

Logo que retornou, começou a procurar aliados para sua candidatura. Jânio Quadros foi o primeiro político que ele buscou se aliar. É necessário lembrar que a relação dos dois estava desgastada devido às confusões anteriores à sua renúncia. O jornal *O Século* noticiou essa reaproximação.⁴⁷⁶ O político também voltou a falar do apoio aos portugueses na Guerra Colonial: “para o bem de todos nós, inclusive dos africanos, é desejável que os portugueses permaneçam na África”.⁴⁷⁷ Era um assunto repetitivo de Lacerda.

Em junho, Lacerda recebeu a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros português, Alberto Franco Nogueira. A reunião foi transmitida ao vivo do Rio de Janeiro para a Rádio de Televisão Portuguesa. O jornalista entrevistou, ao vivo, o ministro Vasco Leitão da Cunha e depois o ministro Alberto Franco Nogueira. Uma das falas do ministro Leitão da Cunha foi sobre o objetivo desse encontro, que era de “selar ainda mais os laços de amizade que unem os nossos dois governos e os nossos dois povos”:

[Ministro Vasco Leitão da Cunha:] Pois, Portugal e o Brasil formam no mundo, como disse uma vez Raul Fernandes, uma só nação, apesar da diversidade dos territórios em que vivem e da diversidade das raças que os compõem. A verdade que o exemplo e a ação portuguesa no Brasil são para nós vivos, permanente e praticado por nós, seguindo sua tradição de não discriminação, formando assim uma comunidade racial como talvez não haja outra no mundo.⁴⁷⁸

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco Nogueira, falou a respeito dos motivos de Portugal ter aceitado o convite para participar das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, que haviam se iniciado no início de 1965:

⁴⁷⁴ TV 7. **RTP Arquivos**, 18 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tv-7-2/>. Acesso em: 19 out. 2024; PARTIDA de Carlos Lacerda para o Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 17 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-carlos-lacerda-para-o-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴⁷⁵ CHEGADA de Carlos Lacerda ao Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 19 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-carlos-lacerda-ao-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴⁷⁶ CARLOS Lacerda pede ajuda a Jânio Quadros, dizem os jornais. **O Século**, Lisboa, 27 abr. 1965.

⁴⁷⁷ CARLOS Lacerda: “para o bem de todos nós, inclusive dos africanos, é desejável que os portugueses permaneçam na África”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 12 jun. 1965.

⁴⁷⁸ VISITA de Alberto Franco Nogueira ao Brasil. **RTP Arquivos**, 11 jun. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-alberto-franco-nogueira-ao-brasil>. Acesso em: 19 out. 2024.

[Ministro Franco Nogueira:] É bem simples a resposta, o governo brasileiro transmitiu recentemente ao governo português um convite para participar das manifestações, no estado da Guanabara, das comemorações do IV Centenário da fundação do Brasil. E quanto mais razões não houvesse, é simples, lamentar a cortesia obrigava o governo português a dar uma resposta e não podia deixar de ser uma resposta afirmativa. Além dessa, havia muitas outras razões históricas, de afinidade de língua, raça, comunhão de princípios, tudo isso nos inclui, evidentemente, entusiasmo, uma satisfação do convite que nos foi dirigido [...].⁴⁷⁹

O ministro Franco Nogueira fez elogios ao ministro Vasco Leitão da Cunha, afirmando que seus pensamentos eram iguais, o que facilitava a comunicação entre os dois países. Leitão da Cunha prometeu retribuir a visita em breve, pois sentia saudades de Portugal. Em seguida, os ministros foram encaminhados para o Palácio do Estado de Guanabara para encontrar Lacerda. O governador do estado da Guanabara foi entrevistado e questionado sobre como ele encarou a colaboração de Portugal para o IV Centenário do Rio de Janeiro. Lacerda aproveitou para engrandecer os portugueses:

[Lacerda:] Encarei com ótimos olhos, é claro. Porque não só precisávamos dela como acredito que Portugal também precisava dela. Portugal não podia estar ausente das comemorações do IV Centenário dessa cidade do Rio de Janeiro, que os portugueses fundaram. A colaboração portuguesa foi a melhor possível, está sendo a melhor possível. Além do monumento do D. João VI, oferta do povo português ao povo carioca, o pavilhão português, eu creio, será um dos pontos mais altos das celebrações do IV Centenário do Rio. O projeto já está pronto, foi por nós rapidamente licenciado, faltando alguns pormenores para começar, já um pouco atrasado, aliás, a sua construção. Mas acredito que já estará pronto até o fim do ano e ficará pelo tempo que for necessário, para justificar esse investimento. Além disso, a edição dos documentos sobre o Rio de Janeiro em Portugal, cujo exemplar eu acabei de receber da mão do ministro estrangeiro Nogueira, é uma contribuição cultural de primeira importância. Vamos falar também na próxima chegada de uma antologia do Rio de Janeiro na literatura portuguesa de Portugal, que me parece também outra contribuição importante para completar aquela realizada na casa José Olímpio por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, a antologia carioca, do Rio de Janeiro. A presença do ministro Franco no Nogueira no Rio esses dias, para algumas das celebrações que marcam a presença portuguesa no IV Centenário, é grato a todos nós. Não só pela função que exerce, não só pela sua alta qualidade como representante de Portugal, especialmente, credenciado para essa missão como, não quero dizer como tudo, mas como também pela significação intelectual e cultural desse escritor e desse homem de Estado que é o ministro Franco Nogueira. Tenho a honra de chamá-lo como amigo. Sendo como amigo que os recebemos aqui também. Ele e sua esposa representam para nós o que podemos chamar mais límpido, esclarecido, cintilante e de mais amistoso na inteligência portuguesa contemporânea no Brasil. Nós estamos recebendo dois amigos aos quais o Rio de Janeiro se orgulha de conferir esse título de cidadãos cariocas, cidadãos honorários do estado da Guanabara.⁴⁸⁰

A segunda mensagem foi dirigida diretamente ao povo português:

⁴⁷⁹ VISITA de Alberto Franco Nogueira ao Brasil. **RTP Arquivos**, 11 jun. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-alberto-franco-nogueira-ao-brasil>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴⁸⁰ *Ibid.*

[Lacerda:] Já tenho feito algumas vezes e fico com receio de ficar sem vocabulário. Mas é fácil repeti-las quando elas vêm do fundo do coração. Aos que não puderam vir ao Brasil para celebrar conosco o IV Centenário, o Rio de Janeiro envia um abraço por cima do Atlântico. Um abraço muito afetuoso, de amizade sincera, de fidelidade e lealdade recíproca, de constância nas aspirações que são as mesmas, de preocupações que também são as mesmas e de uma fiel, leal e sincera pura amizade.⁴⁸¹

No meio da gravação há registros da vista da Praça dos Três Poderes, em Brasília, e em seguida iniciou-se uma conferência de imprensa com Franco Nogueira. O ministro começou a conferência explicando que Portugal não considera suas províncias ultramarinas como colônias.⁴⁸² Era um momento de desestabilidade para os portugueses, que enfrentavam a reprovação da ONU e da maioria dos países participantes em relação à manutenção das colônias africanas. O ministro afirmou:

[...] Não consideramos as províncias ultramarinas portuguesas [como] colônias, no sentido habitual da palavra. Sobretudo, não consideramos principalmente no sentido atribuído pelas Nações Unidas a essa palavra. [...] é evidente que nós não podemos interferir nas transmissões das Nações Unidas por razões que eu já sublinhei e sobretudo porque a Nação Unida não permite tal intervenção, muitas vezes devido a slogan, pelas frases feitas, por mensagens pretensiosas. Parece que chegamos à conclusão que as Nações Unidas não permitem tal natureza [...] eu disse no Aeroporto Santos Dumont que eu tinha outros assuntos, como os problemas relacionados à expansão do comunismo no mundo [...].⁴⁸³

Na continuação de seu discurso, afirmou que não acreditava que a ONU conseguiria combater a expansão do comunismo no mundo e que havia uma fala distorcida sobre a presença dos portugueses nos países afro-asiáticos. A gravação está incompleta, ela é interrompida quando o ministro está defendendo Portugal e afirmando que nada está acontecendo em Moçambique, tratando-se apenas de conspiração política.⁴⁸⁴ Alguns dias depois, a Federação das Associações Portuguesas ofereceu um banquete em honra de Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, no Ginásio Clube Português. Lacerda também participou. A gravação mostrou o banquete e a partida de Franco Nogueira para Nova York.⁴⁸⁵

Em outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional n. 2 (AI-2), que instituiu a eleição indireta para presidente e a extinção de todos os partidos políticos até então existentes. A partir dessa data, passaram a existir apenas dois partidos no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

⁴⁸¹ VISITA de Alberto Franco Nogueira ao Brasil. **RTP Arquivos**, 11 jun. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-alberto-franco-nogueira-ao-brasil>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁴⁸² *Ibid.*

⁴⁸³ *Ibid.*

⁴⁸⁴ *Ibid.*

⁴⁸⁵ *Ibid.*

A análise detalhada dos eventos e as declarações de Lacerda durante suas visitas a Portugal em 1965 revelam não apenas a complexidade de suas ambições políticas, mas também a estratégia cuidadosa que adotou para consolidar seu apoio tanto no Brasil quanto no exterior. Lacerda, um político de destaque e candidato à Presidência da República, utilizou essas viagens como uma plataforma para reforçar sua imagem e buscar alianças estratégicas, especialmente com a comunidade portuguesa, evidenciando sua visão de descentralização influenciada pelas práticas coloniais portuguesas.

Sua postura em Portugal, muitas vezes contrastante com seu comportamento habitual no Brasil, e seu discurso sobre temas como a democracia, a reforma agrária e a cultura luso-brasileira evidenciam um político de grande habilidade em interagir com diferentes audiências e contextos. A ausência de uma recepção formal em sua última visita sublinhou sua decisão de viajar por conta própria, demonstrando sua determinação em continuar sua campanha eleitoral.

As interações de Lacerda com a imprensa portuguesa e suas declarações durante essas entrevistas revelam sua habilidade em se adaptar às circunstâncias. Sua defesa firme das ações dos militares brasileiros e a comparação com a situação política em outros países refletem sua tentativa de se posicionar como um defensor da “ordem e do progresso”, sendo uma tentativa de criar um alinhamento à sua visão política.

Em conclusão, a trajetória de Lacerda e suas ações em Portugal exemplificam a busca incessante por apoio e legitimidade política, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Sua habilidade em se comunicar e adaptar seu discurso a diferentes audiências e contextos demonstra uma estratégia política bem elaborada, que buscava não apenas o poder, mas também a construção de uma base sólida de apoio para suas futuras aspirações políticas. Este estudo oferece uma compreensão mais profunda da complexidade e das ambições de Lacerda, destacando sua importância na história política brasileira.

4 LACERDA: UM ESTRATEGISTA DA DOMINAÇÃO COLONIAL

A relação de Lacerda com Portugal se intensificou na década de 1960, sobretudo no que se refere à sua admiração e ao seu apoio à manutenção do colonialismo português. Essa posição se manteve mesmo após a ONU declarar-se contrária à continuidade das províncias ultramarinas. A postura de Lacerda em relação ao colonialismo português e sua defesa do neocolonialismo, apesar da condenação internacional, evidenciam um alinhamento com ideias e políticas que desconsideravam os direitos e a autodeterminação dos povos colonizados. A posição de Lacerda no contexto histórico e político da década de 1960 é relevante para a análise das relações entre Brasil e Portugal, assim como para o entendimento das dinâmicas coloniais e neocoloniais da época.

A fim de compreender o contexto dos primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil, examinaremos a trajetória de Lacerda e suas interações tanto com os militares quanto com os atores políticos portugueses. Investigaremos as motivações por trás de suas ações, bem como as consequências de suas decisões e posturas. Ao explorar esses aspectos, esta seção contribuirá para um entendimento mais aprofundado das dinâmicas políticas e das relações internacionais durante um período crítico da história brasileira, proporcionando *insights* valiosos sobre as interações entre Brasil e Portugal e as implicações dessas relações para o desenvolvimento das políticas internas e externas.

4.1 LACERDA: UM EXÍMIO COLONIALISTA

Lacerda destacava-se como um hábil colonialista. Ser colonialista não implica necessariamente ser o líder de uma missão colonial, mas pode incluir aqueles que apoiam ou propagam falsas analogias, levando os leitores ou ouvintes a acreditar que o melhor caminho para nações subdesenvolvidas e pré-independentes é manter os laços neocoloniais que historicamente prejudicaram os países envolvidos. O colonialismo português, caracterizado pela exploração econômica, imposição cultural e controle político, serve como um exemplo clássico de como a dominação colonial pode impactar negativamente as nações colonizadas. Nesse contexto, Lacerda contribuía para a perpetuação de ideias e relações prejudiciais, fundamentadas em premissas distorcidas e enganosas. Ao evocar a era colonial portuguesa, ele reforçava a noção de que a centralização e o controle externo eram essenciais para o progresso, ignorando os danos e as desigualdades gerados por tais práticas.

Inicialmente, essa relação de amizade estava relacionada às eleições de 1965, durante as quais Lacerda emergia como o favorito para vencer e assumir a Presidência da República. Em sua percepção, ter o apoio dos portugueses salazaristas seria essencial para consolidar sua vitória nas urnas, e posteriormente esses laços contribuiriam para abrir portas no âmbito econômico. Lacerda afirmou inúmeras vezes que, se eleito, apoiaria os portugueses na ONU⁴⁸⁶, mudaria algumas leis para favorecer os portugueses residentes no Brasil – pelo menos aqueles que já estavam no país há mais de cinco anos – e faria de tudo para fortalecer o “passaporte” Brasil-Portugal, acreditando que as duas nações deveriam estar sempre unidas, independentemente de qualquer fator.

Em dezembro de 1963, Lacerda foi entrevistado pelo jornal português *Voz de Portugal*, ocasião em que revelou seu posicionamento a respeito da manutenção das “províncias ultramarinas portuguesas”:

Não queremos, de modo algum, que o princípio da associação e do debate neste parlamento internacional, sendo a Organização das Nações Unidas, sirva de cobertura ou de biombo para a submissão diante da arrogância do poderoso e a arrogância diante da humildade do fracasso. De um anticolonialismo postiço, formal e estereotipado, destinado, por igual, a celebrar com justiça o advento de novas nações independentes e a forçar nações pelo fato de serem pequenas e desprotegidas a abrirem mãos de províncias suas, de estados seus, como Angola e Moçambique, cujos povos não disseram até agora que pretendem ser independente do Portugal que a pertencem.⁴⁸⁷

Nessa entrevista, Lacerda comparou a relação dos Estados Unidos com Porto Rico à situação de Portugal com suas colônias. Ele afirmou que, frequentemente, as declarações sobre “direitos humanos” representam uma “hipocrisia internacional”, pois diversos países-membros da ONU não adotam esses valores internamente, mas julgam outras nações, como Portugal, que efetivamente se propõem a respeitá-los.

Após esse pronunciamento, Lacerda recebeu um telegrama⁴⁸⁸ da Federação das Associações Portuguesas agradecendo a amizade, o apoio e o carinho do governador. O texto destacava a profunda admiração da comunidade pelo político, afirmando que esse sentimento de apreço e respeito era recíproco. A mensagem reforçava os laços culturais e históricos entre os portugueses e brasileiros, valorizando a dedicação de Lacerda em fortalecer essa relação.

⁴⁸⁶ Como supramencionado, essa afirmação foi disseminada em diversos contextos distintos: A POSIÇÃO do Brasil há de ser ao lado de Portugal – declarou Carlos Lacerda. **Diário Popular**, Lisboa, 21 jan. 1964; CARLOS Lacerda promete: defenderei Portugal nas Nações Unidas se for eleito, em 1965, presidente do Brasil. **O Século**, Lisboa, 22 jan. 1964.

⁴⁸⁷ FALA governador Lacerda. **Voz de Portugal**, Lisboa, 15 dez. 1963.

⁴⁸⁸ Telegrama enviado ao governador Lacerda cujo remetente é a Federação das Associações Portuguesas, 18 dez. 1963 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

No início de 1964, o então governador da Guanabara continuava a estreitar seus laços com os portugueses, sendo homenageado pela “Casa Poveiro”⁴⁸⁹ do Rio de Janeiro nesse mesmo período: “Durante o almoço, o governador Carlos Lacerda recebeu uma “concha do mar poveiro” e uma “pescada poveira”, executadas em prata por ourives de Póvoa do Varzim e oferecidas pela Câmara Municipal daquela cidade de Portugal”.⁴⁹⁰

Durante as homenagens na Casa dos Poveiros, Lacerda aproveitou a oportunidade para reiterar sua postura colonialista e demonstrar seu apoio ao regime português. Ele disse que “os nativos de Angola e Moçambique não querem a separação de Portugal, e as constantes lutas são frutos da infiltração de elementos vindos do antigo Congo Belga, e nada mais são do que elementos comunistas”.⁴⁹¹ A realidade histórica mostra que os processos de independência de Angola e Moçambique foram impulsionados por vários fatores internos e externos, incluindo a luta contra a opressão colonial, a busca por autodeterminação e as tensões da Guerra Fria. Além disso, sua afirmação expressava uma visão neocolonialista ao desconsiderar os desejos e interesses dos nativos de Angola e Moçambique em relação à sua própria independência e ao responsabilizar agentes externos pela instabilidade e pelos conflitos locais. Essa perspectiva tende a minimizar a agência e a resistência das populações colonizadas e a manter o foco na dominação externa.

O discurso de Lacerda, composto por oito páginas, apresentou uma interpretação distorcida do conceito de “direitos humanos”. Ele argumentou que a condenação da ONU em relação à presença portuguesa nas chamadas “províncias ultramarinas” constituía uma violência não apenas contra os portugueses, mas também contra os habitantes locais, que, segundo ele, desejavam a presença dos europeus. Na terceira página, ele lembrou a colonização brasileira:

Nós do Brasil podemos falar neste particular como ninguém, quando chegou o momento, tivemos um príncipe português, os conselhos de um pai, um rei português e a ação redentora de seus próprios impulsos e convicções para proclamar-nos a independência. Não precisamos de agentes estrangeiros, pois foi a Metrópole e o Brasil reino que, de comum acordo, com esta ou aquela dissensão que o tempo há muito tempo apagou, que formamos uma nação à parte para melhor nos unirmos e nos entendemos e sermos hoje como uma só carne, pois somos povos nascidos das mesmas origens, nações criadas nas mesmas raízes e determinadas e decididas a seguir os

⁴⁸⁹ A “Casa dos Poveiros” é uma associação cultural e recreativa que visa principalmente preservar e promover a cultura e as tradições da região de Póvoa de Varzim, em Portugal. Localizada no Rio de Janeiro, a Casa dos Poveiros serve como ponto de encontro para os imigrantes portugueses e seus descendentes originários dessa região específica, bem como para outros interessados na cultura portuguesa.

⁴⁹⁰ Carta anexada no gabinete do governador, assessoria de imprensa. Rio de Janeiro, 3 jan. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴⁹¹ *Ibid.*

mesmos objetivos, à base de interesses comuns e de interesses recíprocos e permanentes.⁴⁹²

Lacerda utilizava da colonização brasileira para enfatizar que os portugueses não poderiam ser expulsos da África e da Ásia, pois “cada vez que Portugal diminui, diminui com ele o Brasil”.⁴⁹³ Ele sugeria que a relação entre Brasil e Portugal era tão intrínseca que qualquer enfraquecimento de Portugal também resultaria em um declínio para o Brasil, ignorando a interdependência histórica entre os dois países, sem compreender que as relações internacionais são dinâmicas e multifacetadas, assim como que o desenvolvimento e progresso de cada país são influenciados por uma ampla gama de fatores internos e externos, além de os contextos serem totalmente diferentes.

Na quinta página, Lacerda levantou a discussão do racismo. Afirmou que todo esse separatismo não é outra coisa senão

o racismo que a civilização portuguesa aboliu no mundo, o racismo que a cultura portuguesa negou no mundo ao criar a nação mestiça que é o Brasil: onde estão as manifestações dos negros de Angola e Moçambique? Dos mulatos? Dos mestiços? dos Cafuzos? Se não à ascensão à nação portuguesa como província de Portugal.⁴⁹⁴

Em última análise, Lacerda estabeleceu uma analogia entre o neocolonialismo português e a situação da Amazônia brasileira. Ele argumentou que, assim como a Amazônia seria uma região negligenciada pelo governo brasileiro, as províncias ultramarinas portuguesas também não geraram lucros significativos para Portugal. Ele questionou se uma eventual intervenção da ONU para reivindicar a soberania da Amazônia causaria a mesma controvérsia que a condenação da presença portuguesa em suas colônias ultramarinas.

Esse argumento de que “Portugal aboliu o racismo do mundo” não foi originalmente formulado por Lacerda. Essa discussão é atribuída a Gilberto Freyre, que foi o responsável pela construção do discurso que abordava a “imunidade dos portugueses ao racismo, a sua predisposição para o convívio com outros povos e culturas e a sua vocação universalista”.⁴⁹⁵

Essa atribuição a Gilberto Freyre representa um marco fundamental na análise das relações raciais e culturais, principalmente no contexto brasileiro. Freyre, conhecido por sua obra *Casa-grande & senzala*, desenvolveu uma perspectiva singular sobre a formação da

⁴⁹² Carta anexada no gabinete do governador, assessoria de imprensa. Rio de Janeiro, 3 jan. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴⁹³ *Ibid.*

⁴⁹⁴ *Ibid.*

⁴⁹⁵ CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 14.

sociedade brasileira, destacando a interação entre colonizadores portugueses, povos indígenas e africanos escravizados. Sua teoria da “democracia racial”, que enfatiza a suposta harmonia entre diferentes grupos étnicos, influenciou de maneira duradoura a forma como se discute a questão racial no Brasil.

Lacerda se apropriou das ideias de Freyre para justificar e fortalecer suas próprias visões políticas e sociais. Ele utilizou a concepção de “democracia racial” de Freyre para argumentar a favor da integração e da cooperação entre brasileiros e portugueses, destacando a influência portuguesa na formação da identidade brasileira. Lacerda enfatizava a suposta harmonia racial no Brasil como um modelo a ser seguido, reforçando a ideia de que a miscigenação e a convivência entre diferentes grupos étnicos eram características positivas herdadas da colonização portuguesa.

No entanto, é crucial ressaltar que essa apropriação das ideias de Freyre por Lacerda, assim como a própria concepção de “democracia racial”, tem sido objeto de intensos debates e críticas. A abordagem de Freyre tende a minimizar os efeitos persistentes do racismo estrutural, a desigualdade racial e os impactos negativos da escravidão e do colonialismo na sociedade brasileira. Lacerda, ao se apropriar dessas ideias, também contribuiu para essa minimização, utilizando-as para promover uma visão idealizada das relações raciais no Brasil. Dessa forma, é fundamental contextualizar a influência das ideias de Gilberto Freyre na construção das relações raciais no Brasil e analisar criticamente como Lacerda se apropriou dessas ideias para moldar a percepção e a vivência da diversidade racial na sociedade contemporânea.

O papel de Portugal era simbolicamente “messiânico”⁴⁹⁶, o salvador, redentor ou transformador. Portugal seria a figura prometida que traria salvação e redenção aos povos colonizados. A nação considerada capaz de promover mudanças significativas, melhorias ou soluções para problemas complexos. Para Jerry Dávila⁴⁹⁷:

Freyre desenhou uma paisagem sedutora em que a nação era uma extensão da plantação colonial, caracterizada por interações íntimas e cordiais entre negros e brancos. Ele só não considerou a presença de negros e da miscigenação como uma virtude, mas também reimaginou os colonizadores portugueses de uma maneira positiva: embora a Grã-Bretanha tivesse realizado a Revolução Industrial e criado os Estados Unidos, apenas Portugal tinha tido aptidão para criar a civilização nos trópicos, por meio de uma miscigenação harmoniosa com pessoas não brancas. Para um leitorado tipicamente branco, Freyre oferecia uma visão romântica da vida nas fazendas que começava a parecer remota.

⁴⁹⁶ CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa** (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

⁴⁹⁷ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana** (1950-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 25.

Essa visão messiânica atribuída a Portugal, como um redentor ou transformador, é um aspecto central no discurso de Gilberto Freyre e em muitas representações históricas. Entretanto, é importante destacar que o Estado Novo fazia uma seleção das falas do Gilberto Freyre, mantendo aquelas que lhe interessavam. Freyre enfatizava a ideia de que os portugueses, enquanto povo colonizador, tinham uma vocação universalista para promover a integração e harmonia entre diferentes culturas e etnias. A analogia com a figura messiânica de Dom Sebastião sugere uma percepção idealizada e, em certos aspectos, utópica da ação de Portugal durante o período colonial.

Entretanto, é importante ressaltar que essa concepção se encontra dentro do contexto histórico e social específico em que foi formulada. A glorificação da colonização portuguesa por Freyre precisa ser contextualizada, levando em conta as circunstâncias da época, as relações internacionais e a construção de uma identidade nacional brasileira em um momento pós-abolição da escravatura. Essa narrativa, muitas vezes, minimiza ou ignora os aspectos de opressão, exploração e violência inerentes ao período colonial. A história colonial é marcada por desigualdades profundas, escravidão, imposição de valores culturais e destruição de culturas nativas. Portanto, ao explorar a visão messiânica de Portugal na colonização, é fundamental também examinar as consequências prejudiciais dessa narrativa e sua relação com as estruturas sociais e políticas contemporâneas.

Com base nessas percepções, o conceito de luso-tropicalismo, criado, portanto, por Gilberto Freyre, foi adotado em Portugal para sustentar essa estrutura ideológica à qual o Estado Novo português não desejava renunciar. Essa postura se manteve mesmo após o contexto da Segunda Guerra Mundial, quando tal discurso já não era mais apropriado. Cláudia Castelo⁴⁹⁸ faz uma análise desse “modo português de estar no mundo”:

Pressupõe que o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Essa maneira é geralmente qualificada com adjetivos que implicam uma valorização positiva: tolerante, plástica, humana, fraterna, cristã.

No entanto, o conceito de luso-tropicalismo foi criticado por muitos intelectuais da época. Mário de Andrade⁴⁹⁹, por exemplo, argumentou que Freyre estava promovendo uma

⁴⁹⁸ CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 13.

⁴⁹⁹ PEREIRA, José Maria Nunes. **Mário de Andrade e o lusotropicalismo**. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2000. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/nunes.rtf>. Acesso em: 28 out. 2024.

visão idealizada e superficial do colonialismo português, ignorando os aspectos negativos e as desigualdades inerentes ao sistema colonial. Andrade destacou que Freyre atribuía aos portugueses uma aptidão natural para a convivência nos trópicos, o que ele via como uma forma de perpetuar o preconceito e justificar a dominação colonial. Essa crítica ressalta as limitações do luso-tropicalismo como uma ferramenta analítica e sua utilização para fins políticos pelo regime de Salazar.

O conceito de luso-tropicalismo foi utilizado pela primeira vez por Freyre na obra *Um brasileiro em terras portuguesas*, escrita após sua visita prolongada às colônias africanas portuguesas, em 1951.⁵⁰⁰ A partir de então, Freyre legitimou a política colonial portuguesa e se alinhou ao salazarismo.

As discussões sobre a relevância da presença portuguesa no mundo na luta contra o racismo também se estenderam ao Brasil. Segundo Jerry Dávila⁵⁰¹, “a sociedade brasileira estava impregnada de cultura africana; a miscigenação era uma virtude nacional; e a sociedade brasileira tinha se moldado graças a uma inclinação especial dos portugueses para uma mistura sexual e cultural”. Com esse propósito, contou com o apoio de diversos políticos, incluindo Lacerda, Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek, que ajudaram na manutenção do império ultramarino português.

A ideia de criar na África “futuros Brasis” implicava na criação de sociedades culturalmente diversificadas, com relações raciais mais harmoniosas e um legado colonial português em territórios africanos. A expressão indica que os territórios colonizados teriam características semelhantes às do Brasil em termos de miscigenação e convivência entre diferentes etnias e culturas, sendo, portanto, uma extensão do modelo brasileiro na África. Dessa forma, o Estado Novo de Salazar tinha uma certa dependência desses conceitos freyrianos para justificar o colonialismo. Freyre conferiu credibilidade intelectual ao regime de Salazar e, por sua vez, encontrou no governante o “símbolo do autoritarismo tradicionalista que era fundamental para sua visão de mundo”.⁵⁰²

Ao se aproximar do final de seu discurso, Lacerda destacou as reformas que pretendia implementar caso fosse eleito presidente do Brasil. Ele expressou o desejo de fortalecer a comunidade luso-brasileira, promovendo a cooperação e integração entre os dois países. Entre suas propostas estavam a eliminação da necessidade de passaportes nas viagens entre Brasil e

⁵⁰⁰ PEREIRA, José Maria Nunes. **Mário de Andrade e o lusotropicalismo**. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2000. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/nunes.rtf>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁵⁰¹ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 24.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 30.

Portugal, bem como a concessão do direito de voto aos portugueses residentes no Brasil há mais de cinco anos. Em seus agradecimentos finais, Lacerda reiterou seu apreço e sua amizade pelos portugueses, destacando a importância das relações bilaterais e da cooperação mútua para o futuro de ambos os países.

Lacerda também se apropriou das ideias de Gilberto Freyre para promover suas próprias agendas políticas. Ele usou o luso-tropicalismo para justificar a cooperação estreita entre Brasil e Portugal, argumentando que a miscigenação e a convivência pacífica entre diferentes grupos étnicos no Brasil eram frutos do legado português. Lacerda propôs várias reformas que visavam fortalecer os laços luso-brasileiros, como a eliminação da necessidade de passaportes e o direito de voto para portugueses residentes no Brasil. No entanto, ao fazer isso, ele perpetuava a visão idealizada do colonialismo e ignorava as críticas de que essas ideias serviam para mascarar as realidades do racismo estrutural e da opressão colonial.

A manchete do jornal *Última Hora* adotou uma postura provocativa em relação ao governador Lacerda, com quem o periódico sempre manteve um conflito pessoal: “Lacerda defende o colonialismo após comer bacalhoadá”.⁵⁰³ O artigo resume o discurso do político proferido no dia anterior no Clube dos Poveiros, apresentando uma perspectiva crítica e acusando-o de racista e colonialista. Nesse contexto, o jornal expressava seu apoio à posição da ONU. Lacerda, em um ato de descontentamento com a presença do jornalista/fotógrafo da *Última Hora*, acabou expulsando-o do local.

As declarações de Lacerda durante os eventos com a comunidade portuguesa também devem ser vistas no contexto das críticas contemporâneas ao neocolonialismo. Enquanto Lacerda elogiava a missão civilizadora dos portugueses e defendia a manutenção das colônias, jornais como a *Última Hora* criticavam suas posições, apontando as contradições e o impacto negativo do colonialismo. A postura de Lacerda foi vista como uma defesa do neocolonialismo, ignorando as lutas pela independência e os sofrimentos dos povos colonizados. Suas declarações sobre os 50 mil negros mortos como “povos alheios”⁵⁰⁴ ilustram essa desconexão com a realidade das colônias portuguesas.

Em meados de janeiro, Lacerda foi novamente homenageado por organizações portuguesas sediadas no Rio de Janeiro. Durante o evento, ele proferiu um discurso em que reforçou sua defesa ao neocolonialismo português, fazendo uma comparação do posicionamento americano e russo:

⁵⁰³ LACERDA defende o colonialismo após comer bacalhoadá. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1964.

⁵⁰⁴ LACERDA e o neocolonialismo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1964.

O dever moral da Nação Brasileira assemelha[-se] hoje ao dever dos EUA, cujo anticolonialismo jamais o impediu de correr em socorro da Inglaterra, capital de um Império mundial. Nem vemos a Rússia, que se arvora em campeã do anticolonialismo, neoimperialismo, renegar a Hungria de que se apossou, renegar a Tchecoslováquia que conquistou, renegar aquela parte imensa do mundo que seus ditadores escravizaram. Por que havemos de nos renegar nossos irmãos no mundo em que ninguém renega ninguém, senão para renegar-se a si?⁵⁰⁵

Nessa fala, o político Lacerda expressava uma visão em que acreditava que o Brasil tinha um dever moral semelhante ao dos Estados Unidos e da Rússia. Ele argumentou que, apesar de ambos os países se posicionarem contra o colonialismo, eles ainda apoiam ou exercem influência sobre outras nações. Assim, enfatizou:

Pretendem esfacelar o que o gênio português criou no mundo para pôr em seu lugar não a cultura, não a liberdade, não o progresso, não a fraternidade, não a paz, mas a civilização da guerra, a civilização da luta armada, a civilização da intriga entre os povos em nome da fraternidade.⁵⁰⁶

Lacerda propôs uma nova concepção: estabelecer, no âmbito das universidades, um Instituto Luso-Brasileiro de Estudos para promover a cooperação acadêmica e o intercâmbio cultural entre os dois países. Ele revelou que vários investimentos que seriam feitos no Rio de Janeiro contaram com a colaboração de inúmeros profissionais portugueses: como o ressurgimento da praia do Flamengo e a usina Hidrelétrica que a GEAP estava construindo em Resende. Ao encerrar seu discurso, o político expressou sua gratidão à parceria autêntica e duradoura estabelecida entre as nações irmãs, afirmando: “a amizade do vosso generoso coração de portugueses”.⁵⁰⁷

Em outra ocasião, o *Jornal do Comércio* convidou Lacerda para uma entrevista sobre o neocolonialismo português. Ele aproveitou a oportunidade para reiterar seu apoio aos irmãos portugueses e abordar a questão da “autodeterminação”. Essa não foi a primeira vez que Lacerda questionou, tanto na mídia brasileira quanto na portuguesa, se os portugueses eram capazes de exercer seu direito à “autodeterminação” e se sua Constituição poderia reconhecer as províncias ultramarinas como parte integrante do país. Além disso, Lacerda afirmou: “não é culpa de Portugal se as nações que dominaram o mundo em nome do preconceito racial não conseguiram democratizar a África e a Ásia senão pela separação e pela guerra”.⁵⁰⁸

⁵⁰⁵ Telegrama enviado pelo Palácio Guanabara, escrito pelo governador Carlos Lacerda, cujo título é “improviso do governador”, Rio de Janeiro, 20 jan. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵⁰⁶ *Ibid.*

⁵⁰⁷ *Ibid.*

⁵⁰⁸ NAÇÕES interesseiras lutam na ONU por escravizar colônias portuguesas. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1964.

De acordo com Nuno Severiano Teixeira⁵⁰⁹, Salazar via-se confrontado com o problema da descolonização:

Por princípio, tinha dificuldade em aceitar o direito dos povos a disporem de si e, por isso mesmo, não aceitava as suas consequências políticas: a autodeterminação e a independência dos povos coloniais. Mas, além do princípio teórico, via-se, agora, confrontado com o problema concreto: se aceitasse a soberania indiana sobre Goa, Damão e Diu, com legitimidade defenderia soberania portuguesa nos outros territórios ultramarinos? O objetivo era, pois, a manutenção intransigente e a todo custo da integridade colonial.

Lacerda exemplificou a questão racial, lembrando que o presidente do Supremo Tribunal de Portugal era um homem negro, oriundo da África. Ele passou a questionar o paradeiro dos angolanos e moçambicanos que desejavam a saída dos portugueses de seus territórios. Em sua visão, ele enxergava os soldados portugueses lutando incansavelmente contra as adversidades e a pobreza que assolavam aqueles países. Para Lacerda, os portugueses demonstravam solidariedade ao enfrentarem tais desafios: “a solidariedade internacional dos povos é para os povos, com confiança em sua força e a colocam a serviço da humanidade”.⁵¹⁰

Lacerda reiterou a ajuda dos portugueses em seus projetos como governador da Guanabara, que foram amplamente divulgados pela mídia brasileira. Ele reconheceu a importância da parceria com os portugueses e destaca a cooperação mútua no desenvolvimento de projetos que beneficiaram a cidade. Essa colaboração, segundo o governador, foi fundamental para a construção de viadutos, avenidas e edifícios públicos, por exemplo, que tornaram a Guanabara mais moderna e funcional. Lacerda enalteceu o papel dos portugueses em seus empreendimentos, enfatizando a relevância da amizade entre Brasil e Portugal na busca pelo progresso.

Durante o período em que Lacerda se aproximou do governo salazarista em Portugal, suas falas nem sempre foram totalmente positivas sobre essa admiração. Algumas de suas declarações foram consideradas polêmicas e negativas em relação ao salazarismo, e o político tentou contorná-las, mas ficava explícito que ele tinha receio de contrariar essa amizade que criou com os portugueses. Em um documento enviado a Portugal, referente a uma entrevista que concedeu à televisão de São Paulo, ele afirmou que, embora admirasse Salazar, não concordava

⁵⁰⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal no mundo. In: PINTO, António Costa (coord.). **A busca da democracia: 1960-2000**. Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5. (Coleção História Contemporânea de Portugal: 1808-2010). p. 58-59.

⁵¹⁰ NAÇÕES interessadas lutam na ONU por escravizar colônias portuguesas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1964.

com todas as suas ideias e seus métodos. Lacerda deixou claro que suas divergências se referiam ao modo de encarar o problema da liberdade.⁵¹¹

Quase dois meses antes, Lacerda foi convidado para um jantar no Hotel Pierre de Nova York, oferecido pelo American Brazilian Association.⁵¹² Ironicamente, ele escolheu uma citação do ex-presidente americano Abraham Lincoln⁵¹³ que exalta a liberdade: “aqueles que negam a liberdade aos outros não a merecem para si próprio e sob um Deus justo não poderão mantê-la por muito tempo”. Sua defesa pela liberdade, como citada na frase de Abraham Lincoln, “parece irônica” diante de sua participação ativa na supressão da democracia brasileira.

Lacerda, em seu discurso no jantar, apresentou uma análise da história política brasileira do século XX, destacando a luta dos brasileiros por uma democracia verdadeiramente limpa, sem eleições fraudulentas ou censura à imprensa. Ele fez críticas ao Estado Novo de 1937 e à ditadura varguista. Em relação à intitulada revolução de 1964, Lacerda afirmou que ela “libertou o Brasil do medo e da tensão insuportável que o país enfrentava há três anos”.⁵¹⁴ No entanto, é importante ressaltar que Lacerda, ao fazer essas críticas, deixou de mencionar seu próprio apoio ao golpe militar, que tirou a democracia do país e estabeleceu um regime autoritário. Além disso, suas críticas a João Goulart, relacionando-o ao comunismo, são controversas e questionáveis.

Durante sua fala, Lacerda exaltou a vitória contra o comunismo e afirmou que era hora de lutar contra a inflação e buscar o progresso. Segundo ele, o governo era honesto e amigo do povo, mas era preciso a ajuda dos países aliados para vencer a inflação. Lacerda reforçou que o país estava em pleno desenvolvimento e “não precisava de esmolas”⁵¹⁵, porém era necessário corrigir algumas imprecisões para alcançar essa mudança.

Lacerda reforçava a importância de esclarecer a verdadeira situação do Brasil para os americanos, visto que ele acreditava que muitas informações não estavam chegando de forma coerente. Nesse contexto, ele destacou a luta contra a pobreza e a melhoria das condições básicas de vida da população, “como a construção de hospitais, escolas, estradas, usinas de energia, água e esgoto, além de moradias adequadas”.⁵¹⁶ O político enfatizou que essas medidas eram fundamentais para garantir os direitos básicos de todos os cidadãos e que o governo estava

⁵¹¹ Telegrama enviado ao ministro dos Negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, set. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵¹² Telegrama enviado pelo ministro dos Negócios estrangeiros ao Dr. João de Deus Ramos, embaixador de Portugal, Rio de Janeiro, 24 set. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵¹³ Abraham Lincoln é um dos principais símbolos da luta pela liberdade nos Estados Unidos. Ele foi presidente durante a guerra civil americana, um conflito que culminou na abolição da escravidão e na garantia de direitos civis para os negros.

⁵¹⁴ Telegrama enviado pelo ministro dos Negócios estrangeiros ao Dr. João [...], *op. cit.*

⁵¹⁵ *Ibid.*

⁵¹⁶ Telegrama enviado pelo ministro dos Negócios estrangeiros ao Dr. João de Deus Ramos, embaixador de Portugal, Rio de Janeiro, 24 set. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

comprometido em combatê-las e promover o progresso do país. A verdade é que “o Brasil renasceu, e a esperança volta a ser o estímulo para o trabalho”.⁵¹⁷

Sua última fala está condicionada a defender o colonialismo português:

[...] Não precisava inventar um terceiro para reviver uma forma odiosamente hipócrita do colonialismo, essa que nega a Portugal o direito de ser uma comunidade plurirracial e gastar dinheiro no Congo para alimentar a um novo colonialismo ainda mais odioso. Precisamos de uma participação leal na abertura de nossas fronteiras econômicas e culturais. Somos, agora, um país sem medo. Somos, agora, um país verdadeiramente nacionalista que confia no seu futuro e respeita o seu passado de fraternidade e de paz.⁵¹⁸

Nesse trecho, Lacerda criticava a ideia de um terceiro que traria de volta o colonialismo, negando o direito de Portugal em ser uma comunidade plurirracial e gastar dinheiro no Congo. Ele defendia uma participação leal na abertura das fronteiras econômicas e culturais e destacava que o Brasil era um país sem medo e verdadeiramente nacionalista, confiante em seu futuro e com respeito ao seu passado de fraternidade e paz. No entanto, o colonialismo português, especialmente no contexto africano, havia perpetuado um regime de exploração que desconsiderava profundamente as culturas e sistemas sociais locais. A imposição de controle colonial foi frequentemente violenta e desestabilizadora, levando a longos períodos de conflito e sofrimento. Esse sistema gerou profundas desigualdades e desencadeou movimentos de resistência que culminaram nas guerras de independência.

Lacerda, ainda como governador da Guanabara, recebeu homenagens por parte da comunidade portuguesa em janeiro de 1965. Em um evento realizado em frente à Biblioteca Nacional, danças folclóricas e músicas tradicionais de Portugal foram apresentadas em uma demonstração de reconhecimento ao político brasileiro. Na ocasião, Lacerda recebeu uma cópia da obra *Os lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, além de títulos honoríficos da Associação Portuguesa. Em uma das falas, Lacerda foi elogiado por sua fé inabalável nos destinos gloriosos da nação e do povo brasileiro.⁵¹⁹

A homenagem prestada a Lacerda pela comunidade portuguesa durante seu mandato como governador da Guanabara, em janeiro de 1965, destaca a importância das relações internacionais e das conexões culturais na política. Esse evento simboliza a valorização mútua entre Brasil e Portugal, ressaltando o reconhecimento da comunidade portuguesa pelos esforços e pela liderança de Lacerda. A entrega da obra *Os lusíadas* é altamente simbólica, pois representa

⁵¹⁷ Telegrama enviado pelo ministro dos Negócios estrangeiros ao Dr. João de Deus Ramos, embaixador de Portugal, Rio de Janeiro, 24 set. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵¹⁸ *Ibid.*

⁵¹⁹ PORTUGUESES desfilaram em homenagem a Lacerda. **A Notícia**, Lisboa, 21 jan. 1965.

não apenas uma oferta de literatura, mas também um gesto que conecta as duas nações por meio de sua herança cultural compartilhada. É um testemunho da reverência pela cultura portuguesa e da admiração pela fé de Lacerda nos futuros grandiosos do Brasil.

O jornal brasileiro *O Globo*⁵²⁰ também escreveu uma matéria com muitas fotos das danças e das homenagens. A cobertura da homenagem pelo jornal amplificou o evento, destacando sua importância e reconhecendo a presença marcante da comunidade portuguesa na sociedade brasileira. Esse tipo de reconhecimento público reforça as relações diplomáticas e culturais, contribuindo para uma compreensão mais ampla e fortalecida entre os países envolvidos.

O *Jornal do Brasil* publicou um extenso texto do Lacerda no final de março de 1965 intitulado “A revolução precisa ouvir e fazer”.⁵²¹ Sua primeira declaração é incisiva e deixa clara sua posição sobre o Golpe de 1964: “a Revolução salvou o Brasil. Isto é certo, e isso tem um preço, de sacrifício, de esforço”.⁵²² Essa fala, recorrente do político, sugere que Lacerda acreditava que, embora a ditadura militar fosse um preço a pagar, ela era necessária para restaurar a ordem e a estabilidade no país. Era uma tendência do período, visto que muitos políticos e intelectuais da época compartilhavam dessa visão e enxergavam o golpe como uma forma de reformar a democracia e o eleitorado brasileiro.

Lacerda enfatizou suas discordâncias com a política governada pelos militares de forma elegante, sem muita afronta. Ele deixou claro sua insatisfação com o regime militar, afirmando que era difícil continuar amando uma revolução que não inovava. Para o governador, embora o balanço geral dos primeiros 12 meses do governo fosse positivo, caso o governo continuasse no poder, houvesse prorrogação, deixaria de ser uma revolução, e sim uma estagnação. Segundo Lacerda, a “revolução, que foi um ato de patriotismo, deixaria de ser”.⁵²³ Assim, questionou como o governo poderia estar salvando a nação sem salvar o povo. Essas indagações angustiavam o político na época, principalmente porque ele almejava ser um dos principais candidatos à Presidência da República. “Ele afirmou que entrou nas eleições, pois tinha a certeza de que ganharia a Presidência. O mesmo pensamento se estende à revolução de 1964”.⁵²⁴

Em abril de 1965, Lacerda esteve em Lisboa e concedeu entrevistas à imprensa portuguesa. Estava ainda ao lado dos militares e defendia a política de Castello Branco. Sua fala

⁵²⁰ PORTUGAL dança em homenagem ao Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1965.

⁵²¹ A REVOLUÇÃO precisa ouvir e fazer. **Jornal do Brasil**, 28 mar. 1965.

⁵²² *Ibid.*

⁵²³ *Ibid.*

⁵²⁴ Telegrama enviado ao ministro dos Negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 14 abr. 1965 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

foi clara e objetiva: “sendo evidentes a sua seriedade, firmeza e lucidez”⁵²⁵, se referindo ao presidente militar. Em suas declarações, enfatizou a importância da implementação de medidas para a industrialização e modernização tecnológica no Brasil, como forma de prevenir o avanço do socialismo. Outro telegrama enviado ao ministro Franco Nogueira referia-se às críticas que Lacerda estava fazendo ao ministro Roberto Campos, cujas táticas econômicas eram consideradas errôneas por Lacerda e poderiam causar sérios prejuízos para o país.⁵²⁶

Lacerda, ao se apropriar do luso-tropicalismo, buscou fortalecer os laços entre Brasil e Portugal, promovendo uma visão de miscigenação e convivência pacífica que, embora parecesse progressista, servia para mascarar as realidades do racismo estrutural e da opressão colonial. As declarações e propostas de Lacerda, como a eliminação de passaportes e o direito de voto para portugueses residentes no Brasil, como supramencionado, refletiam essa tentativa de perpetuar uma narrativa que favorecia o colonialismo sob o pretexto da cooperação e integração entre Brasil e Portugal.

O conceito de luso-tropicalismo, promovido por Gilberto Freyre, foi amplamente criticado por mascarar as relações de dominação e desigualdade que caracterizavam o colonialismo português. Ao enfatizar a suposta harmonia racial e cultural, Freyre negligenciou as realidades de exploração e opressão nas colônias.⁵²⁷

As críticas contemporâneas ao neocolonialismo e as respostas de Lacerda a essas críticas demonstram as tensões e contradições inerentes a essa visão. Enquanto defendia a manutenção das colônias portuguesas, Lacerda era criticado por sua desconexão com as lutas pela independência e pelos sofrimentos dos povos colonizados. A análise historiográfica dessas apropriações e das reações que suscitaram é fundamental para entender as dinâmicas de poder e as narrativas que moldaram as relações luso-brasileiras durante o século XX.

4.2 UM CORRESPONDENTE BRASILEIRO EM PORTUGAL

Em abril de 1966, Lacerda não acreditava mais no Golpe Civil-Militar de 1964, ao qual ele mesmo havia contribuído de forma enfática para seu sucesso. Sua desilusão com os militares surgiu devido à falta de reformas democráticas prometidas e ao crescente autoritarismo do

⁵²⁵ Telegrama enviado ao ministro dos Negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 22 abr. 1965 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵²⁶ Telegrama enviado ao ministro dos Negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 19 maio 1965 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵²⁷ THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996. p. 85-106.

regime, que contrastava com suas expectativas de uma transição para um governo mais aberto e progressista. Após essa decepção, ele colaborou com um dos periódicos de maior circulação em Portugal, o *Diário de Notícias*, durante alguns meses (de abril a junho), analisando a situação brasileira e tecendo críticas ao presidente militar Castello Branco. Foi enviado um telegrama⁵²⁸ ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, confirmando a regularidade dos artigos de Lacerda e informando que eles seriam reproduzidos no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, para que os leitores brasileiros também pudessem ter acesso a eles.

Nessas crônicas, Lacerda refletia sobre o cenário político, econômico e social do Brasil. Foram cerca de 40 artigos, com títulos não convencionais, e a maioria dos textos ocupava uma página.⁵²⁹ Ao final, Lacerda assinava seus escritos, sem usar pseudônimos ou esconder sua opinião. Após a extensão do governo militar e a perda das esperanças de se eleger à Presidência em 1965, Lacerda já não tinha mais a preocupação de esconder suas opiniões. Ele sentiu-se livre para expor, de fato, aquilo em que acreditava, sem receio de retaliações ou de perder apoio político, pois suas ambições eleitorais haviam sido frustradas pelo prolongamento do regime militar com a promulgação do AI-2 em outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e instituiu eleições indiretas para presidente, demonstrando claramente a intenção dos militares de prolongar seu controle sobre o governo. Segundo Thomas E. Skidmore⁵³⁰, o AI-2 marcou um ponto de inflexão significativo no regime militar, consolidando o autoritarismo no Brasil.

Portugal, na qualidade de país irmão, que sempre o acolheu em diversos momentos, desde seu exílio em 1956, seria a ajuda necessária para que todos conhecessem a verdadeira situação do Brasil. A nação enfrentava uma ditadura civil-militar opressora, que também oprimia aqueles que haviam contribuído para sua existência. Lacerda encontrava-se incrédulo, e suas crônicas expressavam claramente esse sentimento.

O primeiro documento foi escrito em março de 1966 e publicado em abril do mesmo ano. Intitulado “A caminho da monarquia”⁵³¹, Lacerda teceu críticas aos militares – “a corte não existe, mas proliferam os cortesãos” – e acusou alguns políticos de desejarem títulos da realeza. Ele ainda atribuiu ao presidente Castello Branco o futuro título de “Duque de Maxambomba”. Além disso, Lacerda aproveitou para homenagear Dom Pedro II.

⁵²⁸ Esses recortes de jornais estão armazenados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Lisboa, Portugal.

⁵²⁹ Esses recortes de jornais estão armazenados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Lisboa, Portugal.

⁵³⁰ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁵³¹ A CAMINHO da Monarquia. **Diário de Notícias**, Lisboa, 12 abr. 1966.

Escrevendo para um jornal português, não é surpreendente que Lacerda tivesse uma percepção favorável à relação Brasil-Portugal, desde a colonização, passando pelos impérios, pós-independência e a presença contínua dos portugueses no Brasil. Ele elogiou Dom Pedro II, afirmando que “ele viveu e morreu na simplicidade”, em contraste com as “papagaiadas” que “alguns republicanos fascinados pelos sinais exteriores de Monarquia preferiam”.⁵³² Em seguida, estendeu os elogios ao Rei Dom João.

Lacerda encerrou o texto indagando: “Em todo caso, não se admirem se um dia desses o pessoal da ARENA pedir ao Sr. Castello que restaure a monarquia e faça o sacrifício de ser o nosso Humberto I e último”.⁵³³ Lacerda expressa ironia e crítica ao sugerir que os membros da ARENA, partido político de apoio ao regime militar, poderiam pedir ao presidente Castello Branco que restaurasse a monarquia no Brasil, tornando-se o “Humberto I e último”. Ele faz uma comparação implícita entre a postura autoritária dos militares e a estrutura monárquica, insinuando que a situação política brasileira estava caminhando na direção de um sistema monárquico, ao invés de uma verdadeira democracia.

A metáfora de Lacerda expõe a contradição fundamental de seu próprio posicionamento: ele foi um defensor do golpe que esperava modernizar e democratizar o Brasil, mas acabou se deparando com um regime que adotava práticas contrárias aos seus ideais. Ao comparar Castello Branco a um monarca, Lacerda não apenas critica a centralização do poder como também reflete sobre sua própria desilusão e a traição dos ideais que o levaram a apoiar o golpe. A sugestão de que Castello poderia se tornar um “Humberto I e último” é uma maneira de denunciar o fracasso do regime militar em estabelecer uma verdadeira democracia e, ao mesmo tempo, reconhecer a ironia trágica de sua própria participação na criação desse regime.

No segundo artigo, publicado no dia seguinte e intitulado “Começou a confissão”⁵³⁴, Lacerda adotou uma abordagem mais objetiva ao analisar a situação econômica do Brasil. Ele utilizou o espaço para acusar o presidente Castello Branco de corrupção, emitindo uma crítica e um alerta aos leitores. Sua fonte é o “boletim do Itamarati”. O político examinou a conjuntura econômica do país e criticou Roberto Campos, ministro do Planejamento à época, por ocultar da população a verdadeira situação inflacionária do Brasil. Lacerda temia que os problemas se agravassem, caso não fosse implementada uma reforma econômica urgente no país. Durante o governo militar, a economia brasileira passou por profundas transformações. Segundo Bresser-

⁵³² A CAMINHO da Monarquia. **Diário de Notícias**, Lisboa, 12 abr. 1966.

⁵³³ *Ibid.*

⁵³⁴ COMEÇOU a Confissão. **Diário de Notícias**, Lisboa, 13 abr. 1966.

Pereira⁵³⁵, a década de 1960 foi marcada por um crescimento econômico acelerado e por uma inflação persistente que atingia duramente a população.

Lacerda, ao criticar Campos, refletia as preocupações de muitos brasileiros com a falta de transparência do governo em relação à real situação econômica. Ele argumentava que sem uma reforma econômica mais abrangente, que incluísse políticas de desenvolvimento sustentável e justiça social, o país continuaria a sofrer com a instabilidade econômica. Suas críticas não eram apenas uma resposta à situação inflacionária, mas também uma chamada à ação para implementar mudanças estruturais que poderiam assegurar um crescimento mais equitativo e duradouro.

Na crônica intitulada “Confissão sem contrição”⁵³⁶, Lacerda mais uma vez teceu críticas severas à ditadura e ao presidente Castello Branco. Ironicamente, disse que “João Goulart trabalhou tanto pela implementação do comunismo no Brasil quanto o Sr. Castello Branco pelo seu rombudo reacionário e a inépcia de sua política”.⁵³⁷ Com essa declaração, Lacerda comparou o ex-presidente João Goulart, cujo governo foi derrubado pelo Golpe Civil-Militar de 1964 sob alegações de que ele estaria levando o país ao comunismo, ao próprio Castello Branco. Ele sugeria que, na verdade, o presidente militar estava promovendo uma agenda reacionária e ineficiente, que acabava por ser tão prejudicial ao país quanto o comunismo que o regime alegava combater.

No artigo mencionado, Lacerda reagiu àquilo que ele interpretava como perseguição por parte do presidente Castello Branco, acusando-o de dedicar mais esforços para destruí-lo pessoalmente do que para reformar o sistema estabelecido pelo golpe.⁵³⁸ Além disso, Lacerda criticou vigorosamente o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) implementado pelo governo, que incluía medidas de austeridade fiscal, como aumento de impostos, congelamento de salários e controle de gastos públicos.

Aproximadamente um ano antes, em 1965, Lacerda havia publicado no Brasil a obra *Ideias políticas: Brasil entre a verdade e a mentira*⁵³⁹, na qual compartilhava três cartas enviadas à sede do governo: duas ao presidente Castello Branco e uma ao deputado Herbert Levy. Herbert Levy foi um membro destacado do governo de Castello Branco, ocupando o cargo de ministro do Planejamento de 1964 a 1967 e sendo fundamental na implementação das políticas

⁵³⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

⁵³⁶ CONFISSÃO sem Contrição. **Diário de Notícias**, Lisboa, 14 abr. 1966.

⁵³⁷ *Ibid.*

⁵³⁸ *Ibid.*

⁵³⁹ LACERDA, Carlos. **Ideias políticas: Brasil entre a verdade e a mentira**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1965.

econômicas, incluindo o PAEG. Nessas cartas, ele criticou o mesmo plano econômico e propôs “soluções” para a economia brasileira, ou seja, essa crítica já era uma posição conhecida de Lacerda há algum tempo e era algo familiar aos seus apoiadores, os lacerdistas.

Na sequência de artigos publicados ainda em abril⁵⁴⁰, a nova preocupação de Lacerda recaía sobre a confirmação da continuidade da ditadura, que levaria, automaticamente, ao cancelamento das eleições. Em suas crônicas, ele expressava sua insatisfação e seu descontentamento com a perspectiva de manutenção do regime autoritário e a falta de democracia no país.

No artigo “Um dia de leão”⁵⁴¹, Lacerda utilizou uma metáfora para criticar o segundo presidente militar da ditadura, Costa e Silva, que, de acordo com ele, havia prometido ser como um leão. No entanto, segundo ele, Costa e Silva estava mais para uma raposa, sugerindo que o presidente agia de maneira astuta e manipuladora, buscando destruir aqueles que queriam derrubá-lo.⁵⁴² Ele completou:

Ser leão é bom, um dia, que seja, verá que é melhor do que ser raposa vida inteira. Carneiro, então, nem se fala. Carneiro não é coisa que seja. Já raposa, para falar com franqueza, não é muito descente, não: ter fama de esperto não recomenda ninguém, a não ser para a tristeza. Leão de pijama é coisa triste, que não desejo a nenhum leão de minhas relações. Leão é para rugir. E com tanto animal na política é tempo de eleger seu rei. Ruja, seu Arthur, ruja bem forte, com um rugido que seja um bramido.⁵⁴³

Esse texto é bastante sugestivo, pois Lacerda criticou a política brasileira, afirmando que estava repleta de pessoas que se comportavam como raposas e carneiros. Ele defendia que era hora de um verdadeiro líder, um leão, assumir o controle. Lacerda argumentava que Costa e Silva precisava ser um líder corajoso e capaz diante da desafiadora situação política: “o Brasil está farto de raposas a jararacas... há 30 anos que dura essa porcaria! Já é tempo de acertar no leão. Haja leão!”⁵⁴⁴

No artigo “Aviso ao general Costa e Silva”⁵⁴⁵, Lacerda enviou um alerta ao general, afirmando que Castello Branco é um traidor. Ele aconselhou Costa e Silva a tomar todas as precauções e a se libertar dos vestígios do governo anterior. No artigo “Aviso ao general Costa e Silva”, Lacerda seguia o mesmo padrão de escrita das crônicas anteriores, mas se mostrava

⁵⁴⁰ Os artigos são sequenciais e intitulados, respectivamente: “Um dia de leão”, “Aviso ao general Costa e Silva”, “Fala em muitos, não quer nenhum!”, “Presidente fantasma: qual?”

⁵⁴¹ UM DIA de leão. **Diário de Notícias**, Lisboa, 16 abr. 1966.

⁵⁴² *Ibid.*

⁵⁴³ *Ibid.*

⁵⁴⁴ *Ibid.*

⁵⁴⁵ AVISO ao general Costa e Silva. **Diário de Notícias**, Lisboa, 17 abr. 1966.

ainda mais objetivo e claro em suas críticas às falhas do governo de Castello Branco, destacando a grande responsabilidade que o general Costa e Silva tinha em resolver e amenizar a difícil conjuntura política e econômica do Brasil naquele momento. Ele enfatizou a importância da honestidade e competência do novo governo para superar os desafios enfrentados pelo país.

Os artigos “Fala em muitos, não quer nenhum!”⁵⁴⁶ e “Presidente fantasma: qual?”⁵⁴⁷, publicados em 19 e 20 de abril, respectivamente, seguem o mesmo pensamento das crônicas anteriores. Em ambos, Lacerda defendia o fim do governo Castello Branco e “celebrava” a entrada de Costa e Silva como um sinal de mudança na ditadura. Embora desejasse o retorno das eleições e sua própria eleição à Presidência, ele via a mudança de governo como uma oportunidade para a reforma do país. Na percepção de Lacerda, a eleição de Costa e Silva significava a libertação do país das amarras de Castello Branco, e isso era uma vitória.

Entretanto, Lacerda ainda estava bastante incomodado com a prorrogação do governo Castello, que ele lembra nesses textos ter sido decidida por um único voto de diferença.⁵⁴⁸ Para ele, “Castello Branco não era um homem de palavra e nem leal”.⁵⁴⁹ Lacerda evidenciou que Castello Branco era contra sua candidatura e o culpava por não ser eleito. Para o político, na verdade, “Castello não suportava a ideia de Lacerda ser popular e competir com ele”, e era claro o ódio de Castello e a falta de ética política em sua conduta.⁵⁵⁰

Lacerda e outros críticos questionaram a eficácia e a legitimidade das reformas de Castello Branco, argumentando que o governo falhou em cumprir as expectativas democráticas e sociais geradas pelo movimento de 1964.⁵⁵¹ Figuras como Lacerda utilizaram suas críticas não apenas para contestar as políticas econômicas e institucionais do governo, mas também para mobilizar a oposição e influenciar a agenda política nacional durante a transição para o governo de Costa e Silva.

Lacerda desafiava a narrativa oficial do regime militar, enfatizando que o golpe de 1964 deveria ter conduzido a um caminho de democratização e reformas sociais mais profundas, ao invés de consolidar um regime autoritário. Suas críticas eram habilmente articuladas para atrair o apoio de setores insatisfeitos da sociedade civil, incluindo intelectuais, estudantes e membros

⁵⁴⁶ FALA em muitos, não quer nenhum! **Diário de Notícias**, Lisboa, 19 abr. 1966.

⁵⁴⁷ PRESIDENTE fantasma: qual? **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 abr. 1966.

⁵⁴⁸ *Ibid.*

⁵⁴⁹ FALA em muitos [...], *op. cit.*

⁵⁵⁰ *Ibid.*

⁵⁵¹ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estado, instituições e democracia:** república. Brasília, DF: Ipea, 2010. v. 1. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_voll.pdf. Acesso em: 28 out. 2024. p. 80.

da oposição política, alimentando um debate público sobre os rumos do Brasil sob o governo militar. Essa estratégia de Lacerda e de outros críticos foi crucial para manter viva a discussão sobre os princípios e objetivos do movimento de 1964, contribuindo assim para o contínuo embate ideológico que marcou o período de transição entre os governos de Castello Branco e Costa e Silva.

Ainda em abril, Lacerda escreveu uma sequência de artigos entre os dias 21 e 30, com exceção do dia 25.⁵⁵² Os artigos seguem as mesmas críticas dos anteriores, dirigidas a Castello Branco, Roberto Campos, militares em geral e aos partidos políticos: ARENA e MDB. Seguiu também uma utilização constante de metáforas para criticar Castello Branco, acusando-o de viver em um mundo da lua⁵⁵³ e de não conseguir governar o país de forma moderna e eficaz. Além disso, Lacerda o criticava por confundir a nação brasileira com uma panela de pressão, sugerindo que o governo estava se concentrando apenas em reprimir a insatisfação popular em vez de enfrentar os verdadeiros problemas do país.⁵⁵⁴ Lacerda modificou sua postura em relação ao golpe militar de 1964, deixando de chamar o evento de revolução e passando a admitir que se tratava, de fato, de um golpe.⁵⁵⁵

Na pequena crônica “O espelho infiel”⁵⁵⁶, Lacerda fez a seguinte analogia:

Sonhei que o Sr. Castello Branco tinha um espelho como a da madrastra Branca de Neve e deu de consultá-lo toda manhã. Perguntava: “espelho meu fiel diz quem é mais bonito que eu?” E o danado do espelho, mais intrigante que Golbery, toda manhã responde: “é o seu Arthur”. Ainda que pareça, não foi pesadelo. Foi só um susto. Passou. Abri a janela, o sol entrou no quarto e tudo se esclareceu.⁵⁵⁷

A crônica “O espelho infiel” traz uma crítica indireta ao governo do presidente Castello Branco, retratado como alguém preocupado apenas com sua imagem pessoal e obcecado por se sentir superior aos outros. A metáfora do espelho remete à história da Branca de Neve, na qual a madraستا pergunta ao espelho quem é a mais bela do reino. No caso de Castello Branco, ele constantemente se questiona quem é o mais bonito e bem-sucedido, mas o espelho responde que é o seu Arthur, possivelmente uma referência ao então candidato à Presidência da República Arthur da Costa e Silva. Lacerda escrevia as crônicas para manter viva suas críticas à política

⁵⁵² Os artigos são sequenciais e intitulados, respectivamente: “O candidato de Marechal Castelo”; “Contradições”; “Este país que vive na lua”; “Panela de pressão”; “Não entro nisso”; “O espelho infiel”; “A imagem do Brasil no exterior”; “As respostas sem fé”; “O país que ia ser, e o que fizeram dele”.

⁵⁵³ ESTE país que vive na lua. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 maio 1966.

⁵⁵⁴ PANELA de pressão. **Diário de Notícias**, Lisboa, 24 maio 1966.

⁵⁵⁵ A IMAGEM do Brasil no exterior. **Diário de Notícias**, Lisboa, 28 maio 1966.

⁵⁵⁶ O ESPELHO infiel. **Diário de Notícias**, Lisboa, 27 maio 1966.

⁵⁵⁷ *Ibid.*

adotada pelo governo de Castello Branco, além de fazer uma menção à polarização política que ocorria na época em torno das eleições presidenciais.

Em maio de 1966, Lacerda criticava não apenas Castello Branco e seus aliados⁵⁵⁸, mas também expressava sua visão em relação à manutenção das colônias portuguesas na África. Ele vinha defendendo Portugal tanto na mídia brasileira quanto portuguesa desde 1964, então seu posicionamento não era uma novidade. No entanto, nesses novos artigos, ele realçou como o Brasil estava perdendo ao não confirmar seu apoio aos portugueses e não criar relações comerciais com as províncias ultramarinas, como eram chamadas as colônias portuguesas.

Na primeira seção intitulada “Portos livres em África”⁵⁵⁹, Lacerda demonstrou o atraso econômico brasileiro em não ter “portos livres” como Angola e Moçambique e enumerou suas justificativas e seu posicionamento. Para ele, não se tratava de escolher um lado, mas, sim, de aumentar as relações internacionais do Brasil. Ele não via nenhum problema em facilitar a entrada e a saída de produtos africanos no país, pois a economia brasileira apenas lucraria nessas circunstâncias.⁵⁶⁰

Para o *Diário de Notícias*⁵⁶¹, Lacerda era um reflexo dessa sociedade colonialista, imperialista e racista. Ele enfatizou que o “erro do neorracista” é identificar o branco como o invasor, o neocolonialista e o imperialista, fomentando uma rebelião das raças contra ele. Para ilustrar esse ponto, Lacerda fez uma analogia com a violência entre diferentes grupos étnicos em Zanzibar: “os pretos estão matando os árabes, e os árabes que não são pretos nem amarelos estão matando os judeus”. Além disso, para Lacerda, os brasileiros não avaliam adequadamente a herança racial miscigenada deixada pelos portugueses, e essa falta de compreensão impede o país de estabelecer relações mais estreitas com Portugal e suas colônias ultramarinas. Posteriormente, Lacerda teceu críticas aos Estados Unidos, apontando que a ajuda às nações pobres não pode se limitar a ações esporádicas ou emergenciais, tampouco ser condicionada a compensações financeiras ou pagamentos futuros.

Um telegrama⁵⁶² enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, informou-lhe sobre a entrevista e transcreveu na íntegra o trecho em que Lacerda

⁵⁵⁸ Lacerda manteve a linha de crítica e padrão em seus artigos de maio, continuando a direcionar suas críticas para Castello Branco e outros militares, nos artigos intitulados: “Instantâneo da situação”; “Provocações articuladas”; “O fazendeiro e o capataz sem colonos”; “Frankenstein político”; “Como evitar?” “Os aeroportos e os passageiros” “O segundo Nei”; “As tarifas e o lucro”; “A tranquilidade dos tranquilizantes”; “O barão da Bahia”; “Num jardim japonês”.

⁵⁵⁹ PORTOS livres em África. **Diário de Notícias**, Lisboa, 13 maio 1966.

⁵⁶⁰ *Ibid.*

⁵⁶¹ A LIÇÃO de Singapura. **Diário de Notícias**, Lisboa, 24 maio 1966.

⁵⁶² Telegrama enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira, 26 maio 1966 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

destaca a importância de os brasileiros compreenderem a bênção que é a herança da miscigenação racial deixada pelos portugueses, evidenciando que nem sempre isso é devidamente valorizado.

No dia 29 de maio do mesmo ano, o *Diário de Notícias* publicou uma nota com uma declaração de Lacerda na qual ele afirmava que “Portugal não tem colônia”.⁵⁶³ A notícia destacava a condenação do político a todos os que ainda acreditavam e enxergavam as províncias ultramarinas dessa forma. Ele também criticou aqueles que não viam o mesmo comportamento nos Estados Unidos, que, para ele, eram extremamente colonialistas, ao contrário dos portugueses.

Em junho, Lacerda escreveu apenas quatro artigos⁵⁶⁴, refletindo a desilusão que sentia em relação à política após a concretização de Costa e Silva no poder. Seu foco se desviou do ataque direto a Castello Branco e aos seus companheiros para criticar como tudo estava acontecendo e especular sobre o futuro incerto do Brasil em sua visão.

Com a morte de Castello Branco e a ascensão de Costa e Silva ao poder, a continuidade da política autoritária foi um tema central. Costa e Silva enfrentou o desafio de consolidar o controle político do regime militar em um período de crescente oposição civil e resistência estudantil.⁵⁶⁵ O governo Costa e Silva (1967-1969) foi marcado pela intensificação da repressão política e pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968. Esse ato, considerado o mais autoritário da ditadura militar brasileira, consolidou o regime ao permitir o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e civis e maior centralização de poder no Executivo. Após o AI-5, a política econômica do governo sofreu uma inflexão, com a retomada de uma abordagem mais ortodoxa e restritiva, liderada por Delfim Netto. A prioridade passou a ser o controle inflacionário, visto como essencial para a estabilidade do desenvolvimento econômico, destacando-se medidas como a redução do déficit orçamentário e o tabelamento das taxas de juros, além de incentivos fiscais para o fortalecimento do setor privado. Essas mudanças reforçaram o autoritarismo econômico e político do período.⁵⁶⁶

No artigo intitulado “Eleição sem representação”⁵⁶⁷, publicado no primeiro dia de junho, Lacerda destacou a falta de legitimidade das eleições que ocorreram na época, afirmando que se

⁵⁶³ LACERDA: Portugal não tem colônia. *Diário de Notícias*, Lisboa, 29 maio 1966.

⁵⁶⁴ Os artigos de junho são: “Eleição sem representação”; “Salto no escuro”; “Conselho a quem não pediu”, “O cego e o orgulhoso”.

⁵⁶⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

⁵⁶⁶ MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969. *Revista Econômica Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 453-489, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482006000300001>.

⁵⁶⁷ ELEIÇÃO sem representação. *Diário de Notícias*, Lisboa, 1º jun. 1966.

tratava de uma farsa: “o governo sabe que se convocar uma Assembleia para fazer nova Constituição será totalmente derrotado; por isso, prefere violar todos os dias a Constituição fingindo que a respeita”.⁵⁶⁸ Lacerda denunciou a falta de representatividade das eleições e a manipulação do governo para manter-se no poder sem a necessidade de uma Assembleia Constituinte.

No artigo “Salto no escuro”⁵⁶⁹, Lacerda dirigiu-se a Costa e Silva, presidente militar da ditadura, rejeitando a possibilidade de ser nomeado embaixador juntamente com Roberto Campos. Ele não podia aceitar o cargo, pois não se sentia representado dentro do seu próprio país e não concordava com aquela situação política. Ademais, não queria ocupar uma posição no exterior que representasse um governo que não refletia suas crenças e seus valores.

Com base nos artigos escritos por Lacerda, no período de abril a junho de 1966, é possível concluir que o político buscava conscientizar a população brasileira sobre as consequências do Golpe Civil-Militar de 1964 e a falta de representatividade na política do país. Suas críticas se direcionavam, principalmente, ao presidente Castello Branco e aos seus apoiadores, militares e políticos que, segundo Lacerda, estavam “desvirtuando a Constituição e violando os direitos democráticos”. Além disso, Lacerda também defendia a manutenção das colônias portuguesas na África e criticava a política externa do Brasil na época. O cenário político brasileiro era incerto, marcado pelo estabelecimento da ditadura militar e pela supressão das liberdades democráticas. Lacerda, por sua vez, encontrava-se em um momento de transição, em que deixava de apoiar o Golpe Civil-Militar e passava a criticar as ações do governo.

Em resumo, podemos dizer que os artigos escritos por Lacerda nesse período tinham o objetivo de apresentar suas ideias e críticas ao governo militar e de alertar a população sobre a situação política do país. O cenário político era de forte repressão, o que tornava ainda mais relevante o papel de suas escritas na defesa da liberdade de expressão. É importante ressaltar que ele foi um dos apoiadores do golpe de 1964. Entretanto, após a intervenção militar e a instauração da ditadura, Lacerda foi deixado de lado pelos militares, perdendo a influência e o prestígio que antes possuía. É possível inferir que, diante desse cenário, Lacerda passou por uma mudança de postura em relação ao governo militar, por ter se sentido excluído e sem lugar na nova configuração política.

Em novembro de 1966, em mais uma viagem a Portugal, Lacerda reafirmou seu apoio às províncias ultramarinas portuguesas, posicionando-as como potenciais “futuras parcelas da

⁵⁶⁸ ELEIÇÃO sem representação. **Diário de Notícias**, Lisboa, 1º jun. 1966.

⁵⁶⁹ SALTO no escuro. **Diário de Notícias**, Lisboa, 10 jun. 1966.

comunidade luso-brasileira”.⁵⁷⁰ Ele também expressou novamente sua esperança de que o Brasil pudesse ter acesso a portos francos em Angola e Moçambique. Lacerda, ao defender Portugal, ressaltou o perigo do neocolonialismo representado por países como “Estados Unidos, Rússia e China”, afirmando que, para os povos africanos, passar de escravos para servos não trazia benefícios significativos. Ele concluiu que os portugueses, por terem desempenhado um papel importante na África, não podiam se retirar naquele momento, pois eram essenciais como “bombeiros” para apagar o fogo que eles próprios acenderam. Lacerda argumentou que os africanos ainda dependiam dos portugueses.⁵⁷¹

Nesse momento, Lacerda assumiu o papel de correspondente na TV-Tupi, no programa *Jornal da Noite*, com o objetivo principal de relatar os acontecimentos políticos internacionais. Durante sua atuação, ele frequentemente elogiava Portugal e fazia reflexões sobre a nova África. Lacerda discutia os desafios iniciais da descolonização, criticando a criação de muitas “nações pequenas” pela ONU, o que ele considerava não fazer sentido do ponto de vista político. Além disso, analisava a situação econômica africana.

No entanto, é fundamental destacar que a falta de referências ao *apartheid* por parte de Lacerda em suas declarações é uma lacuna significativa. O *apartheid* na África do Sul foi um sistema opressivo e discriminatório, que gerou intensas lutas de resistência, envolvendo movimentos, organizações políticas e ativistas que trabalharam arduamente pela igualdade racial e pela libertação do país. As afirmações de Lacerda de que não havia racismo no Brasil e que Portugal havia abolido o racismo por meio da miscigenação revelavam uma incoerência diante da realidade enfrentada pela África do Sul na época do *apartheid*. A luta incansável contra problemas raciais e a contínua preocupação com a Guerra Colonial eram questões urgentes e cruciais naquele contexto.

4.3 O SURGIMENTO DA FRENTE AMPLA LIDERADA POR CARLOS LACERDA

A Frente Ampla foi um “movimento civilista” de lideranças políticas contra o processo de militarização do governo em marcha desde o golpe de 31 de março de 1964.⁵⁷²

O ex-governador Carlos Lacerda afirmou ontem na sede da Tribuna da Imprensa, por ocasião da divulgação do manifesto da chamada Frente Ampla, que o atual governo se

⁵⁷⁰ Telegrama enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira, 24 nov. 1966 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁵⁷¹ *Ibid.*

⁵⁷² DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

caracteriza pelo seu neofascismo e pela filosofia do grupo semianalfabeto da Sorbonne, que prepara o Brasil para ser satélite do departamento de Estado.⁵⁷³

No início de abril de 1968, o governo de Costa e Silva, por meio de uma portaria do Ministério da Justiça, a considerou ilegal. A Frente Ampla representa a união de figuras políticas importantes, como Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, que visavam resistir ao regime autoritário e lutar pela redemocratização do país:

As três principais lideranças representavam, virtualmente, enorme parcela do eleitorado e da opinião pública brasileira, pois suas biografias políticas confundiam-se com a trajetória seus partidos na Experiência Democrática (1945-1964): UDN, PSD e PTB. No senso comum, eram personagens que representavam ideologicamente aspectos da esquerda (Jango), do centro (Kubitschek) e da direita (Lacerda).⁵⁷⁴

Nas palavras de Lacerda, a Frente Ampla era do povo, porque “o governo conseguiu o prodígio de fomentar uma união nacional, possibilitando pela primeira vez que operários e patrões se unam numa mesma ideia”.⁵⁷⁵ O conceito de neofascismo utilizado por Lacerda não surgiu de maneira isolada, visto que refletia debates realizados por diversos intelectuais e estudiosos. Esse conceito aborda a ressurgência do fascismo em novas manifestações políticas após a Segunda Guerra Mundial, uma preocupação internacional que transcendeu fronteiras e contextos específicos, incluindo o Brasil. Lacerda aplicava essa perspectiva ao analisar as características autoritárias do regime militar brasileiro, traçando paralelos com os regimes fascistas da Itália e da Alemanha.

No entanto, a postura de Lacerda é marcada por uma ambiguidade significativa, uma vez que ele próprio desempenhou um papel crucial no golpe de 1964 que instalou o regime militar no poder. Essa contradição evidencia a complexidade de sua figura política, que, embora inicialmente tenha apoiado a derrubada do governo de João Goulart, logo se viu em oposição ao autoritarismo militar que ajudou a instaurar. Lacerda, portanto, se posiciona tanto como colaborador quanto como crítico do regime, refletindo as tensões internas de um período turbulento da história brasileira.

A Frente Ampla uniu forças para desfazer a falsa impressão positiva que muitos ainda tinham das lideranças militares e combater o excesso de censura, imposições e autoritarismo que o governo militar estava impondo nos primeiros anos da década de 1960.

⁵⁷³ LACERDA acusa o governo de exercer política Neofascista. **Jornal do Brasil**, 28 out. 1966.

⁵⁷⁴ DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

⁵⁷⁵ LACERDA acusa [...], *op. cit.*

A união improvável dos políticos Lacerda, Goulart e Kubitschek caracterizava a emergência governamental que o Brasil enfrentava na época. Lacerda, um político conservador, declarou no dia da divulgação oficial⁵⁷⁶ da Frente Ampla:

[...] Que a nação reúna a experiência dos conservadores, a prudência dos moderados, a esperança dos inconformados, a audácia dos reformadores, tudo isso unido pela aspiração comum de democratização e afirmação nacional do Brasil. Só assim poderá recuperar o tempo perdido e dar agora, em poucos anos de esforço, paciência e fé, o grande salto sobre o atraso que atormenta os brasileiros.⁵⁷⁷

Na sua última fala, Lacerda enfatizou a proposta oficial da Frente Ampla “pela união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil”.⁵⁷⁸ De acordo com Márcio de Paiva Delgado⁵⁷⁹, “a Frente Ampla, ridicularizada pela maioria dos editoriais da grande imprensa, não obteve um grau imediato de apoio e adesões porque dependia de um clima democrático que não é compatível com uma ditadura em processo de fechamento e militarização”. Somente a partir de 1968 a Frente Ampla passou a atuar de maneira mais popular e menos restrita, buscando o retorno da democracia nas eleições de 1970.

Semanas depois da publicação do primeiro manifesto, referente à Frente Ampla, Lacerda foi em Lisboa e se encontrou com Kubitschek. Mesmo com um histórico de conflitos políticos, Kubitschek reconheceu que seu ex-adversário veio procurá-lo para formalizar uma união política e o considerava capaz de atingir os objetivos propostos pelo movimento.⁵⁸⁰ Uma foto (Anexo IV) que comprova a reconciliação entre Lacerda e Kubitschek pode ser encontrada no Arquivo do Tombo, intitulada “Os dois como estadistas de país irmão no momento de reconciliação”, evidenciando que os políticos superaram suas diferenças e se uniram em prol do objetivo comum de resistir ao regime militar. Durante esse mesmo período, há outra foto dos políticos caminhando pelos jardins de Queluz.

Em janeiro de 1967, Lacerda e Kubitschek viajaram para Portugal para discutir de forma mais discreta as pautas da Frente Ampla. O jornal *Correio da Manhã*⁵⁸¹ publicou uma nota sobre a presença dos políticos e a motivação desses encontros. O periódico apenas reportou que não

⁵⁷⁶ 1966 – “28 de outubro – É publicado oficialmente, na imprensa brasileira, aquilo [que] ficou conhecido como Manifesto da Frente Ampla. O documento conta apenas com a assinatura de Carlos Lacerda, mas é divulgado que Juscelino Kubitschek e João Goulart participaram da elaboração do texto com ajuda de emissários” (DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 227).

⁵⁷⁷ LACERDA acusa o governo de exercer política neofascista. **Jornal do Brasil**, 28 out. 1966.

⁵⁷⁸ *Ibid.*

⁵⁷⁹ DELGADO, *op. cit.*, p. 46.

⁵⁸⁰ *Ibid.*

⁵⁸¹ FRENTE de Lacerda e JK em silêncio devido a Portugal. **Correio da Manhã**, Lisboa, 19 jan. 1967.

haveria novas declarações para a imprensa, pois os políticos brasileiros estavam em Portugal para organizar a maior frente de oposição ao regime militar brasileiro. Esse encontro aumentou os rumores de que Goulart seria abordado em breve pela Frente Ampla. Conforme o *Correio da Manhã*, o governo brasileiro estaria pressionando o governo português de Salazar para que impedisse essas reuniões políticas em solo português.⁵⁸²

A escolha de Portugal para essas reuniões pode ser explicada por vários fatores. Portugal, sob o regime autoritário de Salazar, oferecia um ambiente controlado, onde encontros políticos poderiam ocorrer longe da vigilância direta das autoridades brasileiras. Além disso, Lacerda e Kubitschek tinham contatos estabelecidos em Portugal, o que facilitava a organização e a logística dos encontros.

Estava sendo difícil para os políticos da Frente Ampla divulgarem suas ideias, visto que o regime de Costa e Silva havia prendido o jornalista Hélio Fernandes, um dos maiores colaboradores do trabalho da Frente. Ademais, Lacerda escreveu uma série de artigos contundentes contra o governo Costa e Silva no jornal *Tribuna da Imprensa* em agosto de 1967, levando o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) a pressioná-lo e a proibi-lo, no dia 28 de agosto de 1967, de fazer aparições na TV. Essa proibição foi uma consequência direta das pressões governamentais sobre Lacerda.⁵⁸³

A censura imposta pelo governo aos políticos da Frente Ampla, especialmente a Lacerda, evidenciou a preocupação do regime com a possibilidade de um movimento de oposição organizado e ativo. A censura era uma forma de tentar conter a disseminação de ideias contrárias ao governo e evitar que as críticas ganhassem força entre a população. Além disso, a proibição de Lacerda de se apresentar na TV pode ser vista como uma tentativa de impedir que ele usasse sua influência midiática para propagar suas ideias e mobilizar apoiadores. Lacerda era reconhecido pela sua oratória e pelas suas táticas de convencimento, o que preocupava os militares. A censura também era vista como um sinal de intimidação para outros opositores políticos, demonstrando que o governo estava disposto a usar a força para manter o controle da situação política do país.

A oficialização da entrada de João Goulart na Frente Ampla ocorreu apenas em 25 de setembro de 1967, durante o Pacto de Montevideu. O documento que oficializou a entrada de Goulart na Frente Ampla justifica a decisão:

⁵⁸² JK E CL voltam a encontrar-se pelo Partido Popular. *Correio da Manhã*, Lisboa, 12 jan. 1967.

⁵⁸³ DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

A Frente Ampla é o instrumento capaz de atender com esse sentido, responsavelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional, pela retomada dos esforços para formular ou pôr em execução as reformas fundamentais, e a reconquista da direção dos órgãos que decidem o destino do Brasil.⁵⁸⁴

Leonel Brizola não ficou satisfeito com a decisão do seu ex-aliado político, Goulart: “Podes receber o homem, mas saibas que o cadáver do velho Getúlio, lá em São Borja, vai ficar morto de vergonha”.⁵⁸⁵ De acordo com Márcio de Paiva Delgado⁵⁸⁶, não foi apenas Brizola que se opôs à Frente Ampla e à eventual entrada de Goulart: “No dia 3 de outubro de 1967, a Família Vargas emite nota repudiando o acordo firmado entre Jango e Lacerda frente a frente”:

Na qualidade de último presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, voemo-nos na obrigação de expressar nosso ponto de vista sobre o chamado Encontro de Montevidéu pelas implicações que o pacto dele resultante poderia ter, levando os setores trabalhistas a uma posição contrária à luta de libertação nacional [...]. Não somos contra o espírito da Frente Ampla ou contra os apregoados objetivos [...], mas advertimos que não seremos instrumentos de uma ação que nos escape e esteja contrária aos nossos princípios [...]. Não acreditamos que uma viagem a Montevidéu possa redimir alguém dos atentados permanentes ao ideário consubstanciado na carta-testamento de Getúlio [...]. Não podemos acreditar na sinceridade de quem se voltou contra o golpe de Estado de 1º de abril, apenas porque o movimento militar não puniu mais, não cassou mais, não prendeu mais e obstaculou suas ambições de empolgar o Poder.⁵⁸⁷

Apesar do desapoio, Goulart permaneceu na liderança da Frente Ampla ao lado de Lacerda e Kubitschek. No entanto, o movimento não conseguiu se unificar, e as divergências políticas entre as lideranças foram se acentuando. Em 1968, o governo militar proibiu oficialmente a Frente Ampla, e diversas lideranças políticas, incluindo Carlos Lacerda, foram presas, o que a enfraqueceu ainda mais. A repressão, somada às divergências internas, resultou no colapso definitivo da Frente Ampla.

Na prisão, Lacerda dividia a cela com Mário Lago e Hélio Fernandes. No dia 19 de dezembro, Lacerda foi obrigado a prestar depoimento para um interrogatório com a presença de elementos do SNI e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Desde sua prisão, Lacerda vinha fazendo greve de fome em forma de protesto⁵⁸⁸, mas, graças à intervenção de amigos e parentes, foi liberto dias depois, antes da virada do ano:

⁵⁸⁴ DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 177.

⁵⁸⁵ BRIZOLA de costas para frente. **Fatos & Fotos**, n. 349, 7 out. 1967, p. 21; DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 177.

⁵⁸⁶ DELGADO, *op. cit.*, p. 178-179

⁵⁸⁷ FAMÍLIA Vargas formaliza sua oposição a Frente Ampla. **Jornal do Brasil**, 3 out. 1967.

⁵⁸⁸ A carta na íntegra está anexada em: LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

No dia 30 de dezembro de 1968 é publicada a primeira lista de nomes dos cassados do pós-AI-5. Lacerda e vários outros frentistas, dentre eles Renato Archer, Mário Covas, Raul Brunini, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves são cassados. Nas semanas seguintes novas listas de cassados seriam editadas em janeiro, fevereiro e outras pelo ano de 1969.⁵⁸⁹

A Frente Ampla, em sua essência, representa uma tentativa de unir correntes políticas divergentes em prol de um objetivo comum: a restauração da democracia e a resistência ao regime militar. No entanto, essa aliança, embora tenha nascido da necessidade de enfrentar um inimigo em comum, mostrou-se difícil de manter devido às profundas diferenças ideológicas entre suas figuras centrais. A coalizão entre líderes como Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, inicialmente, parecia promissora, mas as divergências políticas e os conflitos pessoais contribuíram para seu enfraquecimento e, por fim, sua proibição pelo governo militar em 1968.⁵⁹⁰

A perseguição e prisão das lideranças envolvidas na Frente Ampla ilustram vividamente o clima de repressão política e violação dos direitos civis que marcaram o período da ditadura militar no Brasil. A presença frequente desses opositores políticos no exterior, em particular em Portugal, sugere que figuras como Lacerda, Kubitschek e Goulart encontravam no país luso uma sensação de segurança e confiança. Esse contexto histórico também se entrelaça com um momento significativo na história de Portugal: o início do consulado marcellista, que representou uma transformação no Estado Novo português.⁵⁹¹

O consulado marcellista em Portugal, iniciada em 1968 com a ascensão de Marcello Caetano ao cargo de primeiro-ministro, marcou um período de relativa abertura política no Estado Novo. Caetano buscou renovação na continuidade, apresentando uma imagem de modernização e reforma, embora ainda dentro do contexto autoritário.⁵⁹² Isso pode estar relacionado à presença frequente de líderes opositores brasileiros em Portugal durante esse tempo, buscando apoio internacional e aproveitando o ambiente mais liberal para planejar estratégias de resistência ao regime militar no Brasil.

Essa conjuntura também teve impacto na Frente Ampla, visto que a relativa abertura política em Portugal pode ter alimentado esperanças de que pressões externas, combinadas com a resistência interna, pudessem eventualmente levar à queda do regime militar no Brasil. Essas

⁵⁸⁹ DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 206.

⁵⁹⁰ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁵⁹¹ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)**. Lisboa: Objectiva, 2016.

⁵⁹² ROSAS, Fernando. **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.

dinâmicas internacionais podem ser um aspecto interessante a ser explorado, destacando como os eventos em Portugal e em outros países influenciaram os movimentos políticos no Brasil, especialmente aqueles que se opuseram ao regime vigente.

A presença frequente dos líderes da Frente Ampla em Portugal durante o marcellismo ofereceu a eles uma plataforma internacional para denunciar a ditadura militar brasileira e angariar apoio internacional para sua causa. Eles puderam se conectar com políticos, intelectuais e membros da diáspora brasileira em Portugal, ampliando a rede de apoio e criando uma pressão adicional sobre o governo brasileiro. Além disso, esses líderes opositores encontraram em Portugal uma oportunidade de divulgar suas mensagens e informar sobre a situação no Brasil, apesar do ambiente de censura que também prevalecia no regime salazarista. Embora a imprensa portuguesa estivesse igualmente sujeita a controle, havia espaço para que líderes da Frente Ampla pudessem utilizar suas conexões para gerar alguma atenção internacional e instigar a solidariedade de certos círculos, explorando brechas na censura que permitiam discussões limitadas sobre temas internacionais, incluindo críticas ao regime militar brasileiro.

Essa internacionalização da luta contra a ditadura no Brasil não apenas evidencia a globalização da política como também destaca a estratégia dos líderes da Frente Ampla em usar diferentes contextos internacionais para avançar em seus objetivos políticos de redemocratização do Brasil.

4.4 LACERDA E CAETANO: POLÍTICA LUSO-BRASILEIRA

Marcello Caetano tornou-se primeiro-ministro em 1968, após Salazar sofrer um acidente vascular cerebral após cair de uma cadeira. Sua nomeação trouxe esperanças de reformas modernizadoras no regime autoritário do Estado Novo.

Operado a 4 de setembro de 1968, ao hematoma cerebral causado pela queda de uma cadeira de lona no verão desse ano, Salazar piora, e os médicos declaram a sua incapacidade física permanente para o exercício de funções. Esgotadas todas as esperanças e esforços para o recuperar, a 18 de setembro o Conselho de Estado – onde Caetano reaparece – inicia o processo constitucional da sua substituição. Após ouvir cerca de 40 personalidades das elites políticas, militares e financeiras do regime, o presidente da República, Américo Tomás, algo contrariado, sentindo que a sua escolha não seria a ideal, acaba por indigitar Marcello Caetano para presidente do conselho, cargo de que este toma posse a 23 de setembro de 1968.⁵⁹³

⁵⁹³ ROSAS, Fernando. **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7. p. 485.

De acordo com Francisco Palomanes⁵⁹⁴, Marcello Caetano, considerado por muitos um reformista, gerou otimismo e esperança em relação a uma possível saída negociada para Portugal, tanto no contexto da guerra ultramarina iniciada em 1961 quanto no processo de transição para a democracia. Em alguns de seus textos e pronunciamentos, chegou a sugerir a possibilidade de uma eventual autonomia para as colônias portuguesas. Contudo, as mudanças esperadas ou não se concretizaram ou se mostraram insuficientes. O congelamento de qualquer solução de curto prazo, seja para o problema colonial seja para a própria natureza do regime, acabou contribuindo para a queda da ditadura no golpe de Estado de 25 de abril de 1974.

Contudo, durante seu mandato, Caetano enfrentou oposição crescente dentro do próprio regime (setores integracionistas) e o crescente peso de uma guerra sem fim militar à vista e guerras coloniais na África. Esses desafios culminaram na Revolução dos Cravos em 1974, resultando na queda do regime.⁵⁹⁵

Caetano havia herdado um país diferente, “mais europeu, em termos de trocas econômicas”⁵⁹⁶, esboçou inicialmente algum “ímpeto liberalizador”. Entretanto, suas ações refletiam uma ditadura implacável, empenhada em manter sua frente colonial e a continuidade das guerras: “Marcello Caetano nunca abandonou completamente o modelo fundador do Estado Novo, António de Oliveira Salazar. Não há qualquer perspectiva democrática ou pluralista”.⁵⁹⁷ A avaliação de Martinho ressalta que Caetano não foi capaz de se distanciar significativamente das políticas e do legado autoritário de Salazar, o que limitou o alcance das mudanças e contribuiu para a instabilidade e queda do regime.

A manutenção da frente colonial foi vista por Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 1970 e 1974, como um fator determinante na escolha de Marcello Caetano como primeiro-ministro. Para Patrício, “a cúpula das Forças Armadas apoiava decididamente a política Ultramar”⁵⁹⁸, o que alinhava Caetano com a continuidade do controle colonial. Segundo Patrício, Caetano estava mais focado no desenvolvimento econômico e social

⁵⁹⁴ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil: repercussões da direita portuguesa na ditadura militar (1968-1974). *Varia História*, v. 35, p. 631-660, 2019.

⁵⁹⁵ Antes do 25 de abril, ocorreu o 11 de março. Spínola, convicto de que um golpe da extrema esquerda estava prestes a acontecer, tentou uma resposta militar, porém condenada ao fracasso. De acordo com a historiografia mais recente, o 11 de março deve ser interpretado como uma manobra estratégica, elaborada com a intenção de promover Spínola e, assim, antecipar e neutralizar a realização de um golpe de direita que, segundo diversas informações nas mãos de setores do MFA, estaria sendo planejado desde fevereiro (CASTAÑO, David. Mário Soares e o sucesso da transição democrática: breves notas. *Ler História*, n. 63, p. 9-31, 2012).

⁵⁹⁶ PINTO, António Costa. A busca da democracia. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História política contemporânea: Portugal – 1808-2000*. Lisboa: Objectiva, 2019. p. 276.

⁵⁹⁷ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. *Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)*. Lisboa: Objectiva, 2016. p. 48.

⁵⁹⁸ *Ibid.*, p. 57.

do Ultramar, defendendo a formação de sociedades multinacionais que incorporassem as colônias no projeto português.⁵⁹⁹ Isso sugere que Caetano não considerava a descolonização como uma prioridade imediata, reforçando uma política de manutenção colonial.

No entanto, a posição de Caetano em relação às colônias não foi linear ao longo de seu governo. Embora fosse publicamente defensor da continuidade do Império, em certas situações, ele se mostrou favorável a concessões de autonomia. Um exemplo disso foi o caso de Guiné-Bissau, em que Caetano permitiu que o General António de Spínola iniciasse conversações com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), principal movimento de independência, para explorar a possibilidade de uma solução negociada que conferisse certa autonomia à colônia.⁶⁰⁰

Esse episódio sugere que Caetano, embora comprometido com a política ultramarina tradicional, estava disposto a considerar alternativas mais flexíveis em determinadas circunstâncias. Essa postura ambígua reflete a dificuldade do regime em lidar com a crescente pressão internacional e as realidades políticas e militares no terreno, especialmente nas colônias africanas, onde os movimentos de libertação ganhavam força. A Guerra Colonial envolvia o enfrentamento das Forças Armadas portuguesas contra os movimentos de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Esses conflitos consumiram recursos significativos de Portugal, tanto humanos quanto financeiros, e contribuíram para o desgaste do regime do Estado Novo.

A conexão entre Lacerda e Marcello Caetano baseava-se, principalmente, no interesse comum pelo colonialismo português, apesar de Lacerda não manter uma relação próxima nem defender abertamente as políticas de Caetano. Anteriormente, Lacerda havia se encontrado com Salazar, evidenciando seu apoio ao Estado Novo português. Algo que Lacerda e Caetano tinham em comum era o conhecimento e o apreço pelo jornalismo. Caetano reconhecia a importância dos jornais, considerando a experiência jornalística como enriquecedora para sua vida intelectual. Em suas próprias palavras, ele afirmou que a imprensa foi sempre fundamental, como uma “respiração” para sua vida intelectual.⁶⁰¹ Essa afinidade pelo jornalismo pode ter contribuído para uma maior compreensão mútua entre Lacerda e Caetano, estabelecendo um terreno comum de interesse e comunicação.

⁵⁹⁹ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)**. Lisboa: Objectiva, 2016.

⁶⁰⁰ PIMENTA, Fernando Tavares. Marcello Caetano e a política de reforma do colonialismo português em África (1968-1974). In: TORRALBA, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁶⁰¹ CAETANO, Marcello. **“O direito” e a imprensa portuguesa**. Lisboa: Coimbra Editora, 1968.

Na perspectiva de Caetano, a imprensa transmitia um volume excessivo de informações, o que dificultava para as pessoas acompanharem tudo devido à falta de tempo. Esse excesso de informações impedia que os indivíduos absorvessem plenamente os conteúdos e formassem juízos pessoais sólidos. A sobrecarga informativa criava desafios significativos para a compreensão e o discernimento das notícias e dos eventos reportados pela mídia.⁶⁰² Lacerda compartilhava dessa visão. Ambos concordavam que o excesso de informações poderia dificultar a formação de opiniões bem fundamentadas e claras.

Algo que Caetano e Lacerda tinham em comum era a importância atribuída à imprensa na construção de suas imagens públicas. No Brasil, Lacerda era predominantemente visto de forma negativa, reconhecido como um dos maiores opositores dos presidentes democráticos e por sua participação destacada no golpe de 1964. Em Portugal, no entanto, Lacerda era bem recebido e mantinha excelentes relações com as principais lideranças do Estado Novo português.

A imagem de Caetano na imprensa era a de um homem ativo, comunicativo, cativante e simpático. Essa imagem foi cuidadosamente construída, especialmente por sua relação com Salazar, que enfrentava problemas de saúde. Essa prática de moldar a imagem pública era comum em governos autoritários, emergentes populistas e ditaduras contemporâneas. Em alguns casos, essa estratégia foi erroneamente percebida como uma abertura do regime. No entanto, o aparato repressivo do Estado Novo continuou operando até o fim do regime, em abril de 1974.⁶⁰³

Entretanto, as circunstâncias haviam mudado para Lacerda. Nesse momento, com o Estado Novo marcellista em vigor, ele se tornou um crítico incansável da ditadura militar brasileira e enfrentava um mandado de prisão no Brasil. A Frente Ampla, movimento de oposição ao regime militar, era vista com desconfiança pelos militares. Essa nova situação acabou por estreitar as relações entre Lacerda e Marcello Caetano, pois, ao não vislumbrar mais a possibilidade de concorrer nas eleições brasileiras, Lacerda deixou de ver a necessidade de buscar o apoio português para sua participação política no Brasil.

As manchetes traziam avisos preocupantes para Lacerda: “Mandado de captura contra Carlos Lacerda”⁶⁰⁴, e o texto da notícia aconselhava-o a se apresentar o mais rápido possível ao tribunal que o havia convocado, a fim de evitar problemas maiores. Lacerda não atendeu à convocação do tribunal, notícia divulgada em Portugal⁶⁰⁵, o que resultou no adiamento de sua prisão para dezembro do mesmo ano.

⁶⁰² CABRERA, Ana. A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo. **Média & Jornalismo**, v. 19, n. 35, 2019. Doi: https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_15.

⁶⁰³ *Ibid.*

⁶⁰⁴ MANDADO de captura contra Carlos Lacerda. **Diário de Lisboa**, Lisboa, 10 set. 1968.

⁶⁰⁵ *Ibid.*

Embora Lacerda não tenha retornado à política ativa após o conturbado período de 1968, ele manteve fortes laços com Portugal. Dedicou-se à escrita sobre o colonialismo português, trocando correspondências com Caetano e viajando à África em 1969. As razões precisas para seu contínuo envolvimento com questões portuguesas, mesmo após ser declarado publicamente como um ex-político brasileiro, são difíceis de determinar. No entanto, sua relação estreita com figuras como Caetano e sua amizade com o general Spínola, que se estendeu até a Revolução dos Cravos, sugerem motivações pessoais e políticas para essa persistente conexão.

É importante lembrar que o colonialismo e a política externa de Portugal eram temas importantes para a política internacional da época. Lacerda pode ter mantido seus laços com Portugal e se envolvido nessas questões como uma forma de acompanhar a política internacional e entender melhor a posição do Brasil e dos países africanos que buscavam a independência em relação a Portugal.

Por fim, a relação de Lacerda com Portugal e a possibilidade de contar com apoio internacional poderiam ter sido vistos como elementos potencialmente favoráveis para um eventual retorno político. No entanto, é importante ressaltar que não há informações concretas ou evidências que comprovem essa suposição, uma vez que Lacerda não retomou ativamente sua carreira política antes de seu falecimento, em 1977.

Durante o governo de Médici (1969-1974), que foi um dos períodos mais repressivos da ditadura civil-militar, o país enfrentou uma intensificação das práticas autoritárias e repressivas por parte do regime. Médici adotou uma postura linha dura, caracterizada por uma forte repressão aos opositores políticos e um aumento significativo de censura, perseguições, torturas e violações dos direitos humanos. Os anos da Ditadura foram marcados pela supressão das liberdades civis e políticas, além de uma política econômica voltada para um falso crescimento acelerado e à modernização do país. De acordo com Thiago Carvalho⁶⁰⁶,

Todas essas premissas implicaram na reavaliação das alianças tradicionais com Portugal e com a África do Sul e no estabelecimento de novas parcerias com o continente africano, cujo objetivo imediato era aprofundar a cooperação com o Hemisfério Sul e concorrer para a internacionalização da economia brasileira.

Essas mudanças na política externa do Brasil durante o período da ditadura militar, portanto, refletiram uma reavaliação das alianças tradicionais, buscando estabelecer novas parcerias com países do Hemisfério Sul e com o continente africano, com o intuito de promover

⁶⁰⁶ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85). p. 158.

a cooperação econômica e a internacionalização da economia brasileira. A política externa do marcellismo esteve completamente subordinada à questão colonial, que procurava diversificar os apoios internacionais e ganhar tempo para resolver os conflitos no ultramar.⁶⁰⁷

De 1969 a 1974, Caetano se preocupou com o posicionamento do governo brasileiro, pois não queria que Médici adotasse uma posição contrária aos seus interesses na África. Para ele, a afeição entre as duas nações não podia permanecer no nível das “promessas de amizade e intenções”. Para aprofundar esse contato e promover as alianças bilaterais, foi admitido um diplomata, ao nível de Embaixador, em cada uma das duas chancelarias:

Nos governos dos presidentes Emílio Médici e Ernesto Geisel, a política de acordos com Portugal foi mantida, não houve ruptura. Marcello Caetano veio ao Brasil em 1969 e em 1972, Américo Thomaz esteve nas comemorações dos 150 anos da Independência, Rui Patrício fez várias visitas ao país, Médici e Mário Gibson Barboza, ministro das Relações Exteriores, estiverem em Portugal em diversas ocasiões. Em 1969, Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro do Trabalho e da Previdência Social, e Marcello Caetano, na ocasião ministro interino dos Negócios Estrangeiros, assinaram um “Acordo de Previdência Social”. O acordo buscou regulamentar os sistemas de previdência dos trabalhadores que se trasladavam de um país para o outro. As legislações vigentes no Brasil e em Portugal passaram a ser aplicadas aos brasileiros em Portugal e aos portugueses no Brasil, garantindo direitos e obrigações iguais.⁶⁰⁸

Caetano chegou a visitar o Brasil em 1969, visando fortalecer as relações bilaterais e discutir questões de interesse mútuo, como, por exemplo, as propostas referentes a Petrobras, que poderia explorar petróleo em Cabinda.⁶⁰⁹ No entanto, a diretriz central do governo de Médici era a de:

Evitar todo e qualquer envolvimento político e militar no problema colonial lusitano, assim como recusar “relações comerciais e culturais” que pudessem ter uma “conotação de apoio à política portuguesa” em África. A prioridade era não se deixar envolver no conflito e, se possível, mediar uma “solução pacífica”.⁶¹⁰

A política de amizade entre Brasil e Portugal foi preservada e fortalecida ao longo do tempo. Na década de 1970, avançou-se no debate sobre a consolidação da comunidade luso-brasileira, destacando a unidade dos valores históricos, morais, culturais, linguísticos e étnicos

⁶⁰⁷ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85).

⁶⁰⁸ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

⁶⁰⁹ CARVALHO, *op. cit.*

⁶¹⁰ *Ibid.*, p. 159.

que aproximavam os dois países. Esse esforço visava reforçar os laços bilaterais e promover uma cooperação mais estreita entre as duas nações.

A morte de Salazar, em 1970, teve um impacto significativo nas relações entre Brasil e Portugal. O governo brasileiro reconheceu a importância do evento, decretando três dias de luto oficial em sinal de respeito e em reconhecimento aos laços culturais e de amizade entre os dois países. O presidente Médici expressou seu pesar pela perda de Salazar, referindo-se a ele como um “eminente estadista”.⁶¹¹ Essa atitude refletiu a importância atribuída ao relacionamento bilateral e à valorização da figura de Salazar no contexto político brasileiro da época.

O respeito demonstrado pelo governo brasileiro em relação à figura de Salazar e o luto oficial declarado evidenciam a importância histórica e simbólica das relações luso-brasileiras. A consolidação da comunidade luso-brasileira e o reconhecimento das contribuições de Salazar reforçaram a continuidade e a profundidade dos laços entre Brasil e Portugal, mesmo após a transição política em ambos os países.

Ao longo da década de 1970, Brasil e Portugal fortaleceram seus laços políticos e culturais, buscando uma maior integração entre as duas nações. A assinatura da convenção em setembro de 1971 que estabelecia direitos e deveres iguais para brasileiros residentes em Portugal e portugueses residentes no Brasil (no mínimo cinco anos) foi um marco nesse processo.⁶¹² Esse acordo reforçou o veto contra a circulação de ideias contrárias aos respectivos regimes, demonstrando a preocupação em controlar as atividades de oposição. Além disso, a “Declaração Conjunta” assinada em janeiro de 1971 “ressaltou os laços históricos, culturais e linguísticos que uniam os dois países”⁶¹³, ao mesmo tempo em que condenava implicitamente as ações consideradas “terroristas” desenvolvidas internacionalmente, alinhando-se aos governos autoritários e desencorajando o apoio aos movimentos de oposição política.

Esses esforços refletiam uma política de amizade e cooperação entre Brasil e Portugal, buscando reforçar os valores compartilhados e estreitar ainda mais os laços entre as duas nações. No entanto, essa aproximação estava condicionada ao respeito à soberania nacional e à ordem pública, com a ameaça de perda de direitos para aqueles que ofendessem essas condições. Assim, a busca por uma maior integração entre Brasil e Portugal nesse período estava intrinsecamente

⁶¹¹ MORRE Salazar. **Diário do Paraná**, 28 jul. 1970.

⁶¹² BRASIL. **Decreto n. 70.391 de 12/04/1972**. Promulga a convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70391.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

⁶¹³ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

ligada à manutenção dos regimes autoritários vigentes e à repressão aos movimentos de oposição. Na declaração assinada por Brasil e Portugal, firmou-se a seguinte resolução⁶¹⁴:

Exprimiram, em consequência, seu total repúdio à ação terrorista que se manifesta nos diversos continentes, condenando-a como um retrocesso na civilização dos povos e na vida internacional e um crime de lesa-humanidade; e concordaram em que, para além das medidas que se integram no domínio da soberania interna é também dever dos governos adotar medidas urgentes, no plano internacional, para prevenir e reprimir a violência em todas as suas formas e combater todos os atos de terrorismo, por uma estreita colaboração dos Estados, de forma a que se possa garantir o respeito pelos fundamentais direitos da pessoa humana.⁶¹⁵

Durante a Presidência de Médici, em 1972, foi declarado juntamente com Portugal o “Ano da Comunidade Luso-Brasileira”⁶¹⁶ como parte das celebrações pelos 150 anos da independência do Brasil. Ainda nesse ano, durante a visita do presidente português Américo Thomaz ao Brasil, foi firmada uma declaração conjunta entre os dois países. Nesse documento, enfatizou-se a união espiritual entre os povos brasileiro e português, destacando a natureza especial das relações luso-brasileiras e a semelhança de princípios que os guiavam. Esses princípios incluíam a “igualdade jurídica dos Estados, a não intervenção nos assuntos internos, a autodeterminação dos povos, a resolução pacífica de conflitos, a condenação do preconceito racial, a rejeição da violência e o respeito aos direitos humanos”.⁶¹⁷ Essa declaração refletiu o compromisso mútuo de ambos os países em promover valores fundamentais e fortalecer os laços de amizade e cooperação entre eles.

Também em 1972, Marcello Caetano chegou ao Brasil e ouviu do presidente militar Médici as seguintes palavras: “Homem de pensamento e homem de ação, Vossa Excelência nunca perdeu de vista, no curso das investigações teóricas e doutrinárias, com que enriqueceu as letras jurídicas e políticas da nação lusitana, o essencial sentido dos valores humanos”.⁶¹⁸ Esses laços luso-brasileiros, que estavam sendo reforçados, principalmente, pela “Convenção da Igualdade de Direitos”, geraram incertezas entre outros membros da diplomacia brasileira, que viam essa manutenção e esse aprimoramento dos direitos como algo problemático no futuro. O ministro Gibson Barboza discursou sobre a importância de essa amizade luso-brasileira não impedir as relações diplomáticas com os países recém-independentes africanos.

⁶¹⁴ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). *Revista de História da UEG*, v. 8, n. 1, 2019.

⁶¹⁵ BRASIL. **Decreto n. 70.391 de 12/04/1972**. Promulga a convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70391.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

⁶¹⁶ ALVES, *op. cit.*

⁶¹⁷ *Ibid.*

⁶¹⁸ *Ibid.*

Gibson Barboza foi um diplomata brasileiro de destaque, especialmente durante a ditadura militar. Nomeado ministro das Relações Exteriores pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, Barboza desempenhou um papel crucial na política externa do Brasil na década de 1960. Ele trabalhou para fortalecer os laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal, sendo uma figura central na manutenção e no aprimoramento da “Convenção da Igualdade de Direitos” entre os dois países.⁶¹⁹

Além disso, Barboza reconheceu a importância de estabelecer relações sólidas com os países africanos recém-independentes, reafirmando o interesse do Brasil no continente. Em uma visita à África, ele destacou a presença brasileira como uma demonstração de apoio e reforço dos laços diplomáticos.⁶²⁰ Ele informou a Médici que “a presença de um avião militar brasileiro contribuiu poderosamente para reforçar uma das principais intenções da viagem: a de exibir nossa bandeira, reafirmando o interesse brasileiro pelo continente africano”.⁶²¹ Para Dávila⁶²², o retorno à África nesse momento não possuía “tom de aventura ensaiada em 1960”, foi tudo diligentemente planejado.

O planejamento do ministro Gibson Barboza era definir a posição do Brasil diante dos líderes africanos e comunicar às autoridades portuguesas as mudanças necessárias. Apesar de seu esforço em estabelecer uma política externa independente, Barboza elogiou figuras portuguesas como Marcello Caetano e Américo Thomaz durante suas visitas ao Brasil. Sobre a expectativa da nação brasileira com a visita de Thomaz, Barboza afirmou que se esforçaria “para demonstrar na pessoa do superior mandatário da nação portuguesa o grande carinho e apreço pelo grande Portugal”.⁶²³ No entanto, o governo português “observou a viagem com nervosismo” e coletava informações “avidamente” à medida que a visita prosseguia.⁶²⁴

Durante a visita do presidente Médici a Portugal em 1973, a estreita relação entre Brasil e Portugal foi destacada, baseada em afinidades de espírito e aspirações compartilhadas. No encontro com Marcello Caetano, Médici recusou a proposta de estabelecer uma zona de livre-comércio entre os dois países, citando dificuldades técnicas e preocupações com possíveis impactos econômicos.⁶²⁵ Ao mesmo tempo, o governo brasileiro manifestou respeito pela

⁶¹⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.

⁶²⁰ *Ibid.*

⁶²¹ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 187.

⁶²² *Ibid.*, p. 188.

⁶²³ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

⁶²⁴ DÁVILA, *op. cit.*

⁶²⁵ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

posição portuguesa em relação aos conflitos na África, considerando-os um assunto interno de Portugal. Gibson Barboza reforçou a importância da resolução pacífica por meio de negociações em todos os conflitos. Esses eventos exemplificam a estreita relação entre Brasil e Portugal, marcada por intercâmbios políticos e econômicos, além do respeito mútuo diante de questões regionais e internacionais.⁶²⁶

Contudo, as posições adotadas pelos governos brasileiro e português impediram que as relações do Brasil fossem plenas e livres com a África. A ênfase na manutenção de laços estreitos com Portugal, em detrimento de uma política externa mais independente em relação aos países africanos recém-independentes, limitou a capacidade do Brasil de atuar de forma autônoma no continente africano. Esse enfoque refletiu a complexidade das relações diplomáticas brasileiras durante o regime militar, em que a balança de poder e influência precisava ser cuidadosamente gerida.⁶²⁷

4.5 LACERDA: O ENVIADO ESPECIAL PARA A “ÁFRICA NEGRA”

Lacerda, por sua vez, não concordava com essa posição do governo brasileiro. Crítico das políticas que subordinavam os interesses brasileiros às prioridades de Portugal, Lacerda defendia uma postura mais autônoma e independente, especialmente em relação à África. Ele acreditava que o Brasil deveria buscar uma política externa que refletisse seus próprios interesses estratégicos e econômicos, sem estar atrelado às questões coloniais portuguesas.

O consulado geral de Portugal no Brasil recebeu uma cópia de um artigo intitulado “África negra”, no qual Lacerda criticou os países recém-independentes, avaliando-os por seus problemas econômicos e questionando a “viabilidade política” de alguns deles.⁶²⁸ Essa crítica de Lacerda tinha como objetivo atingir Médici, expressando sua oposição à nova postura dos militares em relação à política luso-brasileira. Em um dos trechos destacados no documento: “tudo isso mostra o quanto é temerário julgar a África apenas em termos políticos, sem conhecer as implicações geográficas, étnicas e econômicas de áreas nas quais a independência é ainda uma aspiração”.⁶²⁹

⁶²⁶ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópicos: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

⁶²⁷ *Ibid.*

⁶²⁸ Carta enviada ao Consulado Geral de Portugal no Brasil, Sr. Embaixador Dr. José Manuel Fragoso, 17 set. 1969 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁶²⁹ Carta enviada ao Consulado Geral de Portugal no Brasil, Sr. Embaixador Dr. José Manuel Fragoso, 17 set. 1969 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

Lacerda viajou para a África em 1969. No dia 8 de maio do mesmo ano, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria anunciando o extenso itinerário que Lacerda seguiria no continente africano como “enviado especial do jornal *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, onde escreveria algum desses artigos sob nome de Júlio Tavares”.⁶³⁰ A ideia de Lacerda era permanecer na África e viajar por diversos países durante um período de dois a três meses, visando compreender a realidade dos países recém-independentes e daqueles que ainda estavam sob domínio colonial.

Lacerda tinha a intenção de visitar uma extensa lista de países durante essa viagem, entre eles: Senegal, Mauritânia, Alto Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Gana, Togo, Benin (antigo Daomé), Nigéria, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, Burundi, Uganda, Quênia, Sudão, Etiópia, Somália, Tanzânia, Madagascar, Maurício, África do Sul, Rodésia (atual Zimbábue), Zâmbia, Botswana e Lesoto.⁶³¹ O *Diário de Notícias*⁶³² também noticiou a presença de Lacerda nos países africanos.

Lacerda manifestou seu interesse em compreender mais profundamente o *apartheid*, um sistema de segregação racial vigente na África do Sul. Ele assegurou que viajaria por todos esses países sem qualquer tipo de preconceito e que registraria apenas suas observações e conclusões, independentemente do país ou das circunstâncias, sendo ele província ultramarina ou não. A nova posição de Lacerda, que se declarava um ex-político brasileiro, facilitou sua viagem e lhe deu liberdade para expressar suas opiniões por meio da escrita.⁶³³ Essa lista abrangia uma ampla variedade de regiões e países no continente africano, refletindo o desejo de Lacerda de obter uma compreensão abrangente das diferentes realidades políticas, sociais e econômicas dos países recém-independentes e ainda sob domínio colonial.

Em uma série de artigos publicados em *O Estado de S. Paulo*, Lacerda proporcionou aos leitores uma compreensão da situação de alguns países africanos que estavam passando por guerras coloniais ou enfrentavam os desafios pós-independência.

O primeiro artigo de Lacerda sobre a África foi publicado em agosto de 1969, intitulado “Uganda e África: mundo e Biafra”.⁶³⁴ Nesse texto, Lacerda comenta sobre a visita do Papa Paulo VI ao continente africano, especificamente a Uganda, que ocorreu de 31 de julho a 2 de agosto de 1969. A visita do Papa foi marcada por um forte apelo à paz, à reconciliação e ao

⁶³⁰ UMA RADIOGRAFIA da África Negra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 maio 1969.

⁶³¹ *Ibid.*

⁶³² DIÁRIO de Notícias, Lisboa, 1º maio 1969.

⁶³³ Carta enviada ao Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros, 15 maio 1969 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁶³⁴ UGANDA e África: mundo e Biafra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 ago. 1969.

respeito pelos direitos humanos, refletindo a importância da Igreja Católica em promover esses valores em regiões afetadas por conflitos. No entanto, Lacerda relata de maneira controversa que “Rei Kuanga mandou matar uns 300 cristãos, temeroso de que a conversão dominasse os ugandeses”⁶³⁵, embora não haja comprovações históricas sobre esse massacre de cristãos em Uganda. Ele menciona que, paradoxalmente, o resultado foi o “florescimento do cristianismo em toda a nação”.⁶³⁶

Apesar da falta de evidências para o massacre mencionado por Lacerda, suas observações ilustram sua percepção sobre os conflitos religiosos e políticos na África. Ele utilizava essa narrativa para destacar o impacto da colonização e das guerras, afirmando que o maior crime ainda era a Guerra Colonial. Dessa forma, Lacerda emprega uma metáfora para expressar sua opinião sobre as reivindicações de independência feitas pelos países africanos, criticando tanto os métodos violentos utilizados pelos regimes coloniais quanto a turbulência que, muitas vezes, acompanhava os processos de independência.

Lacerda também traz à tona a Guerra de Biafra, que ocorreu na Nigéria de 1967 a 1970, como um exemplo de conflitos pós-coloniais que causaram devastação e sofrimento humano. Ao fazer essas comparações, ele procurava chamar a atenção para os desafios enfrentados pelas nações africanas recém-independentes e a complexidade das transições políticas e sociais em curso. A crítica de Lacerda à Guerra Colonial e aos processos de independência, mesmo que às vezes baseada em relatos não comprovados, reflete sua tentativa de entender e comentar sobre os grandes desafios do período pós-colonial na África.

Em setembro, Lacerda publicou um artigo intitulado “Biafra, calvário da Cruz Vermelha”⁶³⁷, que apresentava uma foto no “corpo” do texto. A imagem retratava dois meninos negros visivelmente desnutridos, acompanhada de uma legenda provocativa: “a espera dos aviões que nunca chegarão, a artilharia nigeriana está a postos para garantir o genocídio”. Outra foto presente no artigo mostra dois jovens negros segurando pedaços de pau, acompanhada da legenda: “A outra fase de Biafra: a resistência”.⁶³⁸

Lacerda enfrentou dificuldades significativas em sua tentativa de visitar a Nigéria, pois seu visto foi negado. Esse obstáculo foi imposto pelo general nigeriano Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu⁶³⁹, que liderava a região separatista de Biafra. As restrições e burocracias

⁶³⁵ UGANDA e África: mundo e Biafra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1969.

⁶³⁶ *Ibid.*

⁶³⁷ BIAFRA, calvário da Cruz Vermelha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 1969.

⁶³⁸ *Ibid.*

⁶³⁹ Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu foi um militar e político nigeriano, líder da região separatista de Biafra durante a Guerra Civil Nigeriana (1967-1970). Ele declarou a secessão de Biafra, desencadeando um conflito devastador e uma crise humanitária significativa.

impostas pelo governo de Ojukwu visavam controlar o acesso de estrangeiros e jornalistas à região, em um esforço para gerenciar a narrativa do conflito. Como resultado, Lacerda conseguiu visitar apenas a região de Biafra, o que limitou sua perspectiva sobre o conflito, mas também intensificou seu foco nas condições devastadoras enfrentadas pelos biafranos.⁶⁴⁰

A negação do visto por parte das autoridades nigerianas não apenas frustrou os planos de Lacerda como também destacou as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas e observadores internacionais em documentar a realidade dos conflitos pós-coloniais na África. Ao publicar seu artigo com imagens chocantes e legendas provocativas, Lacerda buscou sensibilizar a opinião pública internacional sobre a crise em Biafra, denunciando o que ele considerava ser um genocídio perpetrado pela artilharia nigeriana.

O conflito em Biafra, que durou de 1967 a 1970, resultou em uma das mais graves crises humanitárias da época, com estimativas de mais de um milhão de mortos devido à fome e à violência.⁶⁴¹ A cobertura jornalística de Lacerda, embora limitada pela sua incapacidade de visitar a Nigéria, contribuiu para aumentar a conscientização sobre a situação desesperadora em Biafra e a necessidade urgente de intervenção humanitária. Ao ler a cobertura de Lacerda sobre o conflito em Biafra, tem-se a impressão de que ele procurava amplificar as vozes dos que sofriam, destacando tanto a resistência quanto a tragédia que caracterizavam a luta de Biafra pela independência. No entanto, essa imagem pode ter sido moldada mais por seus objetivos políticos do que por um verdadeiro compromisso com as causas humanitárias.

Antes de possíveis críticas ao seu artigo, Lacerda fez questão de esclarecer que tinha plenas condições, mesmo sem ter ido à Nigéria, de transmitir ao leitor tudo o que ele sabia. Ele estava convicto de que o país estava clamando por ajuda, com pessoas morrendo de fome, e as informações que ele obteve por meio da Cruz Vermelha⁶⁴² corroboravam essa realidade. Lacerda realizou uma análise sobre a relevância da Cruz Vermelha na região e apresentou dados gerais para que o leitor pudesse compreender realmente os desafios enfrentados pela população. Além disso, refletiu sobre a importância de respeitar os direitos humanos e destacou as dificuldades dos povos que sofrem com os impactos da Guerra Colonial.⁶⁴³

⁶⁴⁰ BIAFRA, calvário da Cruz Vermelha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 1969.

⁶⁴¹ A VOLTA dos fantasmas da guerra de Biafra, que deixou 1 milhão de mortos há 50 anos. **BBC News Brasil**, 15 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39919926>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁶⁴² A Cruz Vermelha é uma organização humanitária internacional conhecida por seu trabalho em emergências e conflitos armados. Seu objetivo principal é fornecer assistência imparcial e neutra às pessoas afetadas por crises, independentemente de sua afiliação política ou religiosa.

⁶⁴³ BIAFRA, *op. cit.*.

Há ainda uma representação no formato de desenho dos voos das missões religiosas, da Cruz Vermelha Internacional (CVI) e da Cruz Vermelha Francesa.⁶⁴⁴ A Cruz Vermelha desempenhou um papel fundamental na prestação de assistência humanitária em Biafra e em outros contextos de crise, buscando aliviar o sofrimento humano e garantir o respeito aos direitos fundamentais. Lacerda concluiu seu artigo criticando o general nigeriano, alegando que ele não colaborava para melhorar a qualidade de vida dos africanos naquela posição.⁶⁴⁵

Uma das notícias em destaque trata do encontro entre Lacerda e Leopold Senghor, presidente do Senegal.⁶⁴⁶ Lacerda concluiu que o ato de “negociação de independência” é um “gesto de cordialidade, uma porta aberta ao entendimento entre Portugal e as nações negras”.⁶⁴⁷ Para ele, essa era uma proposta que o governo português deveria aceitar, pelo menos para exame.

No entanto, a fala de Lacerda é problemática por várias razões. Primeiro, ao utilizar o termo “nações negras” para se referir aos países africanos, Lacerda contribui para a construção de estereótipos e generalizações que não representam a diversidade étnica e cultural do continente africano. A África é composta por uma vasta gama de culturas, línguas e tradições, portanto, agrupá-las sob um único termo é uma simplificação que ignora essa complexidade. Tal abordagem pode perpetuar visões eurocêntricas e reducionistas que desconsideram as especificidades de cada nação africana.

Além disso, a sugestão de que Portugal deveria considerar a negociação de independência como um simples gesto de cordialidade desvaloriza as profundas aspirações dos movimentos de independência africanos. Esses movimentos foram impulsionados por décadas de resistência contra a opressão colonial, buscando não apenas a autonomia política, mas também a recuperação da dignidade e identidade cultural dos povos africanos. A visão de Lacerda, ao enquadrar a independência como uma concessão benévola de Portugal, minimiza a luta e o sacrifício dos africanos por sua liberdade.

Essa postura reflete uma visão paternalista que estava presente em muitos discursos coloniais da época, onde as potências coloniais se viam como benevolentes doadores de

⁶⁴⁴ BIAFRA, calvário da Cruz Vermelha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 1969.

⁶⁴⁵ *Ibid.*

⁶⁴⁶ Léopold Sédar Senghor (1906-2001) foi um poeta, filósofo e estadista senegalês conhecido como um dos fundadores do movimento da *negritude*, que celebrava as culturas africanas em oposição ao colonialismo europeu. Ele foi o primeiro presidente de Senegal, cargo que ocupou de 1960 a 1980, e trabalhou para desenvolver uma forma de socialismo africano, buscando uma aproximação entre a África e a Europa. Além de sua carreira política, Senghor foi o primeiro africano a ser aceito na Académie Française em 1983, destacando-se como uma das principais vozes literárias do continente africano (LÉOPOLD Sédar Senghor. **Poetry Foundation**. 2024. Disponível em: <https://www.poetryfoundation.org/poets/leopold-sedar-senghor>. Acesso em: 14 out. 2024).

⁶⁴⁷ Carta enviada ao Consulado Geral de Portugal no Brasil, Sr. Embaixador Dr. José Manuel Fragoso, 30 set. 1969 (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

independência, em vez de reconhecerem o direito inalienável dos povos colonizados à autodeterminação. Portanto, a abordagem de Lacerda, embora possa parecer progressista em seu contexto, na verdade perpetua narrativas que deslegitimam as experiências e demandas dos movimentos de independência africanos.

No artigo, Lacerda teve a oportunidade de realizar uma análise detalhada, preenchendo uma página inteira dedicada à sua entrevista com Senghor, constando ainda uma foto dos dois. Ele enfatizou que sua visita à África não tinha como objetivo tratar de assuntos portugueses, mas, sim, conhecer mais profundamente as “nações negras independentes”. Uma das declarações marcantes do presidente senegalês foi sobre a necessidade de substituir a “guerra por corporação”. O maior problema não era a manutenção das colônias ou da língua portuguesa, e sim a necessidade de uma maior corporação entre os países.⁶⁴⁸

Senghor, líder intelectual e político, expressou sua visão sobre o regime colonizador, considerando-o ultrapassado: “pensamos que os povos colonizados devem ter progressivo acesso à independência. E isso, amistosamente, em relação às antigas metrópoles. Não se trata de abolir os laços entre colônias e metrópoles, e sim mudar os laços”.⁶⁴⁹ Para ele, era necessário mudar os laços e transformá-los em “laços de amizade”. Essa perspectiva visava uma transição progressiva em direção à independência, promovendo essa transformação de forma cooperativa com as antigas metrópoles.

Nesse contexto, Lacerda destacava a discordância semântica dos portugueses quanto ao termo “colônia” e seus derivados, preferindo o uso de “províncias ultramarinas”, indicando a importância da linguagem na percepção das relações de poder. Essa diferenciação terminológica sinaliza não apenas uma diferença semântica, mas, sim, reflete as perspectivas e os interesses divergentes entre Senghor e as autoridades portuguesas. Enquanto Senghor buscava promover uma identidade africana forte e positiva, visando um relacionamento mais equitativo e menos prejudicial aos africanos envolvidos na Guerra Colonial, Portugal mantinha uma abordagem que, de alguma forma, minimizava a conotação de colonização e enfatizava uma visão mais integrada de suas possessões ultramarinas.

Lacerda concluiu sua reflexão ressaltando a necessidade de silenciar as armas, apontando para a urgência de uma resolução pacífica e um novo tipo de relacionamento entre as nações envolvidas. A análise dessas declarações e suas nuances semânticas oferecem uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas políticas e discursivas que permearam as relações entre colonizadores e colonizados durante esse período.

⁶⁴⁸ LÍDER africano abre caminho a Portugal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 1969.

⁶⁴⁹ *Ibid.*

Ao discutir a transição de poder nas novas nações africanas, em seu artigo intitulado “Gana, nova geração quer poder”⁶⁵⁰, Lacerda abordou a independência alcançada por países como Gana. Ele caracterizou essas conquistas como “meras emancipações políticas formais”, sugerindo que, apesar da independência declarada, ainda persistiam desafios significativos relacionados à plena autonomia e verdadeira liberdade. Essa análise de Lacerda reflete uma visão complexa da evolução política e social dessas nações emergentes, destacando as dificuldades contínuas que elas enfrentavam na construção de um Estado verdadeiramente independente.

A independência de Gana é apresentada como um marco significativo na história da descolonização na África. Como a primeira nação da África subsaariana a alcançar a independência dos colonizadores europeus, Gana desempenhou um papel crucial ao inspirar outros movimentos de libertação no continente. A análise de Lacerda sugere que a transição para a independência envolvia não apenas a conquista política, mas também a necessidade de profundas transformações sociais e econômicas para assegurar uma autonomia completa.

Em outro artigo, “África, da Sarbonne ao feitiço”⁶⁵¹, Lacerda citou pela primeira vez Marcello Caetano, referindo-se a ele como “professor Caetano”. Nesse texto, fez uma análise crítica sobre como o povo africano trata a terra, acusando-o de deixar esse cuidado nas mãos das mulheres. Ao fazer uma analogia com os europeus do Norte, sugeriu que eles, provavelmente, odiavam a neve, mas acabavam se beneficiando dela.

A fala de Lacerda é problemática por vários motivos. Em primeiro lugar, sua análise desconsidera a realidade socioeconômica e histórica da agricultura africana, em que as mulheres desempenham um papel central na produção agrícola e na manutenção das comunidades rurais: “Esta divisão do trabalho não é um sinal de negligência, mas uma adaptação às condições locais e um reflexo de estruturas sociais estabelecidas”.⁶⁵² Além disso, a analogia com os europeus do Norte revela uma falta de entendimento das diferentes condições ambientais e culturais. Comparar a neve europeia com a terra africana ignora as estratégias de adaptação e resiliência desenvolvidas pelos africanos ao longo de séculos. Essa comparação descontextualizada subestima as capacidades e o conhecimento local, sugerindo uma visão eurocêntrica que não é adequada para analisar contextos tão distintos.

Lacerda também ignora os impactos históricos do colonialismo nas práticas agrícolas africanas. As políticas coloniais desestabilizaram as estruturas sociais e econômicas locais, impondo novas formas de exploração da terra que não consideravam os conhecimentos

⁶⁵⁰ GANA, nova geração quer poder. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 1969.

⁶⁵¹ ÁFRICA, da Sorbonne ao feitiço. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1969.

⁶⁵² *Ibid.*

tradicionais.⁶⁵³ Portanto, as críticas de Lacerda não levam em conta as profundas influências coloniais que moldaram as realidades atuais dos países africanos. Essa visão em relação às independências africanas era cada vez menos aceita pelos países europeus e por políticos brasileiros. O Estado Novo português enfrentava problemas na era marcellista para continuar com as práticas neocolonialistas. Somente durante o governo de Geisel ocorreu uma mudança nesse posicionamento:

No desenrolar da vitória dos movimentos nacionalistas, o Brasil optou pelo reconhecimento das independências. A participação do Brasil na ONU enfatizou temas que tinham sido abolidos ou suavizados na etapa anterior: como o combate ao colonialismo e a condenação do sistema de *apartheid* foram reformulados pelo Brasil. Reconheceu-se a grande dívida do Brasil com a África e buscou-se dissipar o discurso ambíguo que denotava a ligação do Estado brasileiro com o Estado português. Apesar de reivindicarem o marxismo, o Brasil reconheceu as independências de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, efetuando a abertura de embaixadas nos três países. Penso que o interesse comercial foi um dos principais fatores desse reconhecimento.⁶⁵⁴

Pode-se considerar que o interesse comercial desempenhou um papel significativo no reconhecimento das independências africanas pelo Brasil. No entanto, durante o período de 1965 a 1973, o Brasil adotou uma postura cautelosa, frequentemente se abstendo ou votando contra resoluções na ONU que afetavam Portugal em questões relacionadas aos territórios portugueses na África. Essa postura refletia a complexidade das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, bem como a preocupação do Brasil em manter boas relações com seu antigo colonizador, que ainda tinha uma forte presença em suas colônias africanas.⁶⁵⁵

Essa situação começou a mudar gradualmente entre 1970 e 1973, quando os movimentos de libertação africanos, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Angola, e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Moçambique, intensificaram suas atividades e ganharam maior apoio internacional. O MPLA, fundado em 1956, foi uma organização marxista que lutava pela independência de Angola, uma colônia de Portugal, com apoio da União Soviética e de outros países socialistas. O movimento se consolidou como o principal grupo de guerrilha contra o domínio colonial e, após a independência de Angola, em 1975, tornou-se o partido governante do país. Da mesma forma, a FRELIMO, criada em 1962, reuniu diferentes grupos nacionalistas para combater o colonialismo em Moçambique. Sob a

⁶⁵³ MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 45.

⁶⁵⁴ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

⁶⁵⁵ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 120-121.

liderança de Eduardo Mondlane e, posteriormente, de Samora Machel, a FRELIMO adotou táticas de guerrilha e recebeu apoio internacional, especialmente de nações socialistas, culminando na independência de Moçambique em 1975.

Ao mesmo tempo, dentro do próprio Brasil, começaram a surgir debates mais intensos sobre a política externa do país e sua postura em relação ao colonialismo. Com o aumento das pressões internacionais para que o Brasil adotasse uma posição mais crítica em relação ao colonialismo português, a postura de neutralidade do governo brasileiro começou a ser desafiada, principalmente pela opinião pública e por segmentos políticos mais progressistas. No entanto, esses debates refletiam as complexidades da Guerra Fria e as alianças internacionais em jogo, uma vez que muitos dos movimentos de libertação africanos, como o MPLA e a FRELIMO, estavam alinhados com blocos socialistas, enquanto o Brasil mantinha relações com o Ocidente.⁶⁵⁶

A pressão internacional para apoiar a descolonização aumentou, especialmente com o fortalecimento das organizações de libertação e a crescente condenação do colonialismo e do *apartheid* na África. O Brasil, enfrentando críticas por sua posição anterior, começou a reavaliar sua postura diplomática.⁶⁵⁷

Em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, que resultou na queda do regime autoritário e acelerou o processo de descolonização, o cenário político mudou drasticamente. Com a iminência da vitória dos movimentos de libertação africanos e a nova realidade política em Portugal, o Brasil revisou sua posição. Nesse momento, o Brasil passou a votar contra Portugal, reconhecendo o pleno direito das nações africanas à independência.⁶⁵⁸ Essa mudança de posição indica que, além do interesse comercial, a crescente inevitabilidade da vitória dos movimentos de libertação e a nova realidade política em Portugal também influenciaram a decisão brasileira de reconhecer as independências africanas. A nova postura do Brasil na ONU e sua política externa refletiram um alinhamento com os princípios de autodeterminação e a necessidade de adaptar-se às mudanças geopolíticas da época.

Certamente, o Brasil tinha potencial para desempenhar um papel de destaque na cooperação com os povos africanos em sua luta por autonomia e desenvolvimento, porém as relações condicionadas e triangulares adotadas pelo Brasil dificultaram o pleno exercício desse papel desde o início da Guerra Colonial. O Tratado de Amizade e Consulta, por exemplo,

⁶⁵⁶ PETRY, Joice; MAYER, Luara. Política Externa Independente e a descolonização: posições do Brasil na ONU frente aos territórios de dominação portuguesa na África. *Noctua*, n. 2, 2010.

⁶⁵⁷ *Ibid.*

⁶⁵⁸ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 120-121.

estabeleceu restrições ao acesso livre do Brasil às colônias portuguesas, diretrizes seguidas durante a maior parte do tempo na ditadura civil-militar. Sem depender de Portugal como intermediário, o Brasil teria sido capaz de ter uma atuação mais efetiva no cenário africano.⁶⁵⁹

Em conclusão, o estudo das relações transnacionais luso-brasileiras durante esse período histórico nos permite compreender a complexidade das interações entre Brasil e Portugal. Fatores políticos, históricos, culturais e econômicos influenciaram essas relações, resultando em laços de amizade e cooperação, mas também em divergências e visões problemáticas.

O papel de Lacerda nas relações luso-brasileiras exige uma análise detalhada de suas contribuições e limitações, considerando as complexidades das interações políticas, históricas e culturais entre Brasil e Portugal. Suas concepções e abordagens em relação à África e ao processo de descolonização, muitas vezes marcadas por preconceitos e generalizações, refletem suas próprias visões e o contexto eurocêntrico e colonialista prevalente da época. Embora suas posições possam ser criticadas por uma falta de sensibilidade e compreensão das realidades africanas, elas também oferecem uma janela para entender as narrativas e ideologias que moldaram as políticas externas do Brasil durante o período.

A Revolução dos Cravos em 1974 foi um marco transformador com repercussões significativas nas relações entre Brasil e Portugal, bem como no contexto internacional em que o Brasil se posicionava. A descolonização acelerada das colônias portuguesas na África e a transição democrática em Portugal reconfiguraram as alianças políticas e econômicas, levando o Brasil a adotar uma postura mais proativa e alinhada com os princípios de autodeterminação e justiça internacional. Do mesmo modo, esse período marcou uma reavaliação das estratégias diplomáticas brasileiras, que passaram a reconhecer e apoiar as independências africanas, refletindo um esforço para reposicionar o Brasil como um ator relevante no cenário global pós-colonial.

As implicações dessas transformações foram profundas. O Brasil, ao realinhar suas políticas externas, buscou fortalecer os laços com as novas nações africanas e redefinir sua própria identidade e posição no mundo. Esse movimento foi influenciado por uma confluência de fatores, incluindo a pressão internacional, as mudanças políticas internas e a necessidade de se adaptar a um novo equilíbrio de poder global. A postura brasileira na ONU e em outras arenas internacionais evoluiu para refletir uma maior ênfase na cooperação Sul-Sul e na solidariedade com os países em desenvolvimento.

⁶⁵⁹ ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

5 SPÍNOLA E A REVOLUÇÃO DE 1974: A ÚLTIMA VEZ DE LACERDA NA POLÍTICA (1974-1977)

A Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, marcou um ponto de inflexão não apenas para Portugal, mas também para a dinâmica política e diplomática envolvendo o Brasil. Esse evento histórico resultou na queda do regime autoritário do Estado Novo em Portugal e deu início a um processo acelerado de descolonização nas colônias portuguesas na África. Nesse contexto de transformação, a figura de Lacerda ressurgiu com particular relevância, especialmente em relação ao general António de Spínola, primeiro presidente da República depois de derrubada a ditadura.

Lacerda viu na Revolução dos Cravos uma oportunidade de se reestabelecer politicamente e de influenciar os rumos das relações luso-brasileiras. A relação entre Lacerda e Spínola foi marcada por uma convergência de interesses e uma visão comum sobre a necessidade de reformas políticas profundas. Para Lacerda, o envolvimento com Spínola e o apoio ao novo regime português representavam uma chance de reafirmar sua relevância política e de contribuir para a redemocratização de Portugal.

Entre 1974 e 1977, Lacerda se engajou ativamente nas questões políticas que envolviam Portugal, participando de debates e propondo estratégias para a transição democrática. Sua atuação durante esse período reflete uma tentativa de se posicionar como um intermediário importante entre Brasil e Portugal, usando sua influência para moldar as políticas de descolonização e fortalecer os laços entre os dois países.

A aliança entre Lacerda e Spínola, embora de curta duração, teve impactos significativos nas relações internacionais e nas trajetórias políticas de ambos os líderes. O envolvimento de Lacerda na Revolução dos Cravos e suas interações com Spínola exemplificam sua capacidade de se adaptar a novos contextos políticos e de buscar oportunidades para exercer influência. Esta seção examinará detalhadamente essa aliança e o papel desempenhado por Lacerda durante a revolução, oferecendo uma análise crítica de suas motivações, estratégias e legado.

5.1 A ALIANÇA DE LACERDA E SPÍNOLA: O PAPEL DE LACERDA NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Em 17 de julho de 1970, Lacerda enviou uma carta ao *Diário de Lisboa* relatando sua surpresa e desconforto ao ser mal interpretado por um veículo português. Apesar de se mostrar familiarizado com críticas, a resposta em Portugal pareceu particularmente notável, sinalizando

sua conexão anteriormente amigável com Portugal. Na carta, Lacerda aborda sua situação no Brasil, ressaltando as restrições de expressão impostas pela ditadura militar, especialmente a proibição de discutir política. Esse incidente com o jornal português levanta questionamentos sobre a natureza da relação de Lacerda com a mídia portuguesa e se tais críticas indicariam uma mudança significativa em sua percepção pública.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1970:

À direção do *Diário de Lisboa*:

Estou habituado a ser agredido e incompreendido em mais de um idioma, mas em português de Portugal foi esta a primeira vez. Não estou habituado a responder a demonstrações de incompreensão; mas, por ser esta a primeira em Portugal, rogo que me perdoem a impertinência e atendam a meu pedido de divulgação das linhas que a seguir lhes transmito [...] contentei-me em amar Portugal à minha maneira. Escrevo sob limitações. Ele não sabe, porque está longe de tais ninharias. Mas, a verdade é que escrevo privado de direitos políticos. Escrevo sob condição precípua de não versar matéria política. Esta é a condição sob a qual vivo no Brasil, do qual não me afasto senão por curtos prazos e, enquanto me for possível, só para voltar logo.⁶⁶⁰

Lacerda encontrava-se em uma situação delicada. Após ter seu mandato cassado e enfrentar uma ordem de prisão logo após a implementação do AI-5, ele iniciou uma greve de fome em protesto contra o regime militar. Com o passar do tempo, ele percebeu, mediante informações da família, que sua situação não estava sendo divulgada pela mídia, a censura de imprensa era evidente nesse período, razão pela qual muitos desconheciam seu sofrimento.⁶⁶¹ Sua liberação só ocorreu depois de uma carta de protesto escrita por sua filha Cristina, ainda adolescente à época. Nesse momento, a Frente Ampla ganhou uma força maior.

Na década de 1970, a abordagem colonialista de Portugal ainda contrastava com a tendência global de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial, respaldada por grandes organizações e potências internacionais. Esse posicionamento isolou Portugal de algumas instituições globais. A ONU criticava frequentemente a postura portuguesa, e nações africanas recentemente independentes clamavam pela libertação de territórios sob domínio português. Durante a administração Nixon (1969-1974), os Estados Unidos mantiveram o apoio a Portugal, apesar das pressões internacionais contra o colonialismo português. Isso se devia, em parte, à importância estratégica da Base das Lajes, nos Açores, fundamental para operações militares americanas no Atlântico.

Embora aliados ocidentais, como o Reino Unido e alguns países europeus, começassem a criticar a política colonial portuguesa, os EUA priorizavam seus interesses geopolíticos na

⁶⁶⁰ LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 342.

⁶⁶¹ *Id.* **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

Guerra Fria. Portugal, como membro da OTAN, era visto como um aliado importante contra a influência soviética na África, onde movimentos de independência frequentemente recebiam apoio do bloco socialista.

Esse apoio americano a Portugal, no entanto, era pragmático. Havia tensões, especialmente quando os EUA buscavam equilibrar sua posição entre garantir a cooperação militar com Lisboa e responder às pressões internacionais pelo fim do colonialismo.

Economicamente, enquanto a maior parte da Europa Ocidental vivia o “Milagre Econômico” do pós-guerra, Portugal continuava preso a uma economia protecionista e a um processo de industrialização atrasado. O Estado Novo favorecia políticas de autarquia, limitando a entrada de investimentos estrangeiros e impedindo a modernização de setores-chave. Além disso, as guerras coloniais contínuas prejudicavam severamente as finanças públicas, pois os gastos com operações militares eram extremamente altos. Apesar de tentativas de reforma, como as iniciativas de Marcello Caetano para modernizar o sistema de ensino, incluindo o Projeto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior de 1971, essas reformas foram implementadas tardiamente e consideradas insuficientes para atender às demandas da sociedade. O impacto dessas reformas foi limitado pela ausência de tempo suficiente para que fossem efetivamente aplicadas e resultassem em melhorias palpáveis.⁶⁶² O cenário econômico e social em Portugal, caracterizado pelo atraso industrial e pelas guerras coloniais, criava um ambiente propício para uma revolução iminente.⁶⁶³

A política externa do Estado Novo português estava intrinsecamente alinhada à questão colonial, com esforços para diversificar seus apoios internacionais. Nesse contexto, Portugal privilegiou sua relação com o Brasil, visando prolongar a resolução dos conflitos ultramarinos. Contudo, apesar da visita de Marcello Caetano ao Brasil e da proposta relacionada à exploração de petróleo na África, as diretrizes do governo Médici eram claras: “evitar todo e qualquer envolvimento político e militar no problema colonial lusitano”.⁶⁶⁴ Assim, essa tentativa de aproximação não obteve o sucesso esperado por Portugal.

⁶⁶² TEODORO, António. **A construção política da educação:** estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo. Porto: Edições Afrontamento, 2001. p. 237-258.

⁶⁶³ *Ibid.*

⁶⁶⁴ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo:** dimensões internacionais. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85).

Em 1972, Américo Tomás, presidente português⁶⁶⁵, esteve no Brasil para comemorar o sesquicentenário de independência brasileira. Essa visita, inserida em um contexto diplomático que buscava reforçar os laços entre as duas nações, também teve um significado simbólico, reiterando a relação histórica entre Portugal e Brasil. Ambos os países, governados por regimes autoritários na época – o Estado Novo em Portugal e o regime militar no Brasil –, tinham o interesse em estreitar suas relações. Portugal, em particular, buscava aliados estratégicos devido às crescentes pressões internacionais contra sua política colonial.⁶⁶⁶

No entanto, a presença de Américo Tomás não foi recebida com unanimidade no cenário internacional. Em protesto à política colonial portuguesa e à repressão nas colônias africanas, alguns representantes africanos não participaram das celebrações.⁶⁶⁷ Esse ato simbólico ilustrava o isolamento internacional de Portugal devido às suas práticas coloniais e evidenciava o desejo de nações recém-independentes da África de condenar o colonialismo português, mesmo correndo o risco de não criar laços com o Brasil.⁶⁶⁸

Como em muitas situações, existiam divergências de opinião sobre o colonialismo português no cenário político brasileiro. Essa ambiguidade gerava desconfiança em Portugal quanto à postura do Brasil, bem como em relação à possibilidade de o país estabelecer relações com as nações africanas recém-independentes. Na tentativa de aliviar essas tensões, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Patrício, expressou por escrito sua insatisfação com essas novas tendências.⁶⁶⁹ Em 1972, ficou decidido entre os setores lusófilos que aquele seria o ano da comunidade luso-brasileira, um conceito há muito desejado por Lacerda durante seu mandato no governo da Guanabara e, posteriormente, no contexto em que atuou como representante internacional do governo militar, entre 1964-1965.

Para ilustrar a posição de representantes políticos favoráveis a estabelecer relações com países recém-independentes, o chanceler Mário Gibson Barboza começou, de forma “estratégica e cuidadosa, a romper a lealdade a Portugal”⁶⁷⁰:

⁶⁶⁵ Américo Tomás, presidente sob o regime do Estado Novo, desempenhou principalmente um papel cerimonial, com poderes executivos reais concentrados nas mãos do primeiro-ministro (primeiro Salazar e, depois de 1968, Marcello Caetano). No entanto, Tomás tinha o poder de dissolver a Assembleia e demitir o primeiro-ministro, embora nunca tenha usado esse poder contra Salazar ou Caetano.

⁶⁶⁶ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85).

⁶⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁶⁹ *Ibid.*

⁶⁷⁰ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 173.

A viagem de Gibson e a nova diplomacia com relação ao continente africano eram parte de uma estratégia mais ampla para romper a lealdade a Portugal, que tinha se consolidado no governo militar, ao mesmo tempo que utilizava as conexões raciais e culturais do Brasil com a África para construir parcerias econômicas e mercados de exportação que iriam sustentar o milagre econômico.⁶⁷¹

Essa viagem contou com a autorização de Médici, evidenciando a ambivalência da ditadura civil-militar em relação aos portugueses. Para justificar sua viagem, Gibson declarou que a relação dos brasileiros com os africanos era intrínseca e fazia parte da “mistura racial brasileira”⁶⁷², enfatizando essa familiaridade. Os africanos receberam a comitiva brasileira de maneira única, facilitando a interação e demonstrando seus anseios em estabelecer laços. Gibson foi um dos responsáveis por começar a redefinir a postura brasileira perante as questões africanas.

Durante sua gestão como ministro das Relações Exteriores do governo militar de Médici, o Brasil começou a estabelecer relações diplomáticas e econômicas com vários países africanos recém-independentes: “Gibson firmou acordos para cooperação técnica na agricultura, no desenvolvimento de mercados comerciais, na engenharia de infraestrutura, em habitação e educação”.⁶⁷³ Portugal e seus partidários tentaram considerar o “milagre econômico”⁶⁷⁴ como algo que tivesse transformado o Brasil na locomotiva econômica da comunidade luso-brasileira⁶⁷⁵, sugerindo que o Brasil, com seu novo poder econômico, poderia atuar como uma espécie de líder para essa comunidade proposta. Essa foi uma tentativa de criar uma imagem de unidade e cooperação entre os dois países, possivelmente para contrabalançar as tensões diplomáticas que surgiram devido às questões coloniais portuguesas na África.

O general Médici realizou uma visita oficial a Portugal (maio de 1973) para sondar se o governo português estaria disposto a dialogar sobre o futuro de suas colônias. Contudo, obteve uma resposta negativa.⁶⁷⁶ Em Brasília, o discurso era de que o governo português “fechou a porta a qualquer solução negociada do problema ultramarino e mostrava-se indiferente ao desgaste que o apoio a Portugal representava para a política externa brasileira”.⁶⁷⁷

⁶⁷¹ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 173.

⁶⁷² *Ibid.*, p. 173.

⁶⁷³ *Ibid.*, p. 178.

⁶⁷⁴ Os anos do “milagre econômico” foram os das maiores repreensões na política. Os militares intensificaram a censura, a perseguição e a tortura de opositores e críticos, justificando essas ações como necessárias para manter a falsa estabilidade e o falso progresso econômico. Os direitos humanos e as liberdades civis eram gravemente comprometidos.

⁶⁷⁵ DÁVILA, *op. cit.*

⁶⁷⁶ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85).

⁶⁷⁷ *Ibid.*, p. 160.

Durante a XXVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil foi instado a se posicionar contra a manutenção do colonialismo. Caso não se dissociasse clara e definitivamente das posições portuguesas, enfrentaria consequências significativas. A nação não poderia mais sustentar uma relação que não lhe trazia benefícios. Durante o governo de Geisel (1974-1979), foi divulgada uma nota oficial que ressaltava o alinhamento da posição do Brasil em relação a Portugal. A nota esclarecia que os diplomatas brasileiros e os membros do Executivo deveriam seguir uma postura unificada no que diz respeito à política brasileira em relação ao governo português, especialmente no contexto das colônias africanas. Esse posicionamento buscava alinhar a política externa brasileira com as novas realidades internacionais e com a crescente pressão pela descolonização:

A partir daquele momento, o Brasil apoiaria publicamente as “legítimas aspirações nacionais anticolonialistas dos territórios africanos sob domínio português” e só voltaria a tomar parte em um projeto de Comunidade quando este “resultasse de um natural evolução histórica, e não de uma imposição de vontades.”⁶⁷⁸

Em Portugal, a conjuntura permanecia estática. Apesar da pressão de países da Europa para uma efetiva descolonização, Caetano deixou claro que não haveria grandes mudanças. Portugal tinha duas opções: “mantinha a opção africana e o império colonial, tendo para isso de continuar a guerra e, para tal, de manter o regime autoritário; ou Portugal aprofundava a relação com a Europa, o que implicava em um processo de descolonização que, por sua vez, levava à democratização”.⁶⁷⁹ Em um depoimento, Caetano declarou: “é preferível sair da Guiné com uma derrota militar com honra do que por um acordo negociado com os terroristas”.⁶⁸⁰ No entanto, a ditadura militar brasileira decidiu romper os laços com Portugal durante um dos períodos mais delicados do Estado Novo português, justamente quando a Revolução de 1974 delineava a transição para a democracia.

Um dos últimos e decisivos discursos de Caetano foi proferido em 4 de março de 1974, no qual se expressou de maneira incisiva e clara: “desejamos uma sociedade pluricontinental e multirracial”.⁶⁸¹ Até aquele momento, Portugal contabilizava aproximadamente oito mil

⁶⁷⁸ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85). p. 161.

⁶⁷⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal no mundo. In: PINTO, António Costa (coord.). **A busca da democracia: 1960-2000**. Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5. (Coleção História Contemporânea de Portugal: 1808-2010). p. 61.

⁶⁸⁰ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)**. Lisboa: Objectiva, 2016. p. 406.

⁶⁸¹ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 210.

militares mortos e 28 mil feridos. A economia portuguesa enfrentava um profundo déficit, e o analfabetismo atingia cerca de 30% da população, o maior índice da Europa Ocidental.⁶⁸² A insatisfação permeava diversos segmentos da sociedade portuguesa, abrangendo até mesmo as altas esferas do Exército português.

5.1.1 O despertar da Revolução de 1974

O golpe de Estado de 25 de abril de 1974, conhecido como a Revolução dos Cravos, foi liderado por segmentos das Forças Armadas portuguesas, especialmente pelo Movimento dos Capitães, composto por oficiais insatisfeitos com a prolongada Guerra Colonial. Embora o golpe tenha sido inicialmente uma iniciativa militar, a mobilização popular desempenhou um papel crucial no seu sucesso. No próprio dia 25 de abril, amplos setores da sociedade portuguesa, cansados das décadas de repressão, censura e do esforço de guerra, saíram às ruas para apoiar o movimento, demonstrando que o descontentamento com o regime não era exclusivo dos militares. Essa adesão popular rápida e espontânea mostrou que a sociedade estava ansiosa por mudanças, evidenciando que a ruptura com o regime do Estado Novo não se deu apenas pela ação militar, mas também pelo apoio popular.⁶⁸³

O fim da ditadura – autoritária, unipartidária, antidemocrática, antipopular e intensamente colonialista – marcou uma transição significativa para a democracia a partir de abril de 1974. Esse momento culminou em uma extensa e profunda redefinição na construção de uma nova imagem para Portugal. A Revolução dos Cravos significou a queda de um regime autoritário e a abertura de um caminho para a democracia e a descolonização em Portugal. Esse movimento transformou profundamente a estrutura política e social do país; foi tanto uma resposta às tensões internas do regime quanto às pressões externas, especialmente relacionadas à questão colonial.⁶⁸⁴

O impacto profundo do 25 de Abril na política colonial portuguesa acelerou o processo de descolonização, que já estava em curso devido à crescente resistência nas colônias africanas. Essa mudança de regime foi catalisada pela crise interna e pelas pressões descolonizadoras, evidenciando a complexidade da transição. Além disso, o evento teve repercussões significativas

⁶⁸² DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

⁶⁸³ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)**. Lisboa: Objectiva, 2016.

⁶⁸⁴ SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos: a dinâmica militar. **Projeto História**, n. 47, p. 365-376, 2013.

no Brasil e em outras partes do mundo lusófono, influenciando as políticas de descolonização e as dinâmicas internas dos países de língua portuguesa.⁶⁸⁵

As tensões internas e as pressões externas foram fundamentais para o desenlace revolucionário. A ação militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi catalisada pelo descontentamento generalizado com o regime autoritário e pela crescente pressão para a descolonização. A Revolução dos Cravos é frequentemente romantizada, mas foi um processo complexo com diversas facetas e diferentes protagonistas.⁶⁸⁶ A dimensão social da revolução também é importante, uma vez que os trabalhadores tiveram um papel fundamental na transformação política. Não foi apenas um movimento militar, mas, sim, um verdadeiro levante popular que procurou transformar profundamente a estrutura socioeconômica de Portugal.⁶⁸⁷

No topo da hierarquia militar, o general António Spínola destacou-se como o principal porta-voz da oposição. Spínola, com extensa experiência como comandante militar na Guerra Colonial em Angola (1961-1963) e governador-geral da Guiné (1968-1972), discordava da política portuguesa na África.⁶⁸⁸

Dentro de sua “estratégia dupla de firmeza militar e flexibilidade civil”⁶⁸⁹, Spínola destacava-se como um general altamente competente e estratégico. Uma afinidade compartilhada com seu futuro aliado durante o exílio no Brasil, Lacerda. Essa possível harmonia entre eles talvez se deva às suas frustrações políticas convergentes. Spínola, que na juventude fora entusiasta do movimento nacionalista de Francisco Franco na Espanha, era alinhado às ideias de Lacerda. Ele também demonstrou simpatia pelo exército alemão, tendo estado em Leningrado como observador a convite do regime nazista.⁶⁹⁰ Lacerda, por sua vez, possuía inclinações políticas fortemente conservadoras, mostrando-se cético quanto à democracia brasileira e à ampla participação popular. Via problemas no sistema democrático, o que o levou a apoiar o Golpe Civil-Militar de 1964. A intenção aqui não é rotular, mas, sim, identificar proximidades. Assim, muitas das semelhanças entre essas figuras serão exploradas nesta seção.

Outra semelhança é o contato direto com as camadas populares da sociedade. No caso do general Spínola, sua aproximação com as populações indígenas na Guiné foi potencializada por modernas técnicas de propaganda, utilizando rádio e imprensa. Ele também promoveu um

⁶⁸⁵ PINTO, António Costa. **O fim do império português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁶⁸⁶ REZOLA, Maria Inácia. **25 de Abril**: mitos de uma revolução. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

⁶⁸⁷ LAGARTO, Mariana. O 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário. **RTP Ensina**, 2021. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/o-25-de-abril-de-1974-e-o-processo-revolucionario/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁶⁸⁸ *Ibid.*

⁶⁸⁹ REZOLA, *op. cit.*, p. 88.

⁶⁹⁰ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano**: uma biografia (1906-1980). Lisboa: Objectiva, 2016.

extenso programa de construção de infraestrutura básica e melhorias nas aldeias. Tais estratégias foram fundamentais para seus objetivos relacionados à Revolução de 1974.⁶⁹¹

Os movimentos direcionados ao fim do Estado Novo português ganharam força em 1973, com o surgimento do “Movimento dos Capitães”.⁶⁹² Paralelamente, começou-se a perceber a insatisfação de altas patentes militares, que viam em Caetano o principal responsável pelo impasse na Guerra Colonial.⁶⁹³ Após retornar da Guiné, Spínola publicou o livro *Portugal e o futuro* (fevereiro de 1974), que rapidamente se tornou um *best-seller* em todo o país. Nessa obra, ele defendia claramente uma solução negociada para a crise no ultramar: “Spínola afirmava a necessidade de se criar um Estado confederado que tivesse em conta a tradição portuguesa em África e recusava-se terminantemente a manter-se naquele continente por força da imposição militar”.⁶⁹⁴ Em síntese, *Portugal e o futuro* combinava conceitos antigos e contemporâneos. Spínola admitia que a guerra colonial era uma batalha sem perspectiva de vitória militar.

Os oficiais integrantes do Movimento dos Capitães, já sob uma estrutura mais organizada, transformaram-se em MFA, grupo este que executou o golpe que culminou na Revolução dos Cravos. O nome dessa revolução foi inspirado no ato dos portugueses de colocar flores, especialmente cravos, nos canos dos fuzis dos militares rebeldes como forma de saudação e apoio.⁶⁹⁵

O primeiro presidente da República pós-golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi António de Spínola, que renunciou ao cargo em setembro de 1975, após uma presidência tumultuosa. O último discurso do general Spínola como presidente de Portugal revela sua dificuldade em equilibrar seus princípios com as dinâmicas e os rumos tomados pela revolução. Embora profundamente patriota, Spínola se encontrava cada vez mais desiludido com o curso revolucionário, especialmente com as demandas de descolonização e a rapidez com que as reformas estavam sendo implementadas. Seu discurso final expressou uma tentativa de conciliar seu senso de dever para com a pátria e a necessidade de manter a unidade nacional, com as pressões crescentes que surgiam dentro e fora das Forças Armadas, que exigiam mudanças rápidas e radicais:

⁶⁹¹ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

⁶⁹² Esse movimento surgiu em meio à crescente insatisfação entre oficiais de patente média, especialmente os capitães que serviam nas colônias africanas, com a condução da política colonial de Portugal e com a prolongada Guerra Colonial que ocorria em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Muitos desses oficiais se opunham à intransigência do regime ditatorial em buscar uma solução negociada para o conflito.

⁶⁹³ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias** [...], *op. cit.*, p. 101.

⁶⁹⁴ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)**. Lisboa: Objectiva, 2016. p. 435.

⁶⁹⁵ *Ibid.*

Encontro-me, portanto, diante dos que são fiéis ao programa do Movimento das Forças Armadas. O meu sentido de honra impede-me de trair o povo a que pertenço. E para os que, sob uma bandeira de uma suposta liberdade, preparam novas formas de escravidão: dediquei toda a minha vida ao serviço da Pátria e não encontro na minha consciência um momento em que possa ter traído os meus concidadãos. Nesse clima, não vejo como construir uma democracia autêntica, ao serviço da paz e do progresso. Assim, renuncio ao cargo de presidente da República.⁶⁹⁶

No Brasil, a notícia da queda do regime foi dada nas páginas do *Portugal Democrático* com as manchetes “liberdade em Portugal, “25 de abril e 1 de maio, datas históricas”, “Forças Armadas e povo confraternizam nas ruas”.⁶⁹⁷ O governo brasileiro monitorou de perto todos os acontecimentos da revolução em Lisboa, consciente de sua posição política e econômica na África. Estava atento às oportunidades que a revolução e a possível descolonização poderiam oferecer para a expansão de seus interesses no continente africano.⁶⁹⁸ O governo Geisel estava resoluto em “romper com o passado, caracterizado pelo apoio ao colonialismo português”⁶⁹⁹, e se apresentar ao continente africano como um parceiro confiável e comprometido.

O primeiro passo foi reconhecer a independência da Guiné-Bissau antes mesmo de Portugal e da ONU. Essa decisão gerou reações variadas em Portugal, evidenciando a falta de consenso acerca de como a descolonização estava sendo conduzida. Nesse período, a liderança do general António Spínola⁷⁰⁰ estava estabelecida tanto em Portugal quanto no cenário internacional.

5.1.2 O percurso do general Spínola

O general António de Spínola começou sua carreira no Exército, onde gradualmente ascendeu na hierarquia, moldando ao longo do caminho suas visões sobre a política colonial portuguesa. Suas experiências o levaram à Guerra Colonial, especialmente como comandante militar e posteriormente como governador-geral na Guiné, dando uma compreensão prática da situação no terreno. A vivência no Colégio Militar e sua exposição às realidades da guerra nas

⁶⁹⁶ ANTÓNIO de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril. **RTP Arquivos**, 2011. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁶⁹⁷ SILVA, Douglas Mansur. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro – 1956-1974**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. p. 129.

⁶⁹⁸ CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85).

⁶⁹⁹ *Ibid.*, p. 162

⁷⁰⁰ O General António de Spínola nasceu em Estremoz, Portugal, em 11 de abril de 1910 e faleceu em 13 de agosto de 1996. O fato de ser oriundo de uma família tradicional com raízes militares foi crucial na modelagem de suas convicções e no direcionamento de sua carreira no exército. A linhagem militar, marcante na família Spínola, influenciou significativamente sua trajetória profissional (REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004).

colônias moldaram profundamente sua perspectiva sobre a abordagem militar de Portugal em seus territórios ultramarinos. Ele acreditava firmemente que “ser militar não é apenas uma condição; é um estado de espírito”.⁷⁰¹

Na Guiné, a figura de general se destacava por sua atuação estratégica e visão política, mas também por uma imagem singular e marcante. Seu monóculo, sempre presente, tornou-se quase um sinônimo de sua personalidade, dando-lhe um ar de distinção e autoridade. O pingalim, uma bengala fina e elegante que frequentemente carregava, complementava essa imagem de um oficial superior com uma pitada de aristocracia.⁷⁰² As fardas impecavelmente alinhadas, os chapéus distintos e sua postura marcial transmitiam a seriedade e o comprometimento com que via sua missão. Mais importante, além da aparência, havia o carisma. Sua largueza gestual e a eloquência em seus discursos faziam dele uma figura inspiradora para muitos dos seus subordinados, sendo cativante mesmo para aqueles fora do círculo militar.⁷⁰³

Não é de se estranhar que essas características tenham sido tão vívidas na memória de muitos que o conheceram. Quando Sebastião Lacerda, filho do Lacerda, recorda seu encontro com Spínola, ele evoca essas mesmas marcas únicas que, de alguma forma, transcendiam o contexto da guerra e da política para se fixar na memória coletiva como a imagem de um líder nato e inconfundível.⁷⁰⁴

Diferente de outras colônias africanas portuguesas, Spínola acreditava que a solução para o conflito na Guiné não seria puramente militar. Ele investiu em programas de desenvolvimento e infraestrutura nas zonas rurais, tentando assim conquistar a simpatia da população local. O principal adversário de Portugal na Guiné era o PAIGC. Durante o comando de Spínola, apesar dos esforços militares, o PAIGC conseguiu controlar grande parte do território, levando a uma situação quase de empate técnico no conflito.

De acordo com David Castaño⁷⁰⁵, o ministro dos Negócios Estrangeiros português Mário Soares acreditava na possibilidade de uma descolonização pacífica por meio de negociações. Ele propunha medidas como o cessar-fogo, a troca de prisioneiros e a retirada de tropas de alguns territórios, visando criar condições para a autodeterminação e a independência das colônias. Soares também buscava apoio internacional para moderar as ações dos movimentos de libertação

⁷⁰¹ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX**: António de Spínola. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 27.

⁷⁰² *Ibid.*

⁷⁰³ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX**: António de Spínola. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

⁷⁰⁴ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁷⁰⁵ CASTAÑO, David. Abrindo a caixa de Pandora: Mário Soares e o início da descolonização. **Relações Internacionais**, n. 35, p. 65-79, 2012.

e garantir um processo de transição que resguardasse os interesses locais. Embora enfrentasse desafios, sua estratégia demonstrava a esperança de evitar um desfecho violento para a questão colonial.

Ao longo do tempo, Spínola percebeu a dificuldade de alcançar uma vitória militar sobre o PAIGC, o que o levou a uma mudança em sua abordagem sobre a descolonização. Ele passou a defender uma solução negociada, reconhecendo as aspirações das colônias e buscando uma transição pacífica que mantivesse a dignidade de Portugal. Essa visão, embora polêmica, acabou sendo premonitória da política portuguesa em relação à descolonização.⁷⁰⁶

Seu retorno a Portugal foi impulsionado pelo desejo de influenciar a política portuguesa. Ele percebeu que, para que houvesse uma mudança real na política colonial, as mudanças teriam que começar em casa. *Portugal e o futuro* é um reflexo dessas visões e serve como um argumento contundente a favor da reavaliação da abordagem de Portugal às suas colônias. Spínola posicionou-se não apenas como um líder militar experiente, mas também como uma voz influente e crítica em relação à direção que Portugal estava tomando em suas políticas ultramarinas.

5.1.3 Os esforços de Caetano e a solução inalcançada

Dentro do quartel, cercado pela agitação da revolução que tomava as ruas, Marcello Caetano encontrou-se em uma situação insustentável. O então líder estava ciente de que qualquer tentativa de resistência seria fútil.⁷⁰⁷ A Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, não foi um evento isolado, mas, sim, o resultado de um acúmulo de descontentamento social e econômico. Nas décadas que precederam a revolução, Portugal era um país marcado pela pobreza generalizada, alta desigualdade social e um regime autoritário que restringia liberdades civis e políticas.

A Revolução dos Cravos começou na noite de 24 de abril de 1974, com a transmissão de sinais codificados pela rádio. A canção *E depois do adeus*, de Paulo de Carvalho, foi a primeira senha, indicando o início da operação. Pouco depois, *Grândola, vila morena*, de Zeca Afonso, foi transmitida, confirmando que as operações estavam em curso. Durante a madrugada, tropas

⁷⁰⁶ OS PORTUGUESES e a descolonização. 2024. Disponível em: <https://50anos25abril.pt/historia/portugal-na-hora-da-descolonizacao/os-portugueses-e-a-descolonizacao/>. Acesso em: 15 out. 2024.

⁷⁰⁷ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano**: uma biografia (1906-1980). Lisboa: Objectiva, 2016.

leais ao MFA começaram a tomar pontos estratégicos em Lisboa, incluindo estações de rádio e televisão, quartéis militares e edifícios governamentais.⁷⁰⁸

Foi um movimento militar, portanto, que pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo, estabelecido por António de Oliveira Salazar e continuado por Caetano. A Revolução dos Cravos destacou a confluência de fatores internos e externos que precipitaram a queda do regime. Internamente, o desgaste causado pelas guerras coloniais em África (em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) exauria os recursos e a moral do país. Vários movimentos de oposição, embora clandestinos, começaram a ganhar força. Entre eles, destacavam-se o Partido Comunista Português (PCP) e outros grupos de esquerda. A insatisfação também crescia entre os militares, particularmente entre os oficiais de patentes médias, que formaram o MFA. Esse grupo, composto por jovens oficiais que haviam participado nas guerras coloniais, foi essencial para a organização e execução da revolução. Externamente, o contexto da Guerra Fria e a onda de descolonização influenciaram a percepção de que a manutenção do império colonial português era insustentável.

Diante desse cenário, da rapidez e eficácia da operação militar do movimento dos capitães, Caetano optou por entregar o poder nas mãos do general António de Spínola, marcando o fim do regime do Estado Novo. Essa circunstância fez com que Spínola, que havia escrito o livro *Portugal e o futuro*, criticando a política colonial do governo, emergisse como uma figura central na transição para a democracia. Na noite de 25 de abril, foi nomeado presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN) e, dias depois (15 de maio), presidente da República.

Esse período de transição, conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC), foi marcado por intensa agitação social e política, com um debate fervoroso sobre o futuro do país. A reação popular à revolução foi de entusiasmo e apoio massivo, refletindo décadas de repressão e ausência de liberdade sob o regime do Estado Novo. Depois de anos de censura, falta de direitos políticos e sociais e o fardo das guerras coloniais, a população viu na Revolução dos Cravos uma oportunidade para recuperar sua voz. Milhares de pessoas saíram às ruas, muitas delas carregando cravos vermelhos, que foram colocados nos canos das armas dos soldados, simbolizando uma revolução pacífica. A imagem dos cravos tornou-se o símbolo duradouro desse movimento, que buscava liberdade e justiça após anos de opressão.⁷⁰⁹

⁷⁰⁸ SANTOS, Pedro Neves de Carvalho. **A intervenção da imagem:** encanto e desencanto dos documentaristas da Revolução de Abril (1974-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Universidade do Porto, Porto, 2006.

⁷⁰⁹ *Ibid.*

Durante os eventos da Revolução dos Cravos, Marcello Caetano foi detido no dia 25 de abril de 1974. Em seguida, as novas autoridades portuguesas negociaram seu exílio para o Brasil, onde chegou sob a Presidência de Ernesto Geisel, de origem portuguesa. No seu exílio no Rio de Janeiro, Caetano atuou como professor na Universidade Gama Filho. Ele permaneceu no Brasil até seu falecimento, em 1980, sem retornar a Portugal.

Após a Revolução dos Cravos, diversas medidas de grande impacto foram, de fato, adotadas pelas autoridades militares que tomaram o poder após o 25 de abril de 1974, durante o governo provisório. Entre elas, a libertação de presos políticos, a abolição da censura à imprensa e a dissolução da PIDE, marcando o início de uma transição para a democracia. O processo de descolonização das colônias portuguesas também foi acelerado nesse período. A Lei n. 7/74, de 27 de julho, possibilitou o início do diálogo com os movimentos de libertação, o que culminaria, aproximadamente um ano depois, nas independências de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Entretanto, esse processo foi marcado por divergências internas, especialmente entre António de Spínola, que defendia uma solução mais gradual e negociada, e o MFA, que apoiava uma descolonização mais rápida. Além disso, as independências foram seguidas por desafios, como conflitos internos e guerras civis em algumas das ex-colônias.⁷¹⁰

Nos meses que se seguiram à Revolução dos Cravos, aumentou a pressão sobre o general António de Spínola para definir uma estratégia clara de descolonização. O MFA, que assumiu uma posição central no governo provisório após a revolução, defendia uma descolonização rápida e direta, em contraste com a proposta inicial de Spínola, que sugeria uma transição gradual, por meio de referendos, com o objetivo de formar uma federação com as colônias. A promulgação da Lei n. 7/74 foi um marco importante, possibilitando o início formal das negociações com os movimentos de libertação. Em pronunciamento feito na televisão e no rádio, Spínola reconheceu o direito à autodeterminação dos povos das colônias e anunciou a independência imediata desses territórios. Esse pronunciamento representou um ponto de virada na política colonial portuguesa, dando início a um processo acelerado de descolonização. Nesse contexto, Spínola buscou uma conexão com as ideias de Gilberto Freyre, tentando desenvolver uma “familiaridade reconfortante” com o ideal freyriano para amenizar as tensões da transição.⁷¹¹ Spínola contou com a ajuda de Freyre:

⁷¹⁰ SANTOS, Pedro Neves de Carvalho. **A intervenção da imagem: encanto e desencanto dos documentaristas da Revolução de Abril (1974-1980)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Universidade do Porto, Porto, 2006.

⁷¹¹ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Em sua coluna jornalística, Gilberto Freyre citou a referência que Spínola lhe fizera e discutiu “os já quase novos brasis que são Guiné, Angola e Moçambique”. Como esses países compartilhavam a língua portuguesa, essa língua comum caracteriza um mundo de língua portuguesa, uno também, sem prejuízo da sua pluralidade de modos nacionais de ser, por numerosas tendências [...] uma delas, a tendência para sermos uma democracia racial em contraste com um mundo dividido por tantos ódios de raça.⁷¹²

Essa ideia de que a própria língua portuguesa era um “carregador de cultura que sustinha a miscigenação e a igualdade racial”⁷¹³ amenizava os impactos dessa descolonização, que preocupava muitos portugueses naquele momento. Freyre sustentava seus argumentos por acreditar que esses países não eram apenas como lugares unidos pela língua, mas também por certos valores e tendências culturais que os distinguem em um mundo muitas vezes dividido por diferenças raciais e étnicas. No entanto, nessas novas circunstâncias, não foi um discurso creditado por muitos.

5.2 A PUBLICAÇÃO BRASILEIRA DE *PORTUGAL E O FUTURO*

Desmentindo rumores de sua autoria na obra⁷¹⁴, Lacerda critica a escrita e, de forma ambígua, sugere que Spínola talvez não seja o verdadeiro autor, mesmo tendo o livro sido publicado por sua editora, a Nova Fronteira, e com um prefácio escrito por ele. Esse comentário pode aludir a uma complexa rede de interesses políticos e manipulações editoriais que poderiam ter impacto na narrativa da Revolução dos Cravos.

Sobre Portugal, aliás, correu o boato de que eu é que teria escrito *Portugal e o futuro*. Não. Primeiro, porque é mal escrito. Se eu tivesse escrito, tenho a impressão de que escreveria um pouco melhor. Segundo, acho que também não foi escrito pelo General Spínola.⁷¹⁵

O trecho acima revela as complexidades das relações e percepções de Lacerda no que diz respeito ao livro *Portugal e o futuro* e ao general Spínola.

Apesar de seu aparente vínculo com Lacerda, inclusive sendo seu hóspede durante o exílio, Spínola é mencionado apenas uma vez no *Depoimento*, uma das principais obras

⁷¹² DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 213.

⁷¹³ *Ibid.*, p. 213.

⁷¹⁴ Sebastião Lacerda confirmou que a obra não foi escrita por seu pai e acrescentou em resposta à pergunta: “Pois é, sendo escrita por um general, *Portugal e o futuro* é quase um relatório, uma convocação. A ideia era chamar todos para o país, pois há muito a ser feito lá dentro” (LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023).

⁷¹⁵ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 359.

memorialística de depoimentos relacionadas a Lacerda. Tal escolha estratégica pode indicar um desejo de Lacerda de manter certos aspectos de sua relação com Spínola reservados, talvez por razões políticas ou pessoais. Essa única referência destaca a riqueza e nuance das memórias políticas, evidenciando a necessidade de interpretar não apenas o que é explicitamente registrado, mas também o que é intencionalmente omitido.

Este segmento da pesquisa destina-se a examinar as razões que motivaram Lacerda a publicar *Portugal e o futuro* em território brasileiro, dando especial atenção à análise do prefácio de sua autoria. Buscaremos compreender o momento histórico e avaliar o impacto dessa obra no contexto da Revolução dos Cravos.

O livro *Portugal e o futuro*, publicado pela primeira vez em Portugal em fevereiro de 1974, pouco antes da Revolução dos Cravos, trouxe à discussão o delicado tema do fim do império colonial português. No mesmo dia em que foi lançado, uma cópia foi entregue a Lacerda. Durante sua viagem de regresso ao Brasil, Lacerda dedicou-se à leitura da obra ainda a bordo do avião.⁷¹⁶ Decidiu, assim que chegou, publicá-la em sua editora, a Nova Fronteira.⁷¹⁷ Spínola propôs um “cessar-fogo nas colônias, sucedido por plebiscitos que possibilitariam às populações coloniais decidirem pela sua independência”.⁷¹⁸ Em suas páginas, ele reconheceu abertamente a impossibilidade de Portugal alcançar uma vitória estritamente militar nas guerras coloniais, afirmando que “pretender ganhar uma guerra subversiva mediante uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota”.⁷¹⁹

Contudo, Spínola expressou a convicção de uma profunda ligação entre Portugal e suas colônias e sugeriu que os povos africanos tinham um desejo intrínseco de preservar seu vínculo com Portugal. Essa perspectiva é ainda mais evidenciada quando o general compara a situação com o Brasil. Para Spínola, o Brasil mantinha viva a essência da cultura portuguesa, reconhecendo e valorizando o legado português, atribuindo aos portugueses uma capacidade singular no exercício do poder, uma visão que, segundo ele, reflete um profundo sentimento de gratidão por parte dos brasileiros.

Portugal e o futuro desempenhou um papel fundamental ao evidenciar o interesse da opinião pública portuguesa em relação à crise ultramarina, assunto constantemente silenciado pelo regime. A obra também destacou o elevado grau de tensão e a evidente falta de unidade nos

⁷¹⁶ PUBLICAÇÃO de “Portugal e o futuro”. RTP Arquivos, 1º maio 1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/publicacao-de-portugal-e-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷¹⁷ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano**: uma biografia (1906-1980). Lisboa: Objectiva, 2016.

⁷¹⁸ DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 211.

⁷¹⁹ *Ibid.*, p. 211.

altos escalões das Forças Armadas.⁷²⁰ No entanto, “não se pode considerar o livro como elemento determinante para os acontecimentos do 25 de abril”⁷²¹, visto que tal revolução ocorreria independentemente da existência da obra *Portugal e o futuro*.

Quando a conspiração dos capitães avançava, discutia-se a possibilidade de elaborar um documento programático que definisse os objetivos do MFA. Nesse contexto, o livro em questão despertou grande atenção da opinião pública, vendendo milhares de cópias em poucos dias. Esse interesse evidenciou o crescente debate sobre a questão colonial, amplamente censurada pelo regime. Conforme relatado por Sebastião Lacerda⁷²², “vendeu muito, vendeu muito. Só não deu muito dinheiro porque cobrou barato pelo livro”. O impacto da obra também intensificou as divisões internas nas Forças Armadas, pois muitos oficiais de média patente já expressavam insatisfação com a duração e os custos humanos e financeiros da Guerra Colonial.

Naquela época, Portugal reivindicava os direitos de venda de todos os livros em língua portuguesa, o que impactou negativamente a rentabilidade do livro na Nova Fronteira, como destacado por Sebastião Lacerda:

“Essa questão de publicação de livro entre Brasil e Portugal sempre foi algo ‘dividido e mal-humorado’ porque durante toda a primeira metade do século XX, Portugal comprava direitos para a ‘língua’ de qualquer livro assim. Aí ele vendia uma ‘porcaria’ de edição, mandava 500 exemplares para vender no Brasil, que naquela época já era ridículo. Isso quando mandavam. Já havia muitos mais leitores no Brasil. Em resumo, a má vontade já era grande. Provavelmente um agente português pode ter revivido essa pendência.”⁷²³

Embora *Portugal e o futuro* não possa ser visto como a causa direta da Revolução dos Cravos, ele certamente contribuiu para o ambiente de questionamento e debate que antecedeu a revolução. Ao apresentar argumentos convincentes sobre a necessidade de mudança e ao fazê-lo a partir da perspectiva de um general respeitado, o livro ajudou a legitimar publicamente a ideia de uma alternativa.

5.2.1 Razões para Lacerda publicar *Portugal e o futuro*

No dia 1º de maio de 1974, Lacerda elucidou as razões por trás do lançamento brasileiro do livro *Portugal e o futuro*, atribuído ao general António de Spínola e originalmente publicado

⁷²⁰ MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano**: uma biografia (1906-1980). Lisboa: Objectiva, 2016.

⁷²¹ *Ibid.*, p. 440-441.

⁷²² LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁷²³ *Ibid.*

em Portugal pela editora Arcádia em fevereiro daquele ano. Embora a obra seja comumente associada a Spínola, há questionamentos sobre a real autoria do livro. A edição brasileira, por sua vez, contou com uma nova introdução escrita por Lacerda. A entrevista, que teve duração aproximada de seis minutos, encontra-se preservada nos arquivos da RTP.

Lacerda começou o diálogo destacando as motivações claras e diretas para a publicação:

[...] Ao me deparar com essa obra a bordo do avião que me trouxe de volta de Lisboa em fevereiro, na iminência de seu lançamento nas livrarias portuguesas, rapidamente me persuadi de seu potencial impacto imediato para Portugal e para todos globalmente preocupados com o destino deste notável país.⁷²⁴

Ele prosseguiu, esmiuçando seus pontos:

[...] A obra do general Spínola articulava uma denúncia, uma avaliação e uma sugestão. A denúncia se mantinha relevante, a avaliação era perspicaz e a sugestão, construtiva, representava uma conciliação entre duas perspectivas aparentemente irreconciliáveis. Era, em minha percepção, a primeira vez em muitos anos que se apresentava uma proposta à qual o Brasil poderia genuinamente se alinhar, reconhecendo plenamente sua relação e responsabilidade em relação ao assunto.⁷²⁵

Lacerda enfatizava a posição especial do Brasil como nação irmã de Portugal, relembrando a rica história compartilhada entre ambos e os ideais pelos quais lutou incansavelmente, incluindo a visão de uma comunidade luso-brasileira. Ele acreditava na capacidade de o Brasil auxiliar Portugal durante aquele momento de turbulência. Na continuidade de seus argumentos, Lacerda disse: “Ao chegar, eu dava 4 meses para o desenrolar da crise portuguesa, errei por dois meses. Porque em 60 dias aí está o resultado. Por sorte, não fui profetar e não me gabo disso. Apenas fui um bom leitor do livro e tirei dele as consequências que estavam contidas nele”.⁷²⁶

A afirmação de Lacerda sobre a crise portuguesa deve ser contextualizada, pois seus comentários foram feitos em um momento em que a revolução já estava em andamento, e não antes dela. Sua observação reflete mais uma reação aos eventos em curso do que uma previsão antecipada. Após essas colocações iniciais, o assunto da entrevista passou a ser a “autodeterminação” dos recém-independentes países africanos. Lacerda então foi questionado se ele acreditava nisso, e ele disse que sim:

⁷²⁴ PUBLICAÇÃO de “Portugal e o futuro”. **RTP Arquivos**, 1º maio 1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/publicacao-de-portugal-e-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷²⁵ *Ibid.*

⁷²⁶ *Ibid.*

Acredito que seja perfeitamente possível que, embora haja aqueles que defendam a tese contrária à da permanência das áreas africanas no concerto português, haverá certamente quem pense que é melhor uma boa paz do que uma guerra. Que é melhor uma paz a curto prazo, mas de longa duração, uma paz difícil, uma paz dura, mas uma paz necessária, do que uma guerra perfeitamente evitável, uma guerra que já se alastra por longos anos e que impõe sacrifícios tão grandes para ambas as partes. Sei que isso não é fácil de conseguir, mas é sempre mais difícil continuar uma guerra do que fazer uma paz. Se pensarem assim os do outro lado, creio que, do lado português, a palavra do general Spínola, expressando mais uma vez os sentimentos, acredito, da imensa maioria da nação portuguesa, veio ao encontro dessa tese.⁷²⁷

A discussão de Lacerda sobre a autodeterminação revela uma visão pragmática e, em alguns aspectos, contraditória. Enquanto ele afirmava acreditar na autodeterminação dos países africanos, suas declarações também refletiam um certo ceticismo e um desejo de manutenção da influência portuguesa. Lacerda argumentava que uma paz negociada, embora difícil, era preferível a uma guerra prolongada. No entanto, seu apoio à manutenção das colônias portuguesas e sua crítica à ONU mostram uma preferência pela estabilidade que mantivesse os interesses de Portugal. Sua menção ao general Spínola, embora reconhecendo seu papel na transição, não deve ser vista como um endosso incondicional, visto que Spínola tinha suas próprias ambições políticas e era uma figura controversa.

Em sua próxima fala, Lacerda fez uma crítica à ONU, não sendo esta a primeira vez que ele se posicionou contrariamente a situações que aconteciam na ONU. Ele chega a afirmar, no caso de Portugal, que se alcançasse a Presidência da República ainda na década de 1960 votaria a favor da manutenção do colonialismo. Esse apoio é refletido em sua fala:

Não acho viável que a ONU se transforme numa fomentadora de guerra. Pelo menos em tese, aquilo é uma assembleia de governos interessados em manter a paz, interessados em enfrentar os problemas de maneira pacífica. Portanto, não é entregando o poder aos terroristas que se conseguirá uma solução pacífica. A solução não é fácil, mas acredito que à medida que o povo português esteja unido em torno dela, e na medida que os amigos de Portugal em todo o mundo, inclusive aqueles que tinham dificuldade em expressar essa amizade nas situações anteriores, mobilizando-se e unindo-se, sobretudo pensando juntos, sentindo juntos, poderão encontrar uma saída que poupe a juventude de Portugal. Essa sangria a que ela estava sendo submetida há tantos anos, poupando, no entanto, e ao mesmo tempo, Portugal de uma abdicação, uma renúncia, a uma posição que, a meu ver, a nós brasileiros nos interessa que seja mantida. Por outras palavras, vou concluindo: aquilo que, sem democracia, não se conseguiu, eu espero que democraticamente se possa alcançar. É dar a todos a oportunidade de se manifestar livremente.⁷²⁸

Lacerda enxergava a ONU como uma entidade que deveria ser essencialmente pacifista e promotora da paz entre nações. Ele era crítico em relação a qualquer ação ou postura da ONU

⁷²⁷ PUBLICAÇÃO de “Portugal e o futuro”. **RTP Arquivos**, 1º maio 1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/publicacao-de-portugal-e-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷²⁸ *Ibid.*

que pudesse fomentar ou encorajar conflitos, particularmente quando se refere a “entregar o poder aos terroristas”.⁷²⁹ Para ele, em nome da paz, a ONU não deveria tomar decisões que exacerbassem conflitos existentes, como era o caso da Guerra Colonial envolvendo Portugal, apoiando unicamente a descolonização, sem pensar no que aquilo refletia para os portugueses.

A fala de Lacerda sobre a democracia revela uma aparente contradição quando consideramos seu envolvimento no apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. Enquanto ele é visto como um dos propulsores desse evento antidemocrático, sua postura nessa declaração sugere que ele valoriza a democracia como a ferramenta mais eficaz para resolver disputas. Esse dualismo se torna ainda mais pronunciado quando ele indica que, por meio do diálogo e da livre expressão em um ambiente democrático, é possível encontrar resoluções pacíficas e duradouras para os conflitos. Ao afirmar que “aquilo que, sem democracia, não se conseguiu, eu espero que democraticamente se possa alcançar”⁷³⁰, Lacerda ressalta o papel central da democracia na superação de desafios, uma postura que contrasta fortemente com seu histórico político no Brasil.

Na última fala, o entrevistador quer saber como Lacerda enxerga essa “total liberdade”⁷³¹, ou seja, como a democracia seria exercida em Portugal a partir daquele momento. No primeiro momento, ele diz que, para ele, é difícil opinar ou expressar qualquer opinião sobre algo que, naquele momento, pertencia exclusivamente aos portugueses, mas, como “português de descendência e português honorário”⁷³², ele acreditava em duas coisas:

Primeiro, no reaprendizado da liberdade. Num país que há tantos anos lutou por ela, acredito que ninguém será louco o suficiente para jogá-la fora ou usá-la em vão, para desperdiçar esse bem do qual os portugueses estiveram privados por tanto tempo. Acredito que vão usar a liberdade reconquistada com moderação, com cuidado, porque sei o que significa perder o que se recuperou. Acredito, portanto, que a junta [JSN], como tem demonstrado até aqui, com uma fidelidade exemplar e um senso de urgência que lhe faz honra, cumprirá os compromissos que assumiu perante a nação portuguesa e seus amigos do mundo. Acredito que aquilo que uma ditadura não pôde conquistar, a democracia reconquistará.⁷³³

A declaração de Lacerda sobre Portugal evidencia uma perspectiva otimista quanto à capacidade da democracia de recuperar o que a ditadura não pôde conquistar. No entanto, tal afirmação é ironicamente contrastante com o papel que ele mesmo desempenhou no Brasil,

⁷²⁹ PUBLICAÇÃO de “Portugal e o futuro”. **RTP Arquivos**, 1º maio 1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/publicacao-de-portugal-e-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷³⁰ *Ibid.*

⁷³¹ *Ibid.*

⁷³² *Ibid.*

⁷³³ *Ibid.*

apoiando o golpe e a ditadura civil-militar. Embora não faça uma crítica direta à ditadura, Lacerda parece reconhecer implicitamente os problemas associados a esse tipo de governo. Segundo Sebastião Lacerda⁷³⁴,

“Meu pai também queria dar uma ‘canelada’ aos daqui. Era automático, todos perceberiam aonde leva uma Ditadura, o que aconteceria no final. Meu pai não só concordava de que era inviável aquilo tudo, como também ele viu essa via e tinha que espalhar essa noção. Mais perto onde é? Brasil.”

De fato, Lacerda permaneceu ao lado dos militares por um período relativamente curto, pois se sentiu traído quando as eleições de 1965, seu grande objetivo, não se concretizaram. A publicação de *Portugal e o futuro*, como mencionou Sebastião Lacerda, seu filho, foi uma maneira de criticar aqueles que não cumpriram suas promessas, o que resultou na perda de suas esperanças em relação às eleições e até mesmo na cassação de seu mandato, seguida por sua prisão. Isso marcou uma virada em sua carreira política e pessoal, evidenciando sua frustração por ter sido traído pelos militares e excluído do processo político. Essa frustração e a cassação de seu mandato destacam as contradições entre sua defesa inicial do golpe e sua posterior defesa da democracia, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Assim, a posição de Lacerda sobre a democracia em Portugal deve ser entendida à luz de sua complexa relação com a ditadura brasileira. Ele parecia acreditar que a democracia poderia corrigir os erros e superar os fracassos que a ditadura não conseguiu resolver, uma visão que ele aplicava tanto a Portugal quanto ao Brasil. No entanto, suas próprias ações e a história mostram uma trajetória marcada por contradições e mudanças de perspectiva. Estava tudo interligado.

5.2.2 Reconhecendo o prefácio de *Portugal e o futuro*

Lacerda começou o prefácio da edição brasileira de *Portugal e o futuro* narrando sua leitura da obra durante um voo de Lisboa para o Brasil. De acordo com Sebastião Lacerda⁷³⁵, seu pai fez o prefácio sem nenhuma autorização prévia. Ao fazê-lo, expressou sua convicção de que a história estava prestes a mudar mais uma vez. Ele teceu elogios ao general Spínola, ressaltando sua distinta carreira militar e todas as honrarias recebidas, e destacou os feitos do general na África, sobretudo na Guiné-Portuguesa e em Angola. Segundo Lacerda, “Portugal é

⁷³⁴ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁷³⁵ *Ibid.*

e deve se tornar cada vez mais um país africano do que europeu”, visto que, em sua visão, esse era o resultado natural de décadas de envolvimento português no continente africano.

Lacerda oferece uma breve análise sobre os últimos tempos de Marcello Caetano à frente do Estado Novo português, criticando sua resistência a mudanças significativas em Portugal. Em seguida, defende Spínola contra as acusações de conspiração, alegando que ele não era um homem dado a conspirações. Por fim, sintetiza o livro, alinhando-se ao que havia dito em uma entrevista concedida à RTP em maio de 1974. Ele destaca que a obra apresenta “uma análise, uma denúncia e uma proposta”:

A análise é perfeita. Ninguém ousou contestá-la. Não creio que se possa, honestamente, negar quanto ele informa e afirma acerca do que ocorre a Portugal, perante os portugueses e o mundo. A denúncia, esta, é dura, mas serena. Quem lhe negará autoridade para fazê-la? Ele é português, chefe militar, homem de Estado, herói de guerra e mostra que também é um escritor – como se verá neste livro – de clara exposição e bem construída lógica. Quanto à proposta, consiste – em resumo – no seguinte: mediante voto direto dos portugueses de todas as cores e condições, inclusive os analfabetos, os muçulmanos, os mestiços da Oceania, da Ásia, da África, além dos de Portugal europeu, serão consultados para que decidem se querem ou não continuar unidos, numa Federação de Estados autônomos. Se quiserem, isto é, se o espírito português que se alega existir é mesmo forte e resiste a essa prova, a prova da decisão livre pela autodeterminação dos povos, formar-se-á uma Federação sob um governo central. Uma versão nova da Comunidade Britânica, à moda portuguesa, aprendida também a lição do general De Gaulle e do seu “referendo” na África.⁷³⁶

Sebastião Lacerda⁷³⁷ descreve o livro como uma “obra profundamente denunciativa” e recorda uma imagem contrastante do general em um episódio em que sua filha, Isabel Lacerda, conheceu o general Spínola pela primeira vez:

“Foi, sem dúvida, um livro de denúncias contundentes! Spínola, um militar com sua farda impecável, botas, culotes e monocle. Minha filha Bel, nascida em 1966, tinha apenas 7 anos na época e ficou apreensiva ao vê-lo. Ela ficou atônita e, discretamente, se afastou, mantendo-se de costas até chegar perto de mim. Aquele detalhe no olho, a farda impecável, as botas e os culotes – uma figura que representava toda a história e a bravura de um general de artilharia e cavalaria, considerando suas lutas no norte da África.”⁷³⁸

Essa imagem do general Spínola descrita por Sebastião Lacerda destaca a percepção de autoridade e imponência associada ao militar. A reação de Isabel, uma criança, evidencia o

⁷³⁶ LACERDA, Carlos. Prefácio. In: SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 6-7.

⁷³⁷ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁷³⁸ *Ibid.*

impacto visual e emocional da figura do general, simbolizando a história militar portuguesa. Sebastião⁷³⁹ continua a narrativa trazendo à tona as reflexões do general:

“Ele compartilhou suas reflexões conosco: ‘Militarmente, não há solução. Portanto, politicamente também não. Da forma como está, só podemos encontrar uma saída política, já que a saída militar não é uma opção’. Lembrando as três guerras e os desafios enfrentados por esse país. Já não era mais viável manter os assuntos do século XIX.”

Aqui, Spínola reconhece a falência da solução militar e a necessidade imperiosa de uma solução política para os problemas enfrentados por Portugal. Sua avaliação reflete uma consciência histórica e política aguda, ao mesmo tempo que desafia as soluções tradicionais. A análise política de Sebastião⁷⁴⁰ se aprofunda ao mencionar os escritos de Eça de Queiroz:

“Se analisarmos os escritos políticos de Eça de Queiroz, ficam claro como os portugueses viam Portugal como uma potência europeia devido às suas descobertas e conquistas em lugares como a Índia e a China, onde as colônias portuguesas prosperavam e a língua portuguesa era falada. Goa, Damão e Diu mantinham o português como língua. Até na China, com uma população de 2 milhões de pessoas, o português era a língua de comunicação. Os portugueses tinham muito orgulho disso.”

Essa reflexão sobre o passado glorioso de Portugal serve como contraste com a realidade presente, marcada pelas guerras coloniais e a necessidade de reavaliar a posição do país no cenário global.

Lacerda destaca a posição de Spínola sobre a África ao ressaltar que o general não sugere que Portugal abandone a África, como “defendem os comunistas portugueses”. Ele acredita que, apesar dos riscos de rompimento dessas barreiras, dada a situação, a única solução seria aceitar a independência desses povos. Spínola, portanto, não advoga uma retirada total, mas, sim, uma transição controlada que respeite as aspirações de independência dos povos africanos, evitando um rompimento brusco que poderia ser desastroso. Por fim, Lacerda⁷⁴¹ aborda a visão de futuro de Spínola para Portugal:

Esse reconhecimento parece tardio, e sua preocupação centra-se em como Portugal avançará, permanecendo como a nação singular e autônoma que sempre foi. Ele questiona: “Poderá Portugal recuperar a paz após mais de 12 anos de uma guerra já considerada perdida?” Tanto na visão de Spínola quanto na sua, para alcançar a paz e para que Portugal se recomponha, é crucial devolver ao povo português a liberdade de

⁷³⁹ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

⁷⁴⁰ *Ibid.*

⁷⁴¹ LACERDA, Carlos. Prefácio. In: SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 7-8.

decidir e formar seu governo. Em sua perspectiva, a proposta não é radical, mas “ponderada e progressiva”, ainda que haja receios de ser uma resposta tardia.

Lacerda, sempre um defensor do colonialismo português, alinha-se com Spínola na crença de que a independência das colônias deve ser controlada e que Portugal deve manter uma influência significativa sobre esses territórios. Essa perspectiva sublinha a importância de uma transição que, embora apresentada como libertação, visa preservar os interesses e a influência portuguesa, garantindo que o país possa se recompor e avançar de maneira que continue a refletir suas ambições coloniais

Sobre a publicação no Brasil de *Portugal e o futuro*, observa-se que, em sua primeira edição portuguesa, o livro alcançou a impressionante marca de 50 mil exemplares, esgotados em apenas 12 horas, conforme destacado por Lacerda. Esse feito estabeleceu um recorde no universo editorial de língua portuguesa, demonstrando o impacto e a relevância do conteúdo do livro para o público português.⁷⁴² No entanto, é necessário destacar que o livro não foi distribuído nos países africanos onde Spínola exerceu papéis de governador e comandante-chefe, o que levanta questões sobre a verdadeira intenção por trás da publicação e sua circulação limitada. A ausência do livro em territórios africanos, que estavam diretamente envolvidos nas guerras coloniais discutidas por Spínola, sugere uma tentativa de controlar a narrativa e limitar o alcance das ideias propostas no livro a públicos específicos.

Antes de a Revolução dos Cravos se concretizar, Lacerda fez uma observação irônica ao salientar que, até aquele momento, “Spínola não havia sido preso, exilado ou sofrido uma morte acidental”.⁷⁴³ Essa observação sugere que, apesar das suas opiniões controversas e das “verdades” que ele proclamava, Spínola conseguiu manter-se em uma posição de relativa segurança e influência. Para Lacerda, isso era motivo de alívio, pois Spínola limitou-se a expressar “verdades para as quais o povo deveria estar preparado”.⁷⁴⁴ Essa declaração ressalta a percepção de Lacerda sobre a integridade e a justiça de Spínola, vendo-o como um líder que estava preparando o povo português para enfrentar realidades difíceis.

Lacerda enfatiza a necessidade de o Brasil se posicionar, alinhando-se a esse “novo Portugal”, que, em sua visão, renasceria sob a liderança de um general íntegro e justo. Essa chamada à ação para o Brasil indica a esperança de Lacerda de que o exemplo de Spínola pudesse inspirar mudanças não apenas em Portugal, mas também influenciar outras nações lusófonas. A

⁷⁴² LACERDA, Carlos. Prefácio. In: SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

⁷⁴³ *Ibid.*, p. 9.

⁷⁴⁴ *Ibid.*, p. 9.

visão de um “novo Portugal” renascido sob a liderança de Spínola é idealizada por Lacerda, que vê nele a possibilidade de um futuro mais justo e progressista, mesmo que essa visão seja controversa e carregada de contradições.

No encerramento de seu prefácio para *Portugal e o futuro*, Lacerda destaca três razões pelas quais os brasileiros deveriam se debruçar sobre a obra. Primeiro, ele faz uma comparação entre a situação mundial do Brasil, “gravemente ferido”, e a de Portugal, que já possuía um herói militar reconhecido, situação que o Brasil ainda não havia alcançado. Em seguida, Lacerda ressalta a proposta que consta no livro de uma Federação Lusófona, que poderia originar uma confederação de nações lusófonas espalhadas por cinco continentes. Essa confederação teria como cerne uma cultura marcada pela miscigenação racial, elemento que o Brasil, na visão de Lacerda, não apenas personifica, mas também poderia liderar. Por fim, ele sublinha o apelo do livro por paz, desenvolvimento e liberdade, interpretando-o como um contraponto à ditadura militar brasileira que perdurava desde 1964:

O livro do general Spínola não deve ser apenas lido. Deve ser compartilhado com todos. Aos jovens, para que entendam o que sentem e, às vezes, não conseguem exprimir. Aos adultos, para que relembrem lições que, ao que parece, andam esquecidos. A todos, enfim, para que compreendam que um homem de guerra pode entender de paz e que um homem da disciplina reconhece o valor insubstituível da liberdade.⁷⁴⁵

Lacerda estava correto em relação ao sucesso do livro no Brasil. No dia 9 de abril, ele dirigiu uma carta ao general Spínola, sugerindo interações prévias entre ambos, evidenciadas por Lacerda ao enviar recortes de seus artigos sobre a tensa situação em que Portugal se encontrava às vésperas de uma revolução.⁷⁴⁶ Lacerda expressou sua gratidão pela obra *Portugal e o futuro*, garantindo que a promoveria extensivamente. Além disso, informou que o livro estava esgotado em várias regiões do Brasil, incluindo Brasília, onde foram vendidos cerca de 30 mil exemplares, e que uma segunda edição já estava em preparação.

Ele mencionou um discurso do ex-líder português Marcello Caetano, observando sua escassa divulgação no Brasil: “O discurso do professor Caetano, que alertava o Brasil sobre as consequências de um êxodo português da África, praticamente não repercutiu aqui, tornando a advertência em questão praticamente nula”.⁷⁴⁷ Esse contraste é ainda mais acentuado quando comparado à ampla disseminação de *Portugal e o futuro*.

⁷⁴⁵ LACERDA, Carlos. Prefácio. In: SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 12.

⁷⁴⁶ LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014.

⁷⁴⁷ *Ibid.*, p. 351.

Ao concluir sua carta, Lacerda teceu críticas ao Estado Novo português: “A profunda solidão de Portugal tanto me perturba quanto me sensibiliza. Especialmente, a aparente negligência dessa solidão, um tipo de autossuficiência que parece levar a pouco”.⁷⁴⁸ Encerrando com uma reflexão, ele indagou sobre o destino de Portugal, antecipando, contudo, que *Portugal e o futuro* teria um papel determinante na trajetória do país.

O prefácio de *Portugal e o futuro* escrito por Lacerda é um importante indicativo das visões políticas e sociais que permeavam o cenário lusófono da época. Em sua análise, identificamos o reconhecimento de Lacerda sobre a importância da obra de Spínola, não apenas para Portugal, mas para toda a comunidade de língua portuguesa.

Lacerda destaca o mérito de Spínola em conciliar sua vasta experiência militar com uma visão progressista sobre a liberdade e a paz. A defesa da leitura do livro a diferentes segmentos da sociedade, conforme pontuado por Lacerda, sugere a crença no poder transformador do conteúdo da obra. No que tange à repercussão da obra no Brasil, ele previu seu sucesso editorial, um feito que, posteriormente, confirmou-se. O reconhecimento da relevância desse livro por Lacerda, juntamente com suas reflexões sobre a situação política de Portugal e do Brasil, reafirma a interconexão e as influências mútuas entre os países lusófonos durante esse período e a intenção do político em participar da revolução subsequente.

5.2.3 *Portugal e o futuro*: uma obra que Lacerda poderia ter assinado

O livro *Portugal e o futuro*, atribuído a Spínola, é uma peça literária de destaque na história política portuguesa. No entanto, ao examinarmos sua essência e os discursos presentes na obra, encontramos perspectivas e visões lacerdistas. Em diversos momentos da leitura, é quase evidente a convergência de pensamentos entre os dois, a ponto de nos fazer questionar: poderia Lacerda ter escrito essa obra? Essa questão foi abordada em diversas ocasiões, a tal ponto que Lacerda se mostrou bastante incomodado com as insinuações. Ele fez questão de destacar em seu *Depoimento* que a obra não poderia ser sua, argumentando que estava mal escrita.⁷⁴⁹

Nesse segmento, iremos revelar alguns trechos que destacam essa interseção notável entre as vozes de Spínola e Lacerda. Essa análise não só fortalece a conexão percebida entre os dois, mas também lança luz sobre a decisão de Lacerda de publicar o livro pela editora Nova

⁷⁴⁸ LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014. p. 351.

⁷⁴⁹ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro, 1977.

Fronteira. Para o político brasileiro, era mais do que apenas uma publicação: era um testemunho de suas convicções, seus valores e suas visões compartilhadas, fazendo da obra um reflexo paralelo de sua identidade política.

Um aspecto destacado, que ressoa com as visões de Lacerda, diz respeito às contradições manifestadas após concessões de poder político. Já nas primeiras páginas do livro, Spínola enfatiza a relevância da democracia, defendendo que os “cidadãos têm o incontestável direito de questionar e de serem questionados sobre a concretização desse ideal e sobre quais são, de fato, os interesses que o movem”. Ele ainda afirma que “para que a Pátria seja genuinamente sentida e não meramente discutida, é essencial que todos os cidadãos a percebam como real, sendo todos igualmente capazes, especialmente aqueles que por ela arriscam suas vidas, mesmo que não sejam letrados”. Conclui ao dizer que a nação “reside primordialmente no coração do Povo, o mesmo Povo que hoje, nos campos de África, trabalha, luta e morre”.⁷⁵⁰

O parágrafo original sobre o livro de Spínola evidencia uma aparente defesa da democracia e do papel ativo dos cidadãos. Entretanto, se considerarmos o histórico de Spínola e sua resistência a certas formas de democracia, o trecho do livro pode ser visto como contraditório. Em sua prática política, ele mostrou resistência a certos movimentos democráticos, o que demonstra uma tensão entre o que ele escreveu e o que ele defendeu ou praticou, evidenciando uma contradição entre seu discurso e suas ações.

Essas convicções, que realçam o papel central do povo na política e na defesa da nação, encontram ecos nas ideias e posturas de Lacerda, indicando uma possível interação de pensamento entre os dois líderes. Ademais, Lacerda e Spínola, em momentos distintos de suas trajetórias, alinharam-se a movimentos antidemocráticos, levando-os ao afastamento do palco político principal.

Mais adiante, Spínola destaca as extensas “comunidades lusíadas”, sublinhando que o Brasil seria a mais proeminente e que deveria ter um papel real, e não apenas um idealismo sem efeitos práticos.⁷⁵¹ Lacerda era um defensor desse relacionamento entre Brasil e Portugal, acreditando que a interação deveria ser concreta e não apenas existente no papel. Ele defendia um vínculo com benefícios autênticos, enraizados na história compartilhada desde os tempos coloniais. Um trecho ambíguo do livro precisa ser destacado nesta análise:

O mundo de hoje rege-se por princípios diversos dos então proclamados e, todavia, continua a exigir-se aos países mais fracos que os respeitem na medida em que de tal resultem favorecidos os interesses dos mais fortes, e estes não hesitam em fazer tábua

⁷⁵⁰ SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 54-55.

⁷⁵¹ *Ibid.*

rasa das grandes desesperanças que, findo o último conflito, renasceram na humanidade.⁷⁵²

O trecho supracitado apresenta uma crítica à geopolítica contemporânea, enfatizando a discrepância entre os princípios proclamados e as práticas reais adotadas por nações poderosas. Sugere que, enquanto os países mais fracos são pressionados a aderir a padrões estabelecidos, as grandes potências manipulam essas regras para beneficiar seus próprios interesses. Essa manipulação ocorre mesmo que signifique descartar as esperanças surgidas após conflitos significativos, como a Segunda Guerra Mundial. Em essência, o autor denuncia a hipocrisia nas relações de poder globais, em que os interesses das nações dominantes frequentemente prevalecem sobre valores universais.

A atuação de Spínola no contexto da Revolução dos Cravos, em 1974, pode ser vista como marcada por tensões entre a preservação do império português e a pressão crescente pela descolonização. Em *Portugal e o futuro*, Spínola expressa sua visão conservadora, sugerindo um período de transição em busca de uma solução para o problema colonial, sem necessariamente defender a independência completa das colônias. Sua atuação como presidente após a revolução reflete essa mesma postura, pois, embora não tenha perseguido de maneira imediata e decisiva a descolonização, suas ações estavam em linha com suas propostas de uma transição mais cautelosa. Esse posicionamento gerou críticas de alguns setores que associavam a Revolução dos Cravos a ideais mais alinhados à autodeterminação e à independência das colônias, evidenciando o contraste entre diferentes visões sobre o processo de descolonização.

Outro aspecto proeminente da obra refere-se à ONU e à sua influência direta na descolonização portuguesa:

A justiça proclamada no seio da ONU como fonte de paz mundial só resultaria eficaz se o direito internacional dela decorrente dispusesse de força suficiente para se impor. Mas essa força apenas a detém uns quantos, para que é de justiça ou é contrária os seus designios; estamos em presença de uma estrutura ainda muito agarrada ao primado dos nacionalismos consubstanciado na tese de que cada povo tem o direito de defender os seus interesses pela melhor forma.⁷⁵³

O trecho em questão aborda as perspectivas de Spínola sobre a ONU e sua influência na descolonização portuguesa. Ao analisar a citação, percebemos uma crítica implícita à ONU: Spínola argumenta que a justiça, central para a missão da ONU, seria verdadeiramente eficaz somente se respaldada por uma força capaz de impô-la. Contudo, ele sugere que essa força reside

⁷⁵² SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 79.

⁷⁵³ *Ibid.*, p. 80.

apenas nas mãos de alguns países, que a utilizam conforme seus próprios interesses, seja em favor da justiça global ou contra ela.

Spínola também levanta a questão do nacionalismo, insinuando que, no âmbito da ONU, muitos países ainda operam sob a premissa de proteger seus próprios interesses nacionais acima de tudo. Esse é um ponto interessante, visto que Portugal, sob Spínola e seus contemporâneos, estava lidando com pressões internacionais, especialmente da ONU, para descolonizar.

Em diversas partes do livro, Spínola reverencia o Brasil e estabelece uma forte conexão entre a nação sul-americana e Portugal, quase como se fossem inseparáveis. Ele enaltece a visão progressista do Brasil, um país em pleno crescimento que busca expansão global e acesso a novos mercados:

Mercados que se situam em África, onde exatamente se encontra o mais hostil ambiente às nossas atuais concepções. Daí que não só as economias portuguesas e brasileira sejam ainda mais concorrentes do que complementares, como também cedo ou tarde a diplomacia brasileira terá de escolher entre o nosso atual conceito de comunidade e os mercados que vem prospectando e tenta atrair. Sem demasiado pessimismo, cremos bem que a comunidade luso-brasileira, a despeito de poderem crescer no imediato certas exteriorizações da sua platônica existência, atingiu o máximo permitido pela atual conjuntura.⁷⁵⁴

O trecho destaca a relação profunda e complexa entre Brasil e Portugal, conforme delineada por Spínola em seu livro. Enquanto inicialmente Spínola presta homenagem ao Brasil, reconhecendo-o como um país de visão futurista e crescimento econômico significativo, ele também aponta para as complexidades inerentes à relação bilateral. Ele sugere que o Brasil, em sua busca de novos mercados, principalmente na África, poderia eventualmente se encontrar em desacordo com os conceitos portugueses contemporâneos. A menção de que as economias portuguesa e brasileira são mais “concorrentes” do que “complementares” ressalta um potencial conflito de interesses.

No decorrer de sua obra, Spínola faz questão de referenciar Gilberto Freyre, figura emblemática quando se fala da relação entre Brasil e Portugal. Freyre, com sua extensa ligação com Portugal, defendeu ideias que sustentavam as colônias ultramarinas, sobretudo a noção de uma “miscigenação racial” genuína. Spínola compara a Independência do Brasil ao “nascimento de um filho”, ressaltando os laços profundos entre as duas nações. Ele observa que o Brasil não herda apenas a língua de Portugal, mas também traços culturais, modos de vida e uma valorização da miscigenação, conceitos amplamente defendidos por Gilberto Freyre.⁷⁵⁵

⁷⁵⁴ SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 95.

⁷⁵⁵ *Ibid.*

Em suma, em *Portugal e o futuro*, Spínola constrói um mosaico de reflexões que espelham as ambiguidades de Portugal do período pós-colonial. Suas contradições, principalmente no que tange à descolonização e à democracia, paralelamente à exaltação das relações entre Portugal e Brasil, destacam a complexidade da narrativa lusa nesse momento histórico.

Muitos dos argumentos e sentimentos expressos por Spínola ecoam os pensamentos de Lacerda, apontando para uma sinergia de ideias entre esses dois políticos. Essa simetria ideológica sugere que, mais do que produto de uma única mente, *Portugal e o futuro* poderia ser visto como representativo de um “espírito” político e cultural que transcendia fronteiras. A obra, portanto, serve não apenas como uma janela para o pensamento de Spínola, mas também como um espelho para as tensões e os paradigmas compartilhados por líderes contemporâneos, incluindo Lacerda.

5.3 A ESTADIA DE SPÍNOLA NO BRASIL: A HOSPITALIDADE DE LACERDA EM PETRÓPOLIS

No discurso de sua posse como presidente da República no Palácio de Queluz, em 15 de maio de 1974, Spínola ressaltou: “[...] a minha presença neste lugar deverá ser por todos entendidas, antes de tudo e apenas, como firme e cabal garantia de que não serão traídas as esperanças despertadas nos corações dos portugueses na manhã de 25 de abril”.⁷⁵⁶ Ser o primeiro presidente após um período ditatorial de 48 anos representava uma responsabilidade imensa. Muitos portugueses aguardavam ansiosamente esse momento. No entanto, a gestão de Spínola seria de curta duração, visto que ele renunciaria em setembro do mesmo ano, em meio a tentativas de mais um golpe contra a democracia portuguesa.

Entre suas primeiras medidas, Spínola tentou, sem êxito, “convencer a direção do MFA a se autodissolver e restabelecer a hierarquia tradicional”.⁷⁵⁷ Além disso, escolheu oficiais de sua confiança para dirigir as regiões militares, as unidades mais importantes e as forças policiais. A escolha do primeiro-ministro também desagradou ao MFA. Todos os nomes propostos foram desconsiderados por ele. Ao conseguir eleger um primeiro-ministro da sua confiança, Spínola esperava de Adelino da Palma Carlos apoio incondicional e cumprimento das ordens.⁷⁵⁸ Essas

⁷⁵⁶ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 135.

⁷⁵⁷ *Ibid.*, p. 135.

⁷⁵⁸ ANTÓNIO de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril. **RTP Arquivos**, 2011. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>. Acesso em: 28 out. 2024.

primeiras ações foram amplamente contestadas, levando alguns capitães a criarem a Comissão Coordenadora do Programa do MFA (CPP)⁷⁵⁹, como garantia do cumprimento dos inúmeros princípios estabelecidos no Programa do MFA. Os problemas, portanto, começaram logo no início do mandato de Spínola.

Os problemas enfrentados pela Presidência de Spínola resultaram em crises internas e externas. No âmbito interno, essas crises emergiram do processo revolucionário de 1974, tema examinado detalhadamente nesta pesquisa. No contexto externo, Portugal foi impactado pelo choque petrolífero de 1973, que deu origem a uma profunda crise econômica internacional. A situação era agravada por greves e paralisações laborais, impulsionadas por demandas de aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Esses desafios eram ainda exacerbados pela chegada de aproximadamente 600.000 retornados das colônias africanas nos anos subsequentes à revolução.⁷⁶⁰ Curiosamente, Portugal parecia estar vivenciando uma espécie de crise primária que outros países da União Europeia e do mundo já haviam superado em décadas anteriores, frequentemente após períodos de conflitos mais severos e complicados do que o longo processo de descolonização português, que se mostrou atrasado e autocentrado.

No início desse período de transição do regime ditatorial para o democrático, começou o processo de descolonização portuguesa. Originalmente, o programa do MFA previa o “claro reconhecimento do direito à autodeterminação”⁷⁶¹, mas Spínola conseguiu alterá-lo para o “lançamento de uma política ultramarina que conduz à paz”.⁷⁶² A tensão entre Spínola e o MFA crescia gradativamente, intensificada por cada imposição e circunstância contrárias aos ideais do movimento revolucionário de 1974. Essa tensão se agravaria ainda mais com a questão da descolonização.

Durante o verão de 1974, Spínola buscava uma terceira via que contemplasse tanto os “movimentos de libertação”⁷⁶³ quanto as expectativas das comunidades brancas locais, especialmente em Angola e Moçambique. Esse posicionamento ia contra a sensibilidade predominante do incipiente sistema partidário e do MFA no terreno. Elementos deste último

⁷⁵⁹ Dado que muitos membros do MFA não estavam completamente alinhados com as ações de Spínola, a CPP era uma forma de manter algum grau de influência e supervisão sobre o processo político em andamento.

⁷⁶⁰ AMARAL, Luciano. O processo económico. In: PINTO, António Costa (coord.). **A busca da democracia: 1960-2000**. Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5. (Coleção História Contemporânea de Portugal: 1808-2010). p. 91-92.

⁷⁶¹ PINTO, António Costa. A busca da democracia. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História política contemporânea: Portugal – 1808-2000**. Lisboa: Objectiva, 2019. p. 288.

⁷⁶² *Ibid.*, p. 288.

⁷⁶³ *Ibid.*, p. 289-290.

pressionavam por uma saída rápida e detinham o poder militar. A viabilidade dessa posição de Spínola dependeria de um poder metropolitano forte e de uma base militar de apoio.⁷⁶⁴

Spínola percebeu a necessidade urgente de manter uma “aparência” no cenário global, além de manter a ordem em Portugal. Para esse efeito, optou por estabelecer uma aliança com o presidente americano Richard Nixon, com quem se encontrou em Açores:

Por ora posso afirmar que a reunião do trabalho que acaba de realizar-se, entre o presidente dos EUA, Richard Nixon, e eu, presidente de Portugal, decorreu na maior cordialidade, tendo sido amplamente consideradas as exposições dos dois países na presente conjuntura.⁷⁶⁵

O governo de Spínola foi marcado por tensões internas crescentes. O MFA frequentemente discordava das medidas propostas pelo presidente, sobretudo no que dizia respeito ao processo de descolonização. As mobilizações populares também se intensificavam, refletindo o descontentamento com a situação política. Em um contexto no qual a nação ainda enfrentava sérias dificuldades, os discursos de Spínola geravam crescente inquietação. Sentindo-se cada vez mais isolado, ele tentou se aproximar de setores da direita civil na tentativa de reverter a situação. Alguns grupos ligados à extrema direita chegaram a sugerir a imposição de um Estado de sítio, o que conferiria plenos poderes ao general.⁷⁶⁶

Spínola perseverava em seus discursos, frequentemente evocando virtudes nacionais para unir os portugueses. Frases como “estamos sempre dispostos a honrar a Pátria”, “nos manteremos sempre à disposição” e “sempre pensando num futuro melhor para nossa mãe-pátria”⁷⁶⁷ eram comuns em suas falas, numa tentativa de mobilizar o espírito cívico e patriótico do país.

No dia 28 de setembro de 1974, ocorreu uma manifestação em apoio ao general Spínola. Os slogans proclamavam: “Manifestação de apoio ao general Spínola: não ao extremismo, sim à firmeza e à fidelidade ao programa do MFA”.⁷⁶⁸ As propagandas asseguravam que o evento seria isento de campanha partidária e que a segurança seria provida pela Força de Segurança Portuguesa. Durante o discurso, Spínola afirmou que a “maioria silenciosa” estava ali para defender a nação portuguesa contra o extremismo, que ele descreveu como o resultado de “manipulações da massa, que tentavam condicionar o comportamento de um povo ao

⁷⁶⁴ PINTO, António Costa. A busca da democracia. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História política contemporânea: Portugal – 1808-2000**. Lisboa: Objectiva, 2019. p. 289-290.

⁷⁶⁵ ANTÓNIO de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril. **RTP Arquivos**, 2011. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷⁶⁶ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

⁷⁶⁷ ANTÓNIO [...], *op. cit.*

⁷⁶⁸ *Ibid.*

obscurantismo político”.⁷⁶⁹ Esse discurso refletia as ideias que o general vinha expressando ao longo do verão de 1974, em uma tentativa de controlar as crescentes tensões e mobilizações populares.⁷⁷⁰

Do outro lado, a população foi mobilizada para sair às ruas em defesa da revolução. A convocação buscava reunir forças contrárias às medidas de Spínola, visando preservar os princípios consignados no Programa do MFA e a busca por um sistema democrático mais inclusivo. A situação ressaltava o claro embate ideológico que se estabelecia na sociedade portuguesa naquele momento, pondo em evidência a polarização entre os defensores do novo governo e aqueles que desejavam manter a posição ou seguir um caminho distinto do proposto pelo MFA:

À entrada de Lisboa são erguidas barricadas para controlar a eventual entrada de armas, e o COPCON inicia uma operação de detenção de vários indivíduos suspeitos de implicação num golpe contrarrevolucionário. O projeto da “maioria silenciosa” fica comprometido.⁷⁷¹

Em uma de suas últimas tentativas de consolidar o poder, o general Spínola procurou dissolver a Instituição de Solidariedade Nacional (ISN), uma organização que estava relacionada às iniciativas sociais e políticas do governo. No entanto, essa medida gerou uma forte reação do MFA, especialmente pela Comissão Coordenadora do Programa (CCP), que respondia diretamente às ações de Spínola. Como contrarresposta, a CCP apresentou uma lista de demissões de oficiais que apoiavam Spínola, enfraquecendo ainda mais sua posição política. Cada vez mais isolado e sem o apoio necessário para implementar suas estratégias, Spínola se viu sem alternativas e acabou renunciando ao cargo de presidente.⁷⁷²

5.3.1 O exílio de Spínola: a hospitalidade de Lacerda em Petrópolis

Após sua renúncia, em 30 de setembro de 1974, Spínola não abandonou a esperança de retomar o poder. Em 11 de março de 1975, ele tentou um golpe de Estado, com o objetivo de reverter a direção tomada pela revolução. No entanto, o fracasso dessa tentativa resultou em sua partida para o exílio. Esse período marcou o fim de sua carreira política em Portugal. O conselho

⁷⁶⁹ ANTÓNIO de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril. **RTP Arquivos**, 2011. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷⁷⁰ *Ibid.*

⁷⁷¹ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 139.

⁷⁷² *Ibid.*

da revolução decidiu expulsar Spínola e outros 18 oficiais das Forças Armadas, uma ação que, para um homem que sempre se considerou acima de tudo um militar, foi comparada a uma condenação à morte. O exílio foi dramático para Spínola, que vivia com o desejo de retornar à sua terra natal e de ver uma vitória democrática nas urnas em Portugal.

Encontro-me perante a exigência do programa do Movimento das Forças Armadas estar a ruir no quadro de uma ação política final, a sua própria neutralização em um verdadeiro clima de reversão ao clima de moral cívica, à margem do qual se torna impossível a prática da democracia e da liberdade. Encontro-me, portanto, perante a impossibilidade de execução fiel do programa do Movimento das Forças Armadas. O meu sentido de lealdade inibe de trair o povo a que pertenço e para qual, sob uma bandeira de uma falsa liberdade, estão preparando novas formas de escravidão. Tenho dedicado toda a minha vida ao serviço da Pátria e não desejo que fique a pesar minha consciência é ver alguma vez traído os meus concidadãos. Nessas condições, e perante a total impossibilidade do atual clima de se construir uma democracia autêntica, ao serviço da paz e do progresso, renuncio ao cargo de presidente da República.⁷⁷³

O argumento de construção de uma “democracia autêntica” apresentava um elo notável entre Lacerda e Spínola. Ambos compartilhavam uma visão que, embora buscasse estabelecer uma democracia, paradoxalmente se aproximava de práticas autoritárias, como a defesa de “Estados de sítio”, modificações constitucionais e a seleção de partidos que consideravam “consistentes”.⁷⁷⁴ Essas medidas não só prejudicaram a carreira política de Lacerda no Brasil como também contribuíram para a renúncia de Spínola e seu exílio, encerrando seu mandato como presidente da República Portuguesa.⁷⁷⁵

Desde o início, havia sinais claros de que as autoridades espanholas hesitavam em hospedar Spínola em seu solo. A presença do ex-presidente poderia levar a interpretações errôneas e ameaçar a postura da Espanha de não interferência nos assuntos internos de Portugal. De fato, em 12 de março, em resposta a especulações surgidas em Lisboa, o governo espanhol emitiu uma declaração reiterando seu compromisso com o princípio de não intervenção, destacando sua postura consistente e estrita em relação a Portugal. Mesmo que a declaração não mencionasse diretamente Spínola, estava implícito que a situação gerada por sua presença em Talavera la Real era o catalisador. A presença de Spínola colocou o governo de Franco em uma posição delicada, desejando evitar qualquer ação que pudesse ser vista como hostil a Portugal.

⁷⁷³ ANTÓNIO de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril. **RTP Arquivos**, 2011. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁷⁷⁴ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 159.

⁷⁷⁵ *Ibid.*

Além disso, havia preocupações de que Spínola pudesse unir os exilados portugueses de direita na Espanha, potencialmente causando distúrbios na fronteira.⁷⁷⁶

Após Spínola chegar à Espanha, a possibilidade de sua eventual deslocação para o Brasil foi amplamente discutida, inclusive pelos próprios veículos de comunicação brasileiros. Conforme citado pelo *Diário de Notícias*, “podendo, contudo, facilitar o trânsito pelo seu território, com destino a outros países, nomeadamente o Brasil”⁷⁷⁷, a *Rádio Jornal do Brasil* informou que Spínola havia solicitado asilo político ao governo brasileiro.

O exílio no Brasil não era uma situação inédita para políticos portugueses e vice-versa. Existe uma espécie de reciprocidade histórica entre os dois países que permite a esses políticos levarem uma vida relativamente tranquila e estável em terras estrangeiras. No caso de Spínola, ele não foi exceção, por isso, apesar de sua saída do poder, continuou a contar com o apoio de aliados significativos, mantendo vivo seu projeto político.

Outras motivações eram o fato de, ao assumir a Presidência em março de 1974, Ernesto Geisel ter guiado um governo com nuances conservadoras, fazendo do Brasil um refúgio atraente para aqueles que desejavam escapar das supostas reverberações extremas da revolução em Portugal. Nas sequências dos eventos políticos em Portugal, o posicionamento brasileiro manteve-se reticente e distante. Inicialmente, as relações bilaterais oscilavam entre incerteza e estagnação. Já na segunda metade de 1974 e início de 1975, houve momentos de clara “polarização ideológica” e tensões emergentes entre os dois países. Essa animosidade era recíproca: o Brasil observava com ceticismo as mudanças políticas em Lisboa, enquanto o regime militar brasileiro, de caráter marcadamente conservador, não era bem-visto pela capital portuguesa, então imersa em fervor revolucionário.⁷⁷⁸

No dia 14 de março de 1975, o general, sua mulher e os oficiais que o acompanhavam partiram a bordo de um voo da Ibéria para o Brasil. No entanto, seu local de exílio parecia, a essa altura, não estar ainda totalmente definido, admitindo-se também alguma relutância inicial por parte das autoridades brasileiras.⁷⁷⁹ Quando o embaixador brasileiro se reuniu, a pedido, com o ministro das Relações Exteriores da Espanha, Cortina Mauri, Spínola já estava a caminho do Brasil. O governo brasileiro não reconheceu essa movimentação sem aviso e, portanto, não permitiu que o general e seu grupo desembarcassem. Segundo um comunicado do ministro

⁷⁷⁶ RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. *História*, v. 33, n. 1, jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100005>.

⁷⁷⁷ DIÁRIO de Notícias, Lisboa, 12 mar. 1975, p. 2.

⁷⁷⁸ CARVALHO, Thiago. **Do lirismo ao pragmatismo**: a dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974-1976). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009. (Biblioteca Diplomática. Série D; 18).

⁷⁷⁹ RODRIGUES, *op. cit.*

Azeredo da Silveira, o governo do Brasil não havia sido “informado em momento algum sobre a decisão espanhola, da qual [...] tomou conhecimento somente depois, por conta de seus próprios esforços”.⁷⁸⁰

Spínola e sua comitiva, impedidos de aterrissar no Brasil, foram redirecionados para Buenos Aires. No entanto, o governo argentino ofereceu-lhes asilo apenas como um período de trânsito, sinalizando que sua estadia na capital argentina seria breve. Ao chegarem em Buenos Aires, o embaixador brasileiro buscou ainda no aeroporto garantias escritas de Spínola e sua equipe de que não se envolveriam em atividades políticas enquanto estivessem refugiados no Brasil. Após a concordância de Spínola, a imprensa foi comunicada de que o avião se dirigiria ao Brasil.

É válido ressaltar que, se o Brasil negasse a entrada, Spínola considerava a opção de ir para Santiago do Chile. Na noite do dia 14 de março, o embaixador norte-americano em Santiago recebeu informação do ministro das Relações Exteriores chileno de que o presidente Augusto Pinochet estava disposto a dar asilo a Spínola, caso Brasil e Argentina declinassem. Contudo, após negociações bem-sucedidas com os governos argentino e brasileiro, Spínola finalmente desembarcou em São Paulo na noite do dia 15 de março.⁷⁸¹ Sua chegada foi noticiada pelos periódicos do Brasil: “Após permanecer em um jato da empresa espanhola ibérica, Spínola, a esposa e os 16 oficiais que acompanham desembarcaram em São Paulo. Quatro dias depois, todos chegaram ao Rio, onde o ex-presidente português afirmou pretender viver”.⁷⁸²

O general confidenciou, naquele momento, que seus planos não estavam ainda definidos, mas que continuaria “a escrever e a ler como sempre fez”. No entanto, apesar de ter o intuito de iniciar uma “nova vida” no Brasil, país no qual nunca estivera⁷⁸³, ele continuou ativo no cenário político, mesmo em exílio. Reafirmou que seus planos eram ver em Portugal “a paz, a liberdade e a justiça”, um país verdadeiramente livre, justo e soberano”.⁷⁸⁴

Nesse período, ele contou com a ajuda de importantes aliados, dentre eles Lacerda. Em uma entrevista, o político disse que Spínola estava “decidido a continuar a luta”.⁷⁸⁵ Entretanto, conforme as “normas” do asilo, ele e seus aliados não poderiam exercer no Brasil qualquer atividade política. Ao mesmo tempo, a distância de Portugal não os tornava um perigo para o

⁷⁸⁰ SPÍNOLA, António de. **Carta a Ernesto Geisel**, 26 mar. 1975. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC/FGC, AAS, mre/rb, 1975.05.23, Pasta III.

⁷⁸¹ RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. **História**, v. 33, n. 1, jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100005>.

⁷⁸² A LONGA viagem: escrever um livro, o plano atual de Spínola. **Fatos e Fotos**, mar. 1975, p. 16.

⁷⁸³ *Ibid.*

⁷⁸⁴ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 160.

⁷⁸⁵ RODRIGUES, *op. cit.*

governo português: “Pior para este”, adiantava o jornal, “seria se eles tivessem permanecido na Europa”.⁷⁸⁶

Lacerda não apenas recepcionou Spínola no Rio de Janeiro como também ofereceu ao general uma “requintada residência em Petrópolis, um refúgio nas montanhas ao redor do Rio de Janeiro”.⁷⁸⁷ Além disso, ao deixar o hotel, Lacerda anunciou que Spínola havia arrecadado trinta e quatro mil cruzeiros em direitos autorais da edição brasileira de *Portugal e o futuro*.⁷⁸⁸ No final de março, todos os aliados de Spínola, que tinham participado de sua tentativa de golpe, foram formalmente expulsos do Brasil ou pressionados a deixar o país voluntariamente. Essa ação fazia parte de uma política de evitar o envolvimento de Spínola e seu grupo em atividades políticas no exílio.

Possivelmente como forma de reconhecimento pelo êxito da obra e com o intuito de estreitar laços com o general, Lacerda convidou-o para assumir o cargo de diretor da editora Nova Fronteira, uma empresa fundada e gerida por ele, integrante do grupo Novo Rio. Conforme reportagem do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro⁷⁸⁹, o vencimento proposto era de aproximadamente 15 mil cruzeiros por mês, equivalente a quase 2 mil dólares, acrescido de uma participação acionária.

No entanto, segundo Sebastião Lacerda, é importante destacar que o general Spínola nunca ocupou o cargo de diretor-geral na Nova Fronteira. Sebastião Lacerda também esclarece que, durante esse período, sua atuação na editora foi limitada devido ao seu comprometimento com o Grupo Financeiro. A administração da Nova Fronteira permaneceu sob a responsabilidade de seu pai, que, por sua vez, estava menos ativo. Ele enfatiza que as alegações sobre a participação de Spínola na Nova Fronteira eram infundadas e tinham o propósito de difamar seu pai. Além disso, ele ressalta que não houve fornecimento de apoio financeiro a Spínola, uma vez que este era financeiramente independente.⁷⁹⁰

Em 26 de março de 1975, Spínola agradeceu ao então presidente brasileiro, Geisel, pela hospitalidade oferecida em meio à crise portuguesa. Ele esclareceu sua ação em 11 de março como uma tentativa de prevenir um regime comunista em Portugal, citando planos do Partido Comunista Português para eliminar figuras-chave no país (rumores da “matança da Páscoa”). Após a chegada de Spínola ao Brasil, as relações luso-brasileiras tornaram-se tensas devido às

⁷⁸⁶ DIÁRIO de Notícias, Lisboa, 18 mar. 1975.

⁷⁸⁷ *Id.*, 20 mar. 1975, p. 9.

⁷⁸⁸ *Id.*, 21 mar. 1975.

⁷⁸⁹ DIÁRIO de Notícias, Lisboa, 13 abr. 1975.

⁷⁹⁰ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

incertezas políticas em Portugal. Muitos líderes econômicos portugueses migraram para o Brasil, enquanto em Portugal crescia o criticismo ao regime brasileiro, especialmente em relação à censura e à repressão.

Entretanto, Spínola nunca obteve resposta ou sequer conseguiu falar diretamente com Geisel. Diante da “falta de apoio” das autoridades brasileiras, o ex-general não se empenhou em manter suas ações em segredo e, contrariando as garantias dadas ao governo brasileiro, manteve-se politicamente ativo durante sua estadia no Brasil. Spínola concedeu uma série de entrevistas e desempenhou um papel relevante na criação e liderança de um movimento político-militar que visava “salvar” Portugal da “ruína comunista”. O Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP)⁷⁹¹, sob a execução de líderes exilados, incluindo figuras como Alpoim Calvão, José Miguel Júdice e José Volle de Figueiredo, tinha o respaldo de Lacerda. Este não apenas disponibilizou sua propriedade em Petrópolis para encontros como também participou das atividades do grupo. A meta principal era estabelecer o MDLP e planejar um golpe para reconduzir Spínola ao poder em Portugal:

Apresentado por Spínola como “uma frente unitária de resistência e combate à ditadura marxista instalada no meu país”, que “atua no interior e tem de desenvolver a sua atividade muito duramente, uma vez que não são dadas condições de livre expressão política a quantos discordem do atual regime, o MDLP opta por sediar em Madrid mantendo o seu presidente – Spínola – no Brasil. A sua estratégia de ação, apoiada em Espanha por um importante grupo de exilados políticos, “previa a constituição de milícias coordenadas por grupos de oficiais, que funcionariam como suporte dos grupos de militares profissionais que estavam em Constituição nas unidades das Forças Armadas portuguesas e que já haviam dado sinais de simpatia ao movimento spinolista.”⁷⁹²

De acordo com Sebastião Lacerda⁷⁹³, seu pai hospedou o general Spínola e sua comitiva em Petrópolis:

“A visita do general Spínola e sua comitiva em Petrópolis, um lugar chamado ‘fazenda do Rossio’, que fazia parte da antiga fazenda inglesa, durou aproximadamente uma semana a dez dias, incluindo um casal e um major casado com uma escultora. Além disso, havia outro casal de portugueses sem ligação direta com Spínola. Um dos membros da comitiva, um rapaz que se tornou diretor de uma empresa de mineração de propriedade de meu pai, tinha inclinações de oposição em Portugal. Houve divergências de opinião sobre figuras como Trigueiros e Vasconcelos, com Trigueiros tendo uma opinião negativa sobre Vasconcelos

⁷⁹¹ CHAVES, Viviane Alves. **Spínola, Portugal e o futuro**: e a utópica comunidade luso-afro-brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

⁷⁹² REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX**: António de Spínola. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 160.

⁷⁹³ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

devido à sua postura antissalazarista, enquanto meu irmão Sérgio tinha uma visão mais positiva de Vasconcelos. Naquela época, eu estava na casa do meu sogro e fui almoçar na ocasião. Eu achava aquele general uma ‘coisa esquisita’, parecia uma anedota. Mas não era, Portugal era um país de anedota. Ele era um general comum. Era um homem da elite militar, sociomilitar, inclusive. Era rico. Era um general de 3 ou 4 estrelas. Era top. Foi um comandante-geral da guerra. Era muito esquisita e chata aquela conversa.”

Lacerda foi o principal conselheiro de Spínola no início dessa fase, ajudando-o em viagens internacionais para angariar suporte contra o que Spínola chamava de “ditadura marxista em Portugal”. Em um dos momentos cruciais dessa campanha, ambos trabalharam na elaboração de um manifesto político. Esse documento, cuidadosamente ponderado e elaborado com a orientação de Carlos Lacerda, refletia a vasta experiência política de seu mentor. Spínola acreditava que o manifesto estava “impecável” e não precisava de revisões adicionais. Ele estava pronto para ser divulgado no momento apropriado, ou seja, quando diferentes forças políticas estivessem alinhadas. Spínola também destacou que deveria ser notificado para “promover a divulgação simultaneamente no Brasil” quando chegasse o momento de sua publicação.⁷⁹⁴

Spínola não apenas se dedicou à criação do MDLP como não escondeu suas intenções das autoridades brasileiras. Em 13 de maio de 1975, em reunião com líderes do Centro de Informações da Marinha do Brasil, ele expressou sua intenção de derrubar o governo português mediante ações subversivas. Indicou que tinha apoio internacional e estava perplexo com a falta de contato por parte do governo brasileiro. Além disso, ele buscava obter um passaporte brasileiro para realizar reuniões sigilosas com governos estrangeiros.⁷⁹⁵

A participação de Lacerda no desenvolvimento do MDLP foi um elemento crucial em todo o processo, conforme ressaltado por seu filho. Sebastião destacou que, embora seu pai tenha mantido o silêncio público sobre sua participação, devido aos militares, a veracidade das informações que afirmam sua contribuição é inquestionável: “*Tudo que dizem que meu pai fez deve ser verdade. Mas ele não falava, porque ele não podia falar*”.⁷⁹⁶ O MDLP foi fundado no contexto da ditadura, e os textos desenvolvidos claramente evidenciam a influência ativa de Lacerda nesse movimento, em que atuava como uma espécie de orientador e conselheiro.

A revelação da atuação de Lacerda no MDLP representa uma contribuição significativa e original à historiografia contemporânea. Até recentemente, a extensão de sua influência e contribuição ao movimento não era amplamente reconhecida. A informação fornecida por

⁷⁹⁴ RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. **História**, v. 33, n. 1, jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100005>.

⁷⁹⁵ *Ibid.*

⁷⁹⁶ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

Sebastião Lacerda lança nova luz sobre o papel crítico de Lacerda como orientador e conselheiro, delineando sua importância estratégica no desenvolvimento das diretrizes e ideologias do MDLP.⁷⁹⁷

Essa descoberta adiciona uma camada de complexidade à compreensão da dinâmica interna do MDLP e do impacto de figuras-chave como Lacerda. Seu silêncio público, motivado pela necessidade de evitar represálias militares, havia obscurecido sua verdadeira participação. Esse reconhecimento reconfigura a narrativa histórica, evidenciando a profundidade e a abrangência do engajamento de Lacerda na luta política e ideológica em Portugal durante aquele período.

Em 23 de maio de 1975, após esforços bem-sucedidos, Spínola obteve seu passaporte brasileiro, o que lhe facilitou uma viagem à França em julho do mesmo ano. Reportagens tanto da imprensa portuguesa quanto da brasileira noticiaram sua estadia em Paris para “organizar a oposição ao regime português”. Embora tenha viajado com o conhecimento do governo brasileiro, “chegou ao Aeroporto do Galeão incógnito, sem seu característico monóculo e usando roupas diferentes”.⁷⁹⁸ A embaixada dos EUA em Paris também estava ciente de sua visita à França.

Em território francês, Spínola se reuniu com o conde de Marenches, integrante dos serviços secretos da França. Na ocasião, Spínola delineou uma visão possivelmente irrealista de uma grandiosa invasão a Portugal sob sua liderança. Esse posicionamento audacioso foi percebido por alguns aliados, como Sanches Osório, como um sinal de megalomania, afastando potenciais apoios franceses. Sanches ainda intermediou uma reunião de Spínola com potenciais financiadores em Paris, mas a imagem de Spínola estava comprometida, uma vez que nomes importantes, como o empresário António Champalimaud, questionaram sua experiência política.⁷⁹⁹

Em meio a esses eventos, Lacerda estava em Paris, solidarizando-se com Spínola. Ele assinou um artigo para o semanário *Paris-match* em que respaldou as visões de Spínola. Lacerda afirmou que o general “não se conforma em olhar o Pão de Açúcar do Rio de Janeiro exilado,

⁷⁹⁷ Conforme analisa Ricardo Marchi, a atuação das direitas radicais durante a transição democrática em Portugal teve como um dos pilares o MDLP, organização que reuniu militares e civis sob a liderança de Spínola, com apoio de figuras influentes como Carlos Lacerda. Marchi argumenta que o movimento se articulava com uma rede internacional anticomunista, recebendo apoio logístico e financeiro de aliados no exterior. Contudo, o MDLP foi marcado por dissidências internas e limitações operacionais que enfraqueceram seu impacto político (MARCHI, Ricardo. As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). *Ler História*, Lisboa, n. 63, p. 75-91, 2012. Doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.366>).

⁷⁹⁸ *Ibid.*, p. 86.

⁷⁹⁹ LACERDA declarou em Paris que Spínola pensa em voltar. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1975.

pensando somente no drama do seu país”.⁸⁰⁰ Ele ressaltou que Spínola estava determinado a não ser mais um “exilado de chinelos” e que o compromisso dele com Portugal continuava firme. Além disso, Lacerda revisitou declarações contundentes sobre o golpe do dia 11 de março, que culminou no exílio de Spínola, sustentando o discurso de que esse movimento foi uma provocação do MFA, acentuando que Spínola contava com o apoio da “maioria democrática, até os socialistas”.⁸⁰¹ Ele ainda criticou a decisão de não antecipar as eleições, considerando-a um erro estratégico.

Spínola, com a ajuda de Lacerda, não recebeu nenhuma “sanção” do governo brasileiro e continuou concedendo uma série de entrevistas, fazendo inúmeras viagens em diligências do MDLP, inclusive aos EUA, onde manteve sua presença no debate público.⁸⁰² Em terras estadunidenses, concedeu várias entrevistas à imprensa, em que se destacam: *Le Monde*, *Het Belare Van Liburg*, *Associated Press*, *The New York Times*, *Argus Press*, da África do Sul, e *United Press internacional*.

Em 1975, Portugal viveu um período de grande tensão política com o aumento das rivalidades entre diferentes facções políticas e militares. Spínola, exilado no Brasil, exacerbou essas tensões ao lançar uma carta aberta criticando a direção política em Portugal e instigando a resistência contra os comunistas. Essa atitude trouxe descontentamento nas relações entre Portugal e Brasil, uma vez que Spínola havia prometido ao governo brasileiro não se envolver em declarações políticas durante seu exílio.

O governo do Brasil, ao abrigar Spínola, esperava que ele não interferisse nos assuntos políticos de seu país natal, porém o general não só criticou a situação política em Portugal como também apoiou e incentivou ações violentas contra forças de esquerda em território português. Essas declarações e ações contradiziam o princípio de não ingerência defendido pela política externa brasileira. O governo português, por sua vez, protestou oficialmente contra as atividades de Spínola no Brasil, alegando que estas prejudicavam as relações entre os dois países. Spínola, contudo, continuou fazendo declarações públicas ao longo de setembro de 1975, mostrando sua intenção de intensificar a resistência contra o que ele percebia como uma ameaça comunista em Portugal. Em suas palavras, ele sugeria que a resposta à violência comunista deveria ser a violência anticomunista.

⁸⁰⁰ LACERDA declarou em Paris que Spínola pensa em voltar. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1975. p. 2.

⁸⁰¹ *Ibid.*, p. 2.

⁸⁰² CHAVES, Viviane Alves. **Spínola, Portugal e o futuro: e a utópica comunidade luso-afro-brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Durante um período de tensões políticas em Portugal, Spínola, em sua busca constante por apoios para o MDLP, viajou para a Europa em setembro de 1975. Ao chegar a Paris, sua visita foi amplamente noticiada. Spínola buscava fortalecer o MDLP, recrutar membros, estabelecer contatos com grupos moderados e, possivelmente, preparar uma operação militar em Portugal, denominada “invasão spinolista”. A imprensa e outras fontes sugeriram que ele também tentaria angariar fundos e recrutar portugueses no exílio.

O governo francês não via com bons olhos sua presença prolongada, e ele logo afirmou que retornaria ao Brasil após sua “visita particular”, negando rumores de que se estabeleceria em Madrid. Nos Estados Unidos, o embaixador Frank Carlucci estava preocupado com as ações de Spínola⁸⁰³ e acreditava que qualquer movimento precipitado do general poderia desestabilizar a situação em Portugal e beneficiar os comunistas. Carlucci recomendou que os EUA deixassem claro para seus aliados que não apoiavam Spínola. O Departamento de Estado dos EUA, liderado por Henry Kissinger, seguiu as sugestões de Carlucci, reforçando que qualquer ação de Spínola ou do MDLP seria contraproducente e favoreceria os comunistas em Portugal. Os embaixadores americanos foram instruídos a comunicar essa posição nos países onde estavam lotados.

Após seu regresso ao Rio de Janeiro, Spínola tornou-se foco de atenção internacional. O embaixador português em Brasília expressou desagrado às declarações de Spínola contra o regime de Lisboa. Frank Carlucci, representando a embaixada dos EUA em Lisboa, demonstrou preocupação com as relações de Spínola, destacando suas ligações com figuras como Lacerda. Posteriormente, Spínola criticou o governo provisório de Portugal, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, apontando sua insuficiente autoridade diante dos desafios políticos e sociais do país.⁸⁰⁴

Em meio à turbulência política em Portugal, Spínola planejou uma viagem aos Estados Unidos para buscar apoio e divulgar sua mensagem, tanto para comunidades portuguesas quanto para autoridades americanas. As autoridades dos EUA, cientes da viagem, optaram por manter distância, com o Departamento de Estado até persuadindo certas instituições a não encontrarem Spínola, para minimizar o impacto político de sua visita. Por outro lado, o governo norte-americano fez esforços para informar outras nações, como Brasil, França e Espanha, sobre a natureza não oficial da visita de Spínola. Durante sua estadia nos EUA, o general manteve um

⁸⁰³ CHAVES, Viviane Alves. **Spínola, Portugal e o futuro:** e a utópica comunidade luso-afro-brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

⁸⁰⁴ *Ibid.*

itinerário repleto, estendendo seus contatos a universidades, meios de comunicação e comunidades portuguesas.

Spínola via o 25 de Novembro como um momento crucial para conter as forças que ameaçavam a democratização de Portugal, processo iniciado com o 25 de Abril. O 25 de Novembro de 1975 foi um contragolpe militar liderado por forças moderadas das Forças Armadas, que buscavam estabilizar o país e evitar a radicalização da extrema esquerda, consolidando o caminho para a democratização. Para Spínola, essa data representava uma oportunidade de reafirmar sua visão de uma “democracia autêntica” e de se distanciar dos setores mais radicais do MDLP, do qual ele era líder. No entanto, o momento do golpe não era o mais adequado para Spínola, pois o MDLP estava em plena mobilização e buscava expandir sua influência.

Reconhecendo os riscos associados à facção mais radical do movimento, Spínola tentou centralizar sua liderança, culminando em uma viagem à Espanha para discutir o futuro do MDLP. Apesar das tensões iniciais, Spínola e o movimento redirecionaram seus objetivos, optando por um apoio mais pacífico à democratização. Como a situação se complicava cada vez mais internacionalmente, Spínola foi expulso da Espanha e da França. Assim, se estabeleceu na Suíça, alegando motivos de saúde e afastando-se das atividades políticas, encerrando assim sua atuação pública.

Em 1976, Portugal viu significativos avanços em direção à normalização política e militar. A II Plataforma de Acordo Constitucional foi assinada em fevereiro, a nova Constituição da República foi aprovada em abril, e o Partido Socialista venceu as eleições legislativas com 35% dos votos. Ramalho Eanes foi eleito presidente da República com 61,5% dos votos, e Mário Soares foi indicado como primeiro-ministro.⁸⁰⁵ Durante esse período, ocorreram contatos visando à dissolução do MDLP e o possível retorno de Spínola a Portugal. No entanto, Spínola foi envolvido em um escândalo após o jornalista Gunter Wallraff revelar, no livro *A descoberta de uma conspiração: a ação Spínola*⁸⁰⁶ uma conspiração para invadir Portugal, envolvendo encontros com supostos apoiadores estrangeiros. A repercussão dessa investigação jornalística comprometeu a imagem de Spínola, levando ao seu exílio na Suíça e à dissolução do MDLP em

⁸⁰⁵ RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. **História**, v. 33, n. 1, jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100005>.

⁸⁰⁶ Gunter Wallraff, no livro *A descoberta de uma conspiração: a ação Spínola*, revela como Spínola, em reuniões com falsos representantes de organizações anticomunistas, discutiu planos para uma invasão a Portugal. A encenação organizada por Wallraff desmascarou o envolvimento de figuras ligadas ao MDLP em atividades conspiratórias, incluindo financiamentos e operações secretas (WALLRAFF, Gunter. **A descoberta de uma conspiração: a ação Spínola**. Lisboa: Bertrand, 1976).

abril, pavimentando seu eventual retorno a Portugal após reconhecer o progresso democrático no país.

A partir de então, o regresso de Spínola a Portugal passou a ser negociado. Entretanto, em 1º de abril de 1976, a caminhada político-militar de Spínola seria atingida por outra bomba: a notícia de que o ex-general pretendia banhar Portugal em um mar de sangue estampava as manchetes dos principais jornais de Portugal. As manchetes repercutiam uma reportagem publicada na Alemanha pelo jornalista alemão Günter Wallraff. Spínola desmentiu as notícias, porém sete dias mais tarde a revista alemã *Stern* publicou uma reportagem com fotografias do general em um restaurante com o jornalista. O “escândalo Wallraff” terminou de comprometer a imagem do ex-general.⁸⁰⁷

Assim, após ser exposto pelo jornalista alemão Gunter Wallraff, Spínola encontrou-se em um dilema e, sob o conselho de Alpoim Calvão, decidiu assinar a “diretiva de dissolução” do MDLP. Lacerda mostrou-se profundamente desapontado com o desfecho do MDLP e o retorno de Spínola a Portugal. Na sua visão, Spínola estava em uma posição delicada na política portuguesa: ele havia, por um lado, se voltado contra o fascismo, contribuindo para o fim do Estado Novo, mas, por outro, era visto com desconfiança pelas forças democráticas devido às suas tentativas antidemocráticas.

No seu regresso a Portugal, Spínola viajou do Rio de Janeiro para Nova York, onde ficou por quatro dias, antes de voar para Lisboa. Ao chegar em 10 de agosto de 1976, foi detido e levado à prisão militar de Caxias por dois dias devido a questões relacionadas ao evento de 11 de março de 1975. Embora tenha sido liberado no dia 12 de agosto, ele foi novamente interrogado sobre as atividades do MDLP.

O regresso de Spínola gerou variadas reações. O primeiro-ministro eleito, Mário Soares, destacou a “chegada inesperada de Spínola, indicando sua detenção como natural devido às pendências militares contra ele”.⁸⁰⁸ Soares expressou seu desejo de manter as ações dentro da legalidade e sem emoção, alertando contra quaisquer tentativas de subversão. Na Assembleia da República, o retorno de Spínola foi tema de discussão. O Partido Comunista Português criticou fortemente o regresso de Spínola, especialmente pelas acusações sérias contra ele, e propôs uma moção para que Spínola fosse responsabilizado, mas ela não foi aprovada.

⁸⁰⁷ CHAVES, Viviane Alves. **Spínola, Portugal e o futuro:** e a utópica comunidade luso-afro-brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

⁸⁰⁸ RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. **História**, v. 33, n. 1, jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100005>.

A imprensa também focou no retorno de Spínola. O jornal *Expresso*⁸⁰⁹ questionou sua chegada, enquanto o *Jornal Novo*⁸¹⁰ ponderou sobre as intenções por trás do momento escolhido para seu regresso. Ao chegar, Spínola foi recebido com indiferença ou hostilidade, sugerindo que ele talvez não tivesse espaço na política portuguesa atual. Algumas opiniões sugeriam que o melhor para Spínola seria retirar-se da política.⁸¹¹

Em síntese, Lacerda, amplamente reconhecido como um dos protagonistas na narrativa da história portuguesa no Brasil, expôs “uma análise, uma denúncia e uma proposta”.⁸¹² Essa visão não era mera criação do autor, mas, sim, um reflexo da perspectiva militar perante o desgaste de uma guerra sem vitória. Embora o conceito defendido por Spínola não tenha alterado significativamente o curso da história e a ideia de uma comunidade lusófona integral não tenha se materializado plenamente, *Portugal e o futuro*⁸¹³ e seu autor estabeleceram um marco na trajetória portuguesa e nas relações entre Portugal, África e Brasil.

Em agosto de 1976, Lacerda cessou seu apoio financeiro ao general Spínola. Após essa decisão, outros financiadores seguiram o mesmo caminho. Segundo o *Diário de Pernambuco*, como consequência, o ex-presidente português enfrentou dificuldades financeiras no Brasil, o que o levou a retornar a Portugal. O periódico observa que Spínola aparentava estar profundamente triste e emocionalmente abalado.⁸¹⁴

5.3.2 O cenário financeiro e o retorno de Spínola

No contexto tumultuado da década de 1970, marcada por reviravoltas políticas e desafios socioeconômicos, a figura de Spínola destacou-se como uma das mais polarizadoras e relevantes na esfera luso-brasileira. Assim como as oscilações de apoio e crítica que permearam sua trajetória, também sua situação financeira vivenciou momentos de grande volatilidade. Nesta última parte, serão analisados o cenário de Spínola após a progressiva retirada de apoio por parte de seus aliados, os impactos dessa situação em suas decisões e as circunstâncias que culminaram em seu retorno a Portugal.

⁸⁰⁹ EXPRESSO, Lisboa, 13 ago. 1976.

⁸¹⁰ JORNAL NOVO, Lisboa, 16 ago. 1976.

⁸¹¹ RODRIGUES, *op. cit.*

⁸¹² PUBLICAÇÃO de “Portugal e o futuro”. RTP Arquivos, 1º maio 1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/publicacao-de-portugal-e-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2024.

⁸¹³ CHAVES, Viviane Alves. *Spínola, Portugal e o futuro: e a utópica comunidade luso-afro-brasileira*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

⁸¹⁴ DIÁRIO de Pernambuco, Recife, 12 ago. 1976.

Enquanto navegava nesse cenário político tumultuado, Lacerda aproximava-se do fim de sua própria jornada, falecendo em maio de 1977. Mesmo com seus direitos políticos ainda suspensos no Brasil e a esperança latente de um retorno ao cenário político nacional, os últimos capítulos de sua vida foram intensamente ligados à política lusitana. Ele foi testemunha das agonias do Estado Novo, engajou-se intelectual e criticamente no debate acerca da guerra colonial e forjou laços estreitos com figuras proeminentes, como o general Spínola, além de criar conexões com inúmeros intelectuais portugueses ao longo desses anos. Esse engajamento não apenas ressalta a relevância do próprio Lacerda como também amplia a importância deste estudo, que vai além do protagonista e se estende à interação entre duas nações.

Com o encerramento do exílio e a consequente dissolução do MDLP, Spínola deixou o Brasil. Somente após estabelecer contato com o recém-empossado Eanes é que embarcou para Lisboa, chegando lá em 10 de agosto de 1976. Após uma breve detenção no presídio militar de Caxias, onde foi interrogado, Spínola foi liberado no final de agosto. A partir desse momento, passou a colaborar ativamente, sempre acompanhado de seu advogado, na resposta às questões levantadas. Mostrou-se disposto a cooperar, recebendo do novo governo e dos militares uma oportunidade de reiniciar sua vida em liberdade.⁸¹⁵ Esse privilégio não foi concedido a todos os exilados.

Assim como Lacerda, Spínola utilizava a escrita como uma estratégia para articular suas críticas e perspectivas em relação à política vigente. Em tempos de instabilidade política, ambos viram na palavra escrita uma maneira mais cautelosa e medida de expressar suas opiniões. Essa abordagem oferecia uma plataforma para comunicar seus pontos de vista de forma mais segura, minimizando os riscos de represálias políticas, como exílio ou prisão. O final da década de 1970 foi marcado por um clima de “reconciliação política”:

[...] foi marcado pelo progressivo afastamento dos militares da cena política, pela consolidação dos partidos parlamentares e pela fixação do eleitorado, marcou também, não só o fim de qualquer possibilidade de reconversão política dos “barões” do antigo regime, como também de algumas figuras militares com tentações populistas de capitalizar o sucesso da sua ação antiesquerdista de 1975.⁸¹⁶

Durante uma significativa fase de transição política, observou-se a diminuição da influência militar na condução dos assuntos do Estado, paralelamente à firme consolidação da democracia parlamentar. Esse período não apenas simbolizou o declínio das figuras

⁸¹⁵ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

⁸¹⁶ PINTO, António Costa. A busca da democracia. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História política contemporânea: Portugal – 1808-2000**. Lisboa: Objectiva, 2019. p. 301.

emblemáticas do regime anterior como também ilustrou a ascensão de novas estruturas e diferentes protagonistas no cenário político. Era um momento de reajuste, em que as tradicionais elites políticas eram progressivamente substituídas ou relegadas à margem, cedendo espaço a novos atores e paradigmas. Entretanto, uma contradição emergiu com a reintegração de Spínola às Forças Armadas. Tal acontecimento parecia estar em desacordo com essas novas mudanças, evidenciando a complexidade e as tensões inerentes ao processo de transição política.

Após seu retorno, Spínola foi reintegrado às Forças Armadas com a posição de reservista, adotando uma postura mais reservada e discreta. Em 1981, o Conselho da Revolução conferiu-lhe o título de marechal, uma honraria destinada a oficiais que se destacaram em funções de comando ou direção suprema e que, por seus méritos e serviços, são considerados dignos da distinção. No entanto, Spínola recusou o título, citando razões de “ética militar” para sua decisão.⁸¹⁷

A década de 1980 foi marcada por banquetes, celebrações em embaixadas e eventos no próprio Palácio de Belém. Embora afastado da política ativa, Spínola retornou à cena pública de maneira significativa. Ele nunca escondeu suas discordâncias em relação à nova direção política do país, mas, ainda assim, no 10º aniversário do 25 de Abril, presidiu a Comissão de Honra das celebrações, o que simbolizou um reconhecimento de seu papel nos eventos que desencadearam a Revolução dos Cravos. Esse envolvimento reafirmava sua relevância no cenário político português, mesmo em tempos de transição democrática. Com a substituição de António Ramalho Eanes por Mário Soares na Presidência, Spínola não hesitou em afirmar que o novo líder era “um paladino dos direitos humanos e um defensor inabalável da democracia e da liberdade”.⁸¹⁸

Reconhecendo a influência ainda vigorosa de Spínola, Soares o convidou para ser seu representante em Macau. Em fevereiro de 1987, Spínola foi nomeado “chanceler das ordens honoríficas militares e recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada”.⁸¹⁹ Seu retorno e reconhecimento no cenário público estava, assim, consolidado. Acompanhou a comitiva presidencial em visita à Espanha, onde foi agraciado pelo rei Juan Carlos com a distinta Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica, uma das mais prestigiosas condecorações espanholas. Em terras lusas, dedicou-se a funções como chanceler do Conselho das Antigas Ordens Militares e conselheiro militar do presidente da República Mário Soares.

⁸¹⁷ PINTO, António Costa. A busca da democracia. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História política contemporânea: Portugal – 1808-2000**. Lisboa: Objectiva, 2019.

⁸¹⁸ *Ibid.*, p. 174.

⁸¹⁹ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 174.

Em 1995, encontrava-se fisicamente fragilizado, afetado pelo avanço da idade e por doenças neurodegenerativas. No ano seguinte, em agosto de 1996, sucumbiu a uma embolia pulmonar. Sua partida gerou grande repercussão na mídia nacional e internacional, com títulos como: “Partiu o símbolo da transição”, “Faleceu o último dos corajosos”, “O adeus ao marechal destemido” e “Perdemos o marechal visionário”.⁸²⁰

Ao lembrarmos momentos-chave de sua vida, torna-se evidente o impacto de Spínola nas relações luso-brasileiras e na política portuguesa como um todo. Sua influência não se limitou ao período em que esteve no poder. Mesmo após sua saída do palco político ativo, ele manteve uma presença significativa, como exemplificado pela sua Presidência na Comissão de Honra das celebrações do 10º aniversário do 25 de Abril. Além disso, Spínola foi frequentemente condecorado, recebendo honrarias tanto em Portugal quanto no Brasil, demonstrando seu papel de destaque nas relações bilaterais. Sua nomeação para cargos honoríficos também reflete o reconhecimento de sua relevância histórica, mantendo-se como uma figura central na memória coletiva e na construção das relações diplomáticas entre os dois países. Esses fatos justificam sua contínua importância, mesmo fora da política ativa, consolidando seu legado.

Sua relação com personalidades marcantes, como Lacerda, evidencia a extensão e profundidade de sua influência no cenário político luso-brasileiro. No fim de sua trajetória, as manchetes que anunciavam sua partida resumem sua presença na história portuguesa: um marechal sonhador, destemido e, acima de tudo, um símbolo da transição de um Portugal sob o jugo de um regime autoritário para uma nação democrática.

5.4 O FINAL DE UMA ERA: A MORTE DO MAIOR POLÍTICO DE OPOSIÇÃO DO SÉCULO XX

Lacerda⁸²¹ destaca em sua entrevista:

Quando eu fiz 63 anos, uma jornalista ligou lá para casa, querendo me entrevistar. Eu estava no sítio, em Petrópolis. [...] Chamava-se Maria Lúcia e trabalhava no *Jornal do Brasil*. Recebi a moça na biblioteca. Ela me perguntou:

Entrevistador: [...] Mas, o senhor não sente saudade da política? Afinal, daqui a poucos anos recuperará seus direitos.

Lacerda: Não, eu não sinto, para decepção dos que gostam de me imaginar azedo, enclausurado e deprimido. Tenho dela algo mais importante, tenho uma certa raiva... do desperdício que é a vida pública no Brasil, do desperdício humano. Quando penso

⁸²⁰ REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 175.

⁸²¹ LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 25.

na economia geral da sociedade brasileira, e vejo uma pessoa preparada para determinadas tarefas públicas, ou se julgando preparada, sei que ela representa, na verdade, o esforço de muitos. Essa pessoa é, em si, uma espécie de depuração cultural, reunindo inúmeras qualidades e inúmeros defeitos de muitas gentes. Quantos cidadãos anônimos foram necessários, na França, para produzir um Malraux, um de Gaulle, um Clemenceau? Sem querer me comparar com nenhum deles, a verdade deve ser dita: é a isso que se deve chamar de elite, pelo menos é o único tipo de elite que valorizo. Para cada pessoa que conseguiu realizar muita coisa em benefício de todos, há muito mais gente que não conseguiu realizar nada. Quando a nossa sociedade desperdiça sujeitos que estão aptos, exatamente pelo sacrifício de muitos, ela sai perdendo. Eu até acho que consegui realizar alguma coisa, na Guanabara, mas o desperdício geral no Brasil sempre foi imenso e, depois da cassação, atingiu a mim também. Ninguém acho que me nega certa capacidade de fazer coisas, então, se me negaram o direito de fazê-las na política, paciência, fui fazer em outras áreas.

Entrevistador: Qual espaço que o senhor preencheria hoje na política brasileira, no caso de um eventual retorno?

Lacerda: Nenhum. Rompi primeiro com a esquerda, e depois com a direita. Para todos os efeitos, o Brasil não precisa de mim.

A entrevista com Lacerda oferece uma perspectiva introspectiva sobre seu relacionamento com a política brasileira, em especial após seu afastamento forçado devido à cassação de seus direitos políticos. A conversa começa com uma representação da fase da vida em que Lacerda se encontra, sugerindo um ambiente de recolhimento, algo que é ressaltado pela sua localização em Petrópolis e o contexto de uma entrevista na biblioteca. Lacerda é claro sobre sua insatisfação e seu desapontamento em relação ao cenário político brasileiro e utiliza a metáfora do “desperdício” para expressar como vê a falta de eficiência e a perda de talentos na política do país.

Para ele, o “desperdício humano” é a incapacidade da sociedade em capitalizar sobre os indivíduos talentosos, formados a partir de esforços coletivos ao longo do tempo. Ele utiliza exemplos da política francesa, aludindo a líderes como Malraux, de Gaulle e Clemenceau, para ilustrar seu ponto sobre o que ele vê como uma elite verdadeira – aquela que realiza em benefício da sociedade. O tom de Lacerda é de alguém desiludido. Ele reconhece suas próprias contribuições, especialmente na Guanabara, mas também é crítico em relação ao seu próprio destino político. A resposta à segunda pergunta da entrevistadora oferece uma visão de autopercepção e de sua relação com as facções políticas brasileiras. Ele identifica uma quebra em suas relações tanto com a esquerda quanto com a direita e expressa uma aceitação resignada de seu papel (ou falta dele) na política contemporânea.

Esta subseção examinará o período histórico, desde os momentos destacados na carreira de Lacerda até sua morte, contextualizando sua posição como a principal figura de oposição política do século XX no Brasil. Discutiremos as motivações do seu falecimento no cenário político nacional e internacional.

Lacerda, após ser afastado da vida política por conta de sua cassação, concentrou sua energia para o “universo literário”. Uma das suas principais obras, “A casa do meu avô”, foi produzida nesse período. Atuando como editor, tradutor, administrador e escritor da Nova Fronteira, ele ofereceu a Spínola uma base sólida e apoio contínuo durante sua permanência no Brasil, até que os desafios ligados ao MDLP começassem a emergir. Paralelamente, estava sua dedicação à Frente Ampla.⁸²² Em uma entrevista concedida à TV Tupi, Lacerda elucidou o principal propósito por trás da formação da Frente:

Frente Ampla é começar a luta dentro da lei, pela recuperação do direito de o povo votar. O voto direto, retomada do desenvolvimento, reforma da política econômica, aumento geral de salários e vencimentos no Brasil, não só porque é necessário para o povo não morrer de fome como porque é indispensável à expansão do mercado interno. Fala-se em aumentar a produção, mas não se fala em aumentar consumo. Se os consumidores não tiverem dinheiro para comprar a produção, não adianta aumentar a produção, porque não resolve.⁸²³

O colapso da Frente Ampla e o revés sofrido pelo general Spínola impactaram profundamente Lacerda. Esses episódios ilustram nuances da cultura política de uma nação e da interação histórica entre Brasil e Portugal. Assim, compreender a queda da Frente Ampla significa adentrar nas intrincadas camadas de nossa cultura política e na emergente história transnacional.

O jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado por Lacerda, publicou uma edição especial dedicada à cobertura do falecimento de um dos mais proeminentes políticos do século XX. Já na capa, a edição destacava-se uma homenagem ao “político, jornalista e escritor”.⁸²⁴ Ao longo de várias páginas, a trajetória de Lacerda foi minuciosamente revisitada – o atentado da Rua Toneleros, os impasses no Itamarati contra a posse de Juscelino Kubitschek, seu governo na Guanabara, a crise da renúncia de Jânio Quadros, a fundação da Frente Ampla, entre outros marcos. O conteúdo foi enriquecido por textos de colunistas e amigos próximos de Lacerda, como Aristoteles Drummond, Francisco Pedro do Coutto, Dilermando Nonato Cruz e Hélio Fernandes Filho. Fotos, incluindo aquelas do velório, complementaram as reportagens. Muitas

⁸²² Sebastião Lacerda afirmou: “*ele já havia se encontrado com Juscelino em Lisboa; almoçaram no Tavares, onde até tinham a mesa deles reservada. Posteriormente, ele acompanhou Renato Larcher, e então ligou para Cátio Leonon, um jornalista que era amigo nosso na época. Ele disse: ‘Arrume uma camisa, pegue uma gravata e um terno e venha comigo para Montevidéu. Estamos partindo amanhã cedo’.* Isso aconteceu durante a noite. Leonon foi encarregado de levar uma quantidade significativa de filmes e papel, e essa experiência posteriormente se transformou até mesmo em um livro” (LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida a] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023).

⁸²³ LACERDA, Carlos. [Entrevista cedida a] Brado Retumbante. TV Tupi. **Acervo Audiovisual Jornalístico da TV Tupi – Projeto da Cinemateca Brasileira**. [1968]. Disponível em: <https://ftp.cinemateca.org.br/colecoes/tupi>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁸²⁴ EDIÇÃO Especial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23 maio 1977, p. 1-12.

capturaram momentos de pessoas circundando o caixão, buscando tocar e prestar suas últimas homenagens. Alguns fatos ainda estavam em processo de esclarecimento, como a causa exata da morte, com rumores de ataque cardíaco que seriam explorados mais adiante. Para concluir, a edição apresentou um apanhado de notícias relacionadas à morte de Lacerda publicadas em outros veículos de comunicação pelo país.

A edição subsequente⁸²⁵ informou que aquela edição especial esgotou rapidamente em três ocasiões consecutivas. Mesmo com a reposição dos estoques, a demanda foi tão alta que não foi possível atender a todos os interessados. A notícia ressaltava o desejo generalizado do público em ler e prestar suas homenagens ao influente político Lacerda.

Nas edições que se seguiram, o tom das notícias era marcado pelo luto profundo pela perda de Lacerda, evidenciando o vácuo que ele deixaria e o legado inacabado. As matérias eram impregnadas de emoção, frequentemente adornadas com homenagens, fotografias e mensagens de condolências à família. A incompreensão sobre as circunstâncias de sua morte ainda era palpável entre muitos. A missa de sétimo dia foi destacada no jornal e teve lugar na emblemática Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. No dia 29 de maio, a manchete da *Tribuna da Imprensa*⁸²⁶ destacava que mais de três mil fiéis se reuniram na Candelária para rezar em memória de Lacerda. A matéria também compartilhou detalhes das homenagens feitas durante a cerimônia, permitindo que lacerdistas de todo o Brasil soubessem dos eventos que marcaram o período após seu falecimento.

No início de junho, surgiram especulações a respeito das circunstâncias da morte de Carlos Lacerda. Segundo relatos familiares, ele passou mal, foi hospitalizado e, poucas horas depois, faleceu devido a um ataque cardíaco. No entanto, a versão oficial gerou dúvidas entre parentes e amigos, muitos dos quais questionaram a possibilidade de outras causas. Essa suspeita é fortalecida pelo fato de que, nos meses anteriores, dois ex-aliados de Lacerda na Frente Ampla, Juscelino Kubitschek e João Goulart, faleceram em circunstâncias igualmente controversas. Juscelino morreu em um acidente de carro em agosto de 1976, enquanto viajava pela estrada SP-Rio, e João Goulart faleceu em dezembro de 1976, sob condições também questionáveis, levantando hipóteses de envenenamento.

Essas mortes ocorreram em um contexto de grande instabilidade política e desconfiança, em meio à ditadura militar no Brasil. A Frente Ampla, da qual Lacerda, Kubitschek e Goulart faziam parte, foi uma coalizão que defendia a redemocratização do país, o que os colocava em posição de oposição ao regime militar. Diante disso, não é surpreendente que essas três mortes,

⁸²⁵ TRIBUNA da Imprensa, Rio de Janeiro, 24 maio 1977, p. 4.

⁸²⁶ *Id.*, 29 maio 1977, p. 1.

tão próximas no tempo e envolvendo figuras-chave da oposição, tenham gerado teorias de conspiração. O ambiente de repressão política e a constante vigilância sobre os opositores do regime alimentaram especulações acerca da possibilidade de assassinatos políticos, uma prática não incomum em regimes autoritários. As circunstâncias em torno das mortes de Lacerda, Juscelino e Goulart permanecem, para muitos, envoltas em mistério, suscitando debates até os dias de hoje a respeito de possíveis intervenções clandestinas.

Dias antes das especulações sobre a morte de Juscelino Kubitschek, circulou a notícia de que ele teria falecido em um acidente de carro na estrada que liga Luziânia a Brasília. De fato, Juscelino Kubitschek havia realizado esse trajeto, porém, contrariando os boatos, não sofreu nenhum acidente durante a viagem. Em seguida, a tragédia aconteceu:

Nos dias anteriores a essa viagem, JK escondera de seus parentes e amigos mais próximos esta viagem ao Rio, quando almoçaria, no dia seguinte, com o advogado e ex-ministro português Adriano Moreira, que cuidava de um processo movido pelo governo oriundo da Revolução dos Cravos, em Portugal, no qual estavam sendo citados a empresária portuguesa Fernanda Pires de Melo e o ex-embaixador Hugo Guthier e o próprio JK.⁸²⁷

Quanto a João Goulart, sua morte também foi atribuída a um ataque cardíaco:

Após receber numerosos avisos para que não dormisse duas noites no mesmo lugar, o ex-presidente João Goulart morre na Argentina, na cidade de Mercedes, próxima à fronteira com Rio Grande do Sul. Ele continuava exilado pelo regime militar brasileiro, mas disposto a retornar brevemente a São Borja, sua cidade natal.⁸²⁸

Em 1982, o juiz Juan Espinoza, do tribunal argentino de Curuzu Cuatiá, solicitou a exumação do corpo de Goulart, sustentando a suspeita de que ele poderia ter sido assassinado após a adulteração de seus medicamentos. No entanto, esse pedido foi negado em duas ocasiões. Por fim, em maio do ano seguinte, o falecimento de Carlos Lacerda: “O ex-governador Carlos Lacerda morreu às 2 horas do dia 21 de maio de 1977, na Clínica São Vicente, na Gávea, onde se internara pela manhã. O atestado de óbito indicou enfarte do miocárdio”.⁸²⁹

A criação da Frente Ampla foi o elo que uniu esses políticos na tentativa direta de confrontar os militares e propor a redemocratização do país. Tanto JK quanto Jango já haviam cumprido seus 10 anos de suspensão dos direitos políticos, e suas cassações – Presidência para Jango e senadoria para JK – eram irreversíveis, sem qualquer margem para apelação. Entretanto,

⁸²⁷ CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. **O beijo da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 10.

⁸²⁸ *Ibid.*, p. 11.

⁸²⁹ *Ibid.*, p. 59.

a situação com Lacerda era distinta e causava mais inquietação. Lacerda, antigo apoiador da ditadura militar e declarado anticomunista, possuía uma habilidade notável para mobilizar a opinião pública a seu favor.⁸³⁰ Embora tenha reiterado em diversas ocasiões que não almejava retomar sua carreira política ou que estava incerto sobre seus passos após o término de sua cassação, era evidente a preocupação em relação à sua influência política.

Considerando os detalhes apresentados, ainda surgem diversas questões e incoerências em relação ao falecimento de Lacerda que alimentam especulações e suspeitas. Primeiramente, é intrigante que, mesmo sendo atendido por médicos renomados e pelo seu próprio médico de confiança, Dr. Rebello, o atestado de óbito tenha sido assinado pelo Dr. Pedro Henrique Paiva, um médico residente de plantão. Adicionalmente, a decisão de internação não partiu do Dr. Rebello, mas do Dr. Pedro e do Dr. Roberto Londres, baseada em sintomas de febre persistente e dores abdominais. Mesmo distante, o Dr. Rebello mantinha a supervisão do caso por telefone, minimizando constantemente a gravidade da situação.

A intervenção do Dr. Pedro, que alterou a medicação de Lacerda sem o consentimento da família, adiciona mais um elemento de estranhamento à narrativa. A situação torna-se ainda mais intrigante com o depoimento da enfermeira Maria Auxiliadora, que fez uma comparação com eventos ocorridos em Portugal durante a época da PIDE.⁸³¹ O Dr. Pedro, ao mencionar a possibilidade de acidentes médicos e citar o caso de um enfermeiro apelidado de “Anjo da Morte”, não contribui para dissipar as suspeitas, mas, ao contrário, adiciona mais um elemento de dúvida. Portanto, a série de eventos e coincidências torna compreensível a desconfiança que permeia a morte de Lacerda entre seus familiares e amigos.⁸³²

Embora existam diversas suposições, não foram realizadas investigações conclusivas que comprovassem um possível assassinato de Lacerda. Similarmente, as mortes de JK e Jango, seus aliados na Frente Ampla, permanecem envoltas em mistério. Conforme João Pinheiro Neto⁸³³, “Lacerda já se encontrava em estado crítico na Casa de Saúde de São Vicente”. Sua amiga mais próxima, Lamy Cunto, percebeu sinais preocupantes em Lacerda, como suas unhas apresentando uma coloração arroxeadada e um toque frio. No entanto, mesmo debilitado, sua principal preocupação era se recuperar para retomar seu trabalho na Nova Fronteira. Pinheiro⁸³⁴ destacou o caráter resiliente de Lacerda, afirmando que ele “faleceu da mesma forma que viveu:

⁸³⁰ CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. **O beijo da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

⁸³¹ *Ibid.*

⁸³² *Ibid.*

⁸³³ PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda**: um raio sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998. p. 157-158.

⁸³⁴ *Ibid.*, p. 157-158.

insubmisso e inconformado”. Ao ser informada sobre o falecimento de seu marido, Leticia, sua esposa, expressou: “Ele morreu com uma extraordinária dignidade”.⁸³⁵

Diante desses eventos e contextos, podemos concluir que a política durante o regime militar brasileiro era permeada por tensões e desconfianças. A Frente Ampla, ao tentar reunir políticos de distintas trajetórias, representou uma ameaça significativa ao que era estabelecido pelos militares. A figura de Lacerda, em particular, destaca-se não apenas por sua trajetória política, mas também pela transição de apoiador do regime a crítico. Essa mudança ampliou as suspeitas e preocupações, pois, mesmo afastado formalmente da política, seu potencial influenciador permanecia intacto.

A morte de uma figura política proeminente, como Lacerda, naturalmente desencadeia debates e reflexões profundas. No entanto, é importante ressaltar que seu filho, Sebastião Lacerda, em sua declaração, refuta categoricamente quaisquer alegações de um possível assassinato no dia do falecimento de seu pai. Suas palavras diretas esclarecem a situação:

*“Em relação à saúde de meu pai, Lacerda, em 1976, ele estava bem nessa época. No entanto, em 1977, ele teve uma infecção nas articulações que o enfraqueceu, causando febres e desidratação. Em relação às alegações de envolvimento dos militares em sua morte, quero esclarecer que não acreditamos nessa teoria. Meu pai faleceu devido a um infarto. O Dr. Pedro Henrique Paiva, médico que atendia meu pai e era filiado ao Partido Comunista (Partidão), cuidou dele. Ele recomendou levá-lo à Casa de Saúde da Gávea para hidratação, onde ocorreu o infarto. Três médicos estavam presentes, incluindo o cardiologista pessoal de meu pai, mas, infelizmente, ele não resistiu. Houve um momento de depressão em que meu pai pediu para ‘deixá-lo morrer’, o que, considerando sua idade na época, 63 anos, era uma manifestação desse estado. Não há evidências de assassinato; sua morte foi uma triste coincidência, especialmente tendo em vista as perdas de outras lideranças civis em um curto período, como Juscelino Kubitschek e João Goulart.”*⁸³⁶

Na historiografia brasileira, Lacerda foi reconhecido, ainda em vida, como o “demolidor de presidentes”. Em diversas situações, ele pontuou que ser opositor representava uma batalha muito mais árdua do que ser um aliado de um governo. Lacerda destacou-se como um protagonista inegável da política brasileira no século XX. Em incontáveis momentos, imprimiu sua influência na trajetória política e cultural do Brasil. Seu legado é indelével, e suas ações redefiniram, em muitos aspectos, o destino da nação – mesmo que ele não tenha logrado sucesso quando almejou a Presidência da República, uma das metas que não atingiu em sua carreira política.

⁸³⁵ PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda**: um raio sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998. p. 157-158.

⁸³⁶ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

A atuação decisiva de Lacerda nos cenários do Governo Vargas, do governo JK, na renúncia de Jânio Quadros e sua postura ambígua durante a ditadura civil-militar moldou, em muitos sentidos, a trajetória política do Brasil por décadas. A relevância de Lacerda na história brasileira é incontestável, e é imperativo que se fale e escreva mais sobre esse político, que teve papel fundamental na configuração política do Brasil. Nas palavras de Sebastião Lacerda:

“Meu pai empreendeu como objetivo primordial a organização do contexto político do nosso país. Ele deixou um legado significativo no estado da Guanabara, construindo obras de relevância sem jamais fazê-lo com fins meramente eleitoreiros. Ironicamente, ele, frequentemente associado como um ‘demolidor’, optou por uma abordagem contrária, caracterizando-se por suas ações construtivas. No que concerne a seu maior defeito, a meu ver, sua principal característica foi o egocentrismo, não em sentido egoísta, mas, sim, na tendência de centralizar-se em todas as situações políticas e pessoais.”⁸³⁷

A partir das análises, torna-se evidente que Lacerda desempenhou um papel significativo no cenário político do Brasil e nas relações com Portugal. O diálogo com figuras políticas internacionais, como o general Spínola, também lança luz sobre a complexidade das relações diplomáticas da época. No entanto, o egocentrismo de Lacerda emergiu como uma característica marcante de sua atuação política e pessoal.

A trajetória de Lacerda é repleta de nuances e contradições, que o tornam uma figura multifacetada na história política do Brasil. Proporciona-se assim uma visão aprofundada das várias dimensões de sua carreira e contribui-se para um entendimento mais completo desse importante capítulo da história brasileira.

⁸³⁷ LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

6 CONCLUSÃO

Esta tese buscou contribuir para o campo da historiografia brasileira e portuguesa ao analisar as relações entre Carlos Lacerda e Portugal durante o período compreendido entre a década de 1950 e meados da década de 1970. Durante a pesquisa, foram identificados novos *insights* e perspectivas que se destacam como uma contribuição valiosa para a academia. É importante ressaltar que parte do material investigado era inteiramente original, representando um acréscimo significativo ao corpo de conhecimento existente e preenchendo lacunas previamente desconhecidas.

O início desta pesquisa remeteu ao período pós-crise varguista, quando Lacerda, após ter desempenhado um papel fundamental nas crises políticas da época, viu-se forçado a deixar o Brasil. Essa decisão o levou a Portugal, onde começou a desenvolver uma relação que seria duradoura e complexa. Exploramos as origens familiares de Lacerda, suas conexões com Portugal e a influência do salazarismo no cenário brasileiro. Nesse período, estabelecemos paralelos entre Lacerda e seu rival político, Juscelino Kubitschek, que também optou por apoiar Portugal durante a Guerra Colonial.

Em seguida, adentrou-se na década de 1960, um período caracterizado pelo fortalecimento das relações entre Lacerda e Portugal, apesar do início da Guerra Colonial e da crescente oposição internacional à manutenção das colônias africanas. Investigamos as motivações que levaram Lacerda a manter essa conexão, inclusive seu papel como governador da Guanabara e sua representação do Brasil na Europa após o Golpe Civil-Militar de 1964. Concluímos que, em parte, suas ações estavam direcionadas à sua aspiração presidencial em 1965, uma eleição que, por diversas circunstâncias, não se concretizou.

Compreende-se, a partir das análises de suas declarações e seus escritos, que Lacerda era, de fato, um defensor do colonialismo e via Portugal como uma força benéfica nos países africanos. Suas ideias defendiam a visão de que o colonialismo português representava uma “missão civilizadora” que promovia o progresso e a harmonia nas colônias africanas.

Lacerda argumentava que Portugal tinha desempenhado um papel importante na abolição do racismo e na promoção da miscigenação nas colônias, criando, em sua visão, sociedades mais avançadas e inclusivas. Essa visão contrastava com as críticas da comunidade internacional, incluindo a ONU, que condenava o colonialismo como uma prática exploratória e opressiva. Essa atitude de Lacerda o colocava em desacordo com a tendência global de descolonização e independência que ganhava força na época. Seu apoio ao colonialismo, especialmente durante a

Guerra Colonial em Portugal, o distanciava de muitos de seus contemporâneos no cenário político brasileiro e internacional.

As ideias de Lacerda, embora controversas e em desacordo com as correntes predominantes da época, são fundamentais para compreender a complexidade de sua trajetória política e suas relações com Portugal e as colônias africanas. Essa perspectiva acrescenta uma camada de nuance à história de Lacerda e destaca o contraste entre suas visões e a evolução política do período. Sua defesa do colonialismo era uma parte essencial de sua ideologia política, que merece ser analisada e entendida dentro do contexto mais amplo de suas crenças e ações políticas.

A terceira seção conduziu ao momento em que Lacerda, mesmo após sua derrota diante das forças militares, permaneceu um defensor do colonialismo, envolvendo-se na criação da Frente Ampla e estabelecendo relações com figuras proeminentes da política luso-brasileira, como Salazar e Marcello Caetano. Durante esse período, Lacerda não somente manteve suas atividades políticas no Brasil como também atuou em Portugal, incluindo a colaboração com o jornalismo local. Suas ações estavam enraizadas em uma profunda convicção de que Portugal deveria manter suas colônias na África e de que o Brasil desempenharia um papel crucial nesse processo.

Por fim, esta pesquisa permitiu analisar a última incursão política de Lacerda, quando apoiou a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974. Investigamos o fortalecimento de sua relação com o general Spínola e sua contribuição para o movimento que levou à revolução. A publicação do livro *Portugal e o futuro* serviu como um ponto crucial nesse período. Essa escolha representou não apenas seu apoio à revolução, mas também seu compromisso com os ideais democráticos e a descolonização.

Toda essa pesquisa foi possível devido a uma ampla gama de recursos documentais, além de entrevistas e depoimentos valiosos, como o de Sebastião Lacerda, filho de Carlos Lacerda. Suas palavras – “sou um português de alma” – ecoam na narrativa, fornecendo uma perspectiva única e profunda sobre a conexão de Lacerda com Portugal. Essa frase não apenas adiciona uma dimensão única à narrativa como também confere uma significância profunda à pesquisa, elevando-a a um patamar de análise histórica essencial.

A história de Carlos Lacerda é, afinal, uma história de complexidade e nuance, e nossa pesquisa ofereceu um olhar aprofundado sobre os desafios e as oportunidades que ele enfrentou como um político brasileiro com uma conexão única com Portugal. Ao trazer essa história à luz, esperamos que esta tese estimule mais pesquisas nessa área e forneça percepções valiosas para a compreensão das complexas relações transnacionais no mundo contemporâneo.

A análise das complexas relações entre Lacerda e Portugal ao longo das décadas do século XX oferece um valioso olhar sobre a política, o colonialismo e as relações transnacionais da época. Ao explorar a profunda ligação de Lacerda com Portugal, suas ideias de colonialismo, suas colaborações e seus atritos com figuras proeminentes, como Salazar e Marcello Caetano, bem como seu papel nas reviravoltas políticas, esta pesquisa lança uma luz sobre as nuances e contradições da história brasileira e portuguesa.

A tese revela que, embora em muitos aspectos Lacerda tenha desempenhado um papel fundamental na política do Brasil e de Portugal, suas ideias e ações estavam muitas vezes em desacordo com as tendências dominantes da época, especialmente no que diz respeito ao colonialismo. Essa divergência não apenas destaca a complexidade de sua trajetória política, mas também oferece uma perspectiva única para a compreensão de como a política e as relações internacionais evoluíram durante aquele período.

Ademais, esta pesquisa preenche uma lacuna na historiografia ao oferecer uma análise aprofundada e imparcial sobre um tema pouco explorado. Ela ilumina os meandros da história transnacional entre Brasil e Portugal, fornecendo um quadro mais completo e matizado do papel de Lacerda nesse contexto. Além disso, ao conectar sua trajetória às complexidades do colonialismo, contribui para a compreensão dos debates políticos e sociais da época e seus reflexos no presente.

Ao final, a tese enfatiza que a relação de Lacerda com Portugal vai além de sua condição de “português de alma” e se estende a um estudo aprofundado sobre um dos políticos mais influentes de sua época. A complexidade dessa relação ressalta a importância de analisar figuras políticas de maneira holística, considerando não apenas suas ações, mas também as ideias e crenças que as motivaram. A pesquisa contribui, assim, para um entendimento mais completo da política, das relações internacionais e da história do Brasil e de Portugal no século XX.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS BRASILEIROS E INTERNACIONAIS

Acervo de Obras Raras Carlos Lacerda: Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Arquivo do Periódico *Diário de Notícias* de Lisboa

Arquivo Histórico da Rádio e Televisão de Portugal (RTP)

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Arquivo Histórico e Documental do Patriarcado de Lisboa: Arquivo Cardeal-Patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira

Arquivo Nacional Torre do Tombo: Arquivo da PIDE/DGS

Arquivo Nacional Torre do Tombo: Arquivo Oliveira Salazar

Biblioteca Nacional de Portugal

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Memorial JK

OBRAS DE CARLOS LACERDA

LACERDA, Carlos. **A casa do meu avô**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1977.

LACERDA, Carlos. **Cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1977.

LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares**: Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Coleção Brasil – Século 20).

LACERDA, Carlos. **Ideias políticas**: Brasil entre a verdade e a mentira. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1965.

LACERDA, Carlos. Prefácio. In: SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 5-12.

LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras no meu caminho**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.

LACERDA, Carlos. **Uma rosa é uma rosa, é uma rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1965.

PERIÓDICOS BRASILEIROS

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário da Manhã

Diário de Pernambuco

Diário do Brasil

Diário do Paraná

Diário Popular

Fatos e Fotos

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Luta Democrática

O Estado de S. Paulo

O Globo

Portugal Democrático

Tribuna da Imprensa

Última Hora

PERIÓDICOS PORTUGUESES

A Notícia

A Voz

Correio Independente

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Diário do Norte

Novidades

O Comércio do Porto

O Jornal

O Século

Voz de Portugal

PERIÓDICO DOS ESTADOS UNIDOS

The New York Times

ENTREVISTAS E CARTAS

IMPROVISO do governador, Rio de Janeiro, 20 jan. 1964.

LACERDA, Carlos. [Entrevista cedida a] Brado Retumbante. TV Tupi. **Acervo Audiovisual Jornalístico da TV Tupi – Projeto da Cinemateca Brasileira**. [1968]. Disponível em: <https://ftp.cinemateca.org.br/colecoes/tupi>. Acesso em: 19 out. 2024.

LACERDA, Sebastião. [Entrevista cedida à] Fernanda Gallinari Mussi. 10 out. 2023. Clube Marimbás, Rio de Janeiro, 2023.

LAGARTO, Mariana. O 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário. **RTP Ensina**, 2021. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/o-25-de-abril-de-1974-e-o-processo-revolucionario/>. Acesso em: 19 out. 2024.

LAGARTO, Mariana. Organizações repressivas e de controlo do Estado Novo. **RTP Ensina**, 2021. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/organizacoes-repressivas-e-de-controlo-do-estado-novo/>. Acesso em: 19 out. 2024.

SPÍNOLA, António de. **Carta a Ernesto Geisel**, 26 mar. 1975. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC/FGC, AAS, mre/rb, 1975.05.23, Pasta III.

FONTES AUDIOVISUAIS

ANTÓNIO de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril. **RTP Arquivos**, 2011. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>. Acesso em: 28 out. 2024.

CARLOS Lacerda grava declaração no estúdio da RTP. **RTP Arquivos**, 14 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-grava-declaracao-no-estudio-da-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CARLOS Lacerda recebido por Alberto Franco Nogueira. **RTP Arquivos**, 13 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-recebido-por-alberto-franco-nogueira/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CARLOS Lacerda recebido por Américo Tomás. **RTP Arquivos**, 12 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-recebido-por-americo-tomas>. Acesso em: 19 out. 2024.

CARLOS Lacerda visita José Leitão de Barros. **RTP Arquivos**, 17 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/carlos-lacerda-visita-jose-leitao-de-barros/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CHEGADA de Carlos Lacerda a Lisboa. **RTP Arquivos**, 11 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-carlos-lacerda-a-lisboa-3/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CHEGADA de Carlos Lacerda a Lisboa. **RTP Arquivos**, 12 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-carlos-lacerda-a-lisboa-2/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CHEGADA de Carlos Lacerda ao Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 19 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-carlos-lacerda-ao-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 19 out. 2024.

COCKTAIL a bordo do “Custódio de Melo”. **RTP Arquivos**, 13 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cocktail-a-bordo-do-custodio-de-melo/>. Acesso em: 19 out. 2024.

COMEMORAÇÕES do 4º Centenário do Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 15 jan. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comemoracoes-do-4o-centenario-do-rio-de-janeiro-3>. Acesso em: 19 out. 2024.

CONFERÊNCIA de imprensa de Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 17 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-de-carlos-lacerda-2>. Acesso em: 28 out. 2024.

DECLARAÇÕES de Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 22 dez. 1961. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/declaracoes-de-carlos-lacerda/>. Acesso em: 28 out. 2024.

DIÁRIO de Notícias homenageia Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 14 jun. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/diario-de-noticias-homenageia-carlos-lacerda/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MENSAGEM do governador Carlos Lacerda. **RTP Arquivos**, 23 abr. 1964. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mensagem-do-governador-carlos-lacerda-a-rtp/>. Acesso em: 19 out. 2024.

OUÇA discursos de Carlos Lacerda antes e depois do suicídio de Vargas. **EBC**, 2014. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/todas-vozes/edicao/2014-08/no-radio-carlos-lacerda-muda-o-tom-antes-e-depois-do-suicidio-de-vargas>. Acesso em: 19 out. 2024.

PARTIDA de Carlos Lacerda para o Rio de Janeiro. **RTP Arquivos**, 17 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-carlos-lacerda-para-o-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 19 out. 2024.

PUBLICAÇÃO de “Portugal e o futuro”. **RTP Arquivos**, 1º maio 1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/publicacao-de-portugal-e-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2024.

TV 7. **RTP Arquivos**, 18 abr. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tv-7-2/>. Acesso em: 19 out. 2024.

VISITA à China de João Goulart 1961. **Eduardo C. de Oliveira**, 21 fev. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJdopHYmmnk>. Acesso em: 19 out. 2024.

VISITA de Alberto Franco Nogueira ao Brasil. **RTP Arquivos**, 11 jun. 1965. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-alberto-franco-nogueira-ao-brasil>. Acesso em: 19 out. 2024.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Decreto n. 36.776, de 13 de janeiro de 1955**. Promulga o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1955/D36776.html. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 70.391 de 12/04/1972**. Promulga a convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70391.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

VERBETES

DUARTE FILHO, Francisco. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/duarte-filho-francisco>. Acesso em: 28 out. 2024.

GRACIE, Samuel de Sousa Leão. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gracie-samuel-de-sousa-leao?> Acesso em: 28 out. 2024.

LÉOPOLD Sédar Senghor. **Poetry Foundation**. 2024. Disponível em: <https://www.poetryfoundation.org/poets/leopold-sedar-senghor>. Acesso em: 14 out. 2024.

LIMA, Negrão de. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-negrao-de-lima>. Acesso em: 28 out. 2024.

OS PORTUGUESES e a descolonização. 2024. Disponível em: <https://50anos25abril.pt/historia/portugal-na-hora-da-descolonizacao/os-portugueses-e-a-descolonizacao/>. Acesso em: 15 out. 2024.

RAO, Vicente. *In*: FGV CPDOC. 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vicente-paulo-francisco-rao>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Daniel Neves. Juscelino Kubitschek. **Mundo Educação**, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/juscelino-kubitschek.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

BIBLIOGRAFIA

A VOLTA dos fantasmas da guerra de Biafra, que deixou 1 milhão de mortos há 50 anos. **BBC News Brasil**, 15 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39919926>. Acesso em: 28 out. 2024.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ALVES, Tiago João José. Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974). **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, 2019.

AMARAL, Luciano. O processo económico. In: PINTO, António Costa (coord.). **A busca da democracia: 1960-2000**. Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5. (Coleção História Contemporânea de Portugal: 1808-2010). p. 81-110.

ANTONIO, Mariana Dias; CHAVES, Renan Ramos. Lacerdismo: uma breve exploração do conceito. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 15, n. 30, p. 134-151, 2021. Doi: <https://doi.org/10.30612/rehr.v15i30.12974>.

ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ARRANJA, Álvaro. Álvaro Lins – O embaixador brasileiro que enfrentou Salazar. **Esquerda.net**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/alvaro-lins-o-embaixador-brasileiro-que-enfrentou-salazar/73184>. Acesso em: 19 out. 2024.

BARROS, José D'Assunção. Fernand Braudel e a geração dos Annales. **História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2º, Rio de Janeiro, 2019. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2019.

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o udenismo: a ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERLANZA, Lucas. **Lacerda: a virtude da polêmica**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CABRERA, Ana. A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo. **Média & Jornalismo**, v. 19, n. 35, 2019. Doi: https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_15.

CABRERA, Ana. **Marcello Caetano: poder e imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CAETANO, Marcello. **“O direito” e a imprensa portuguesa**. Lisboa: Coimbra Editora, 1968.

- CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.
- CARVALHO, Bertran Oliveira de Alcântara. **Financiamento do BNDES à internacionalização de empresas brasileiras e a cooperação sul-sul no governo Lula: 2003 a 2010**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
- CARVALHO, Thiago. **Do lirismo ao pragmatismo: a dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974-1976)**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009. (Biblioteca Diplomática. Série D; 18).
- CARVALHO, Thiago. O Brasil e o fim do império português. *In*: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014. (Lugar da história, 85).
- CASTAÑO, David. Abrindo a caixa de Pandora: Mário Soares e o início da descolonização. **Relações Internacionais**, n. 35, p. 65-79, 2012.
- CASTAÑO, David. Mário Soares e o sucesso da transição democrática: breves notas. **Ler História**, n. 63, p. 9-31, 2012.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CHAVES, Viviane Alves. **Spínola, Portugal e o futuro: e a utópica comunidade luso-afro-brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. **O beijo da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- COUTINHO, Maria A. G. Cabral. A Escola da Guanabara na memória carioca. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, São Leopoldo, RS, 2007. **Anais [...]**. São Leopoldo, RS, 2007.
- COUTINHO, Sandra Patrícia Gonçalves. **Humberto Delgado: a campanha eleitoral de 1958 como modelo de comunicação política em regime não democrático**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021.
- CUNHA, Adrião Pereira. Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série IV, v. 4, p. 93-109, 2014.

CUNHA, José Antônio Vieira da. Uma biografia de Carlos Lacerda. **Matinal**, 29 jun. 2024. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/entrevista/uma-biografia-de-carlos-lacerda/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CURTHOYS, Ann; LAKE, Marilyn (ed.). **Connected Worlds. History in Transnational Perspective**. Canberra: ANU E Press, 2005.

DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DELGADO, Márcio de Paiva. **A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal *Tribuna da Imprensa* na quebra da legalidade (1949-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; PROED, 1986.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. v. 1-2.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, 3).

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Rodrigo Otávio Seixas. A imprensa como “arma de guerra”: a trajetória da revista *Maquis* (1956-1962). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, Florianópolis, 2015. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

FERRO, Flavia Salles. **Um liberal autoritário: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de história do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; SARMENTO, Carlos Eduardo. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: É Realizações, 2010. (Coleção Gilberto Freyre).

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (O sacerdote e o feiticeiro).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As ilusões armadas).

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa: Ciências Sociais, 2003.

GRINBERG, Lucia. O Estado Novo da UDN: memórias da vida política partidária na Coluna do Castelo. **Acervo**, v. 27, n. 1, p. 121-136, 2014.

GUALAZZI, Eduardo L. B.; QUADROS NETO, Jânio. **Jânio Quadros: memorial a história do Brasil**. São Paulo: Rideel, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estado, instituições e democracia: república**. Brasília, DF: Ipea, 2010. v. 1. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_voll.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

IRIYE, Akira. The transnational turn. **Diplomatic History**, v. 31, n. 3, p. 373-376, 2007.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa. **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014.

KUBITSCHKE, Juscelino. **A escalada política: meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch editores, 1976. v. II.

L'HUMANITÉ – 11 de junho de 1964. Quem se parece... Lacerda em vista a Salazar. Tradução de M. Cristina. Dact. de A. Naia. **Gabinete de Estudos**, Lisboa, 22 jun. 1964.

LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre o Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 405-420.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969. **Revista Econômica Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 453-489, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482006000300001>.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 93, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>.

MARCHI, Ricardo. As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). **Ler História**, Lisboa, n. 63, p. 75-91, 2012. Doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.366>.

MARTINHO, Francisco C. Palomanes; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no Vargasismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINHO, Francisco C. Palomanes. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil: repercussões da direita portuguesa na ditadura militar (1968-1974). **Varia História**, v. 35, p. 631-660, 2019.

MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)**. Lisboa: Objectiva, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de; GONÇALVES, Leandro Pereira. Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O jornal *Portugal Democrático: questões e debates (1958-1977)*. **Projeto História**, v. 50, p. 224-246, 2014.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. As ideias políticas de Carlos Lacerda na transição de 1945: anticomunismo e reformismo. **Outros Tempos**, v. 21, p. 59-84, 2024. Doi: <https://doi.org/10.18817/ot.v21i37.1017>.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. Liberalismo e democracia em Carlos Lacerda (1950-1955). **Revista Ágora**, v. 34, p. 1-20, 2023. Doi: <https://doi.org/10.47456/e-2023340204>.

MELLO, Guilherme. A ascensão e queda de um Ícaro: um obituário de Carlos Lacerda. **História da Ditadura**, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/aascensaoequedadeumicarouobituariodecarloslacerda>. Acesso em: 25 out. 2024.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda – 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Marly Silva da. A estratégia da ameaça: as relações entre o governo Federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65). **Textos do CPDOC**, n. 25, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6596>. Acesso em: 18 out. 2024.

MOTTA, Marly Silva da. Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro. **Locus: Revista de História**, v. 17, n. 2, p. 41-58, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH – Revista de História**, n. 6, p. 92-100, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUSSI, Fernanda Gallinari S. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1994-1977)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

NUNES, António Lopes Pires. **Operações em Angola 1961/64**. Lisboa: Prefácio, 1998.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PAVIOTTI, Joel. A Campanha da Legalidade: como Brizola e seus aliados enfrentaram golpistas e atrasaram o golpe Militar de 1964. **Iconografia da História**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://iconografiadahistoria.com.br/2021/03/30/a-campanha-da-legalidade-como-brizola-e-seus-aliados-enfrentaram-golpistas-e-atrasaram-o-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: 28 out. 2024.

PEREIRA, José Maria Nunes. **Mário de Andrade e o lusotropicalismo**. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2000. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/nunes.rtf>. Acesso em: 28 out. 2024.

PEREZ, Maurício Domingues. **Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

PEREZ, Maurício Dominguez. **Estado da Guanabara: gestão e estrutura administrativa do governo Carlos Lacerda**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares. Marcelo Caetano e a política de reforma do colonialismo português em África (1968-1974). In: TORRAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 59-74.

PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

PINTO, António Costa. A busca da democracia. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História política contemporânea: Portugal – 1808-2000**. Lisboa: Objectiva, 2019.

PINTO, António Costa. As chaves do período. *In*: PINTO, António Costa (coord.). **A busca da democracia: 1960-2000**. Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5. (Coleção História Contemporânea de Portugal: 1808-2010). p. 19-23.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. *In*: MARTINHO, Francisco C. Palomanes; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no Varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 19-43.

PINTO, António Costa. **O fim do império português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZOLA, Maria Inácia. **25 de Abril: mitos de uma revolução**. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

REZOLA, Maria Inácia. **Fotobiografias do século XX: António de Spínola**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana)**. Brasília: Editora Nova Fronteira, 1983. (Coleção Logos).

RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. **História**, v. 33, n. 1, jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100005>.

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro. *In*: JORNADAS INTERESCUELAS, XI, San Miguel de Tucumán, Argentina, 2007. **Anais [...]**. San Miguel de Tucumán, Argentina, 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/758.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.

ROSAS, Fernando. Tomar o poder. *In*: ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder: a arte de saber durar**. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300006>.

SANTOS, Aurora Almada e. **A Organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa: 1961-1970**. 2014. Tese (Doutorado História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SANTOS, Giordano Bruno Reis. Lacerda por Lacerda: a construção de uma imagem política no governo da Guanabara. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, Natal, 2013. **Anais [...]**. Natal, 2013.

- SANTOS, Luís C. M. **As relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.
- SANTOS, Pedro Neves de Carvalho. **A intervenção da imagem: encanto e desencanto dos documentaristas da Revolução de Abril (1974-1980)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Universidade do Porto, Porto, 2006.
- SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos: a dinâmica militar. **Projeto História**, n. 47, p. 365-376, 2013.
- SILVA, Douglas Mansur. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro – 1956-1974**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SPÍNOLA, António de. **Portugal e o futuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal no mundo. *In*: PINTO, António Costa (coord.). **A busca da democracia: 1960-2000**. Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5. (Coleção História Contemporânea de Portugal: 1808-2010). p. 57-78.
- TEODORO, António. **A construção política da educação: estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCB, 1996. p. 85-106.
- VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.
- VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Política externa independente: fundamentos e reflexos nas relações internacionais do Brasil. (1961-1964). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV, Fortaleza, 2009. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- WALLRAFF, Gunter. **A descoberta de uma conspiração: a ação Spínola**. Lisboa: Bertrand, 1976.
- WEINSTEN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da Anphlac**, n. 14, p. 9-36, 2013.

ANEXO I – Carlos Lacerda e Salazar

Fonte: *Diário da Manhã*, 16 jun. 1964 (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Pide, Lisboa).

ANEXO II – Lacerda e Cardeal Cerejeira

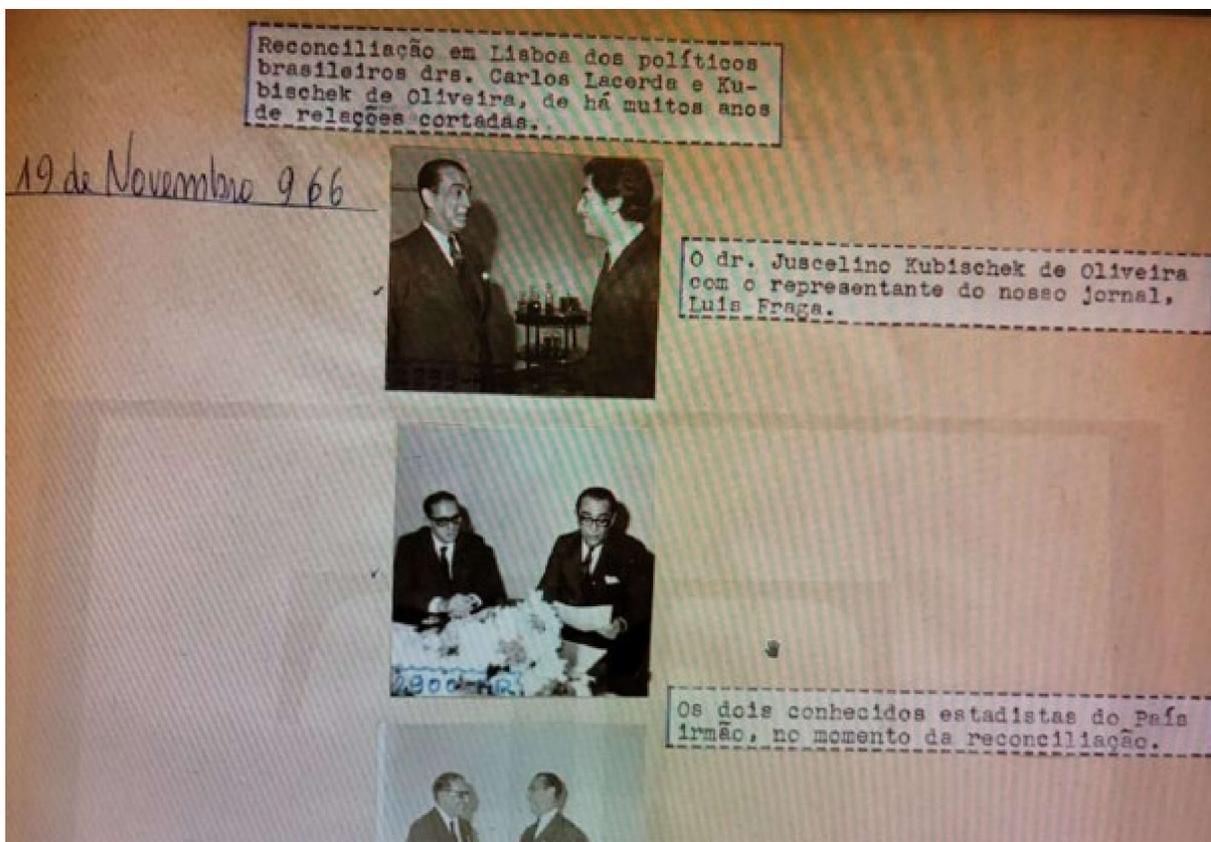


Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Dossiê da Pide, 16 jun. 1964.

ANEXO III – Lacerda e Américo Tomás

Fonte: *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 abr. 1965 (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Dossiê da Pide).

ANEXO IV – Frente Ampla - Lacerda e JK em Portugal se reconciliando e formando a Frente contra os militares



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa.